



**Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Escola de Serviço Social  
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social**

Fátima da Silva Grave Ortiz

**O SERVIÇO SOCIAL E SUA IMAGEM:  
AVANÇOS E CONTINUIDADES DE UM PROCESSO EM  
CONSTRUÇÃO**

**RIO DE JANEIRO  
2007**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



**Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Escola de Serviço Social  
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social**

FÁTIMA DA SILVA GRAVE ORTIZ

O SERVIÇO SOCIAL E SUA IMAGEM:  
AVANÇOS E CONTINUIDADES DE UM PROCESSO EM  
CONSTRUÇÃO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da ESS/UFRJ como requisito parcial para obtenção de título de Doutor em Serviço Social.

Orientador: Profa. Dra. Yolanda Guerra



**Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Escola de Serviço Social  
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social**

FÁTIMA DA SILVA GRAVE ORTIZ

**O SERVIÇO SOCIAL E SUA IMAGEM:  
AVANÇOS E CONTINUIDADES DE UM PROCESSO EM  
CONSTRUÇÃO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da ESS/UFRJ como requisito parcial para obtenção de título de Doutor em Serviço Social. Aprovada pela Banca abaixo indicada:

---

Profa. Dra Yolanda Guerra  
Orientadora

---

Prof. Dr. José Paulo Netto

---

Prof. Dr. Luis Eduardo Acosta Acosta

---

Profa. Dra. Maria Carmelita Yazbek

---

Profa. Dra. Maria Lucia Martinelli

Ficha Catalográfica

Ortiz, Fátima da Silva Grave.

O Serviço Social e sua Imagem: avanços e continuidades de um processo em construção/ Fátima da Silva Grave Ortiz; orientadora: Yolanda Guerra – Rio de Janeiro: UFRJ, Escola de Serviço Social, 2007.

303 f.; 29,7 cm.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social.

Inclui referências bibliográficas.

1. Serviço Social – Teses. 2. Representações Sociais. 3.Imagem Social. 4.Auto-Imagem. 5. Projeto Profissional I. Guerra, Yolanda. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social. III. Título.

## AGRADECIMENTOS

A conclusão de uma pesquisa , seja ao término de um curso ou uma tese de doutoramento, exige um esforço pessoal do pesquisador do ponto de vista intelectual e reflexivo e, principalmente, emocional e prático; o que me permite afirmar que tal empreendimento não se realiza alheio à vida; ao contrário, ele a perpassa e a envolve.

Assim, a conclusão desta tese não se deu sem dificuldades, angústias e questionamentos; entretanto, coroa uma fase da minha vida: acadêmica e profissional – porque expressa meu amadurecimento intelectual -; pessoal e afetiva, pois revela minhas limitações, contradições e aprendizado.

Muitas pessoas participaram desta trajetória, e sem as quais este trabalho teria sido mais árduo e difícil, por isso, o meu agradecimento sincero.

Aos meus familiares e amigos mais próximos, pela paciência, dedicação, atenção e desprendimento.

Ao meu marido e companheiro, Alexandre, pela compreensão e incentivo.

À minha filha, Maria Clara, pelo carinho.

À minha mãe, Teresinha; minha sogra, Maria Aparecida e amiga Stella, pelo apoio e cuidados com Maria Clara. Sem elas, não teria conseguido “conciliar” os papéis de mãe e pesquisadora.

Aos companheiros e amigos docentes do Departamento de Fundamentos do Serviço Social da Escola de Serviço Social da UFRJ, pela consideração e confiança ao assumiram minhas atividades, durante minha licença.

Aos amigos e companheiros diretores do Conselho Regional de Serviço Social 7ª. Região [gestão 2005-2008], que acolheram meu pedido de licença para a conclusão da tese e seguiram, sem mim, a difícil tarefa de conduzir uma entidade desse porte, a despeito de seus próprios compromissos e atividades pessoais e profissionais.

Aos funcionários do Conselho, em especial os agentes fiscais: Ângela, Nizia e Elias, e o assessor político, Jefferson, pelo apoio e contribuição ao longo da pesquisa e reflexão.

Aos vários companheiros da Escola de Serviço Social da UFRJ e fora dela, em especial aos amigos, Cleusa Santos, Luis Acosta, Rita Cavalcante, Ludmila Cavalcante, Mavi Rodrigues e Claudia Mônica dos Santos, pelos nossos diálogos que muito contribuíram para uma reflexão sobre o Serviço Social; e ainda pela disponibilidade incomparável e apoio emocional e prático [a criação do banco de dados para a pesquisa comprova].

Aos integrantes do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre os Fundamentos do Serviço Social na Contemporaneidade [NEFSSC] e aos alunos pesquisadores de iniciação científica do Núcleo que participaram diretamente da realização das entrevistas e do processo de coleta de dados: Fabiana Rodrigues, Danielle Cardoso, Camila Brandão, Vanessa Costa, Elisângela, Cíntia César, Nildimar, Andréa Moraes, Karla Valle, Suellen Fernandes, Aline Lança.

Aos cento e seis assistentes sociais, que mesmo tendo desistido da profissão, concederam gentilmente a realização das entrevistas, desvelando decisivamente meu objeto de pesquisa.

À minha amiga e orientadora, Yolanda Guerra, a quem devo muito, desde o apoio emocional, nos momentos mais difíceis, até o reposicionamento de

minhas idéias que, às vezes, insistiam em “me pregar algumas peças”. Sua orientação permitiu-me atingir o objetivo, vislumbrar outras investigações.

Aos professores, Ana Elisabete Mota, Carlos Montañó, José Paulo Netto e Marilda lamamoto, que aceitaram meu convite e participaram, de meu exame de qualificação e defesa de projeto; e ainda se dispuseram a partilhar comigo seus conhecimentos durante a realização desta pesquisa.

As professoras Marilda lamamoto e Marlise Vinagre que compuseram a pré-banca, qualificando ainda mais esta tese e me ajudando a aparar as últimas arestas antes da defesa final.

Aos professores José Paulo Netto, Luis Acosta, Maria Carmelita Yazbek e Maria Lucia Martinelli que compuseram a banca final desta tese, com a paciência e a disponibilidade de sempre.

Enfim, agradeço a todos que não foram mencionados, mas que fizeram parte do meu caminho.



## RESUMO

Esta tese objetiva apresentar os resultados das pesquisas realizadas em torno do tema – a imagem do Serviço Social brasileiro. Partindo da hipótese central que a imagem da profissão atualmente é atravessada por elementos tradicionais (existentes desde o surgimento da profissão no Brasil) e outros considerados novos e advindos de um amplo processo de amadurecimento intelectual e político da profissão no Brasil nas últimas décadas, observa-se a existência de uma tensão entre tais elementos constituintes da imagem social da profissão, bem como da auto-imagem profissional.

Assim, o desvelamento do tema recorreu a alguns procedimentos metodológicos como as pesquisas empíricas realizadas junto aos assistentes sociais que desistiram da profissão e com aos alunos da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em ambas, objetivou-se levantar os dados de realidade que indicassem pistas para a análise do tema. Realizou-se também amplo levantamento e leitura bibliográfica dos títulos voltados para o Serviço Social. Contudo, cabe ressaltar que esta pesquisa contou com a incorporação do método crítico e dialético para nortear seus objetivos, procedimentos e conclusões.

Conclui-se que de fato o Serviço Social brasileiro possui hoje uma imagem renovada, na qual há o convívio dialético entre traços novos e tradicionais. Este convívio é produto do amadurecimento do Serviço Social brasileiro, visível desde os anos 80 do século XX, e expressa o embate político de diversos projetos de profissão e perfis profissionais atualmente em disputa.

Palavras-chave: Serviço Social, imagem social, auto-imagem, projeto profissional

## **ABSTRACT**

This thesis intends to present the results of researches made about the theme – the image's Brazilian social work. Starting from the central hypothesis that nowadays the image's profession is consisted of old elements (which have existed since the profession's birth in Brazil) and others new ones, which come from a large process of intellectual and political improvement in Brazil at last years, the existence of a tension between such elements of social image was observed, as well as social workers self-image.

So, the theme's research use some methodological procedures, such as field survey made with the social workers that give up profession and with the students from Social Work School of Rio de Janeiro Federal University. In both, it has intended to investigate reality data which show the evidences to theme analyse. A big research about the Social Work bibliography was realized and read. However, it is important say that this research has developed with the critical and dialectical method, which directed its objectives, procedures and conclusions.

The conclusion is the Brazilian Social Work in fact has a new social image nowadays, in which it has a dialectical union between the new and traditional elements of image. This union is product from the Brazilian Social Work improvement, notorious since age 80 century XX, and shows the political confront among many profession's project and professional profiles nowadays in dispute.

**Keywords:** Social Work, social image, self-image, Professional Project.

## SUMÁRIO

Apresentação .....	12
Introdução.....	27
Capítulo I - A consolidação do capitalismo no Brasil:	
fundamentos sócio-históricos para a profissão .....	36
1.1. Os Determinantes do Capitalismo em sua Fase Monopólica.....	40
1.2. O Estado na Fase Monopolista do Capitalismo.....	50
1.3. O Processo de Consolidação da Ordem Burguesa no Brasil .....	58
1.4. A expansão da indústria no Brasil e o redimensionamento do Estado brasileiro sob a égide do monopólio .....	78
1.5. A Emergência das Políticas e dos Serviços Sociais: o trato particular das expressões da “questão social” no Brasil na era dos monopólios .....	97
Capítulo II - As Particularidades do Serviço Social no Brasil:	
Fundamentos para a Construção da Imagem Social da Profissão .....	121
2.1. O Pensamento Conservador e o Projeto Reformista Brasileiro .....	123
2.2. O projeto reformista-conservador no Brasil: influências e particularidades .....	139
2.3. O processo de consolidação do Serviço Social no Brasil e a constituição do ethos profissional .....	158
2.4. O exercício profissional e os determinantes da imagem social da profissão ..	183

Capítulo III - Uma Nova Imagem Profissional em Construção:	
Avanços e Continuidades .....	207
3.1. O legado da Reconceituação para o Serviço Social brasileiro .....	210
3.2. O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina: seu significado para o Brasil .....	218
3.3. Os anos 80: a transição democrática, crise econômica e o Serviço Social .....	238
3.4. O projeto profissional hegemônico e a consolidação de uma nova auto-imagem para o Serviço Social brasileiro .....	260
Conclusão.....	289
Bibliografia .....	294

## APRESENTAÇÃO

O objeto – a imagem da profissão – examinado ao longo da pesquisa, cujo produto culminou na tese que ora se apresenta, é fruto de um processo de alguns anos de observação e de reflexão teórica acerca do Serviço Social, de sua inserção na divisão social e técnica do trabalho, suas particularidades sócio-profissionais.

A pesquisa revelou um resultado central, o qual fundamentou as conclusões apresentadas ao final desta tese, qual seja, a de que a imagem social do Serviço Social e a auto-imagem que portam seus sujeitos profissionais constituem-se em totalidades, que possuem simultaneamente elementos que as relacionam e traços que as autonomizam entre si, e juntas constituem a imagem da profissão no Brasil.

Assim, enquanto a imagem socialmente existente do Serviço Social deriva das particularidades que esta profissão assume na divisão social e técnica do trabalho; a imagem que os assistentes sociais possuem da profissão e de si próprios, cuja expressão maior encontra-se plasmada no projeto profissional hegemônico, e que qualifico como auto-imagem profissional, não consiste em uma espécie de “cópia fiel” da imagem que socialmente esta profissão detém, mas, revela-se enquanto um conjunto de representações capturado da realidade social e histórica e metabolizado por esses profissionais, o que significa dizer que, ao mesmo tempo, em que a auto-imagem profissional é inspirada na imagem da profissão socialmente posta, esta também tende a inspirá-la.

Cabe ressaltar que, conforme será demonstrado ao longo desta tese, este processo de “mão dupla”, a que me refiro acima, torna-se mais visível, ao meu ver, a partir dos anos 80 e se concretiza mais efetivamente nos anos 90.

Na verdade, a pesquisa, que resulta nesta tese, se iniciou a partir de uma constatação por mim observada *apenas ao fim* da análise qualitativa dos dados obtidos junto a alguns segmentos profissionais, que optavam formalmente em cancelar seus registros profissionais em função do não-exercício da profissão. Assim, inicialmente intrigada por tal fato, minha atenção voltou-se naquele momento para investigar porque alguns assistentes sociais abriram mão de sua habilitação profissional através da solicitação do cancelamento de registro, ou seja, a observação da própria realidade apresentou o problema a ser investigado, que, portanto, não foi gerado abstratamente, mas tinha uma relação direta e efetiva com o real, quer seja, o universo da profissão e a relação existente entre ela e seus agentes profissionais. Desse modo, tal como em Marx e Engels:

*[..] não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, e tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens em carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo. (MARX & ENGELS, 1993, p. 37).*

Nesse sentido, a aproximação com esse grupo de profissionais, mais especificamente 106 (cento e seis) assistentes sociais que optaram nos anos de 1995, 1996 e 1997 por cancelar seus registros profissionais junto ao Conselho Regional de Serviço Social da 7<sup>a</sup>. Região<sup>1</sup>, pautava-se em uma certa hipótese – a de

---

<sup>1</sup> Inicialmente realizou-se junto ao Conselho Regional de Serviço Social – 7<sup>a</sup>. Região, o levantamento dos assistentes sociais que tinham cancelado seu registro profissional [alegando o não-exercício da profissão] durante um período de 14 anos: de 1989 a 2002. Observou-se neste lapso de tempo que a média de cancelamentos de registro por não-exercício da profissão era de aproximadamente 200

que tais profissionais não conseguiam ingressar no mercado de trabalho e, por isso, solicitavam formalmente o cancelamento de seus registros profissionais. O cancelamento do registro, portanto e em princípio, escondia um processo maior – a não-conquista de uma colocação em meio às mudanças do mercado de trabalho.

Assim, à medida que o processo investigativo, através da realização das entrevistas, ia acontecendo, um determinado perfil se afigurava ao grupo pesquisado. Em primeiro lugar, constatou-se que dentre o universo observado, 68% dos assistentes sociais tinham idade acima de 46 anos, quando entrevistados; todavia, considerando o período de cancelamento dos registros profissionais [anos de 1995 a 1997], verifica-se que os profissionais eram relativamente jovens, quando desistiram da profissão.

Além disso, observou-se que dos 106 entrevistados, 53% nunca exerceram a profissão ou sequer procuraram emprego na área<sup>2</sup>, simplesmente desistiram da profissão, alegando diversos motivos: em números absolutos, constatou-se que 25 assistentes sociais desistiram da profissão porque não conseguiram emprego na área; já 31 profissionais justificaram não desejar exercer a profissão e destes apenas 10 informaram que já tinham outra ocupação, quando solicitaram o cancelamento de registro. Os demais – 21 assistentes sociais –

---

solicitações por ano. Apenas no triênio 1995/1997, verifica-se que este índice quase que triplica: 1995 – 571 cancelamentos; 1996 – 544; e 1997 – 511. Em função disso, elegeu-se esse período como universo do levantamento empírico, contemplando 1626 assistentes sociais. Assim, embora se desejasse atingir a amostra de 200 profissionais, apenas se conseguiu, pelos mais variados motivos, o contato com 171, e destes apenas 106 consentiram em participar da pesquisa.

<sup>2</sup> Foi interessante observar que 48% desses assistentes sociais tinham no Serviço Social sua primeira opção de carreira. Já entre os profissionais que chegaram a exercer a profissão, o percentual sobe para 52%. Assim, a maioria dos assistentes sociais entrevistados (57%) escolheu de fato o Serviço Social, e desses 49% dos entrevistados [os que dizem ter o perfil da profissão, e os que expressam uma visão altruísta], não escolheram a profissão por necessidade de emprego em si ou status, mas priorizaram seu perfil pessoal, geralmente voltado à idéia de “atender o próximo”. É curioso observar como a vinculação da opção pelo curso às chamadas “aptidões pessoais” dos postulantes à profissão se repete até hoje, como se pode verificar no levantamento realizado junto aos candidatos ao curso de Serviço Social da Escola de Serviço Social/UFRJ, conforme dados apresentados no terceiro capítulo desta tese.

apresentaram as mais variadas razões, tais como: não se sentirem preparados do ponto de vista teórico e técnico para atuar junto às expressões da “questão social”; a presença da subalternidade em face de outros profissionais; o não-reconhecimento profissional e outras prioridades pessoais como cuidar da família.

Já dentre os que chegaram a exercer a profissão – 47% do universo pesquisado – observou-se que a maioria afirmou ter permanecido por pouquíssimo tempo na função [cerca de 3 anos] nas seguintes esferas:



A despeito de a maioria informar ter trabalhado em instituições da esfera pública, o vínculo institucional majoritário era regido pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), seguido de relações ainda mais vulneráveis e de fato precárias como “prestador de serviço”, “contratado”, “temporário”, e etc. Além disso, disseram receber na época baixos salários, na faixa de 1 a 5 salários mínimos.

Quando questionados sobre o motivo de desligamento do posto de trabalho, 23 assistentes sociais informaram - como era de se esperar dada à precariedade e os baixos salários indicados - que a saída se deu por dificuldades institucionais; contudo, 21 profissionais afirmaram motivos de ordem pessoal.



Interessa observar, que, tanto os profissionais que exerceram a profissão quanto os que não tiveram essa oportunidade em função das mais diferentes razões, identificaram praticamente, com unanimidade, o não-reconhecimento da profissão, e a subalternidade diante dos demais profissionais como causas importantes para as dificuldades e impedimentos para o ingresso e/ou permanência no mercado de trabalho. As falas selecionadas neste sentido são emblemáticas:

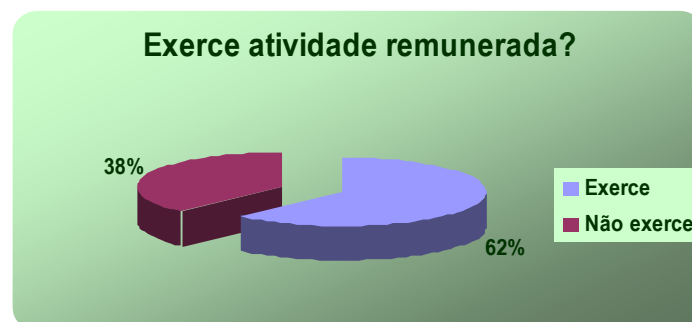
*O Serviço Social é uma **profissão muito desvalorizada**, sem contar que não visualizamos o rendimento do trabalho. As pessoas não vêem os resultados, logo a profissão acaba sendo desvalorizada.*

*O Serviço Social é uma **área bonita**, mas **não é valorizada**, é muito limitada.*

*É uma **profissão nobre**, entretanto **não é valorizada conforme deveria ser**. Por necessidade de sobrevivência temos que fazer outras opções.*

*O Serviço Social **deveria ser mais valorizado** pelo próprio governo.*

Embora tenham desistido do Serviço Social, 74% do universo de entrevistados afirmaram ter renda pessoal, contra 26% que não a têm. Dentre os que disseram ter renda própria [conforme o gráfico abaixo], sem o exercício de atividade remunerada, observa-se que todos são aposentados ou pensionistas; já a maioria exerce atividade remunerada nas mais variadas funções.



Mesmo aqueles que têm renda própria, ela é geralmente baixa e com pouco impacto na renda familiar, o que demonstra que, a despeito da desistência da profissão, tais profissionais também não foram bem sucedidos financeiramente em outras ocupações escolhidas, as quais geralmente consistem em funções e cargos de nível médio, como esteticista, técnico de enfermagem, comerciário, agente administrativo, entre outros. Poucos foram os sujeitos que buscaram outros cursos de nível superior e hoje exercem outra profissão.

Interessante observar que grande parte dos entrevistados desistiu do Serviço Social para desempenhar funções com menores salários ou improváveis condições de progressão funcional. No entanto, nas falas desses profissionais, observa-se a relativa equivalência entre ser assistente social ou ser e fazer qualquer outra coisa, de forma remunerada ou voluntária, além de trazer implicitamente traços e características *que se aproximam das chamadas “marcas de origem” da profissão.*

*Me sinto frustrada por não conseguir me firmar como profissional especializada de nível superior. **Nunca me senti capaz de competir com outros profissionais.***

*Conheço alguns profissionais de Serviço Social que chegam a ganhar igual a um professor que não tem graduação. Às vezes, **até parece que não é um curso de graduação**, pois não tem valorização.*

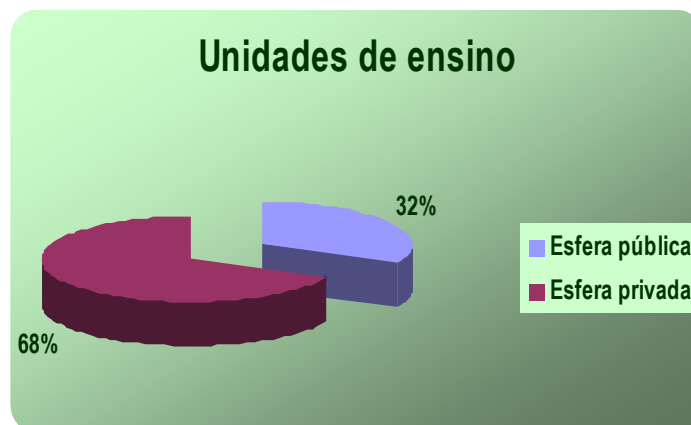
*Gostaria que o Serviço Social fosse mais valorizado, tivesse mais campo de trabalho. Atualmente, **faço Serviço Social de graça, doando cestas básicas, ajudando as pessoas.***

*O Serviço Social é um pouco desprestigiado. **Me aposentei para atuar na Igreja.** Dão cesta básica, isso não é assistencialismo, pois pesquiso a situação das pessoas. Faço uma espécie de triagem e acompanho a vida daqueles que ganham as cestas.*

*Trabalho no Graffe Guine há mais de 25 anos e **acabo atuando de alguma maneira como assistente social.***

Outro dado, que cabe ressaltar e que de certa forma incide no perfil desses profissionais, consiste na formação profissional recebida ao longo da graduação. Nesse sentido, pôde-se constatar que a maioria – 68% do universo pesquisado – graduou-se em unidades privadas de ensino. Verifica-se que em tal

grupo concentra-se também o maior número de profissionais que nunca exerceram a profissão.



Observa-se, entretanto, que dentre os sujeitos pesquisados, 73,5% formaram-se ao longo da década de 80 e primeira metade dos anos 90, conforme tabela abaixo:

Período de formatura das assistentes sociais fora do exercício profissional	
Período de formatura	assistentes sociais
1959 - 1969	3
1971 - 1975	11
1976 - 1979	14
Formados antes da década de 1980	28
1980 - 1985	36
1986 - 1990	28
1991 - 1994	14
Formados após a década de 1980	78

Os ganhos e o amadurecimento da profissão ocorridos no Brasil nessa época parecem ter sido impermeáveis a esses profissionais – tendo em vista a concepção de profissão que possuem vinculada às “marcas de origem” -, bem como a imagem da profissão daí decorrente, o qual ratifica alguns traços daquela imagem socialmente consolidada, atrelada à emergência da profissão. Nesse sentido, tanto o discurso anteriormente selecionado quanto o que se apresenta a seguir se encontram nessa direção e expressam a manutenção da herança conservadora no seio da formação em pleno contexto de “intenção de ruptura” com o “histórico conservadorismo”<sup>3</sup>.

Observa-se, entretanto, em algumas falas [das quais selecionamos as mais significativas] a ligação da profissão à perspectiva da transformação social, mas tanto na tendência da ajuda quanto da transformação social, o messianismo e o voluntarismo são a tônica, conforme a seguir:

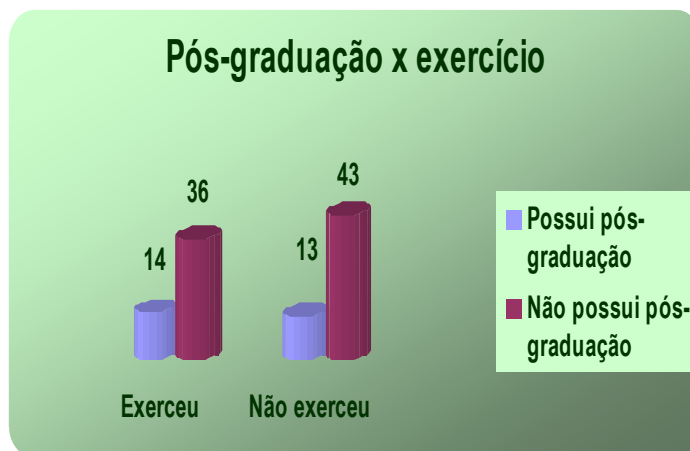
*[...] eu me identifiquei muito [...], pois **gostava de ajudar** as pessoas e elas sempre vinham a mim para contar seus problemas.  
Achava que **ia resolver os problemas do mundo.**  
[...] **ganhar a vida podendo ajudar alguém.**  
[...] tenho um perfil de personalidade **voltado para o altruísmo** e através da profissão **podia fazer o bem** para as pessoas.*

Como era de se esperar, a maioria dos entrevistados não realizou curso de pós-graduação, apesar de 80% deles ter afirmado que o conhecimento acadêmico é relevante para o ingresso ou permanência no mercado. Apenas 25% optaram em investir em algum tipo de capacitação continuada, mas assim mesmo entre estes, apenas 41% buscaram qualificação na área do Serviço Social ou afins.

---

<sup>3</sup> A releitura e análise da trajetória do Serviço Social ao longo dos anos 70 e 80 irão demonstrar os caminhos e descaminhos pelos quais a tendência da “intenção de ruptura” tomou, bem como o que significou o currículo mínimo de 1982, processo este que desenvolvo com maior profundidade no último capítulo desta tese. Cf. NETTO (1991a), SANTOS (1993) e QUIROGA (1991).

Ao se estabelecer o cruzamento entre a qualificação e sua condição de exercício, observa-se que não houve qualquer diferença no grau de empregabilidade desses profissionais em face da realização de um curso de pós-graduação.



Em síntese, a conclusão da análise qualitativa dos dados empíricos me fez entender que por mais que se quisesse atribuir à realidade profissional, um conjunto de mediações pré-determinadas [como se isso fosse possível, visto que é a realidade que põe as mediações para seu desvendamento], o próprio desvelamento do real por “aproximações sucessivas”, permitiu-me entender que a dificuldade de ingresso no mercado, hipoteticamente observada por mim como a causa da desistência da profissão por parte desses profissionais, não consistia na única ou fundamental explicação para o entendimento da relação entre estes e o Serviço Social; ao contrário, havia outra mediação absolutamente relevante, e que aos poucos foi se apresentando como central para minhas preocupações, tendo em vista que os assistentes sociais não desistiam da profissão apenas por ganharem mal ou por não terem conseguido emprego na área, mas simplesmente por esta representar algo que eles não queriam ser, e, portanto, não valia a pena abrir mão de seus

projetos e demandas pessoais, ou buscar maior qualificação, ou, ainda, lutar por maior espaço institucional. Identificou-se que esses profissionais detinham da profissão, determinadas concepção e imagem que, quando cruzadas com os resultados de outras pesquisas e, principalmente, com a análise teórica da trajetória sócio-histórica do Serviço Social no Brasil<sup>4</sup>, expressam uma particular imagem socialmente consolidada acerca da profissão.

Assim, ainda que não seja possível qualificar o conjunto de traços e características da profissão, verbalizadas por tais sujeitos como expressão da auto-imagem profissional, é inquestionável que este não pode equivaler àquele oriundo do público leigo, embora com ele se identifique. Dessa forma, pode-se dizer que a forma, com que esses profissionais representam a profissão, porta limites importantes.

Em primeiro lugar, tais assistentes sociais nunca ou pouco se confrontaram com a realidade do assalariamento, isto é, não exerceram plenamente a profissão; razão pela qual pouco conheciam seus limites e principalmente suas possibilidades. Além disso, limitaram-se à graduação com pouquíssimo investimento na pesquisa e na formação pós-graduada, o que teria possibilitado a esse grupo, eventualmente, a aproximação com as conquistas do projeto profissional vigente e hegemônico. E, por último, interpretaram o Serviço Social à luz de um contexto

---

<sup>4</sup> Ou seja, é claro que investigar porque um profissional desiste de sua profissão, cancelando seu registro profissional, não pode se restringir à análise das escolhas pessoais dos indivíduos, embora também não possa delas prescindir; mas entender que suas opções expressam um determinado padrão de sociabilidade construído historicamente e carregado de contradições. Nas palavras de Ianni (1986, p. 02): *“registrar as opiniões das pessoas nas ruas ou nas suas casas pelos telefones, e tomar essas expressões como sendo realidade, é funcionar no nível da aparência, do fantástico, que é um nível do real [...]. É parte da realidade, mas não é a realidade [...]. As aparências são uma dimensão do real, mas são uma dimensão entre outras.”* Nesse sentido, a análise das respostas dos assistentes sociais não poderia se dar sem a reflexão teórica acerca do significado sócio-histórico do Serviço Social e das particularidades assumidas pela profissão na divisão social e técnica do trabalho. A unidade entre a teoria e, no caso, os dados empíricos, é absolutamente imprescindível para o entendimento da essência dos “fenômenos” investigados, e, portanto, condição para a produção do conhecimento.

sócio-histórico marcado pelo refluxo das lutas sociais e de desmonte das políticas sociais, o qual, sem dúvida alguma, estimula-os a vincular a imagem da profissão às suas “marcas de origem”, como por exemplo, na fala abaixo: “*O aprendizado obtido no curso de Serviço Social foi muito bom para minha vida particular, mas, profissionalmente, é muito difícil atuar na escassez.*”

Apesar de tais sujeitos não serem portadores de uma auto-imagem da profissão, é inconteste que eles a problematizam, e mais que isso, veiculam uma determinada imagem que se antagoniza com aquela que o projeto profissional hegemônico defende, razão pela qual minhas intenções de pesquisa foram mudando, e tornou-se claro que a imagem da profissão era agora meu real interesse de investigação.

Exatamente porque o objeto não está dado, a incorporação do método crítico dialético para o desvelamento do real me permitiu entender que se deve partir da concepção “[...] *preliminar de que a realidade social não se dá a conhecer, a não ser pela reflexão demorada, reiterada e obstinada.*” (IANNI, 1986, p.03).

Assim, tomando o método marxiano como referência teórico-metodológica, foi possível, ao se concluir a compilação e a análise qualitativa dos dados oriundos da pesquisa junto aos assistentes sociais, tomar o “ponto de chegada” como novo “ponto de partida”.

Logo, diante deste objeto – a imagem da profissão – novas incursões foram feitas<sup>5</sup>, tomando como pressuposto central que a imagem social do Serviço Social se constrói [não de maneira direta ou imediata] a partir da forma como esta profissão se insere na divisão do trabalho, e da relação que ela estabelece com as requisições sócio-profissionais, respondendo a determinados interesses e em um

---

<sup>5</sup> Além do exame de boa parte da literatura do Serviço Social brasileiro, e de outros materiais (jornalísticos, inclusive) conforme bibliografia, empreendeu-se um levantamento junto aos candidatos e discentes da Escola de Serviço Social da UFRJ, conforme já indicado em nota anterior.

período histórico específico. Quem eram esses profissionais, como trabalhavam, e a que demandas respondiam, tornaram-se elementos fundamentais para se entender, a partir das peculiaridades sócio-históricas brasileiras, como se gestou para o Serviço Social um determinado ethos profissional<sup>6</sup> e, por conseguinte, uma imagem social específica. A reconstrução dos traços que compuseram historicamente tal imagem, socialmente consolidada, consistiu, portanto, no primeiro passo a ser desenvolvido.

A partir daí, observou-se que essa imagem socialmente apresentada para a profissão, no cenário brasileiro, distanciou-se, paulatinamente, e em determinado momento histórico, da auto-imagem de seus profissionais sobre o Serviço Social expressa hoje no projeto ético-político ou projeto profissional hegemônico. Então, uma nova hipótese de trabalho se construiu.

Em primeiro lugar, a imagem socialmente existente do assistente social brasileiro, como a “moça boazinha”, “a que ajuda”, e etc. fundamenta-se a partir da inscrição da profissão na divisão social e técnica do trabalho, esta parametrada pelas particularidades assumidas pelo capitalismo no Brasil. Se isso é verdade, considera-se também que esta forma de se conceber o Serviço Social não prescinde de seus sujeitos profissionais, que o reproduzem em seu modo de ser, de pensar, e principalmente de responder às demandas impostas pela própria divisão social e técnica do trabalho. Juntas – a imagem socialmente consolidada e a auto-imagem de seus agentes – constituem a imagem da profissão no Brasil.

---

<sup>6</sup> Concebe-se que o Serviço Social consiste em uma profissão que se inscreveu na divisão social e técnica do trabalho em um determinado momento do capitalismo, mais especificamente em sua fase conhecida por monopólica, para responder a determinadas necessidades e interesses postos a partir do embate político das classes sociais fundamentais. Assim, para responder a tais demandas, fez-se necessário a constituição de diversos atores profissionais, dentre eles o assistente social. Observa-se, então, a configuração de uma profissão, cujo ethos profissional foi moldado para atender determinadas requisições sócio-profissionais e constitui-se de um rol de características, aparentemente capazes de integrar, mudar comportamentos e apaziguar conflitos com o uso mínimo de coerção possível.



Em segundo lugar, essa auto-imagem tem sido reconstruída pelo caldo sócio-cultural, no qual se forja a profissão no Brasil desde os anos 60 [refiro-me às conseqüências teórico-metodológicas e ético-políticas que a Renovação do Serviço Social, e, em especial, a Reconceituação latino-americana trouxe ao Serviço Social brasileiro], que, promovendo o amadurecimento teórico e político do Serviço Social – principalmente em relação às suas vanguardas e entidades da categoria – tem gerado sobre tal auto-imagem importantes inflexões, as quais são visivelmente observadas ao longo das décadas de 80 e 90 do século XX. Ou seja, há em curso, em meu entender, a construção de uma auto-imagem profissional de corte diferenciado, renovada: não mais vinculada à “ajuda”, ou à “moça boazinha”, mas diretamente marcada pela defesa dos direitos sociais.

Contudo, esse trânsito não se faz tranqüilamente, ao contrário, observa-se que a auto-imagem renovada da profissão e de seus agentes, expressa em seu projeto profissional, convive com um conjunto de traços verificados historicamente e socialmente na profissão, que vincula o Serviço Social contemporâneo às suas “marcas de origem”, que há muito são rechaçados pelas vanguardas e entidades da categoria profissional. Há, portanto, uma tensão, nem sempre muito clara, entre os traços tradicionais que conformaram historicamente a imagem social da profissão no Brasil e outros que convivem dialeticamente no âmbito da auto-imagem profissional, em uma franca “luta dos contrários”. E é exatamente esta tensão que atravessa a imagem do Serviço Social no Brasil na atualidade.

Assim, para apresentar os resultados da investigação empreendida para esta tese, foram construídos três capítulos, com a seguinte disposição:

O primeiro intitulado: *“A consolidação do capitalismo no Brasil: fundamentos sócio-históricos para a profissão”* que objetiva identificar, tomando

como solo as tendências gerais do movimento do capital, os fundamentos sócio-históricos da instauração da ordem burguesa no Brasil e, com isso, apresentar as mediações capazes de desvelar a emergência de uma profissão como o Serviço Social, e, por conseguinte, sua imagem social, que é travejada por elementos que, ao mesmo tempo em que se completam, às vezes parecem se repelir, como por exemplo, a “moça boazinha” e a “moça paga para dizer não”.

O segundo capítulo: *“As particularidades do Serviço Social no Brasil: fundamentos para a construção da imagem social da profissão”*, objetiva expor os traços que compõem uma determinada imagem social para o Serviço Social; e para tanto, considerando sua vinculação com a realidade brasileira, mais especificamente com o projeto reformista-conservador, apresenta o processo de emergência do Serviço Social brasileiro e sua relação com o tal projeto, cujo resultado se expressa na construção de um determinado ethos e de uma imagem social da profissão.

O terceiro e último capítulo: *“Uma nova imagem profissional em construção: avanços e continuidades”*, objetiva fundamentar a perspectiva de que há em curso um processo de construção de uma auto-imagem renovada da profissão, que se molda a partir do legado deixado pela Reconceituação do Serviço Social, cujo principal desdobramento expressa-se a partir do “salto qualitativo” do Serviço Social brasileiro observado ao longo das décadas de 80 e 90 e firmado na atualidade com a existência do projeto ético-político. Este capítulo intenta também, a partir da fundamentação da existência de uma nova auto-imagem da profissão, contrapô-la àquela socialmente consolidada sobre a profissão, afirmando a tensão entre ambas.

Entendo que, ainda que toda a pesquisa empreendida possua uma preocupação específica – no caso, desvelar o processo de constituição de uma

determinada imagem da profissão, seu real objetivo não deve se fechar nela mesma; ao contrário, deve ter o propósito de intervir na realidade, ou seja, o conhecimento deve iluminar a ação; é só para isso, inclusive, que ele deve ter sentido.

Assim, espero que as conclusões desta pesquisa tenham sido capazes de provocar a criação de estratégias, sobretudo do ponto de vista ético-político e teórico-metodológico, para o enfrentamento dos desafios do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade.

## INTRODUÇÃO

Parte-se do pressuposto que a imagem social construída para [e reproduzida por] uma determinada profissão ao longo de sua trajetória sócio-histórica não é algo abstrato, não está descolada da realidade; ao contrário, constitui-se de um conjunto de determinados traços e características, os quais encontram-se intrinsecamente implicados por condições materiais de existência historicamente determinadas, isto é, a configuração mesma da realidade oferecerá os fundamentos para a apreensão de uma determinada imagem social, no caso, de uma profissão como o Serviço Social.

Assim, pressupõe-se que para se entender o processo de constituição da imagem social da profissão [nosso objeto de análise], há de se considerar indubitavelmente o desenvolvimento da história, que no nosso caso diz respeito à consolidação particular do capitalismo no Brasil e o enfrentamento das expressões da “questão social”. O recurso à história, portanto, não é secundário ou lateral, mas fundamental para que se possa conceber a imagem socialmente consolidada da profissão como expressão do movimento do real. E neste sentido, ela não é estática ou insuperável, mas se constrói, fortalece ou subsume a partir das relações estabelecidas entre as classes sociais em determinado momento histórico.

No entanto, à medida que o conjunto de traços e características que constroem a imagem do Serviço Social apenas pode ser desvelado a partir da apreensão das particularidades históricas brasileiras e sua relação com a emergência da profissão no Brasil; este movimento não é de mão única. Ao

contrário, o reconhecimento dos elementos que conformam a imagem do Serviço Social oferece também pistas para o desvelamento da profissão, na medida em que contribui para o entendimento efetivo de seu sentido na divisão social e técnica do trabalho. Todavia, identificar os traços que compõem a imagem do Serviço Social não significa concebê-lo tal como ele é. A imagem é um nível necessário para a apreensão de qualquer objeto de pesquisa, porém insuficiente, pois imagem e realidade não são a mesma coisa.

Com efeito, compartilha-se com Kosik (2002) a perspectiva segundo a qual o homem é um ser que exerce sua atividade prática conforme suas necessidades e intenções, e tal característica confere ao sujeito sua humanidade. No dizer de Marx e Engels:

*Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião ou por tudo que se queira. Mas eles próprios começam a se diferenciar dos animais tão logo começam a produzir seus meios de vida (...). Produzindo seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material.[...] Tal como os indivíduos manifestam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, portanto, com sua produção, tanto com o que produzem, como com o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de produção. (1993, p. 28).*

Assim, as ações desenvolvidas pelos homens não estão descoladas de suas necessidades, escolhas e interesses; mas na sua relação diária com as coisas e com os outros homens. “[...] o indivíduo ‘em situação’ cria suas próprias representações das coisas e elabora todo um sistema correlativo de noções que capta e fixa o aspecto fenomênico da realidade”. (KOSIK,2002,p.14). As imagens criadas pelos homens não são desconectadas de sua realidade material, não são gestadas abstratamente como se o próprio intelecto humano assim o fosse capaz. Ao contrário, compartilha-se do entendimento que:

*A produção de idéias, representações, da consciência está, de início, diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens aparecem aqui como emanção direta de seu comportamento material. (MARX & ENGELS, 1993, p. 36).*

A imagem, portanto, expressa a apreensão que o homem faz dessa realidade, embora não possa ser confundida com ela. Assim, a construção de determinada imagem consiste em um processo, segundo Kosik (2002), absolutamente importante para o desenvolvimento da vida social, pois ele permite que o homem possa viver seu cotidiano, identificando suas necessidades imediatas e oferecendo a elas determinadas respostas. A despeito disso, conforme já afirmado, tal processo é insuficiente para o entendimento da questão em si, ou numa palavra, de sua essência. Assim:

*[...] a práxis utilitária imediata e o senso comum a ela correspondente colocam o homem em condições de orientar-se no mundo, de familiarizar-se com as coisas e manejá-las, mas não proporcionam a compreensão das coisas e da realidade. (KOSIK, 2002, p.14).*

Entretanto, Kosik (2002) ressalta que, embora a imagem expresse a projeção que a consciência<sup>7</sup> humana faz de determinado fenômeno, que neste caso, resume-se à aparência da coisa em si, não podemos descartá-la ou considerá-la como algo secundário. Na verdade, Kosik chama a atenção para uma sutileza

---

<sup>7</sup> Conforme Marx e Engels(1993, p.37), a própria constituição da consciência não é um processo apartado da história humana, pois, “os homens, ao desenvolverem sua produção material e seu intercâmbio material, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência.” Assim, Kosik (2002, p.33) avança afirmando que a consciência é constituída da unidade existente entre aquilo que se apropria racional e teoricamente, e do que captamos pela via intuitiva. “A consciência humana é ‘reflexo’ e ao mesmo tempo ‘projeção’; registra e constrói, toma nota e planeja, reflete e antecipa; é ao mesmo tempo receptiva e ativa.” Portanto, as representações também participam da constituição da consciência.

importante, pois embora a imagem que conforma determinado objeto se configure numa relativa distorção, ela indica, de certa forma, a essência do fenômeno. Até porque:

*[...] se a essência não se manifestasse absolutamente no mundo fenomênico, o mundo da realidade se distinguiria radical e essencialmente do mundo do fenômeno: em tal caso o mundo da realidade seria para o homem 'o outro mundo' [...] e o único mundo ao alcance do homem seria o mundo dos fenômenos. [...] O fenômeno não é radicalmente diferente da essência, e a essência não é uma realidade pertencente a uma ordem diversa da do fenômeno. (KOSIK, 2002, p.16).*

A essência e a aparência fenomênica compõem dialeticamente a mesma realidade. A diferença crucial entre elas é que a análise da aparência não explica determinado objeto ou processo. Os homens em um primeiro momento conseguem captar aquilo que se manifesta à sua sensibilidade, e ao fazerem isso, por meio de sua consciência, exprimem suas representações acerca dos mesmos. No entanto, na ordem burguesa, tende-se a identificar aparência e essência, tornando a superfície sensível das coisas, a própria coisa. Assim, a aparência que subjaz determinada imagem tende a se afirmar como realidade; e no caso de uma ordem societária constituída por classes sociais antagônicas [como a ordem burguesa], a imagem que reveste essa aparência, tende a incorporar os valores que nesta sociedade são dominantes. Quanto a isso, a perspectiva marxiana é clara:

*Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que o façam em toda sua extensão e, conseqüentemente, entre outras coisas, dominem também como pensadores, como produtores de idéias; que regulem a produção e a distribuição das idéias de seu tempo e que suas idéias sejam, por isso mesmo, as idéias dominantes da época. (MARX & ENGELS, 1993, p. 72).*

Dessa forma, a imagem e os valores burgueses tendem não apenas a serem dominantes, mas geralmente incorporados como universais a toda a humanidade, como se não houvesse nada antes ou depois, e principalmente, como se fossem impermeáveis a determinados interesses históricos e de classe. É como se as idéias e a imagem que se tem alguma coisa existissem fora e acima dos indivíduos, e não fossem produzidas pelos próprios homens submetidos a condições de existência historicamente determinadas. Essa “pseudo-autonomia” das idéias e da imagem forjada na ordem burguesa as separa dos interesses da classe que as originara e assim:

*Uma vez que as idéias dominantes tenham sido separadas dos indivíduos dominantes e, principalmente, das relações que nascem de uma dada fase do modo de produção, e que com isso, chegue-se ao resultado de que na história, as idéias sempre dominam, é muito fácil abstrair dessas idéias ‘a idéia,’ etc. como o dominante na história e nesta medida, conceber todos estes conceitos e idéias particulares como ‘autodeterminação’ do conceito que se desenvolve na história. (MARX & ENGELS, 1993, p. 75).*

O processo de ascensão burguesa comprovou historicamente como determinadas idéias e interesses particulares de uma classe se tornaram, tal como no dizer de Marx e Engels, a “idéia” dominante e universal. Isto é, com o capitalismo:

*[...] a forma mercadoria não é apenas a célula econômica da sociedade burguesa: é também a matriz que contém e escamoteia a raiz dos processos alienantes que têm curso nesta sociedade. Mas a forma mercadoria [como a própria sociedade burguesa] tem uma história: o seu papel histórico-social não é o mesmo quando ela começa a derruir as colunas do mundo antigo, atravessa a feudalidade, ou quando se torna a pedra de toque de uma organização social onde toda a estrutura produtiva [e reprodutiva] está articulada para a sua exclusiva obtenção. É somente quando a grande indústria [com o seu compulsório acólito, o mercado mundial] planetariza, homogeneizando-o, segundo seus padrões peculiares, o universo social que a mercadoria se transforma de fato naquela forma e matriz privilegiadas. (NETTO, 1981b, p. 78).*



À medida que o capitalismo se promove historicamente, mais desenvolvidas e sutis tornam-se as formas de dominação de classe que opera, é neste sentido, que se pode apreender o reatualizado papel da imagem na ordem burguesa, sobretudo na sua fase madura.

Assim, com o desenvolvimento das forças produtivas, proporcionado pelo avanço científico e tecnológico, foi possível ao homem o desvelamento das legalidades inerentes ao mundo material e com isso, o entendimento racional para além do mítico, do fantástico ou do sobrenatural. Sob tais circunstâncias, o conjunto de idéias e representações, que até então comparecia na explicação do mundo real, necessitava se renovar para compor o processo de reificação<sup>8</sup> que passa a sustentar a ordem burguesa na fase do monopólio. No dizer de Netto:

*Na idade avançada do monopólio, a organização capitalista da vida social preenche todos os espaços e permeia todos os interstícios da existência individual: a manipulação desborda a esfera da produção, domina a circulação e o consumo e articula uma indução comportamental que penetra a totalidade da existência dos agentes sociais particulares – é o inteiro cotidiano dos indivíduos que se torna administrado, um difuso terrorismo psico-social se destila de todos os poros da vida e se instila em todas as manifestações anímicas e todas as instâncias que outrora o indivíduo podia reservar-se como áreas de autonomia[...]. (1981b, p. 81).*

Dessa forma, o capitalismo em sua fase madura exacerba o sentido do que Kosik chamou de “mundo da pseudoconcreticidade”. A este pertencem:

---

<sup>8</sup> É necessário esclarecer que por reificação entende-se o “[...] fenômeno sócio-cultural específico do capitalismo tardio[...].” (NETTO, 1981b, p. 16) que sustenta do ponto de vista ideológico e cultural a ordem burguesa a despeito de suas crises, a partir da universalização dos processos alienantes, historicamente presentes na produção capitalista de mercadorias. Assim, “a sociedade burguesa constituída repõe a factualidade alienada e alienante com que a forma mercadoria mistifica as relações sociais em todas as instâncias e níveis sociais, envolvendo-os na especificidade da reificação.” (Id., lbid., p. 86). No entanto, a existência de processos reificadores da ordem social não excluem a possibilidade da resistência por parte dos sujeitos políticos, nem tampouco a presença de contratendências e de movimentos revolucionários, tendo em vista que negá-los ou secundarizá-los seria o mesmo que suprimir o papel da luta de classes no movimento da história.

*o mundo dos fenômenos externos que se desenvolvem à superfície dos processos realmente essenciais; o mundo do tráfico e da manipulação [...]; o mundo das representações comuns, que são projeções dos fenômenos externos na consciência dos homens, produto da práxis fetichizada, formas ideológicas de seu movimento; o mundo dos objetos fixados, que dão a impressão de ser condições naturais e não são imediatamente reconhecíveis como resultados da atividade social dos homens. (2002, p.15).*

A imagem, portanto, localiza-se, conforme Kosik (2002, p,15) no “mundo da pseudoconcreticidade”, que “(...) *é um claro-escuro de verdade e engano. O seu elemento próprio é o duplo sentido. O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde.*”

No caso do objeto desta pesquisa, o fenômeno a que se investiga é a imagem que o Serviço Social projeta na consciência dos sujeitos em geral e dos assistentes sociais em particular. A imagem consiste, portanto, na forma fenomênica da “coisa em si” capturada pela consciência, que ora me fornece elementos para o desvelamento de meu objeto, ora intenta travesti-lo. Ou seja:

*É, portanto, historicamente impossível que as representações reflitam de modo límpido e cristalino a vida social, já que a própria consciência é permeada pela mercadoria e seu fetiche. Assim é que as representações tornam-se a expressão de um apreender parcial e mutilado da realidade, embora não totalmente falso ou ilusório. A própria consciência das classes trabalhadoras não é imune às mistificações do capital e do capitalismo, caso contrário, a sociedade não se reproduziria. Esse apreender parcial, mas nem por isso falso da realidade, é a forma necessária da consciência se constituir e se expressar, porque é gerada no mesmo movimento em que se opera a produção e reprodução do capital [...]. (IAMAMOTO & CARVALHO, 1986, p. 111).*

À proporção que busco compreender como a imagem se constrói a partir dos fundamentos históricos, teóricos e políticos que atravessam o Serviço Social no Brasil, é possível, por meio de “sucessivas aproximações”, entender no que consiste a profissão: seu significado sócio-histórico e suas particularidades.

Kosik (2002, p. 19) salienta também que *“a representação da coisa não constitui uma qualidade natural da coisa e da realidade: é a projeção, na consciência do sujeito, de determinadas condições históricas petrificadas.”* Isto é, sendo a imagem um fenômeno historicamente determinado, é possível que esta possa se alterar no decorrer dos processos históricos.

Tal perspectiva me permite afirmar que a imagem até então estabelecida para os assistentes sociais e para a profissão em si tende a se metamorfosear historicamente, à medida que a profissão passa a trilhar novos rumos e a assumir compromissos históricos com outros atores e demandas.

O exame da trajetória do Serviço Social no Brasil e o acúmulo intelectual experimentado por ele nos últimos anos atestam o processo de mudanças, não apenas no perfil profissional, mas nos princípios que a profissão defende e na forma como planeja intervir na realidade social.

Como produto da consciência e esta da história, os traços e as características que forjam uma determinada imagem para a profissão não são límpidos, nem tão pouco expressam monoliticamente um significado específico; ao contrário, são prenes de contradições e atravessados a todo o momento pelos limites ideológicos da ordem burguesa, tal como afirmado por Lamamoto (1986).

É exatamente esse entendimento que me permite fundamentar a perspectiva de que há em curso no Serviço Social brasileiro um processo de construção de uma imagem renovada, cujos traços convivem dialeticamente com outros tradicionais, que continuam latentes, às vezes, mais visíveis, outras nem tanto. Mas, certamente, concorrendo com elementos novos que se afinam com os princípios que hoje norteiam hegemonicamente o Serviço Social brasileiro e comparecem claramente em seu projeto profissional. Constituem-se, na verdade, em

concepções e perspectivas de profissão em disputa, e, que juntas compõem uma determinada imagem do Serviço Social no Brasil na contemporaneidade.

## CAPÍTULO I

### **A Consolidação do Capitalismo no Brasil: Fundamentos Sócio-Históricos para a Profissão**

*Assistente Social: Eu já vou atender o senhor.*

*Usuário: Tudo bem, eu espero. Que bom que hoje consegui um número para ser atendido.<sup>9</sup>*

Conforme apresentado pela bibliografia mais crítica da profissão, o Serviço Social no Brasil surge numa época específica da história da sociedade burguesa, a qual, do ponto de vista mundial, observava-se o fortalecimento do capitalismo em sua fase monopólica, cuja dinâmica demandou, dentre os principais aspectos, a construção de uma nova configuração do espaço público-estatal, engendrando, assim, novos papéis e funções para o Estado.

Em termos nacionais, observa-se o desenvolvimento de um processo, tal como qualificado por Fernandes (1987) de “dominação burguesa”, o que resultaria décadas mais tarde, na sedimentação de um capitalismo dependente e periférico, atualizando, sob novas bases, a tradição autoritária e conservadora brasileira.

---

<sup>9</sup> Cumpre ressaltar que a epígrafe em questão não expressa qualquer fala obtida durante os levantamentos empíricos realizados ao longo do processo de investigação, mas foi inspirada [tal como as demais que comparecem nos seguintes capítulos] em minha experiência profissional em instituições públicas e privadas. A utilização da mesma consiste em mero recurso utilizado para demonstrar a forma como as expressões da “questão social” são tratadas no Brasil, bem como, e principalmente, as representações que envolvem o exercício profissional e a profissão em si.

Em termos particulares, e considerando a trajetória histórica do Brasil, alia-se a esse conjunto de fatores a reorganização da Igreja Católica em prol de um amplo movimento de recristianização da humanidade e, principalmente, da reafirmação de seus interesses e privilégios, temporariamente abalados com o advento da República (CARVALHO, 1986, p.144)<sup>10</sup>.

É em função desse cenário que se pode afirmar que: “*o Serviço Social emerge [...] com bases mais doutrinárias que científicas, no bojo de um movimento de cunho reformista-conservador*”. (IAMAMOTO, 1992, p.21). Tal movimento, a partir do discurso da minimização dos “excessos” capitalistas, por um lado; e de ações voltadas para o soerguimento moral dos trabalhadores e suas famílias, por outro; constituiu-se, na verdade, em importante veículo de contenção das crises cíclicas da ordem burguesa e de “antídoto” contra a ameaça comunista<sup>11</sup>.

É nesse contexto – dos anos 30 do século XX – que se engendram as condições objetivas para a instauração de um amplo programa de redimensionamento do Estado brasileiro, que tomando para si a responsabilidade de promover a reprodução material e ideológica dos trabalhadores, articula um significativo conjunto de políticas sociais, capaz de amenizar as tensões provocadas pela ordem burguesa. Estão dadas, portanto, as condições para a criação de um determinado espaço sócio-ocupacional para os profissionais de Serviço Social, possibilitando a inscrição formal da profissão na divisão social e técnica do trabalho. Assim, a inserção desse profissional na divisão social e técnica do trabalho requisitar-lhe-á um determinado perfil capaz de objetivar as demandas em soluções imediatas e concretas e/ou paliativas, dependendo da situação que lhe chega.

---

<sup>10</sup> Tal processo de reorganização da Igreja será melhor explorado no segundo capítulo.

<sup>11</sup> Ressaltamos que os fundamentos do chamado movimento reformista-conservador serão tratados no capítulo seguinte.

Será supostamente o profissional bem-educado, de aparência simples e despojada, capaz de adentrar às intimidades privadas de seus “clientes”, com a seriedade e a ternura que fazem dele um “profissional da ajuda”, do “cuidado”, do aconselhamento e da indulgência. Enfim, um profissional cuja postura e imagem devem ser afinadas com a perspectiva brasileira, quer seja: “[...] *uma terra sem males definidos ou irremediáveis, regida por uma encantadora neutralidade moral. Lá não se trabalha, não se passa necessidade, tudo se remedeia.*” (CANDIDO Antônio, apud MENEZES, 1998, p.81).

Parto do pressuposto de que a constituição de uma determinada imagem social para os assistentes sociais está intimamente relacionada ao projeto societário burguês, o qual lhe assegura um determinado espaço na divisão social e técnica do trabalho, que por sua vez conecta-se às particularidades da trajetória sócio-histórica brasileira, marcada por traços seculares de subalternização e dependência estrangeira [estes fortalecidos e complexificados a partir do processo de consolidação tardia do capitalismo]. Tal vinculação atravessará a gênese do Serviço Social no Brasil, e expressar-se-á nas determinadas formas de agir e de pensar dos agentes profissionais.

Percorrer esta trilha exigiu um esforço de pesquisa, análise, interpretação e sistematização nas seguintes direções:

1. Que elementos passaram a caracterizar universalmente o modo de produção capitalista na virada do século XIX para o XX?
2. Imediatamente implicada ao conjunto de tais determinações, que exigências este novo momento do capitalismo – a era monopólica – trouxe para países considerados subalternos como o Brasil?

3. Que particularidades podem ser observadas no processo de consolidação do capitalismo brasileiro, mais especificamente no tocante ao tratamento das expressões da “questão social”<sup>12</sup>?
4. Que mediações vinculam o surgimento do Serviço Social à particular trajetória sócio-histórica brasileira, gerando para esta profissão um conjunto de requisições, posturas e representações e auto-representações?

A partir das questões apresentadas, este capítulo objetiva identificar, tomando como solo as tendências gerais do movimento do capital, os fundamentos sócio-históricos da instauração da ordem burguesa no Brasil e as mediações capazes de desvelar a emergência de uma profissão como o Serviço Social. Deste modo, o recurso à história<sup>13</sup> não é secundário e/ou lateral, mas pressuposto adotado

---

<sup>12</sup>Conforme Iamamoto & Carvalho (1986, p. 77): “a questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado”. Ou seja, entende-se por “questão social” o embate político entre as classes fundamentais – burguesia e proletariado num dado período da história – século XIX. Este embate ocorre quando a classe trabalhadora, ciente de que sua miséria crescia proporcionalmente à riqueza e abundância dos detentores dos meios de produção, reconhece-se enquanto classe e se põe como ator na arena política, exigindo um novo rumo para sua vida, revelando-se, desta forma, não somente como “classe em si”, mas como “classe para si”. Vale ressaltar que o próprio termo “questão social” é uma expressão que, quando tomada historicamente pela burguesia, passa a subsumir o caráter político da luta dos trabalhadores por melhores condições de vida e de trabalho, fluidificando-a como algo de natureza “social”. O uso das aspas se explica desta forma, conforme Netto (2001).

<sup>13</sup> Recorre-se à concepção marxiana de história, na qual esta não pode ser concebida como uma abstrata e linear sucessão de fatos, mas como produto da vida real dos homens – do modo como produzem suas condições de existência: “A maneira pela qual os indivíduos manifestam a sua vida refletem muito exatamente o que são.” (MARX, 1988, p.46). É notório nesta perspectiva de história a sua condição de processo, e não de etapas sucessivas, nas quais somente o passado deve explicar o presente. Além disso, a história deve ser sempre entendida a partir do sentido de totalidade [“unidade do diverso” e “síntese de múltiplas determinações”], o que elimina a apreensão dos fatos históricos como elementos isolados entre si. Mais ainda, há na concepção marxiana de história a presença irrefutável da dialética, na qual a luta dos contrários movimentam a história. A história, portanto, não consiste num amontoado aleatório ou abstrato de fatos, mas na unidade existente e simultânea entre superação e conservação. Assim, não há em Marx uma relação saudosista com o passado: “[...] para Marx, a história é dada a partir do presente, pela análise dialética do presente. O presente do capitalismo ‘repõe’ toda a sua história, na medida em que todo o passado indispensável ao entendimento ‘ressurge’ no interior das relações presentes”. (IANNI, 1988, p.36). Trata-se do entendimento de que o todo mais desenvolvido explica o mais simples, e, portanto, o desenvolvimento do capitalismo – como o “mais desenvolvido”, explica toda a trajetória da humanidade até hoje.



como fundamento para a apreensão das características particulares do Serviço Social no Brasil e, por conseguinte, da configuração de uma determinada imagem social da profissão, tendo em vista que se concebe que as representações sociais acerca do Serviço Social constituem-se a partir de *dois processos que se auto-implicam*: um mais amplo, que diz respeito à própria maneira como os aspectos universais presentes na constituição sócio-histórica brasileira - tornando-a dessa forma particular -, enfiaram o Serviço Social, gerando as condições objetivas e subjetivas para a criação de uma imagem socialmente consolidada; e outro, de caráter endógeno à profissão, que se refere à forma como os assistentes sociais concebem a si próprios e ao Serviço Social, a partir do mesmo conjunto de determinações da realidade sob a ótica burguesa.

### 1.1. Os Determinantes do Capitalismo em sua Fase Monopólica

Adotando o pensamento marxiano como referência, parte-se do pressuposto de que o desvendamento da estrutura da ordem burguesa em países como o Brasil, requer que se leve em conta que o mais desenvolvido deve explicar o mais simples. Assim, compartilha-se a hipótese de que partindo da perspectiva de totalidade, é necessário que se considere o processo mundial de acumulação capitalista para, a partir dele, captar a maneira como o capitalismo se consolidou no Brasil. Para tanto, optou-se preliminarmente pelas contribuições de Mandel (1985, 1990), bem como de autores da própria literatura crítica do Serviço Social, sobretudo Netto (1996) e Behring (1998).

Dessa forma, a análise mandeliana da ordem capitalista, principalmente na sua fase tardia<sup>14</sup>, não se apóia na perspectiva do equilíbrio; ao contrário, defende a existência da contradição, como mediação central para o entendimento crítico acerca do movimento e da própria constituição da história. Isto significa pensar o capitalismo em si não como um sistema naturalmente equilibrado, mas constituído de tensões, rupturas e continuidades, nas quais a crise é um de seus elementos centrais. Expansão e estagnação, embora momentos de natureza diferente, fazem parte dialeticamente<sup>15</sup> da mesma unidade – o modo de produção capitalista – que para garantir sua auto-reprodução, desenvolve-se de forma

---

<sup>14</sup> Historicamente, observa-se que consiste em uma qualidade intrínseca do capitalismo a sua capacidade de se metamorfosear. Assim, observa-se que após uma longa fase de acúmulo de capitais – a acumulação primitiva, foi possível à burguesia dominar a produção de mercadorias, pelo uso da manufatura, a partir da subsunção formal do trabalho. Tal momento do capitalismo é conhecido por *capitalismo comercial ou mercantil*, dado o importante papel nesta fase atribuído aos comerciantes e mercadores, e atravessa alguns séculos: XVI a meados de XVIII. Com a revolução burguesa e industrial, estão dadas as novas bases para um salto do capitalismo, processo este que assentado no surgimento da chamada grande indústria e da subsunção real dos trabalhadores, passa a qualificá-lo como *capitalismo concorrencial*. Esta fase permanece de meados do século XVIII às últimas décadas do século XIX, quando irrompem as revoluções proletárias, acompanhadas de substanciais descobertas no campo científico e tecnológico, exigindo um comportamento diferente por parte da burguesia e do Estado. Trata-se do chamado *Imperialismo*, que tem no *monopólio* sua base fundamental. Sua fase clássica vai de 1890 às vésperas da 2ª. Guerra mundial. É exatamente o capitalismo de caráter imperialista que desponta com o fim da 2ª. Guerra, que Mandel qualifica como *“capitalismo tardio”*. O “capitalismo tardio” é, portanto, monopolista e imperialista. Nas palavras do próprio Mandel (1985, p.4): “[...]o termo ‘capitalismo tardio’ não sugere absolutamente que o capitalismo tenha mudado em essência, tornando ultrapassadas as descobertas analíticas de ‘O Capital’, de Marx, e de ‘O Imperialismo’, de Lênin.[...] A era do capitalismo tardio não é uma nova época do desenvolvimento capitalista; constitui unicamente um desenvolvimento ulterior da época imperialista, de capitalismo monopolista. Por implicação, as características da era do imperialismo enunciadas por Lênin permanecem, assim, plenamente válidas para o capitalismo tardio.”

<sup>15</sup> Conforme KOSIK (2002, p.20), *“a dialética é o pensamento crítico que se propõe a compreender a ‘coisa em si’ e sistematicamente se pergunta como é possível chegar à compreensão da realidade. Por isso, é o oposto da sistematização doutrinária ou da romantização das representações comuns.”* Assim, segundo Kosik, é pela via do pensamento dialético que se deve destruir o chamado “mundo da pseudoconcreticidade”. A razão dialética nos permite romper com a falsa independência que a pseudoconcreticidade possui em face da realidade, mostrando que os fenômenos sociais não são naturais, mas sócio-históricos e resultados da “práxis social da humanidade”. Com efeito, desvelar a realidade exige a captura e o desvendamento de suas contradições. Isto significa que para se entender dialeticamente a realidade, é necessário se ter em mente que esta se mantém em permanente movimento. Além disso, a postura dialética nos alerta que a justa compreensão de um determinado fenômeno exige a busca das mediações e contradições, que o compõem, entrelaçam seus diversos aspectos e explicam a relação dele [fenômeno] com a totalidade, na qual se insere. Sem essa busca, o entendimento da realidade reduzir-se-á ao isolamento do fato em si mesmo. Trata-se da chamada “luta ou interpenetração dos contrários”, na qual a captura das mediações desnudará as contradições em presença, e com isso buscará desvelar o fenômeno tal como ele realmente é.

desigual em termos mundiais, e ao mesmo tempo, combinada, isto é, não se apresenta uniformemente em todas as partes do globo porque exige para sua manutenção, por motivos que serão mais à frente explorados, que alguns países se mantenham sempre em níveis inferiores de produtividade e inovação face aos países considerados centrais, assumindo, assim, o papel de produtores de matérias-primas, por um lado, e, consumidores de tecnologia e produtos acabados, por outro.

Assim, a necessidade de auto-reprodução impõe para o capitalismo a sua rearticulação no mercado mundial nas diferentes fases deste modo de produção, revolucionando simultaneamente suas bases materiais e ideológicas, a partir de um amplo processo de modernização. Este congrega, ao mesmo tempo, a continuidade dos fundamentos que constituem o modo de ser da ordem burguesa com freqüente rearranjo de suas feições<sup>16</sup>.

É dessa forma que historicamente se observa uma importante metamorfose no capitalismo, de sua fase concorrencial para a monopolista. Mandel (1985) afirma que durante a fase da concorrência, não se observava maiores movimentos internacionais do capital em busca de lucros em função dos seguintes aspectos: em primeiro lugar, observa-se:

*[...]a importância estrutural do exército industrial de reserva nos primeiros países a se industrializar. A longo prazo, isso resultou na estagnação ou regressão dos salários reais [...], de maneira que havia relativamente pouco incentivo para a exploração de força de trabalho barata dos países atrasados. (MANDEL, 1985, p. 54).*

---

<sup>16</sup> Ou seja, o capitalismo tem a capacidade de alterar o conteúdo e a forma de seus fundamentos, sem eximi-los. Por exemplo, o capitalismo fundamenta-se na exploração que não deixa de existir, pois caso contrário colocaria em xeque a própria ordem burguesa. Contudo, ao longo da história a exploração do capital sobre o trabalho sofre metamorfoses internas e externas, tornando-se ao mesmo tempo mais intensa e mais sutil.

Assim, diante do abundante número de trabalhadores desempregados nos países centrais, verificava-se um segundo aspecto: *“a fraqueza institucional, em seu início, da luta de classe do proletariado [...], que deve ser atribuída às dimensões desse exército industrial de reserva.”* (MANDEL, 1985, p.54). Além disso, Mandel observa outro elemento que justifica o reduzido movimento internacional do capital durante a fase da concorrência, tendo em vista a existência de uma:

*diferença considerável no nível de produtividade entre a agricultura e a jovem e moderna indústria em larga escala, [...] [gerando – FGO] uma fonte de ‘troca desigual’ para o capital industrial na medida em que a penetração do capital na agricultura e o aparecimento da renda capitalista do solo não passavam ainda de fenômenos marginais. (p. 54).*

Um último aspecto refere-se à existência de áreas carentes de investimento na própria Europa, bem como na América do Norte, o que em princípio, não punha necessidades imediatas ao capital de exploração em outros continentes. Ainda conforme este autor, a conjunção de tais aspectos reduziu a movimentação internacional do capital na fase da concorrência, quadro esse que se alterou nos idos dos anos 70 do século XX, quando o movimento da classe trabalhadora se fortaleceu [principalmente na Europa], desnudando suas condições de vida e de trabalho.

Além disso, parte do exército industrial de reserva desses países emigrara para outros continentes [como para a América Latina e para o Brasil em particular], reduzindo o montante de mão-de-obra ociosa e fortalecendo, ainda mais, a luta daqueles trabalhadores que permaneceram. Outros fatores que incidiram no trânsito dessa fase do capitalismo para a monopolista, foi o aumento do preço das matérias-primas, assim como o esgotamento da primeira revolução industrial, condicionando a busca de novas frentes de investimento e tecnologia. Estão postas,

portanto, as condições necessárias para uma nova fase do capitalismo conhecida por *capitalismo monopolista ou imperialista*.

Assim, identifica-se que, historicamente, o capitalismo em sua fase concorrencial precisou, a despeito da tendência de queda na taxa de lucros, buscar uma surpreendente maneira de restabelecê-la e o fez a partir do controle dos mercados, principal mote do capitalismo em sua fase monopólica.

É desta forma que Netto (1996, p.18) assinala a presença das seguintes características no capitalismo monopolista:

- Alta dos preços das mercadorias produzidas;
- As taxas de lucros tendem a ser maiores no setor monopolista do que no concorrencial;
- Há uma superacumulação articulada ao subconsumo;
- Investimento prioritário nos setores monopolizados;
- Substituição progressiva de trabalho vivo por morto, a partir do uso de tecnologia;
- Os custos de venda tendem a aumentar face à necessidade de vencer a concorrência, transformando-se, em importante mecanismo anticrise;
- Observa-se o estabelecimento do “fenômeno” intitulado como supercapitalização, no qual “*o montante de capital acumulado encontra crescentes dificuldades de valorização;*”
- Verifica-se, ainda, o crescimento do chamado “parasitismo”.

Netto (1996) nos chama atenção de que com o monopólio, o caráter parasitário da burguesia torna-se visível e deve ser analisado a partir de dois aspectos:

Em primeiro lugar, o capitalismo monopolista amplia e destaca o papel do capital financeiro, e com ele, observa-se o surgimento de uma particular “oligarquia financeira”. Além disso, o monopólio proporciona a crescente separação da propriedade do capital, da gestão em si dos negócios [isto é, o capitalista acionista fica em casa, enquanto o executivo trabalha].

Em segundo lugar:

*[...] dá corpo a uma generalizada burocratização da vida social, multiplicando ao extremo não só as atividades improdutivas stricto sensu, mas todo um largo espectro de operações que, no setor terciário, tão-somente vinculam-se a formas de conservação e/ou legitimação do próprio monopólio. (NETTO, 1996, p. 19).*

Mandel (1985) também observa que para a apreensão de superlucros na fase monopólica, o capitalismo necessitou combinar o moderno e o arcaico, ou seja, foi necessário que existisse uma variação no desenvolvimento do modo de produção dentre os diversos países, gerando, com isso, um diferencial na produtividade do trabalho [trata-se do desenvolvimento capitalista desigual a que já nos referimos]. É isso que explica o movimento do capital para fora em busca da periferia<sup>17</sup>, na qual a mão-de-obra é abundante, tendendo a ser mais frágil politicamente e mais barata; as matérias-primas costumam ser mais atraentes financeiramente; além dos poucos ou inexistentes entraves geopolíticos e tributários para o livre trânsito do capital. Mandel (1985) nos apresenta, portanto, como os países capitalistas desenvolvidos e não desenvolvidos se relacionam organicamente no mercado mundial, no qual se observa que centro e periferia se complementam e fazem parte da mesma lógica – a ordem burguesa [da mesma forma como atentei momentos atrás: o desenvolvimento capitalista necessita ser desigual, mas também combinado].

Assim, na fase do monopólio, além da exploração de colônias e semicolônias [processo típico da fase clássica do imperialismo], observa-se a presença e justaposição de segmentos desenvolvidos e subdesenvolvidos no

---

<sup>17</sup> Observa-se na fase monopolista do capitalismo, sobretudo no que Mandel (1985) qualifica como “capitalismo tardio”, a existência de um movimento de exportação do centro para a periferia que não se aplica apenas a mercadorias propriamente ditas [sob a forma de bens de consumo ou de capital], mas a capitais, ou seja, o capitalismo monopolista inaugurou o trânsito mundial de empresas multinacionais. No Brasil, este movimento é visível principalmente na segunda metade do século XX.

mesmo ramo produtivo, possibilitando que, desta forma, os primeiros abasteçam os segundos, fazendo destes seus consumidores de fato ou potenciais. A diferença nos níveis mundiais de produtividade consiste, portanto, num desdobramento esperado e necessário na ordem monopólica.

Quanto ao movimento do capital no decorrer da história, observa-se a oscilação entre fases de crescimento e outras de depressão, o que na era monopólica torna-se mais evidente, e foi qualificada por Mandel (1985, p. 75) como “ondas longas” de tonalidade expansiva ou regressiva<sup>18</sup>.

Cabe ressaltar que nesses diferentes momentos do capitalismo, principalmente na fase monopólica, o desenvolvimento tecnológico assumiu relevante papel, tendo em vista que uma das suas principais características – tal como já apontado anteriormente – consiste na incessante revolução de suas bases técnicas e materiais, desnudando nesta ordem uma série de contradições e dilemas:

Uma delas é a tendência à mecanização freqüente, gerando desta forma a tendência de nivelamento dos índices de produtividade do trabalho, o que é incompatível com o capitalismo que necessita combinar-se desigualmente entre os vários países como estratégia para extração de superlucros. Neste caso, a extração dar-se-á não apenas pelas diferenças técnicas existentes nos vários países, o que consiste numa realidade, mas também sobre a apropriação do conhecimento acerca

---

<sup>18</sup> Depreende-se da análise mandeliana, a existência no capitalismo de fases expansivas e outras recessivas com intervalos de, em média, vinte e cinco anos de duração. São chamados de “ondas longas” com determinadas tonalidades: de 1793 a 1825 – onda expansiva com 32 anos de duração; de 1826 a 1847 – onda recessiva com 21 anos de duração; de 1848 a 1873 – onda expansiva com 25 anos de duração; de 1874 a 1893 – onda recessiva com 19 anos de duração; de 1894 a 1913 – onda expansiva com 19 anos de duração; de 1914 a 1939 – onda recessiva com 35 anos de duração; de 1940/1945 a 1966 – onda expansiva com duração de 26 anos e de 1967 até hoje – uma nova onda recessiva. A periodização mandeliana quanto às ondas longas de estagnação e expansão do capitalismo demonstra que à medida que este modo de produção se desenvolve, mais profunda torna-se sua crise, uma vez que envolve cada vez mais um número maior de países; além do que mais difícil é a sua recuperação. Observa-se que o século XX terminou com uma crise sem precedentes – uma das mais longas da história.

do constante aprimoramento técnico-científico - o capitalismo monopolista aprofunda a importância da pesquisa e das inovações tecnológicas como fonte permanente de extração de superlucros e ampliação de mercados [alguns setores são, neste sentido, emblemáticos como a indústria farmacêutica, energética e de telecomunicações].

Além disso, a busca infinita de aprimoramento tecnológico potencializa a redução de trabalho vivo e sua substituição por trabalho morto. Assim, se a revolução tecnológica:

*[...] engendra superlucros iniciais, dada a contenção de salários, que provoca, por outro lado, coloca novas contradições, sobretudo o fenômeno do desemprego, já que um certo papel civilizatório do capital inclui o trabalhador enquanto consumidor. (BEHRING, 1998, p.122).*

Além dos desdobramentos sobre o nível do consumo individual dos trabalhadores e da necessidade de investimentos incessantes em pesquisa, a revolução tecnológica imposta pelo capitalismo monopolista põe para si mais um problema a enfrentar: a restrição do tempo de rotação do capital fixo. Isto é, tanto as máquinas quanto os processos produtivos por elas desenvolvidos tornam-se obsoletos com maior brevidade. Isto significa que, de um lado, quanto mais rápido o maquinário torna-se obsoleto pelo processo constante de inovação tecnológica, novas fontes de energia e/ou de matéria-prima se fazem necessárias para o desenvolvimento do processo produtivo, o que tende a encarecê-las [vide, por exemplo, o petróleo].

Por outro lado, quanto mais se mecaniza a produção mais se intensifica o processo de trabalho dos poucos trabalhadores que ainda restam, e maior é o montante de mercadorias produzidas. O trabalhador torna-se cada vez



mais estimulado a consumir e cada vez menos tem condições de fazê-lo. O sistema capitalista imprime um ritmo de consumo e de rotação de capitais para os quais ele mesmo cria impedimentos. Ou seja:

*O ingresso do capitalismo no estágio imperialista assinala uma inflexão em que a totalidade concreta que é a sociedade burguesa ascende à sua maturidade histórica, realizando as possibilidades de desenvolvimento que, objetivadas, tornam mais amplos e complicados os sistemas de mediação que garantem a sua dinâmica. (NETTO, 1996, p.16).*

Em face de tais dilemas, observa-se, na fase dos monopólios, a necessidade premente da constituição de medidas “anticíclicas”, ou seja, medidas para conter as crises cíclicas do capital. Historicamente, observou-se a efetivação de alguns mecanismos de contenção de crise, como por exemplo, o incremento do índice de vendas e todos os desdobramentos daí decorrentes. Dessa forma, pode-se sinalizar que diferentemente do estágio concorrencial, na fase monopólica, os preços dos produtos são acertados em bloco e previamente. Embora haja uma certa homogeneidade nos preços, isto não significa que não exista concorrência entre os monopólios. Ao contrário, para eliminação do excedente, o monopólio opta pelo incentivo incessante ao consumo das mercadorias por ele produzidas. Será mais competitivo aquele representante do monopólio que conseguir com mais eficiência incentivar a compra de seu produto pelo consumidor e não o do concorrente. A área de vendas se constitui, neste sentido, em importante expediente de contratendência à estagnação crônica e alavancagem da competitividade entre os monopólios. Assim:

*embora a campanha de vendas seja um fenômeno anterior ao capitalismo monopolista, é aí que ela se torna um centro nervoso decisivo, com uma intensificação espetacular da sua influência na dinâmica social. Na*

*'ausência' da competição de preços, a competitividade impiedosa no capitalismo expressa-se sob a roupagem da publicidade, da variação do aspecto dos produtos, da 'obsolescência planejada', vendas a crédito etc. A antiga publicidade proclamativa e repetitiva dá lugar à persuasão, principalmente com a entrada em cena de um personagem importantíssimo: a televisão. Crescem também as despesas com pesquisas de mercado, planejamento comercial, relações públicas e áreas afins. Trata-se de um enorme esforço, principalmente dos monopólios, de sobrepor uma representação do produto à sua qualidade e/ou utilidade, manipulando as necessidades do consumidor. (BEHRING, 1998, p.59).*

Outra contratendência extremamente importante [inclusive até hoje] sobretudo em determinado momento histórico, com a deflagração da “Guerra Fria” e sua conseqüência imediata - a corrida armamentista -, é a existência das guerras. Tanto Mandel (1985, 1978) quanto Baran e Sweezy (1978) enfatizam o papel histórico das guerras no capitalismo, bem como a tendência anticíclica que claramente elas passam a portar na fase monopolista, pois dentre outros aspectos, a guerra incide diretamente nos níveis do exército industrial de reserva, “ocupando” força-de-trabalho ociosa. Além disso, a guerra engendra a necessidade de um tipo de mercadoria que não precisa desgastar seu valor de uso para ser trocada, dinamizando incessantemente vários ramos produtivos, principalmente a indústria bélica.

Assim, sem subestimar a necessidade do monopólio em se fazer como a única alternativa possível e viável para a construção de um mundo “livre” em face da ameaça do comunismo, e com isso garantir livre trânsito ao capital internacionalmente, observa-se que a chamada “Guerra Fria” também cumpriu outros objetivos para além do âmbito político-ideológico. O largo investimento em armamentos e artefatos direta ou indiretamente voltados para a possibilidade da guerra objetivava também a incorporação do excedente produzido pela dinâmica monopólica. Ou seja, a possibilidade de um conflito armado foi [e continua sendo] uma importante fonte para o fortalecimento do capitalismo em sua fase monopólica,

tendo em vista que se expressava numa contratendência à estagnação ampliada por sua lógica.

Outro mecanismo encontrado pelo monopólio como forma de contenção da crise foi a chamada “inflação permanente”. Conforme salienta Mandel (1985), no capitalismo, a inflação, além de permanente, tende a se tornar galopante, e, portanto, em mais um dos dilemas dessa fase da ordem burguesa. Para controlá-la, caberá ao Estado o papel de administrador dos níveis inflacionários por meio de políticas econômicas de estabilização, ou seja, caberá ao Estado administrar as crises. Observa-se, portanto, que o Estado se redimensiona na era monopólica, assumindo os riscos impostos pela ordem burguesa e socializando os custos da reprodução da força de trabalho, conforme a seguir.

## 1.2. O Estado na Fase Monopolista do Capitalismo

Em primeiro lugar, embora a origem do Estado coincida com a emergência da propriedade privada, não se pode identificar seu processo de construção com o capitalismo. De acordo com Mandel:

*O Estado é mais antigo que o capital, e suas funções não podem ser derivadas diretamente das necessidades da produção e da circulação de mercadorias. Em sociedades pré-capitalistas, as formas específicas do Estado desempenham funções bem diferentes daquelas que garantem o tipo de segurança legal necessário ao desenvolvimento da produção de mercadorias. [...] Esse Estado é inteiramente inadequado [...] à lógica da produção simples de mercadorias, para não falar da acumulação primitiva de capital. Seu poder despótico pode obstruir por muito tempo o desenvolvimento da produção de mercadorias, por meio de confiscos sistemáticos, por exemplo. (1985, p. 335).*

Isto é, a configuração do Estado no chamado Antigo Regime era incompatível com a relação existente entre capital e trabalho engendrada na ordem burguesa e todos os seus desdobramentos objetivos e subjetivos. É, portanto, sobre este solo que se depreende historicamente a importância do projeto societário burguês, no qual a derrubada do Estado Absolutista e a construção de uma estrutura política de novo tipo se constituíram em processos fundamentais. No entanto, foi necessária a constituição de um significativo processo de acumulação primitiva e de desenvolvimento do capital mercantil para que a estrutura político-estatal tradicional fosse gradativamente solapada, tornando-se, desta forma, o verdadeiro “*parteiro do modo de produção capitalista.*” (MANDEL, 1985, p. 335). Assim, surge o Estado tipicamente burguês, o qual, quanto aos seus componentes universais:

*É um produto direto do Estado absolutista, gerado pela tomada do poder político e de sua maquinaria institucional pela classe burguesa. Mas também é uma negação deste último [...]. O governo do capital se distingue de todas as formas pré-capitalistas de governo pelo fato de não se basear em relações extra-econômicas de coerção e dependência, mas em relações ‘livres’ de troca, que dissimulam a dependência e sujeição econômicas do proletariado [...] e lhe dão a aparência de liberdade e igualdade. (MANDEL, 1985, p. 335).*

Já na fase concorrencial do capitalismo, é possível identificar no âmbito estatal tanto funções de caráter eminentemente político quanto econômico<sup>19</sup>, tais como: garantir as condições gerais para a produção; neutralizar qualquer tipo de ameaça por parte dos dominados ao modo de produção então vigente, utilizando simultaneamente, e sempre que necessário, a força e construindo consensos; e

---

<sup>19</sup> Estas se expressavam a partir da emissão de moedas, do estabelecimento de mercados e de barreiras alfandegárias. Contudo, esperava-se que os custos envolvidos com tais funções fossem os menores possíveis, tendo em vista que podiam representar, quando gastos em demasia, profundos desperdícios de dinheiro que poderia ser investido produtivamente. Mandel(1985, p.337) nos alerta que “*a burguesia industrial ascendente sempre tentou [...] controlar rigorosamente as despesas do Estado e questionar ou recusar qualquer aumento nessas despesas.*” A preocupação com os gastos do Estado, portanto, não se configura historicamente como uma novidade.

assim, integrar a classe dominada, de modo que ela não perceba a exploração ou a conceba como algo natural ou parte de um projeto divino maior e pela qual precisa passar para juntar-se aos dignos e bons em outra dimensão. O Serviço Social, ao lado de outras instituições profissionais ou não, já na era monopólica, assumiu, como se verá mais adiante importante papel neste sentido.

Observa-se que, à medida que o modo de produção capitalista se aprofunda, acirrando suas contradições [referimo-nos aqui a transição da fase capitalista concorrencial para a monopólica] e engendrando uma nova configuração entre as classes sociais, outras requisições são postas ao Estado, exigindo deste mais funcionalidade à lógica do monopólio. Apresenta-se, no dizer de Netto (1996), um “*processo de refuncionalização do Estado*”, isto é, a instância estatal passa a assumir e/ou intensificar uma série de funções capazes de subsidiar as necessidades do capital na fase do monopólio, bem como de arrefecer suas contradições. Com efeito, Netto sinaliza que:

*até então, o Estado na certa caracterização marxiana, o representante do capitalista coletivo, atuara como o cioso guardião das condições externas da produção capitalista. Ultrapassava a fronteira de garantidor da propriedade privada dos meios de produção burgueses somente em situações precisas [...]. Na idade do monopólio, ademais da preservação das condições externas da produção capitalista, a intervenção estatal incide na organização e na dinâmica econômicas desde dentro, e de forma contínua e sistemática. Mais exatamente, no capitalismo monopolista, as funções políticas do Estado imbricam-se organicamente com as suas funções econômicas. (1996, p. 20).*

É neste sentido que Netto (1996) destaca algumas das funções incorporadas pelo Estado na fase monopolista do capitalismo:

A de empreendedor, tendo o monopólio dos setores estratégicos e garantindo o financiamento e a construção da infra-estrutura necessária à

entrada e instalação de indústrias pesadas ligadas aos grandes monopólios;

A de conciliador e disciplinador da classe trabalhadora, deixando-a convenientemente apta para o trabalho e a sua rotina fabril [e aqui reside o importante papel das instituições sócio-assistenciais e de seu aparato técnico-profissional, dentre os quais se encontra o assistente social];

A de legislador, garantindo uma série de leis e programas capazes de assegurar a ordem e, sobretudo, estabelecer um mercado consumidor estável [destaca-se aqui o expressivo papel da legislação social e políticas sociais públicas];

A de financiador de projetos de pesquisas e conhecimento técnico-científico para a permanente inovação tecnológica, formando quadros profissionais para as grandes empresas monopolistas;

Como administrador das crises, contendo os fluxos da economia, controlando a inflação e o câmbio.

Em resumo, cabe ao Estado na fase monopolista do capitalismo, conter suas crises estruturais pela via dos mecanismos anticíclicos materializados em suas diversas funções:

*Outra característica do capitalismo tardio é a suscetibilidade crescente do sistema social a explosivas crises econômicas e políticas que ameaçam diretamente todo o modo de produção capitalista. Em consequência disso, a “administração das crises” é uma função vital do Estado na fase tardia do capitalismo [...]. Economicamente falando, essa “administração das crises” inclui todo o arsenal das políticas governamentais anticíclicas [...]. Socialmente falando, ela envolve esforço permanente para impedir a crise cada vez mais grave das relações de produção capitalistas por meio de um ataque sistemático à consciência de classe do proletariado. Assim, o Estado desenvolve uma vasta maquinaria de manipulação ideológica para “integrar” o trabalhador à sociedade capitalista tardia como consumidor, “parceiro social” ou “cidadã” [...]. (MANDEL, 1985,p. 340).*

Assim, diante da “refuncionalização” assumida pelo Estado no capitalismo monopolista, ademais, diante das contradições e dilemas observáveis mais claramente nesta fase, cabe analisar em que medida se expressa essa relação entre o âmbito público-estatal e os interesses dominantes. Compartilho [principalmente considerando o caso brasileiro] com a concepção marxiana de Estado, que o entende como um “comitê executivo da burguesia”<sup>20</sup> (NETTO, 1996,

---

<sup>20</sup> A concepção do Estado como “comitê executivo da burguesia” é clara no Manifesto do Partido Comunista, escrito por Marx e Engels em 1848, donde se lê que: “O executivo do Estado Moderno

p. 22), o que não significa desconsiderar suas contradições e aprisioná-lo em uma “camisa de força”, tendo em vista que o Estado é também permeável às demandas dos trabalhadores [ainda que saibamos que seu próprio grau de permeabilidade dependerá do nível da correlação de forças vigentes]. Esta feição do Estado é bastante clara no capitalismo monopolista, quando este incorpora uma série de funções, hipertrofiando-se, ao mesmo tempo em que desfruta de uma relativa autonomia institucional. A necessidade do Estado em portar uma relativa autonomia institucional consiste, inclusive, numa necessidade de manutenção da própria ordem burguesa, a qual precisa proteger-se de suas próprias contradições<sup>21</sup>.

Embora tal configuração nos seja clara, cabe discutir, ainda que brevemente, o “tempo miúdo” (YASZBEK, 2001) dessas relações cotidianas, nas quais os interesses dominantes se materializam sob a forma de decretos, medidas provisórias, programas governamentais, Mandel (1985) nos alerta que os “grupos de pressão” ou “lobbistas” adquirem forte presença e papel na relação entre o Estado e a burguesia na era monopólica:

*Muitas vezes são a fonte de idéias de novas medidas governamentais ou de emendas [...]. É sempre necessário saber como essas várias formas de influência privada que o capital exerce sobre o Estado se ligam, se cruzam e se chocam. [...] Essa ‘reprivatização’ não oficial [...] da articulação dos interesses de classe da burguesia é uma contrapartida da concentração e centralização crescente do capital. É a sombra inseparável da autonomia e*

---

*não é mais do que um comitê para administrar os negócios coletivos de toda a classe burguesa.” (MARX & ENGELS, 1998, p.7). No entanto, Weffort (1993, p.42) chama a atenção que “a unidade de perspectiva que se deve reconhecer a Marx na teoria política não impede que se reconheçam algumas mudanças significativas de conceito quanto ao Estado.” Na verdade, a análise de Weffort nos indica que a identificação marxiana do Estado como um comitê exclusivo dos interesses da burguesia se inscreve no contexto das revoluções proletárias de 1848 e 1870. Segundo Weffort, a perspectiva de Estado em outras obras de Marx como o “18 Brumário” e o próprio “O Capital” demonstram com maior clareza o caráter contraditório do Estado na era do capital, cujo motor é a luta de classes.*

<sup>21</sup> Conforme Weffort (1993, p. 244): “para que a sociedade burguesa seja preservada e, mais que isso, cumpra as leis de seu desenvolvimento, parece necessário que o Estado ganhe autonomia sobre a classe dominante. A burguesia se beneficia do Estado, mas não é ela quem governa. Ela entrega a sua autonomia em troca da preservação da sua propriedade e da sua capacidade de enriquecimento.”

*da hipertrofia cada vez maiores do Estado burguês tardio. Atinge o ponto máximo quando as decisões que afeta não são mais opções secundárias, mas sim opções estratégicas e históricas da classe burguesa como um todo. (MANDEL, 1985, p. 344).*

A despeito da clareza quanto ao caráter de classe do Estado na era monopólica [ressalta-se que tal caráter não se desvela apenas na fase monopolista, mas enforma o Estado na ordem burguesa em si], cabe uma questão: quais são os mecanismos efetivos para que a burguesia exerça seu controle sobre o Estado? Em primeiro lugar, se a classe dominante controla e domina a estrutura financeira desta ordem societária, certamente tende a dominar suas instâncias superestruturais.

Em segundo lugar, ainda que a origem de classe dos integrantes do governo não possa expressar diretamente o comportamento de classe do Estado, é inegável que os altos escalões são majoritariamente preenchidos por “herdeiros da burguesia”, que de certa forma expressam e materializam em ações determinada perspectiva de homem e de mundo burguês [o que não quer dizer que os “herdeiros do proletariado” não possam reproduzir a mesma coisa, às vezes, de forma até mais contundente]. Independente da origem de classe:

*E inconcebível que alguém que rejeite ou resista à ordem social vigente e às suas normas de pensamento e ação possa chegar, no decorrer comum dos acontecimentos, no topo do aparelho de Estado burguês. (MANDEL, 1985, p. 346).*

Netto (1996) identifica um elemento radicalmente novo no trato desse Estado refuncionalizado, que diz respeito à forma que este passa a se relacionar com a classe trabalhadora. Assim, se antes o Estado, em face das demandas dos trabalhadores, agia para assegurar o funcionamento da ordem burguesa, geralmente pela via da repressão; com o monopólio, o Estado passa a ocupar-se diretamente



com a preservação física e o controle ideológico do trabalhador. As políticas sociais e as instituições irão cumprir objetivamente estas funções, garantindo alguma renda para a manutenção do consumo do trabalhador e de sua família, por um lado; por outro, homogeneizando entre os trabalhadores o discurso e o ideário burguês<sup>22</sup>.

A grande novidade do Estado na fase monopolista é:

*Para exercer, no plano estrito do jogo econômico, o papel de 'comitê executivo' da burguesia monopolista, ele deve legitimar-se politicamente incorporando outros protagonistas sócio-políticos. O alargamento da sua base de sustentação e legitimação sócio-política, mediante a generalização e institucionalização de direitos e garantias cívicas e sociais, permite-lhe organizar um consenso que assegura o seu desempenho.(NETTO, 1996, p. 23).*

Assim, para garantir a existência da própria ordem burguesa no trânsito para a fase monopolista do capitalismo, o Estado ampliou-se sem eximir seu caráter de classe, tornando-se permeável às demandas dos trabalhadores e incorporando-as [desde que nos limites da manutenção da ordem burguesa] ao seu leque de políticas e direitos sociais. Ou seja, as lutas da classe trabalhadora, materializadas nas *“demandas econômico-sociais e políticas imediatas postas por todo este processo reivindicativo e organizativo macroscópico não vulnerabilizaram a modelagem da ordem econômica do monopólio, ainda que a tenham condicionado”*. (NETTO, 1996, p. 23).

---

<sup>22</sup> Neste sentido, as palavras de Oliveira Vianna (1951, p.30) – importante ideólogo do período Vargas – são claras: *“na verdade, o que caracteriza a nova política social, ou melhor, o que constitui as novas diretrizes da política social contemporânea é a preocupação de restaurar, no operário ou no trabalhador, a sua dignidade de pessoa humana.”* Dignidade essa baseada, no caso brasileiro, no pensamento conservador, principalmente nos pressupostos da Doutrina Social da Igreja e no positivismo, e defendida pelos assistentes sociais pioneiros, como pretendemos examinar no próximo capítulo.

Antes, a incorporação de tais demandas só foi possível visto que, de certa forma, e potencialmente, representavam ganhos diretos ou indiretos ao monopólio. É com esta prerrogativa que as demandas podem permeabilizar o Estado, tendo em vista que não põem em xeque o objetivo último – ampliar os lucros via controle de mercados, ao contrário, tendem a potencializá-los.

Deve-se ressaltar que é assim que repousa a grande diferença quanto ao caso brasileiro. Enquanto nos países centrais, foi exatamente isso que aconteceu, ou seja, a conjunção da luta dos trabalhadores com a necessidade do fortalecimento de mecanismos anticíclicos culminou no redimensionamento estatal, configurando o que ficou conhecido como Welfare State; em países como o Brasil, periférico, se tomarmos como referência a dinâmica do capital internacional, observa-se que o redimensionamento do Estado se dá muito mais no tocante às suas funções econômicas diretas e indiretas do que na articulação destas com as políticas sociais.

Netto (1996) destaca que esse processo [articulação entre o caráter das diversas funções] apenas se materializou em determinados momentos históricos e em países, onde a *disposição política das classes se fez presente*. Assim, em nações com tradição historicamente assentada em bases conservadoras e autoritárias, e cujos trabalhadores não estavam efetivamente organizados em torno de um objetivo comum [e assim com um nível mais fragilizado de consciência de classe], as lutas não conseguiram incidir e condicionar de fato ações estatais na direção da construção de um conjunto de direitos e políticas sociais.

Na verdade, podemos dizer que a própria consolidação da ordem burguesa no Brasil passou por uma série de processos específicos, que constituiu

um capitalismo particular, embora organicamente conectado à ordem burguesa internacional.

### 1.3. O Processo de Consolidação da Ordem Burguesa no Brasil

Para se tratar das particularidades assumidas pelo capitalismo no Brasil, optou-se por recuperar três autores importantes para o pensamento social brasileiro e profundos conhecedores do que vou designar de “brasilidade”<sup>23</sup>. Refiro-me aqui a Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes e Octavio Ianni – pensadores brasileiros preocupados em entender os fundamentos da formação social, econômica e política do Brasil. Nos três, verifica-se claramente uma determinada imagem do Brasil, que se constrói a partir do resgate do passado histórico, no qual o factual imediato e singular é interpretado à luz da universalidade, desvelando as particularidades dos processos sociais aos quais estão submetidos. Assim:

*[...] não se trata de refazer toda a história, como se isso fosse possível, indispensável ou heurístico. Ao contrário, a história se resgata seletivamente, a partir do presente. Os desafios com os quais se defrontam os grupos e as classes sociais, em certas conjunturas, põem estas ou aquelas exigências sobre o presente e o passado em suas determinações recíprocas. Cada presente, a partir da perspectiva deste ou daquele grupo, desta ou daquela classe, pode suscitar um modo de resgatar o passado – e imaginar o futuro. (IANNI, 1996, p. 54).*

---

<sup>23</sup> Mais do que afirma o dicionário, no qual “brasilidade” significa “*propriedade distintiva do brasileiro e do Brasil*” (FERREIRA, 1986, p.283), pretendo designar o termo como o conjunto de características e posturas que conferem ao Brasil um determinado perfil sócio-histórico diante dos demais países do mundo. A “brasilidade”, portanto, envolve o modo de ser da formação sócio-econômica e política do Brasil e de sua gente.

Começamos pela competente contribuição de Caio Prado Júnior, cabendo ressaltar que Coutinho (2005), a despeito de seus inegáveis méritos, reconhece em sua obra algumas limitações, dentre elas seu escasso acervo de categorias marxistas, bem como sua indicação prioritária da circulação em detrimento da produção para a fundamentação da gênese do capitalismo no Brasil. Além disso, Coutinho (2005) também observa que Caio Prado Júnior, ao indicar a via prussiana<sup>24</sup> como caminho para a instalação do capitalismo no Brasil, tende a enfatizar os traços que expressam a conservação<sup>25</sup> com o historicamente existente, não identificando, assim, com a mesma intensidade, os elementos que caracterizam a modernização da ordem social brasileira. Tal tendência, na perspectiva de Coutinho (2005), acaba por dificultar a apreensão das contradições que atravessam a constituição do capitalismo no Brasil.

Com efeito, exatamente por não conseguir capturar efetivamente tais contradições, Caio Prado Júnior desenvolve, segundo Coutinho (2005), uma análise relativamente estreita do Estado brasileiro e de sua relação com a ordem burguesa, na medida em que - apesar de denunciar o caráter condescendente que o Estado

---

<sup>24</sup> Coutinho (2005, p.225) recupera, em Lênin, as duas formas de construção da ordem burguesa nos diversos países, quer seja: a chamada “via clássica” ou “americana” e a “via prussiana” e afirma que, o desenvolvimento do raciocínio de Caio Prado acerca da formação do capitalismo no Brasil – um país até então agrário e rural – aponta para a seguinte conclusão: “a de que o capitalismo no Brasil consolidou-se pela chamada “via prussiana”, tendo em vista que, “a via ‘clássica’ implica uma radical transformação da estrutura agrária: a antiga propriedade pré-capitalista é destruída, convertendo-se em pequena exploração camponesa. Nesse caso, não só desaparecem as relações de trabalho pré-capitalistas, fundadas na coerção extra-econômica sobre o trabalhador, mas também é erradicada a velha classe rural dominante [...]. Diverso é o caso da ‘via prussiana’: aqui a velha propriedade rural, conservando sua grande dimensão, vai se tornando progressivamente empresa agrária capitalista, mas no quadro da manutenção de formas de trabalho fundadas na coerção extra-econômica, em vínculos de dependência ou subordinação que se situam fora das relações ‘impessoais’ do mercado, e que vão desde a violência aberta até a intromissão na vida privada do trabalhador. É evidente que isso permite a conservação [ou mesmo o fortalecimento] do poder político do velho tipo de proprietário rural, que continua a ocupar postos privilegiados no aparelho de Estado da nova ordem capitalista.”

<sup>25</sup> Conforme Coutinho: “[...] o que no Brasil se adaptou ‘conservadoramente’ ao capitalismo não foi um domínio rural de tipo feudal, mas sim uma forma de latifúndio peculiar: uma exploração rural de tipo colonial [ou seja, voltada desde as origens para a produção de valores-de-troca para o mercado externo] e fundada em relações escravistas de trabalho”. (Id., *ibid.*, p. 226).

brasileiro possui com os segmentos burgueses -, de certa forma, “alimenta” a burguesia pela via da corrupção, afirma que este caráter patrimonialista do Estado se configuraria em mais um obstáculo para o desenvolvimento do capitalismo como em outros países. Ou seja:

*O desenvolvimento brasileiro, sua passagem definitiva para a “modernidade”, estaria bloqueada pelo “atraso”, seja nas relações agrárias, seja no setor industrial, um “atraso” proveniente, pensa ele, da limitação estrutural do mercado interno e da dependência ao imperialismo. (COUTINHO, 2005, p. 239).*

Coutinho (2005), entretanto, adverte que este caráter do Estado brasileiro foi absolutamente necessário para a consolidação do capitalismo no Brasil, pois foi a partir de tal estrutura política, que o Estado garantiu o empreendimento de inúmeras empresas necessárias para o desenvolvimento capitalista, bem como a realização de uma série de iniciativas, como no campo da reprodução da própria classe trabalhadora. Consideradas as devidas particularidades, é inconteste que a configuração do Estado brasileiro favoreceu a consolidação do capitalismo. Assim, o dizer de Coutinho é claro:

*[...] ao invés de representar um obstáculo para o desenvolvimento capitalista “saudável” e de ser uma manifestação de nosso “atraso”, como supõe Caio Prado, a intervenção do Estado constitui elemento decisivo na acumulação de capital e, em particular, no processo de industrialização, constituindo assim um traço – e um traço substancial – de nossa “modernidade”. (2005, p. 238).*

Coutinho (2005) ressalta que não se trata de submeter tal autor e sua obra a alguma espécie de exame, mas de identificar seus méritos na tentativa de recontar a história do Brasil e sua relação com o capitalismo internacional; e, neste sentido, deve-se a Caio Prado Júnior [a despeito de grande maioria dos marxistas de

seu tempo que defendiam tese contrária] o entendimento de que o passado colonial brasileiro não se constituiu em um entrave para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Ao contrário, o estatuto colonial adequou-se aos majoritários interesses imperialistas, que, em sua fase clássica, já havia proporcionado a partilha do mundo entre as potências monopolistas.

Com efeito, a condição histórica brasileira subjacente ao seu passado colonial possibilitou a consolidação do capitalismo no Brasil nos marcos do Imperialismo, conferindo a este [capitalismo] peculiaridades importantes, como por exemplo, a convivência do arcaico com o moderno, e um processo de desenvolvimento ainda inconcluso em nosso país. Logo, para se entender tais particularidades brasileiras, Caio Prado Júnior recorre ao passado<sup>26</sup>:

*Aquilo que a colonização realizara, aquele 'organismo social completo e distinto' constituído no período anterior, começa a se transformar [...]. É então o presente que se prepara, nosso presente dos dias que correm. Mas este novo processo histórico se dilata, se arrasta até hoje. E ainda não chegou a seu termo. É por isso que para compreender o Brasil contemporâneo precisamos ir tão longe; e subindo até lá, o leitor não estará ocupando-se apenas com devaneios históricos, mas colhendo dados, e dados indispensáveis para interpretar e compreender o meio que o cerca na atualidade. (1971, p. 10).*

Dessa forma, o resgate da trajetória sócio-histórica brasileira nos mostra que ainda que a proclamação da Independência tivesse possibilitado a construção de um Estado de caráter nacional, observa-se que “em 1822, o Brasil não conseguiu entrar no ritmo da história”. (IANNI, 1996, p.13). Tal constatação se dá em virtude de que o mesmo processo que engendrou a independência formal brasileira da metrópole, não conseguiu romper com outros traços e processos como

---

<sup>26</sup> É também claro em Fernandes (1987, p.202) a relação com o passado - “Como não há ruptura definitiva com o passado, a cada passo este se reapresenta na cena histórica e cobra o seu preço, embora sejam muito variáveis os artifícios da ‘conciliação’.”

o trabalho escravo, o impedimento da existência da república e de garantias democráticas. Assim, observou-se que “[...] *o modo pelo qual se organizou o Estado nacional garantiu a continuidade, o conservantismo, as estruturas sociais herdadas do colonialismo[...]*.” (IANNI, 1996, p. 14), como o modelo agro-exportador baseado no trabalho escravo e na forte concentração de poder econômico e político.

Ianni (1996) nos chama a atenção para o fato de que as mudanças que um processo de independência exigia, só foram encaminhadas nacionalmente muitas décadas após, mais precisamente com a Abolição da Escravatura e com a Proclamação da República, e em consonância com os interesses imperialistas do grande monopólio internacional; embora, segundo Fernandes (1987), o embrião daquilo que se podia chamar de dominação burguesa no Brasil já fosse percebido historicamente desde o final do Império e início da República<sup>27</sup>.

De qualquer modo, somente em fins do século XIX, foi possível, em solo brasileiro, a realização de tarefas históricas, as quais em outros países, sobretudo os capitalistas centrais, já eram ‘coisas do passado’. É por isso, que Ianni (1996) defende que o Brasil perdeu o “ritmo da história”. Enquanto o mundo, principalmente o ocidente, ingressava na fase monopólica do capitalismo: “[...] *o Brasil ainda parecia viver no fim do século XVIII*”. (IANNI, 1996, p.19). Mas, em que medida se percebe esse descompasso histórico?

---

<sup>27</sup> Coutinho (2005, p.248) afirma que tanto Caio Prado Junior, quanto Florestan Fernandes diferem dos marxistas da época, vinculados ao PCB, tendo em vista que para estes, “[...] *o Brasil continuaria a ser um país ‘atrasado’, semicolonial e semifeudal, bloqueado em seu pleno desenvolvimento para o capitalismo pela presença do latifúndio e da dominação imperialista. [Tal análise do PCB – FGO] desconhece o fato de que o Brasil já havia realizado sua revolução burguesa e que, em consequência, pelo menos desde a República, sua formação econômico-social já era, ainda que com importantes especificidades, de tipo capitalista. Ora, tanto Caio Prado quanto Florestan rompem com essa visão: para eles, o Brasil contemporâneo é um país plenamente capitalista, que já teria experimentado portanto uma ‘revolução burguesa’ [...] – uma revolução burguesa de tipo ‘não-clássico’.*”

Enquanto o mundo ocidental, especialmente europeu, passava a assentar suas bases econômicas e políticas na grande indústria monopolista, no Brasil, observava-se, no século XIX, o fortalecimento da cultura agrícola por meio do café<sup>28</sup>, tornando-se a base da economia brasileira. Sua organização se dava sob a forma de “plantation”, em grande escala, e pela via do trabalho escravo e depois dos imigrantes europeus.

Os investimentos para a plantação de café eram altíssimos, em função de seu retorno demorado, o que inviabilizava a participação de pequenos agricultores nesse tipo de negócio e confirmava uma tradição histórica na economia brasileira, isto é, a concentração de poder econômico e político nas mãos de poucos. A existência da monocultura intensiva de produtos agrícolas ou de matérias-primas, voltada exclusivamente para exportação - sem considerar o consumo imediato da população - consistiu na expressão histórica dessa concentração. A Independência tampouco a Proclamação da República alteraram esse quadro herdado do sistema colonial. Ao contrário, ambos os processos o reforçaram.

Esse modelo *exclusivamente* agro-exportador, passa a mudar de modo efetivo somente na segunda metade do século XX com o avanço industrial. Mas, a alteração do modelo não significa, nem a socialização do poder político e econômico, nem a independência face ao capital estrangeiro; a dependência se mantém, ou até se fortalece, porém a partir de novas bases.

---

<sup>28</sup> Quanto ao café verifica-se que “*é somente no correr do século XVIII que ele adquire importância nos mercados internacionais, tornando-se então o principal alimento de luxo nos países do Ocidente. E é isto que estimulará largamente sua cultura nas colônias tropicais da América*”. (PRADO JÚNIOR, 1974, p.159). Ressalta-se que a supremacia cafeeira no Brasil, como base absoluta da economia, se deu aproximadamente por quase um século, gerando um tipo especial de “aristocracia” – os chamados “Barões do Café”. “*O café deu origem, cronologicamente, à última das três grandes aristocracias do país, depois dos senhores de engenho e dos grandes mineradores, os fazendeiros de café se tornaram a elite social brasileira.*” (Id.,Ibid., p.167).



É importante salientar que a permanência por um longo período da lógica e da dinâmica da monocultura oligárquica, entendida como uma das heranças coloniais, antes de se configurar como um impedimento para o processo de implantação da ordem burguesa no Brasil, serviu-lhe de esteio e fundamento, dentro da lógica monopolista de desenvolvimento desigual e combinado. Com efeito, a constituição de um mercado eminentemente capitalista serviu como elemento restaurador das velhas estruturas da economia cafeeira, fundindo velhas e novas práticas:

*À oligarquia, a preservação e a renovação das estruturas de poder, herdadas no passado, só interessavam como instrumento econômico e político: para garantir o desenvolvimento capitalista interno e sua própria hegemonia econômica, social e política. Por isso, ela [a oligarquia - FGO] se converteu em pião da transição para o 'Brasil moderno' [leia-se capitalista - FGO]. (FERNANDES, 1987, p. 210).*

É necessário destacar que a forma de organização econômica assentada sob a monocultura exclusivamente voltada para exportação trouxe inúmeros desdobramentos sociais e territoriais sentidos até hoje, como por exemplo, o desenvolvimento expressivo das regiões sul e sudeste em vários aspectos – econômico, político e sócio-cultural, se comparadas às demais regiões norte, nordeste e centro-oeste.

Tais diferenças regionais explicam-se, do ponto de vista interno, a partir do entendimento de que o modelo exportador de produtos agrícolas e de matérias-primas deu margem aos inúmeros ciclos econômicos, cuja exaustão dos recursos naturais, engendrava novos ciclos, deixando para trás, isolados, e à própria sorte, os anteriores. Foi assim com a cana, o cacau, o tabaco, a borracha, o algodão, a mineração, e por último, o café.

Subjacentes a estes ciclos, vários outros processos se desencadearam como as ondas migratórias, que objetivando em princípio o povoamento, voltaram-se depois para a substituição de mão-de-obra escrava, principalmente na cafeicultura. Assim, os primeiros imigrantes responderam a tentativa de povoamento do território brasileiro, para os quais eram cedidos pedaços de terra para uso e plantio, bem como a de “branqueamento” da população<sup>29</sup>. Este sistema terá mais sucesso no sul do país do que em outras regiões:

*Para o norte do Brasil a questão não se proporá: esta parte do país nunca receberá uma corrente apreciável de europeus [...]. Havia aí o obstáculo do clima, menos atraente para as populações da Europa, bem como de uma situação econômica estacionária, senão decadente. O sul pela sua riqueza e prosperidade, e favorecido ainda por um clima mais favorável, tornara-se o pólo de atração, no Brasil, das correntes migratórias. (PRADO JÚNIOR, 1974, p. 190).*

Os imigrantes que se fixaram no sul, fora da monocultura cafeeira, não vinham com contratos pré-estabelecidos, na condição de assalariados; mas como colonos, os quais muitos deles receberam lotes de terra para o plantio de produtos para sua subsistência. Gerou-se, dessa forma, um tipo de povoamento muito diferente do resto do país, no qual se observa:

---

<sup>29</sup> Ianni (1996) indicou como parte do pensamento social brasileiro justificou o “branqueamento” da população, e a tendência de atribuir aos índios e negros a causa do subdesenvolvimento brasileiro, como por exemplo: “Do ponto de vista intelectual, os mestiços não se mostram, em coisa alguma, inferiores aos brancos. É verdade que eles não são tão profundos, embora sejam, às vezes, mais brilhantes. [...]. Do ponto de vista moral, no entanto, é preciso reconhecer que os mestiços manifestam uma acentuada fraqueza: a emotividade exagerada, ótima condição para o surto dos estados passionais” (ROQUETE PINTO apud IANNI, 1996, p.118). É com a referência deste contexto e mentalidade que se verificou a valorização do trabalho do branco, do imigrante europeu, mais preparado e com “boa aparência”. “Talvez se possa dizer que a revolução burguesa reitera a tese de que a humanidade se divide em povos históricos e não históricos. Todos os europeus e seus descendentes brasileiros seriam históricos, civilizados, brancos, superiores, dominantes. Todos os outros, no caso do Brasil, índios e negros, seriam não históricos, fetichistas, bárbaros, inferiores, dominados”.(IANNI, 1996, p. 137).

*[...] o parcelamento da propriedade fundiária, ausência de latifúndio; em vez de grandes lavouras do tipo do café, do açúcar ou do algodão, que produzem, sobretudo para o comércio exterior, pequenas culturas e outras atividades de caráter local e destinadas ao abastecimento interno do país: cereais, vinho, produtos de granja. (PRADO JÚNIOR, 1974, p. 204).*

Já o sudeste [sobretudo São Paulo] movido e movendo economicamente, até a entrada do século XX, todo o país com a monocultura de café, gerou em torno de si um apreciável acúmulo de capitais e desenvolvimento em infra-estrutura. Com o fim do ciclo do café, essa região se abre para as primeiras iniciativas do ramo industrial; enquanto o norte, centro-oeste e nordeste permanecem em profunda estagnação<sup>30</sup>.

Referindo-me sobre a permanência do ethos colonial e sua relação com a dominação burguesa central, verifica-se que mesmo após a Independência até a primeira metade do século XIX, o trabalho escravo não era tema central na agenda imperial brasileira, mas sim o tráfico reprimido efetivamente pela Inglaterra a partir de 1850. Com a proibição do tráfico, e com a necessidade premente de braços para o trabalho na lavoura de café, passou-se a “importar” escravos de regiões estagnadas como da região norte para o sul, sobretudo para o sudeste, aprofundando as diferenças regionais. Busca-se a corrente migratória, mas a convivência entre escravos e trabalhadores europeus livres inviabilizou naquele momento a manutenção da entrada de imigrantes. Só por volta de 1870, foi possível

---

<sup>30</sup> Em referência ao “atraso” das regiões norte e nordeste, cabe ressaltar a decadência dos respectivos ciclos da borracha e cacau. Quanto ao fim do ciclo da borracha, PRADO JÚNIOR (1974, p.240) é categórico: *“Em poucos anos, menos ainda que se levava para constituí-la, a riqueza amazonense se desfará em fumaça. Sobrarão apenas ruínas. Nas cidades, setores inteiros de casas abandonadas e desfazendo-se aos poucos; a mata, voltando ao isolamento. A terra se despoeva. Vão-se os aventureiros e buscadores de fortuna fácil procurar novas oportunidades em outro qualquer lugar. Ficará a população miserável de trabalhadores que aí se reunira para servi-los, e que trará estampado no físico o sofrimento de algumas gerações aniquiladas pela agrura do meio natural; mais ainda, pelo desconforto de uma civilização de fachada que roçará apenas de leve as mais altas camadas de uma sociedade de aventureiros [...].”*

se refazer, com o total apoio do Estado, a corrente migratória com os imigrantes, principalmente italianos:

*O italiano é um trabalhador mais rústico [se comparado aos alemães - FGO] e menos exigente, aceitará de boa vontade as duras tarefas da lavoura brasileira. [...] Abandona-se o sistema de parceria adotado anteriormente, e os trabalhadores serão fixados nas fazendas como simples assalariados; isto é, sua remuneração deixará de ser feita com a divisão do produto, passando a realizar-se com o pagamento de salários. [...] em vez de preceder à vinda do imigrante com contratos já assinados na Europa, o governo tomará o assunto a seu cargo, limitando-se a fazer a propaganda nos países emigratórios e pagando os imigrantes até o Brasil. Chegando aqui, eles eram distribuídos pelas diferentes fazendas de acordo com as necessidades delas e os pedidos feitos. (PRADO JÚNIOR, 1974, p. 188).*

Por outro lado, a existência da escravidão era absolutamente incompatível com a nascente manufatura, uma vez que exigia um outro perfil de trabalhador.<sup>31</sup> Além disso:

*[...] o trabalho escravo [...] é mais oneroso que o assalariado. O escravo corresponde a um capital fixo cujo ciclo tem a duração da vida de um indivíduo; assim sendo, mesmo sem considerar o risco que representa a vida humana, forma um adiantamento a longo prazo de sobretrabalho eventual a ser produzido [...]. O assalariado, pelo contrário, fornece aquele sobretrabalho sem adiantamento ou risco algum. Nestas condições, o capitalismo é incompatível com a escravidão; o capital permitindo dispensá-la, a exclui. É o que se deu com o advento da indústria moderna. (PRADO JÚNIOR, 1974, p. 175).*

Conforme Fernandes (1987), pode-se indicar algumas fases, que marcaram o desenvolvimento do capitalismo no Brasil: a primeira, na qual identifica-

---

<sup>31</sup> Contudo, vale ressaltar que apesar de todos os possíveis entraves que a manutenção do trabalho escravo pudesse trazer para o desenvolvimento de uma nascente atividade manufatureira, e principalmente industrial, Fernandes salienta que, não era somente a oligarquia cafeeira que se mantinha contrária ou desconfiada quanto às mudanças sociais, como por exemplo, o fim do trabalho escravo; mas também os demais segmentos da burguesia, que preferiam “[...] a mudança gradual e a composição a uma modernização impetuosa, intransigente e avassaladora.” (FERNANDES, 1987, p.205). A postura cautelosa é, portanto, uma das características principais da burguesia, característica que iremos tratar mais adiante.

se a construção de um mercado capitalista moderno<sup>32</sup> - ainda que pautado no modelo estritamente agro-exportador e no trabalho escravo; a segunda, que compreende, segundo Fernandes:

*[...] tanto o período de consolidação da economia urbano-comercial quanto a primeira transição industrial [...], e vai, grosso modo, da sexta década ou do último quartel do século XIX, até a década de 50, no século XX [...].* (1987, p. 224).

É nesta fase que se identifica a formação de um capitalismo competitivo, pautado progressivamente no modelo industrial e no trabalho livre, ainda que submetido ao caráter heteronômico das relações que atravessam o Brasil e as nações imperialistas<sup>33</sup>.

---

<sup>32</sup> Fernandes identifica algumas diferenças entre o mercado colonial e o capitalista moderno. Uma primeira diferença reside na própria relação do mercado brasileiro com os países hegemônicos. Era preciso que este se modernizasse institucionalmente para atender à dinâmica típica de um mercado capitalista moderno. Além disso, era necessário o fortalecimento de um mercado consumidor interno e urbano. Ou seja: *“sob o sistema colonial, processava-se uma drenagem extrema e rígida do excedente econômico, que deixava o mercado correspondente sem qualquer função econômica regulativa no fluxo da expropriação colonial [...] Através do novo mercado, as parcelas do excedente econômico, retidas dentro do país, iriam encontrar formas de aplicação reprodutiva fora do circuito da produção escravista.”* (FERNANDES, 1987, p.226). Assim, observa-se que o moderno mercado capitalista que aí se funda, passa a estimular o fim das práticas de entesouramento e, por conseguinte, o investimento do capital em ações especulativas.

<sup>33</sup> Coutinho observa que Florestan Fernandes avança em relação a Caio Prado Júnior, porque fundamenta teoricamente as peculiaridades do capitalismo no Brasil em suas diferentes fases, utilizando-se da concepção da “via prussiana” para a constituição da ordem burguesa em solo brasileiro. Ao fazê-lo, Florestan Fernandes também justifica o uso do termo “revolução burguesa” para o nosso caso, contrariando muitos que achavam-no inadequado. Florestan Fernandes também avança com relação a Caio Prado na medida em que não confere maior ênfase aos aspectos conservadores deste processo de constituição capitalista, mas apesar de identificá-los, aponta também o peso dos traços emergentes presentes na consolidação da ordem burguesa no Brasil, como a industrialização, a urbanização, a nova composição social que se fortalece a partir de então e etc. Para Florestan Fernandes, o fato de o capitalismo se utilizar da via “não-clássica” para sua consolidação nestas latitudes, se explica pela heteronomia em face dos países centrais e pelo atraso histórico-temporal em termos de sua implantação. Isto é, o Brasil se insere no circuito capitalista, quando o mundo já está dividido entre capitalismo imperialista e o socialismo. Tal incorporação tardia no jogo internacional faz com que: *“[...]a burguesia brasileira prefira se aliar às velhas classes dominantes e aos segmentos militares, ao invés de tentar um compromisso mais permanente com as classes subalternas, compromisso que, se realizado, implicaria uma ampliação dos direitos de cidadania entre nós.”* (COUTINHO, 2005, p. 255). No entanto, este discorda de Florestan Fernandes, na medida em que falta [segundo Coutinho] agregar à tese deste pensador o trato que a implantação do capitalismo no Brasil confere ao grande latifúndio, para o qual se conserva sua estrutura original [tamanho, formas de relação entre proprietário de terras e seus trabalhadores], ao mesmo tempo em

Ademais, era de se esperar que em uma economia baseada na exportação de produtos agrícolas e matérias-primas [em detrimento das necessidades precípua da população, pondo a necessidade de importação até dos gêneros alimentícios mais triviais], a fragilidade e a instabilidade econômicas fossem características fundamentais, tendo em vista que sua capacidade cada vez maior de produção [especialmente no caso do café] estaria sempre relacionada ao grau de importação dos países centrais. Com isso, em momentos de crise do mercado internacional, nossa economia seria frontalmente abalada, como o que aconteceu em 1929 e nas duas guerras mundiais, quando a demanda por produtos dessa natureza tendeu à queda, gerando uma crise de superprodução e subconsumo.

Além disso, nossa condição heteronômica diante dos interesses imperialistas se expressara, do ponto de vista cronológico, desde o período de 1870-1880, quando se verificou uma fase de crescimento econômico, assentada largamente no café, pondo exigências materiais, sobretudo no campo da infraestrutura [estradas de ferro, aparelhamento de portos, vias urbanas e etc.] cujos investimentos passaram a ser capitaneados pelo Estado e pelo capital estrangeiro.

Assim, os inúmeros compromissos e necessidades da burguesia cafeeira aprofundaram a crise econômica republicana, uma vez que o crescimento da economia pautado pela monocultura do café exigia somas cada vez maiores de dinheiro, obrigando o Estado brasileiro a emissão de papel moeda, gerando enfraquecimento cambial. Além disso, e para piorar o quadro nacional, se diante da instabilidade econômica e política do país era mais difícil a busca por crédito, a

---

que se introduz neste a lógica capitalista. No dizer de Coutinho: *“penso que assim a definição florestaniana da especificidade da ‘revolução burguesa’ no Brasil ganharia ainda mais em densidade se, além das determinações resultantes do caráter dependente e tardio do desenvolvimento capitalista entre nós, incorporasse também as determinações provenientes do modo de resolução [ou de não-resolução] da nossa ‘questão agrária’, tão bem conceptualizado na obra de Caio Prado.”* (COUTINHO, 2005, p. 257).

cafeicultura começava a dar sinais de esgotamento: franca capacidade de produção, por um lado; e preços em declínio, por outro.

Dessa forma, o fim do século XIX e início do século XX são marcados por um período de profunda crise financeira, fortalecendo a subordinação efetiva do Brasil [e a opção de sua burguesia por essa condição] com o propósito de não correr maiores riscos à grande burguesia imperialista internacional, que para negociar os compromissos financeiros não honrados pelo Brasil, impõe, já naquela época, um significativo conjunto de medidas de austeridade, dentre elas, a redução das despesas públicas e o aumento de impostos. O capital financeiro será o grande beneficiário deste processo de reformas, pois caberá a ele, na figura de alguns bancos, fiscalizar o cumprimento das medidas. Então:

*Consolidara-se uma situação de dependência que se vinha formando havia muito, mas que somente agora encontrará seu equilíbrio definitivo. O Brasil se torna um largo e seguro campo para a inversão de capitais, estes encontrarão melhor acolhida, e abrir-se-ão para eles as mais vantajosas aplicações. (PRADO JÚNIOR, 1974, p. 223).*

Do ponto de vista econômico, a passagem do século XIX para o XX marcou um profundo processo de vinculação subalterna do Brasil à economia monopolista e imperialista internacional. Já em termos políticos, a virada do século também reafirmou um determinado significado para a política brasileira.

Em primeiro lugar, a Proclamação da República efetivada através de um golpe militar, sem a menor participação do povo, que assistiu a tudo sem ter consciência do que se passava, já demonstrava nossa tradicional tendência de decisões “pelo alto”, sem envolvimento da população. Atrelada a esta perspectiva,

observa-se que a República aprofunda a repressão, que será utilizada sempre que necessário<sup>34</sup>.

*[...] o caráter nitidamente militar do golpe republicano de 15 de novembro de 1889 introduziu na política do país um novo elemento que antes não figurara nela senão muito discretamente: a espada. Ele representará daí por diante um papel de grande relevo. O militar político tornar-se-á um dos personagens centrais do novo regime, e o apelo às armas se faz, em conseqüência, freqüente. (PRADO JÚNIOR, 1974, p. 218).*

Em segundo, observa-se que essa mesma república avessa à participação popular, também passa a estimular, conforme Prado Júnior (1974), a tendência ao espírito competitivo do “homem de negócios”<sup>35</sup>, para o qual ganhar dinheiro deve consistir na principal meta da vida. Ressalta-se que esse “novo” comportamento passa a envolver a todos, inclusive os próprios governantes e os “homens da política”.

Assim, diante de tal cenário marcado por algumas novidades e ao mesmo tempo, muitas continuidades, Ianni (1996) ressalta o fato de que nos anos de 1888 e 1889 – com a Abolição da Escravidão e a Proclamação da República, o

---

<sup>34</sup> Ianni (1989, p.47) ressalta que em países como o Brasil “[...]o poder é exercido sem o consentimento livremente expresso pelo povo. Isto é, o povo aquiesce, por meios ‘não legais’, tais como a tradição, a violência, a expectativa de favores ou a resignação ao status quo, encarado como estado natural. Assim, o poder político e econômico é exercido pelo mesmo grupo e pessoas interpostas, em nome ou em benefício de uma classe social bastante reduzida e solidária no controle do poder. As classes e os grupos sociais que se acham fora do poder são desprezados e até mesmo tratados como inferiores. Esta discriminação pode ser facilitada pela seleção de ‘marcas sociais’, quando a sociedade se compõe de índios, mestiços e brancos, ou negros, mulatos e brancos. Nesses casos, com freqüência as linhas de cor e de classe andam juntas.”

<sup>35</sup> É interessante observar que este “homem de negócios”, “no Império ele não representa senão figura de segundo plano, malvista, aliás e de pequena consideração. A República leva-lo-á para uma posição central e culminante. [...] veremos as próprias classes e os mesmos indivíduos mais representativos da monarquia, dantes ocupados unicamente com política e funções similares [...], mudados subitamente em ativos especuladores e negociistas. [...] O Império, em suas sucessivas crises do governo, nunca assistira a nada que a isto se assemelhasse; naquele tempo, um dos homens mais capazes e empreendedores que o Brasil jamais produziu, Mauá, fora posto no índice da nação somente porque, como deputado, ousara defender no Parlamento interesses privados. Estes se tornavam agora, com o consentimento de todo mundo, um dos principais eixos das atividades políticas”. (PRADO JÚNIOR, 1974, p.209).



Brasil parecia dar um salto, embora tão logo tenha se tornado claro que tais processos não trariam ganhos reais aos segmentos populares e trabalhadores, pois:

*[...] o que venceu foi o interesse da cafeicultura do oeste paulista, em aliança com os dos canavieiros, pecuária, seringais e outros em diversas regiões do país. Prevaleceram os interesses dos setores burgueses emergentes, combinados com os preexistentes, remanescentes. (IANNI, 1996, p. 22).*

Ou seja, consolidava-se o capitalismo no Brasil a partir, conforme o dizer de Ianni, de “uma singular revolução pelo alto”.

Entretanto, vale destacar nesta fase do processo de constituição da chamada dominação burguesa, a mudança no regime de trabalho no Brasil: de trabalho escravo ao livre<sup>36</sup> e o papel dos imigrantes na construção das primeiras medidas de proteção social. É interessante observar que as relações de trabalho, embora pautadas no trabalho livre – pós-Abolição, não dispensaram os traços do regime de trabalho anterior, nas quais é possível identificar relações de mando fortemente concentradas.

Entretanto, o trabalho livre mostrou logo algumas dificuldades em face da dinâmica da grande lavoura cafeeira, como por exemplo, o clima de instabilidade que o trabalhador poderia trazer potencialmente ao fazendeiro empregador, pois a

---

<sup>36</sup> Historicamente, observa-se uma clara relação entre o desenvolvimento do capitalismo em solo brasileiro e o tratamento concedido à terra pelo Estado. A terra passa a assumir, na medida em que o capitalismo se consolida no Brasil, uma posição diferente: de representação de mero status social em mercadoria, capaz de gerar outros bens e rendas. Assim, procurou-se com a Lei de Terras de 1850 organizar formalmente a propriedade da terra no Brasil, em substituição ao antigo sistema de sesmarias do período colonial e à posse, a partir da afirmação que a terra só poderia ser adquirida através da compra, não sendo permitidas novas concessões de sesmarias, tampouco a ocupação por posse, com exceção das terras localizadas a dez léguas do limite do território. Vale ressaltar, no entanto, que as discussões que culminaram com a aprovação da Lei de Terras em 1850 e sua regulamentação em 1854, bem como seu processamento, ocorrem em meio ao fim do tráfico negreiro e da mudança no regime de trabalho no Brasil: de trabalho escravo ao trabalho livre. Ou seja, verifica-se que à medida que o trabalho livre se consolida, a terra afirma-se como mercadoria rentável. A Abolição da Escravidão e a constituição de um mercado de trabalho capitalista não podem ser pensados sem a propriedade da terra.

mão-de-obra era livre, o que quer dizer que ela poderia mudar de fazenda em busca de melhores condições de trabalho. Essa instabilidade, gerada pela própria condição do trabalhador livre, não acontecia com o escravo, que impedido de deixar a fazenda, era obrigado a manter-se preso a seu proprietário, sob pena das maiores punições. O fazendeiro contratante, mal acostumado com a forma que tradicionalmente lidava com seus escravos, demorou a se adaptar ao novo regime, e por muitas vezes, tentava manter esse trabalhador “preso” por dívidas contraídas na própria propriedade. Mas, a forte concorrência e a carência de mão-de-obra relativizou tal argumento em benefício do trabalhador, que, no caso do imigrante, possuía ainda a possibilidade de retorno à terra natal.

Prado Júnior atenta para um fato primordial neste novo regime de trabalho:

*É que substitui à subordinação passiva do antigo escravo uma luta permanente por direitos e reivindicações que afeta muito seriamente a normalidade das relações de trabalho. A diferença notar-se-á desde logo: em particular no caso do imigrante europeu que não precisará de um estágio preparatório, como o ex-escravo, para ter consciência de sua situação de homem livre. [...] **Esta situação terá grande importância na evolução da legislação brasileira** [...]. A administração pública ver-se-á forçada a adotar medidas de proteção ao trabalho rural contra excessos de seus patrões que estavam comprometendo [...] a continuidade das correntes migratórias [...]. (1974, p. 214, grifo nosso).*

Isto é, como já salientado por Mandel (1985), caberá ao Estado criar mecanismos de controle, em princípio e aparentemente contrários aos interesses dominantes, com o objetivo de proteger o capitalismo de si mesmo.

A terceira e última fase do processo de consolidação burguesa no Brasil, segundo Fernandes (1987), consiste na adequação do mercado capitalista nacional às exigências do capitalismo monopolista, na qual pretendemos nos ater

mais precisamente adiante, e que solidifica a trajetória da modernização conservadora no Brasil.

Fernandes considera que esta fase, em especial:

*Se caracteriza pela reorganização do mercado e do sistema de produção, através das operações comerciais, financeiras e industriais da “grande corporação” [...]. Embora as tendências para esta evolução sejam anteriores, ela só se acentua no fim da década de 50 e só adquire caráter estrutural posteriormente à “revolução de 1964”. (1987, p. 225).*

No entanto, em nenhuma dessas fases é possível se observar aqui parâmetro similar de desenvolvimento compatível com o capitalismo consolidado nas nações centrais. Em nenhum momento, o capitalismo que se aplicou nestas latitudes conseguiu e desejou romper com a dependência junto aos países capitalistas desenvolvidos<sup>37</sup>.

Dessa forma, a consolidação, ainda que tardia, do capitalismo no Brasil também se explica a partir de alguns processos auto-implicados. Um deles é o fato de que a transição de uma estrutura sócio-econômica e política, pautada no modelo agro-exportador e no trabalho escravo, para a consolidação de um mercado tipicamente capitalista apenas se deu em função das potencialidades aqui existentes passíveis de investimento e de incorporação pelo circuito internacional monopolista. Assim, foi o interesse estratégico do monopólio imperialista pelo capitalismo recém instaurado no Brasil, que permitiu e aprofundou a transição daquele modelo arcaico [sem dispensar algumas de suas características, principalmente aquelas de caráter

---

<sup>37</sup> É importante lembrar que, conforme Fernandes (1987, p.223), o caráter heteronômico do capitalismo brasileiro não se configura apenas como uma imposição, “de fora para dentro”, mas também como uma estratégia da própria burguesia nacional para manter seu poder político e econômico. Assim, “a transformação capitalista procurada, em cada uma das três situações, definia-se [também - FGO] a partir dos interesses egoísticos particulares dos estamentos ou das classes dominantes [...]. Portanto, a Nação não chega a ser definida como objetivo central do desenvolvimento capitalista [...]”. De imediato, cabe dizer que as particularidades relativas à burguesia nacional serão mais à frente exploradas.

sócio-cultural e político] para o mercado capitalista moderno<sup>38</sup>. Não nos esqueçamos das necessidades estruturais de auto-reprodução que o capitalismo portava já nessa época, salientadas páginas atrás. Dessa forma:

*O que determinou a transição não foi a “vontade revolucionária” da burguesia brasileira nem os reflexos do desenvolvimento do mercado interno sobre uma possível revolução urbano-industrial dinamicável a partir de dentro. Mas o grau de avanço relativo e de potencialidades da economia capitalista no Brasil, que podia passar, de um momento para outro, por um amplo e profundo processo de absorção das práticas financeiras, de produção industrial e de consumo inerentes ao capitalismo monopolista. Esse grau de avanço relativo e de potencialidades abriu uma oportunidade decisiva que a burguesia brasileira percebeu e aproveitou avidamente, modificando seus laços de associação com o imperialismo. (FERNANDES, 1987, p. 215, grifo nosso).*

Outro processo que também reside nos fundamentos da própria ordem burguesa é o fato de que, conforme Fernandes (1987), para se inserir na periferia, o capital monopolista precisa se adaptar à estrutura e trajetória interna pré-existente<sup>39</sup>. Isto significa que o monopólio não pode simplesmente romper com o “arcaico”, mas, ao contrário, deve extrair dele vantagens e funcionalidades capazes de torná-lo [o monopólio] mais forte e hegemônico. Mas em que nível se verificam essas funcionalidades? São exatamente dessas formas arcaicas, expressas, no nosso caso, no modelo agro-exportador, que se extraem os excedentes capazes de financiar a modernização econômica, tecnológica e funcional, necessária ao próprio

---

<sup>38</sup> Contudo, os anseios e necessidades do capital monopolista não aparecem claramente, gerando uma falsa idéia de que o processo de consolidação do capitalismo no Brasil teria sido fruto de uma evolução natural ou resultado “[...]de decisões exclusivas dos agentes econômicos nativos e se fizessem parte de uma firme rede de ‘aspirações nacionais’, que iriam acarretar a passagem gradual da dependência para o desenvolvimento capitalista autônomo e auto-sustentado. Não se percebia que uma economia nacional articulada não gera [...] um desenvolvimento capitalista bastante forte para absorver e eliminar por si mesmo a dualidade do sistema econômico. (FERNANDES, 1987, p.236).

<sup>39</sup> Conforme Fernandes (1987, p. 289): “[...] a transformação capitalista não se determina, de maneira exclusiva, em função dos requisitos intrínsecos do desenvolvimento capitalista. Ao contrário, esses requisitos [sejam os econômicos, sejam os socioculturais e os políticos] entram em interação com os vários elementos econômicos [naturalmente extra ou pré-capitalistas] e extra-econômicos da situação histórico- social [do país periférico – FGO].”

fortalecimento mundial do capital monopolista<sup>40</sup>. Assim, tendo em vista essa funcionalidade, o capital monopolista opta em não romper efetivamente com tal padrão “arcaico”, mas submetê-lo às suas exigências estruturais<sup>41</sup>.

O capital, em sua fase monopolista, não visa simplesmente à superação ou a ruptura, mas a combinação do padrão tradicional com o monopólio, isto é, do “arcaico” com o “moderno”. Tal tendência é absolutamente verificável na permanência dos países subalternos durante muitíssimo tempo em estágios iniciais do desenvolvimento do sistema como um todo<sup>42</sup>, e, além disso, desigualmente nas suas diversas regiões.

Na verdade, esse movimento do capital monopolista, responsável pela transfiguração do Brasil numa espécie de satélite, não pautava o desenvolvimento para o país como um todo, mas apenas para determinadas áreas e locais

---

<sup>40</sup> É interessante ratificar que, se de um lado, o monopólio extrai o excedente de países como o Brasil, por outro, parte desse capital retorna ao país subalterno sob a forma de investimento financeiro estrangeiro. Conforme Mandel (1985, p.36): “foi a exportação de capital dos países imperialistas, e não o processo de acumulação primária impulsionado pelas classes dominantes locais, que determinou o desenvolvimento econômico do que seria, mais tarde, denominado ‘Terceiro Mundo’ “. Ou seja, o capitalismo central precisa estimular as economias periféricas a crescerem à sua imagem e semelhança, sem se tornarem concorrentes. Aí reside a principal diferença entre o processo de satelitização nos moldes capitalistas e aquele do chamado “Antigo Sistema Colonial”. Enquanto neste devia a colônia abastecer a metrópole com seus recursos, principalmente naturais, sendo esta sua condição de existência; sob a lógica do capital monopolista, o processo de transferência de recursos é de mão-dupla, o que exige que as nações periféricas se modernizem. O salto que nos fala Ianni (1996), páginas atrás, relaciona-se diretamente com esse processo.

<sup>41</sup> De acordo com Fernandes (1987,p.237): “[...] qualquer modificação profunda, nessa esfera [arcaica - FGO], era nociva aos seus interesses imediatos e futuros, pois ela redundaria em modificações imprevisíveis do volume de excedente econômico que poderia ser drenado [...] para fora. Ora, era esse excedente que garantia os dois processos descritos, de formação de uma nova infra-estrutura para o mercado capitalista interno e de constituição de uma nova estrutura do sistema econômico brasileiro, ambos condicionados e regulados como um desdobramento de fronteiras das economias centrais. Para estas, portanto, suprimir a articulação inerente à superposição da economia urbano-comercial e da economia agrária seria o mesmo que matar a galinha dos ovos de ouro.”

<sup>42</sup> Conforme Mandel (1985, p.40): “É verdade que as mercadorias capitalistas criaram e conquistaram o mercado mundial capitalista, isto é, levaram aos limites extremos do mundo a dominação da circulação capitalista de mercadorias, e o predomínio das mercadorias produzidas em grande escala na moderna indústria capitalista. Mas, ao mesmo tempo, a expansão internacional não implantou, por toda parte, o modo de produção capitalista. Ao contrário, no chamado Terceiro Mundo, criou e consolidou uma mistura específica de relações de produção pré-capitalistas e capitalistas, que impede, nessas áreas, a generalização do modo de produção capitalista, e especialmente da indústria capitalista em grande escala. Aí reside a causa principal da permanente crise pré-revolucionária nos países dependentes [...]” .

importantes para o monopólio. “*Ou seja, o desenvolvimento induzido somente selecionava e transferia dinamismos que aceleravam transformações capitalistas mais ou menos necessárias ao processo de incorporação em curso [...]*” (FERNANDES, 1987, p. 236). Esse é um dos aspectos que explica, não apenas do ponto de vista macronacional, a convivência com o arcaico, expresso no modelo agro-exportador e trabalho escravo, com a construção de um mercado tipicamente capitalista, mas também as diferenças regionais existentes em nosso país, que no caso são abissais.

Esse processo de constituição da dominação burguesa, alicerçado sob o desenvolvimento capitalista desigual e combinado, explica também nossa industrialização tardia e associada ao capital estrangeiro a partir da entrada das multinacionais<sup>43</sup>, quando se observa um novo momento do capitalismo – a terceira fase do processo de consolidação do capital no Brasil, a partir da passagem dos anos 50 do século XX, com uma onda longa de tonalidade expansiva.

Assim, o quadro, pautado na adequação das características de um capitalismo de “feição concorrencial” – ainda sob o estilo manufatureiro, muda no segundo pós-guerra, e mais precisamente no caso brasileiro, a partir dos anos 50:

*O capital monopolista internacional passou a interessar-se não somente pela produção de matérias-primas a baixo custo [...] mas também pela produção, nos próprios países subdesenvolvidos, de bens acabados que ali poderiam ser vendidos a preços de monopólio, em lugar das matérias-primas que haviam se tornado excessivamente baratas. [...] depois da Segunda Guerra Mundial, o padrão das indústrias exportadoras*

---

<sup>43</sup> Fernandes (1987, p. 255) afirma que embora as empresas estrangeiras se interessem em ampliar suas operações nos países periféricos, tal fato não gera necessária e diretamente o desenvolvimento material destas nações, pois “*elas não concorrem para a emergência e a irradiação do capitalismo monopolista a partir de dentro. Ao contrário, as matérias-primas e as parcelas do excedente econômico drenadas para fora se polarizam na expansão do capitalismo monopolista nas próprias economias centrais. Desse ponto de vista, elas apenas contribuem para dar maior vitalidade ao padrão de desenvolvimento econômico inerente ao capitalismo competitivo dependente.*” (grifo nosso).

*imperialistas deslocou-se cada vez mais para máquinas, veículos e bens de capital. (MANDEL, 1985, p. 43).*

Assiste-se no Brasil à expansão e o fortalecimento de um processo, iniciado há décadas [referimo-nos à década de 30], de gradual substituição do modelo econômico agro-exportador para o fortalecimento da atividade industrial como base da economia brasileira, e com ele se desenham novos rumos para os trabalhadores brasileiros.

#### 1.4. A expansão da indústria no Brasil e o redimensionamento do Estado brasileiro sob a égide do monopólio

A análise da historiografia brasileira indica que a partir dos anos 30, verifica-se a construção tímida, porém progressiva, de um modelo de desenvolvimento pautado na indústria. Declinava, pela primeira vez na história deste país, o padrão econômico expresso *exclusivamente* na produção de gêneros agrícolas para fins de exportação. Contudo, a substituição da monocultura para a indústria não significou em si o fortalecimento de uma relação mais autônoma com o capitalismo monopolista; ao contrário, a subalternidade brasileira à economia internacional tendeu a se aprofundar.

É nesse sentido que Ianni (1996) nos chama atenção para o fato de que em vários momentos da trajetória histórica brasileira se observa a relação direta, subalterna e dependente, dos nossos rumos políticos e econômicos à dinâmica capitalista internacional. Prado Júnior com relação a isso, é enfático:

*É que vivendo na dependência de mercados externos e longínquos, voltando-se a produção para fora e tendo-se estabelecido não para atender às necessidades dos próprios produtores, mas de um comércio estranho e fora de seu alcance e influência ponderável, [o Brasil - FGO] ficou necessariamente em posição subordinada, sempre na dependência de conjunturas sobre as quais não tinha e não podia ter a menor ação. O Brasil viveu no curso de toda a sua história, e ainda vive em função das flutuações de mercados longínquos que podem fazer sua fortuna ou miséria, sem que ele nada possa dizer na matéria [...]. (PRADO JÚNIOR apud IANNI, 1996, p. 56).*

Assim, é possível se observar, principalmente na primeira metade da década de 50 [no segundo governo de Getúlio Vargas], o crescimento do setor industrial e do terciário, bem como a expansão dos grandes centros urbanos. Mas, por que a indústria floresce somente no século XX, mais precisamente no segundo pós-guerra? São muitos os impedimentos para o florescimento da indústria no Brasil ainda no século XIX. Dentre eles, pode-se considerar que, em primeiro lugar, a industrialização maciça exigia significativos investimentos em condições e habilitações técnicas, sobretudo nos campos da energia e siderurgia, setores estruturais para o desenvolvimento de outros ramos industriais. Tais investimentos eram incompatíveis com uma economia preocupada exclusivamente com a exploração de gêneros agrícolas e matérias-primas para exportação.

Em segundo, que a economia assentada sob a produção industrial – indústria moderna – exige largo mercado consumidor e em expansão, o que diante do modelo agro-exportador econômico vigente era absolutamente inviável para a formação de um mercado interno. Segundo Prado Júnior:

*[...] o padrão de vida da sua população era ínfimo. Isto ainda se agravava pela estrutura compartimentada das diferentes regiões brasileiras, largamente separadas umas das outras e desarticuladas pela falta de transportes. A orientação da economia brasileira, organizada em produções regionais que se voltam para o exterior, impedira a efetiva unificação do país e o estabelecimento de uma estreita rede de comunicações internas que as condições naturais já tornavam por si muito difíceis. (1974, p. 258).*



Em terceiro lugar, desde a abertura dos portos em 1808, era muito difícil, para não dizer impossível, a concorrência com os produtos industrializados estrangeiros que chegavam em igualdade de condições com os aqui produzidos. Assim, ainda no século XIX, as primeiras iniciativas no campo manufatureiro mostram-se incipientes, a despeito da existência de uma mão-de-obra excessivamente barata.<sup>44</sup> Quanto à presença desse proletariado urbano, cabe ressaltar:

*Aí a população marginal, sem ocupação fixa e meio regular de vida, era numerosa, fruto de um sistema econômico dominado pela grande lavoura trabalhada por escravos. A população livre, mas pobre, não encontrava lugar algum naquele sistema que reduzia a binômio 'senhor e escravo'. Quem não fosse escravo e não pudesse ser senhor, era um elemento desajustado, que não se podia entrosar normalmente no organismo econômico e social do país. [...]. A indústria nascente, para que o trabalho escravo mostrar-se-á desde logo ineficaz, encontrará naqueles setores da população um largo, fácil e barato suprimento de mão-de-obra. E será esta a origem do proletariado industrial brasileiro [...]. (PRADO JÚNIOR, 1974, p. 198).*

A situação muda significativamente a partir do século XX durante a Primeira Guerra Mundial em função de vários fatores, entre eles a incapacidade de manter em dia as importações de produtos manufaturados, visto que nossos principais exportadores advinham de países envolvidos diretamente com o conflito. Ainda que no início do século XX a indústria fosse um campo em construção da economia nacional, observa-se que ela é ainda rudimentar e pouco competitiva em função da carência de capitais investidos. O único setor industrial, com maior êxito

---

<sup>44</sup>Outro motivo para o não-investimento na atividade industrial, conforme afirma Mandel (1985, p. 39) residiu no fato de que “a produção capitalista de matérias-primas nos países subdesenvolvidos representou, entretanto, produção capitalista sob condições socioeconômicas de produção bastante específicas. O enorme volume de força-de-trabalho a baixo preço [ou até escrava], em disponibilidade nessas regiões, tornou não lucrativo o emprego do capital fixo em grande escala: a máquina moderna não podia competir com esse trabalho barato. Assim, no setor agrícola, isso resultou basicamente numa economia de plantagem, isto é, num capitalismo pré-industrial – o capitalismo do período das manufaturas.”

financeiro e operacional na época, será aquele diretamente ligado ao capital estrangeiro – as subsidiárias das empresas estrangeiras instaladas no país a partir de 1918 e com mais força no segundo pós-guerra. Foi somente a partir dos anos 50, que se observa o crescimento e reconhecimento da atividade industrial, enquanto *base* da economia brasileira.

É importante ressaltar que a industrialização massiva do Brasil aconteceu exatamente num período [segunda metade do século XX], no qual o capitalismo vivia internacionalmente uma fase de prosperidade, ou no dizer de Mandel (1985) – uma onda longa expansiva, na qual se observava por assim dizer, o enfraquecimento político-organizativo da classe operária em função da ascensão do fascismo e da Segunda Guerra.

Os esforços de guerra estimularam as inovações técnicas, proporcionando as condições objetivas e subjetivas para uma nova revolução tecnológica, barateando significativamente o capital constante, o que levou a um aumento da taxa de lucros em longo prazo.

Outro dado importante é a intensificação do mercado mundial possibilitado pela nova divisão internacional do trabalho, tendo em vista a recente industrialização dos países periféricos, como o Brasil.

Fernandes (1987) identifica, ainda, o segundo pós-guerra como o período histórico no qual se observa a necessidade do monopólio, a partir das grandes corporações<sup>45</sup>, de competir entre si e pela maior condição de controle e de hegemonia sobre as economias periféricas. Para Fernandes, era claro que a partir da segunda metade dos anos 40 estava em curso uma “segunda partilha do mundo”.

---

<sup>45</sup> Uma particularidade apontada por Fernandes (1987, p. 252) quanto ao processo de satelitização da periferia na era monopolista do capitalismo – “*A incorporação [...] não se fazia à economia capitalista central, mas ao império econômico das grandes corporações envolvidas.*”

Assim, além da necessidade de freqüente valorização do capital, há um componente político-ideológico incidente nesse processo. Trata-se do alargamento das fronteiras do socialismo real e da organização de movimentos de esquerda em vários pontos do globo:

*Nessa situação, o controle da periferia passa a ser vital para o 'mundo capitalista', não só porque as economias centrais precisam de suas matérias-primas e dos seus dinamismos econômicos, para continuarem a crescer, mas também porque nela se achava o último espaço histórico disponível para a expansão do capitalismo. (FERNANDES, 1987, p. 253).*

A conjuntura da industrialização brasileira é marcada internacionalmente por uma arrancada expansiva do capital, fato que se deu porque:

*Somente uma situação excepcional propiciaria um impulso tão forte na acumulação do capital. De fato, a ascensão do fascismo e a economia de guerra serão os elementos decisivos, criando as condições para a acumulação de capitais subsequente, seja pelo incremento tecnológico, seja pelo investimento maciço de capital. Essas duas situações históricas concomitantes constituíram séria derrota para o movimento operário e, conseqüentemente, períodos de acumulação prévia de capital. (BEHRING, 1998, p. 121).*

Observa-se que a fase monopólica do segundo pós-guerra impôs ao Brasil a necessidade inadiável de industrializar-se de fato. E mais que isso, a conjuntura internacional capitalista exigia do Brasil o amadurecimento de um longo processo, iniciado pela tendência da modernização conservadora<sup>46</sup> implementada

---

<sup>46</sup> Behring (2003, p.107) explica de forma bastante clara, e baseada nos escritos de Barrington Moore Jr., que a constituição do que este autor qualificou como "modernização conservadora", consiste numa tentativa de revolução burguesa vinda de cima, porém sem um perfil eminentemente fascista. Conforme Behring: "*Trata-se de uma aliança entre uma classe comercial e industrial demasiado fraca e dependente para tomar o poder, com a aristocracia proprietária de terras e a burocracia estatal, configurando um governo conservador e autoritário, mas não necessariamente fascista, e comportando um parlamento com poderes limitados. O Estado é um instrumento de reforma e motor da industrialização, além de manter os operários e camponeses no seu lugar, seja pela força, seja com políticas sociais. Vale dizer que tanto o varguismo, quanto o período pós-64 recorreram aos dois expedientes [fascismo e modernização conservadora - FGO].*"

nos anos 30 com a ditadura varguista, o qual deveria inscrever definitivamente o Brasil na dinâmica monopolista internacional como um dos satélites necessários à expansão e valorização do capital monopolista<sup>47</sup>.

Então, a quem caberia arcar com os ônus desse “salto qualitativo”? A uma instância extra-econômica, que no caso brasileiro, consistiu no Estado. Coube a ele refuncionalizar-se, assumindo uma série de novas tarefas e atribuições, seguindo um pouco a trilha dos países centrais, mais diretamente com relação às suas funções econômicas. Isto é, em todo o mundo capitalista, seja nas potências centrais, seja nos países periféricos:

*A burguesia, diante da experiência de 1929, passa a desconfiar do automatismo do mercado, o que não significa assumir o discurso e uma prática estatizantes. Na verdade, a dinâmica estatização/privatização decorre da correlação de forças entre as classes sociais e também dos interesses intercapitalistas. (BEHRING, 1998, p. 138).*

A necessidade de estatizar determinados setores, bem como de conferir ao Estado uma relativa autonomia, responde aos interesses capitalistas na medida em que somente o Estado deve assumir determinados riscos - a partir do empreendimento em áreas de retorno financeiro mais lento [como aquelas voltadas para infra-estrutura, que exige enorme investimento], além de gerar e administrar

---

<sup>47</sup> Fernandes (1987, p.257) identifica dois momentos de grande deslocamento das operações das empresas multinacionais no Brasil. O primeiro, na década de 50, no governo de JK; e o segundo com a sucessão de governos militares. Contudo, Fernandes aponta uma diferença de um período para o outro. Enquanto no primeiro: “[...] as grandes corporações só contaram com o espaço econômico que elas próprias conseguiam abrir; [...]” No segundo momento, que se situa depois da consolidação dos governos militares no poder, elas puderam contar com uma política econômica que unificava a ação governamental e a vontade empresarial. Então, começa a configurar-se o espaço econômico típico de que elas necessitavam para crescer.” Por isso, é que Fernandes afirma que a deflagração do golpe de 1964 foi fundamental para a consolidação do capitalismo no Brasil e, por conseguinte, para sua afirmação e inserção periférica no circuito internacional do monopólio. Ou seja, sem o golpe “[...] as grandes corporações não contariam com espaço econômico e político para ir tão longe”.

mecanismos capazes de impedir ou amenizar as crises cíclicas, tal como já indicado no início deste capítulo.

No entanto, há um elemento que se relaciona diretamente com esse processo de reconfiguração do aparato público-estatal. De acordo com Fernandes (1987), o controle da periferia pelos países centrais deveria passar por duas condições: em primeiro lugar, pela imposição de uma conduta política austera, capaz de impossibilitar qualquer indício de instabilidade que inviabilizasse as ações de cooperação financeira e técnica entre os países. Os Estados deveriam, portanto, se redimensionar e planejar o desenvolvimento - uma vez que o planejamento se torna uma importante ferramenta para o desenvolvimento.

Em segundo lugar, e conjugadamente à primeira condição, está a natureza e o sentido da cooperação que deveriam os países centrais prestar aos periféricos. Esta incluía, além de acordos financeiros, o desenvolvimento de programas e projetos nas mais variadas áreas: assistência, educação, saúde, policial-militar, dentre outros. Segundo Fernandes:

*A função de tais projetos é diretamente política: acima de seus alvos explícitos, o que eles visam é à súbita elevação do poder de decisão e de controle das burguesias e dos governos pró-capitalistas das nações periféricas. (1987, p. 254).*

Com efeito, tais programas e projetos sociais se inscrevem no processo de modernização conservadora, que terá, na deflagração de um projeto social de caráter reformista-conservador, sua materialização. Cabe sinalizar que será a lógica da cooperação entre os países, um dos muitos fatores capazes de motivar a criação de aparato institucional responsável pelo estabelecimento de

espaços sócio-profissionais para alguns profissionais, dentre eles, os assistentes sociais.

Ainda com relação ao projeto reformista-conservador, destacam-se as ações no campo da reprodução ideológica e da mudança de comportamento dos trabalhadores e suas famílias, pois de acordo com Fernandes (1987), o mesmo processo de consolidação do capitalismo e inserção do Brasil, enquanto parte da periferia, além de incidir sobre a burguesia, também age sobre a classe trabalhadora, que passa a ter maior poder aquisitivo, maior capacidade potencial de mobilização, organização e luta<sup>48</sup>. Assim:

*Ao consolidar e ao dar novos rumos à industrialização, o novo padrão de desenvolvimento capitalista se associa, queira ou não à burguesia, à multiplicação e ao fortalecimento das condições favoráveis aos movimentos operários e à disseminação do conflito de classes segundo interesses especificamente operários. (FERNANDES, 1987, p. 279).*

A despeito do amadurecimento político-organizativo da classe trabalhadora, e contrário a ele, a afirmação da modernização conservadora na periferia:

*[...] dissocia-se do modelo de civilização imperante nas nações hegemônicas. Ela [a modernização - FGO] negligencia ou põe em segundo plano os requisitos igualitários, democráticos e cívico-humanitários da ordem social competitiva, que operariam, na prática, como obstáculos à transição para o capitalismo monopolista. Na periferia, essa transição torna-se muito mais selvagem que nas nações hegemônicas centrais, impedindo qualquer conciliação concreta, aparentemente a curto e longo prazo, entre democracia, capitalismo e autodeterminação. (FERNANDES, 1987, p. 254).*

---

<sup>48</sup> Fernandes (1987, p.257) afirma que: “pela primeira vez na história do capitalismo no Brasil, os assalariados, em geral, e as classes operárias, em particular, deixarão de ser meros instrumentos e vítimas-mudas passivas do desenvolvimento capitalista. E pela primeira vez poderão fazer pressões para que o desenvolvimento capitalista também se adapte às suas necessidades, aos seus interesses e aspirações como e enquanto classe. Essa é a única via pela qual o desenvolvimento capitalista pode adquirir algumas facetas nacionais e democráticas[..].”

Assentado em um amplo processo de modernização conservadora e em um projeto particular de caráter reformista-conservador, a refuncionalização do Estado brasileiro nos idos dos anos 50, gerou a criação de órgãos destinados a favorecer o desenvolvimento econômico nacional, a partir da pesquisa técnica e do debate político acerca das condições do país para o enfrentamento de seus diversos problemas<sup>49</sup>. Assim “[...] *ampliou-se a discussão a propósito do planejamento econômico e da adoção de políticas econômicas planificadas por parte do governo e dos setores governamentais.*” (IANNI, 1979, p.116).<sup>50</sup>

Na segunda metade dos anos 50, com o aprofundamento do processo de redimensionamento do Estado e, particularmente com a necessidade cada vez mais premente de alinhamento do país ao contexto internacional pela via do desenvolvimento, verificou-se, segundo Ianni (1979), a existência de três perspectivas políticas para a consolidação do processo de desenvolvimento no país. Em primeiro lugar, uma das estratégias de desenvolvimento preconizada por setores do proletariado e da burguesia nacional [principalmente a chamada pequena burguesia], bem como os segmentos médios, era a consolidação de um capitalismo sobre bases nacionais. Isto é:

---

<sup>49</sup> Conforme Ianni (1979), a criação da Petrobrás expressou um dos maiores empreendimentos do Estado brasileiro, bem como o ponto alto de seu processo de refuncionalização interna, pois sua fundação garantiu o monopólio estatal na pesquisa de novos poços, no refino e transporte do petróleo, possibilitando o controle nacional de importante fonte de energia. Além disso, demonstrou a capacidade de planejamento e racionalização do Estado, uma vez que o monopólio estatal sobre o petróleo capacitava-o quanto ao controle de esfera importante da economia. Vale ressaltar que, se por um lado, a criação da Petrobrás significou o fortalecimento do nacionalismo e do planejamento em área economicamente estratégica; por outro, não impediu diretamente o florescimento dos interesses econômicos estrangeiros, tendo em vista que manteve a não-interferência sobre a comercialização do petróleo, a qual continuou a cargo majoritariamente de empresas multinacionais.

<sup>50</sup> “*Pouco a pouco, planejamento e desenvolvimento econômico passaram a ser conceitos associados, tanto para governantes, empresários e técnicos como para boa parte da opinião pública. Além disso, membros do governo, economistas, técnicos e administradores procuraram difundir a concepção de que o planejamento era uma técnica neutra; uma técnica que se aplicaria indiferentemente, em qualquer regime econômico, em diferentes fases do processo de desenvolvimento.*” (IANNI, 1979, p.146).

*[...] tratava-se de desenvolver o intervencionismo estatal e adotar política econômica de tipo nacionalista, a fim de acelerar a nacionalização dos centros de decisão sobre as diretrizes econômicas do país. (IANNI, 1979, p. 135).*

Isso não quer dizer que eram absolutamente contrários ao capital estrangeiro; mas, favoráveis à participação deste, desde que sob o controle estatal<sup>51</sup>.

Na verdade, como tem sido salientado neste capítulo, uma das particularidades do capitalismo desenvolvido no Brasil é sua dupla articulação: do ponto de vista interno, na medida em que articula tendências modernas com arcaicas; bem como externo, expresso na combinação da economia brasileira com as imperialistas, inviabilizando, dessa forma, as possibilidades reais da constituição de um capitalismo genuinamente nacional.

*Em suma, um desenvolvimento capitalista articulado não produz uma transformação capitalista de natureza diferente da que se pode observar nas sociedades capitalistas autônomas e hegemônicas. O que varia é a intensidade e os ritmos do processo. Condicionada a partir de fora, através de dinamismos econômicos que constantemente se renovam e se aprofundam, a articulação da economia periférica às economias centrais torna impossível, enquanto se mantém, a eliminação da dominação imperialista externa. Por isso, enquanto se constitui, se consolida e se expande tal economia competitiva tende a redefinir e a fortalecer os liames da dependência, tornando impossível o desenvolvimento capitalista autônomo e auto-sustentado. (FERNANDES, 1987, p. 240).*

Uma segunda alternativa para a organização do desenvolvimento brasileiro se baseava na ruptura com a ordem vigente pela via do socialismo. “Os partidários desta solução acreditavam que a estatização progressiva da economia

---

<sup>51</sup> Cabe ressaltar que, além disso: “o que ocorreu foi que as formulações nacionalistas situaram-se apenas em nível ideológico, enquanto que as medidas e ações reais do governo eram de tipo internacionalista; isto é, destinavam-se também a facilitar ou incentivar investimentos de origem externa no país.” (IANNI, 1979, p.306).



*seria o caminho mais rápido e menos oneroso para a organização socialista da produção.” (IANNI, 1979, p. 135).*

Já a terceira possibilidade de construção do desenvolvimento, que historicamente se mostrou vitoriosa, vinculava esse processo organicamente ao capital estrangeiro, para o qual o país deveria convergir, caso quisesse se tornar um país efetivamente desenvolvido. O desenvolvimento nacional associado ao capitalismo internacional foi a tônica dessa alternativa. Vale ressaltar que, no dizer de Ianni:

*[...] os partidários dessa estratégia política beneficiaram-se sempre [...] das relações tradicionais de dependências características da economia do país. Pode-se mesmo dizer que a **estratégia de desenvolvimento associado correspondia a uma reelaboração da política de estilo tipicamente dependente**, que predominou na época em que o Brasil era principalmente produtor e exportador de café. (1979, p. 134, grifo nosso).*

Com a vitória do modelo de desenvolvimento associado, observa-se a subserviência de grande parte das elites nacionais<sup>52</sup>, que em nome da manutenção

---

<sup>52</sup> Ianni enfatiza uma característica importante da burguesia nacional, cujo perfil se relaciona diretamente com o particular processo de consolidação do capitalismo no Brasil. Para Ianni (1996, p.67), a burguesia “[...] existe e não existe. Existe como expressão de interesses e setores sociais ligados à indústria, agricultura, comércio e banco”. Mas não existe em si porque não foi capaz de exercer o papel atribuído a ela, quer seja, revolucionar suas bases históricas e se assumir como uma das classes fundamentais, tal como se observa em outros países. Assim, “essa burguesia, portanto, não avançou nem avança para um projeto político alternativo para a sociedade nacional. Não vai além da própria visão de setor de classe, corporação. Joga com outras classes sociais [...] de modo tímido, pouco elaborado. Parece rezear a mesma aliança que procura. Teme a força política dessas classes, principalmente o risco de ter de compartilhar o poder. Assusta-se com a idéia de reformas sociais [...]. Não tem compromissos com a democracia reivindicada nas lutas das classes assalariadas. Não construiu nem constrói um projeto de cunho hegemônico, porque não interpreta os interesses das outras classes e muito menos da sociedade como um todo. Apenas defende os próprios interesses corporativos. Quando se sente ameaçada pelo imperialismo, apela às ‘massas’. E quando é desafiada pelos setores assalariados e camponeses, organizados e ativos, corre aos quartéis e às embaixadas das nações imperialistas. Seria impossível explicar os modestos avanços e contínuos recuos do processo democrático brasileiro sem incluir aí a colaboração ativa da burguesia nacional.” (Id., *Ibid.*, p.69). Ianni assemelha a burguesia brasileira ao perfil indicado por Marx quanto à burguesia prussiana. Os traços marxianos atribuídos à burguesia prussiana revelam uma classe: “sem fé em si mesma, sem fé no povo, rosando para os de cima, tremendo diante dos de baixo, egoísta em relação aos dois lados e consciente de seu egoísmo, revolucionária contra os conservadores, conservadora contra os revolucionários, desconfiada de suas próprias palavras de ordem, frases em lugar de idéias, intimidada pela tempestade mundial, mas dela desfrutando – sem

de seus próprios interesses, preferiu apoiar o desenvolvimento de uma economia capitalista de base claramente estrangeira, do que se arriscar na via nacionalista.

Quanto ao caráter da burguesia brasileira e sua relação com o país, cabem aqui alguns comentários importantes para o entendimento da chamada “brasilidade”. Em primeiro lugar, e conforme Fernandes (1987), historicamente a burguesia brasileira se funda a partir da justaposição de vários segmentos burgueses que até então gravitavam em torno do modelo agro-exportador, e, principalmente, nas atividades de comércio estabelecidas nos centros urbanos. Na verdade, o comércio constituiu-se na área na qual se fluíram os interesses econômicos e políticos. No entanto, é importante notar que essa burguesia nascente não engendrou instâncias próprias capazes de organizar os interesses e sobre eles criar iniciativas e estratégias. Ao contrário, no Brasil :

*[...] ela [burguesia - FGO] impôs, desde o início, que fosse no terreno político que se estabelecesse o pacto tácito [...] de dominação de classe. [...] a nossa burguesia converge para o Estado e faz sua unificação no plano político, antes de converter a dominação sócio-econômica [...]. (FERNANDES, 1987, p. 204, grifo nosso).*

Quanto ao seu horizonte sócio-cultural e ideológico, observa-se que a burguesia brasileira desponta com a mesma mentalidade presente entre as oligarquias<sup>53</sup>, até porque:

*[...] o grosso dessa burguesia vinha de e vivia em um estreito mundo provinciano [...], e quer vivesse na cidade ou no campo sofrera larga*

---

*energia em nenhum sentido, plagiaria em todos os sentidos, vulgar porque não era original e original na vulgaridade – traficando com seus próprios desejos, sem iniciativa, sem fé em si mesma, sem fé no povo, sem missão histórico-mundial.” (MARX, 1993, p.58).*

<sup>53</sup> Fernandes (1987,p. 311), atenta para o fato de que “[...]as classes sociais burguesas se unificam, a partir de sua situação material de interesses, de seu estilo de vida e de sua concepção do mundo[...].”

*socialização e forte atração pela oligarquia [...]. Podia discordar da oligarquia ou mesmo opor-se a ela. Mas fazia-o **dentro de um horizonte cultural que era essencialmente o mesmo**, polarizado em torno de preocupações particularistas e de um entranhado conservantismo sociocultural e político. (FERNANDES, 1987, p. 205, grifo nosso).*

Assim, características das oligarquias agrícolas anteriores, como por exemplo, o conhecido “mandonismo oligárquico”, foram facilmente absorvidas pela burguesia, que fazia o uso de seu expediente sempre que necessário:

*As tendências autocráticas e reacionárias da burguesia faziam parte de seu próprio estilo de atuação histórica. O modo pelo qual se constituiu a dominação burguesa e a parte que nela tomaram as concepções da ‘velha’ e da ‘nova’ oligarquia converteram a burguesia em uma força social naturalmente ultraconservadora e reacionária. (FERNANDES, 1987, p. 213).*

Fernandes (1987) aponta o quanto a própria natureza do capitalismo, que se consolidou no Brasil, incidiu negativamente para o fortalecimento da burguesia nacional, enquanto classe potencialmente “revolucionária”.<sup>54</sup> Isso significa dizer que a burguesia brasileira encontrou sérias dificuldades para conciliar as necessidades de uma ordem societária, como o capitalismo, com a trajetória colonial recente brasileira, pautada no modelo agro-exportador. Sem romper com esta lógica, responsável pelas fontes da acumulação [na ocasião, ainda pré-capitalistas], cabia à burguesia acomodá-la e torná-la o solo sobre o qual o capitalismo despontaria. Fernandes pondera que:

---

<sup>54</sup>Alguns autores questionam o uso da expressão “revolução burguesa” por parte de Florestan Fernandes. Um deles é Paulo Roberto Almeida (apud BHERING,2003). No entanto, como não pretendo entrar na polêmica, em função dos interesses desta pesquisa, cabe apenas esclarecer, no dizer do próprio Fernandes (1987), que “[...] a Revolução Burguesa na periferia é, por excelência, um fenômeno essencialmente político, de criação, consolidação e preservação de estruturas de poder predominantemente políticas, submetidas ao controle da burguesia ou por ela controláveis em quaisquer circunstâncias[...].” (FERNANDES, 1987, p.294).

*[...] o capitalismo dependente é, por sua natureza e em geral, um capitalismo difícil, o qual deixa apenas poucas alternativas efetivas às burguesias que lhe servem [...]. Desse ângulo, a redução do campo de atuação histórica da burguesia exprime uma realidade específica, a partir da qual a dominação burguesa aparece como conexão histórica não da 'revolução nacional e democrática', mas do capitalismo dependente e do tipo de transformação capitalista que ele supõe. (1987, p. 214).*

Diante de tais dificuldades, Fernandes (1987) identifica o cruzamento de dois processos na constituição do capitalismo no Brasil, que são essenciais para se entender a posição da burguesia brasileira nesse processo: o primeiro deles refere-se ao fato de que a dominação burguesa se assenta sob forte traço autocrático, com pouquíssimo espaço para “tendências democráticas”<sup>55</sup>; o segundo é o fortalecimento, com a instituição do trabalho livre, da “oposição dentro da ordem” e advinda “dos de cima”. E de onde vinha essa oposição? Fernandes (1987) esclarece que sob a hegemonia política e econômica das oligarquias, os interesses [dos diversos setores da burguesia] eram majoritariamente comuns, facilitando a contenção de qualquer possibilidade de oposição.

Com a instituição do trabalho livre e o fim da escravidão, observa-se a pulverização dos interesses dos setores dominantes, gerando mais divergências no seio da própria burguesia. Além disso, com a consolidação de uma ordem efetivamente burguesa, na qual estão em confronto as classes fundamentais – burguesia e proletariado – a existência de movimentos de oposição “de baixo para cima” se torna mais viável e possível.

---

<sup>55</sup> Ianni (1989, p. 42) observa que uma das características do capitalismo que se afirma nos países da América Latina como um todo - e no Brasil não é diferente - é o fato de que “*a despeito das suas relações fundamentais com os sistemas capitalistas dominantes, as sociedades latino-americanas não se organizam plenamente em termos de relações de classes. Apesar de serem sociedades organizadas para produzir mercadorias para o mercado capitalista externo [...], as relações de produção internas não se configuram como relações entre classes sociais claramente delineadas como tais. É que a forma pela qual essas sociedades se vinculam externamente exige alto índice de exploração da mão-de-obra nacional, o que implica manter os trabalhadores nas condições peculiares da situação de acumulação originária.*” (grifo nosso).

Assim, para aplacar esses dois processos, a burguesia nacional preferiu utilizar a acomodação e a composição de interesses no primeiro caso; bem como o uso da força, da repressão, da cooptação e do paternalismo para o enfrentamento do segundo. Assim, foi por meio de “procedimentos autocráticos”, por um lado; e de outro:

*[...] nesse entrechoque de conflitos de interesses da mesma natureza ou convergentes e de sucessivas acomodações, que repousa o que se poderia chamar de consolidação conservadora da dominação burguesa no Brasil. (FERNANDES, 1987, p. 209).*

Em resumo, nossa burguesia:

*[...] não assume o papel de paladina da civilização ou instrumento da modernidade, pelo menos de forma universal e como decorrência imperiosa de seus interesses de classe. Ela se compromete, por igual, com tudo que lhe fosse vantajoso: e para ela era vantajoso tirar proveito dos tempos desiguais e da heterogeneidade da sociedade brasileira, mobilizando as vantagens que decorriam tanto do “atrás” quanto do “adiantamento” das populações. (FERNANDES, 1987, p. 204).*

Assim, a segunda metade dos anos 50, já sob a presidência de Juscelino Kubitschek, o país assistiu ao fortalecimento e consolidação dessa alternativa de desenvolvimento brasileiro – o chamado capitalismo associado, e o aprofundamento do processo de redimensionamento do corpo público-estatal materializado no Plano de Metas<sup>56</sup>. Assim, com esse governo:

---

<sup>56</sup> Dentre os principais objetivos do Plano de Metas destaca-se: “[...] abolir os pontos de estrangulamento da economia, por meio de investimentos infra-estruturais, a cargo do Estado, pois que esses investimentos não atrairiam o setor privado; [...] expandir a indústria de base, como a automobilística, indústria pesada e de material elétrico pesado, estimulando investimentos nacionais e estrangeiros. [...] Um dos alvos principais do Programa era atrair o interesse de empresários estrangeiros, com seu capital e sua tecnologia.” (IANNI, 1979, p.153).

*O poder público passara a atuar no sistema econômico do país lançando mão de todos os recursos disponíveis. Essa atuação destinou-se a acelerar o desenvolvimento econômico, particularmente a industrialização, e a impulsionar o setor privado nacional e estrangeiro. (IANNI, 1979, p. 142).*

O objetivo do Estado brasileiro naquele momento era expandir as bases necessárias para o aprofundamento do capital privado, sobretudo o o norte-americano, que, na época, consistia no novo centro imperialista mundial em detrimento das antigas potências européias.

A entrada e participação maciça do capital norte-americano nos países latino-americanos, dentre os quais o Brasil, expressa o esforço expansionista dos Estados Unidos no segundo pós-guerra, com o objetivo de manter e aprimorar sua hegemonia econômica, política e cultural sobre os demais países. O intercâmbio sócio-cultural e técnico-científico entre os Estados Unidos e demais países “subdesenvolvidos” passou a fazer parte da agenda política destes países, materializado na concessão de bolsas de estudo e programas de qualificação da mão-de-obra, sobretudo aquela mais especializada. É nesse contexto, inclusive, que se ratifica a influência norte-americana no Serviço Social e a participação de muitos profissionais brasileiros em tais programas de aprimoramento.

A segunda metade dos anos 50 efetivou, portanto, uma “*mudança qualitativa no papel do Estado*”<sup>57</sup>, explicada não apenas pela sua intervenção direta na política econômica e pela multiplicação de suas funções, mas, sobretudo, pela clara opção política quanto ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil, tendo em vista que enquanto na era Vargas, observa-se a defesa de uma “[...] política

---

<sup>57</sup> Um traço importante da estrutura executiva estatal brasileira é o seu caráter de hipertrofia face aos demais poderes legislativo e judiciário. Tal característica visível no processo de transformação qualitativa do Estado, durante o governo de Juscelino Kubitschek, persiste historicamente como estratégia de consolidação dos interesses privados.

*destinada a criar um sistema capitalista nacional". (IANNI,1979, p.149), embora saibamos os inequívocos obstáculos para a sua construção - considerando a dinâmica monopólica -, o governo de Kubitschek esforçou-se em gerar "[...] uma política orientada para o desenvolvimento econômico dependente." (p.150).*

No entanto, faz-se importante salientar que a tentativa de alinhamento brasileiro ao contexto internacional condicionado pela consolidação do Plano de Metas durante sua gestão, não se fez sem um envolvimento político-ideológico dos segmentos populares. Ao contrário, verifica-se uma profunda capitalização política das iniciativas governamentais voltadas para o discurso da necessidade de participação e envolvimento popular nessa direção, sob pena de capitulação de todo o processo de construção do desenvolvimento. Caberia às massas o papel de "soldado do desenvolvimento" na construção do consenso em torno da alternativa político-econômica traçada pelo Estado desenvolvimentista brasileiro<sup>58</sup>.

Dessa forma, conclui-se que, conforme apontado anteriormente, enquanto nos séculos anteriores e início do século XX, a economia brasileira pautava-se basicamente na monocultura para exportação, ocasionando a necessidade de se importar todos os demais produtos, desde aqueles genuinamente industrializados até gêneros alimentícios, a segunda metade deste século apresentou um novo perfil econômico baseado no modelo industrial como motor do processo de "substituição de importações". Contudo, é necessário ressaltar que:

---

<sup>58</sup> Cabe ressaltar que se trata de uma prática recorrente na trajetória política brasileira: envolver emocionalmente a população, em especial as massas trabalhadoras, para a legitimação de algum projeto nacional, cujos objetivos não visam efetivamente aos interesses majoritários. Um exemplo, dentre muitos outros que podemos citar, refere-se ao apelo popular durante o Plano Cruzado no início dos anos 90, no qual as donas-de-casa foram compelidas a fiscalizar os preços aplicados diretamente ao consumidor, desempenhando assim o papel de "fiscais do Sarney". Outro exemplo diz respeito ao envolvimento da classe trabalhadora na chamada "cultura da crise", tal como afirma Mota (1995).

*Ao mesmo tempo que se promovia [...] a substituição das importações, criavam-se novas exigências de importação de máquinas, implementos, acessórios, know-how e matérias-primas para instalar os novos empreendimentos ou para dar continuidade ao seu funcionamento. Isto é, diversificava-se a pauta de importações e constituíam-se novas exigências de intercâmbio com as nações dominantes. (IANNI, 1979, p. 168).*

Mais do que garantir autonomia produtiva e condições de competitividade internacional, o modelo de industrialização brasileira reformulou as relações de dependência com o capitalismo monopolista, tornando-se, no dizer de Ianni (1979, p. 169), um “*subsistema do sistema capitalista mundial*”.

Para Ianni (1979) dois aspectos são claros na constituição e no aprofundamento do capitalismo no Brasil: em primeiro lugar o destacado papel do Estado neste processo. O capitalismo, sobretudo em sua fase monopolista, para se efetivar em solo brasileiro, exigiu a preponderante participação do Estado na condução desse processo. Para Fernandes (1987, p. 307): “[...] *o Estado nacional não é uma peça contingente ou secundária desse padrão de dominação burguesa. Ele está no cerne de sua existência[...]*”. O que significa que, também para Ianni (1979), a consolidação do capitalismo no Brasil não se deu em função do livre jogo das forças presentes no mercado, mas resultaram de ações diretas ou indiretas do Estado, que precisou se ajustar para desempenhar tais atividades. O Estado brasileiro precisou, então, racionalizar-se, constituindo em torno de si uma ampla tecnocracia estatal capaz de gerenciar as necessidades do capitalismo que se faziam presentes. Assim:

*Para que haja aceleração do desenvolvimento econômico, é necessário que ocorram também modificações nas estruturas e relações políticas [...] [pois - FGO], os dois momentos da realidade [o econômico e o político] estão sempre imbricados, determinando-se mutuamente. (IANNI, 1979, p. 306-307).*



Em segundo lugar e articulado ao primeiro aspecto já mencionado, observa-se a importância, num dado momento histórico – mais especificamente a segunda metade dos anos 50 do século XX, da política econômica planejada para o desenvolvimento capitalista. Com efeito:

*Essas duas tendências [tecnocracia e planejamento – FGO] [...] e a singularidade da convergência de ambas, devem ser consideradas manifestações básicas do sistema político-econômico brasileiro. Sem elas não se pode compreender o tipo de capitalismo monopolista vigente no Brasil. (IANNI, 1979, p. 302).*

Assim, sob tais bases consolida-se o capitalismo no Brasil: heteronômico e associado aos interesses e à dinâmica do monopólio, com uma estrutura público-estatal que precisou, conforme as orientações imperialistas internacionais e a configuração das classes sociais no Brasil, refuncionalizar-se para garantir a consolidação desse processo em todos os níveis, e para tanto, assumiu outros papéis e funções para além daqueles tradicionalmente a ela confiados. Dentre as atribuições assumidas pelo Estado, e já indicadas neste capítulo, é visível a necessária articulação entre elas; porém uma dessas novas funções nos implica diretamente, quer seja, o controle e a reprodução material e ideológica da classe trabalhadora, objeto de preocupação e intervenção das instituições sociais então existentes e de seu corpo técnico, dos quais participa, dentre outros profissionais, o assistente social.

### 1.5. A Emergência das Políticas e dos Serviços Sociais: o trato particular das expressões da “questão social” no Brasil na era dos monopólios

Historicamente, observa-se que a introdução e multiplicação dos serviços e das políticas sociais na era monopolista está diretamente associada à chamada “questão social”. Embora a “questão social” seja historicamente anterior ao capitalismo monopolista, foi somente em seu âmbito que suas seqüelas puderam se transformar em objeto de intervenção da esfera pública. Até porque, se no capitalismo concorrencial as expressões da “questão social” ameaçavam a ordem burguesa [ou porque mobilizavam politicamente a classe trabalhadora, ou porque punha em risco sua integridade física comprometendo a produção]; no monopólio, “a *‘questão social’ como que se internaliza na ordem econômico-política*”. (NETTO, 1996, p. 26). Suas expressões tornam-se objeto sistemático da intervenção do Estado pela via das políticas sociais e seus respectivos serviços, os quais, por sua vez, possuem inequívoca funcionalidade ao monopólio, tendo em vista que atuam como um dos mecanismos de contratendência ao subconsumo e, por conseguinte, à queda na taxa de lucros.

Netto (1996) identifica na passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista, a existência de três processos, que expressam a correlação de forças entre os protagonistas histórico-sociais da época, e que vão incidir na maneira como as refrações da “questão social” passaram a ser tratadas nesta fase do capitalismo. São eles: a ascensão da classe trabalhadora de “classe em si” para “classe para si”; o amadurecimento político da burguesia que assume efetivamente o papel de

“agente social conservador”; e o crescimento dos chamados segmentos médios<sup>59</sup>.

Assim, do ponto de vista dos trabalhadores:

*[...] Ao ingressar a sociedade burguesa na idade do monopólio, o projeto político-social do proletariado euro-ocidental se encontra nitidamente perfilado: é um projeto anticapitalista, referenciado por uma prospecção socialista e uma prática sindical classista. Confrontando-se com este protagonista, as frações burguesas mais dinâmicas vêem-se obrigadas a respostas que transcendem largamente o âmbito da pura coerção [...], é deste confronto que, enfim, resultarão os parâmetros da convivência democrática que se estabilizou em boa parte das sociedades capitalistas desenvolvidas: nelas, **o princípio democrático confundiu-se com as demandas dos trabalhadores.** (NETTO, 1996, p. 55, grifo nosso).*

No entanto, no caso brasileiro, verifica-se a existência de um cenário um pouco diferente; quer dizer, as demandas dos trabalhadores não conseguiram se constituir enquanto princípios de convivência democrática. Vieira (2004), aponta que uma das razões para este quadro reside no fato de que, embora o processo de organização sindical dos trabalhadores latino-americanos tenha se realizado de forma muito mais rápida, quando comparado aos trabalhadores europeus, em muitos casos, a agilidade não significou autonomia sindical, ao contrário: *[...]o corporativismo, que dá ao Estado a função de árbitro, tem consistido na verdadeira alma do sindicalismo empresarial e trabalhista na América Latina [...]*. (VIEIRA, 2004, p. 96).

A organização dos trabalhadores nos países latino-americanos, dentre eles o Brasil, sofreu paulatinamente a repressão do poder público por um lado; e de

---

<sup>59</sup> Netto (1996, p.59) identifica o crescimento dos setores sociais médios como fruto do próprio processo de complexificação do capitalismo monopolista. Observa que se constitui num grupo absolutamente heterogêneo do ponto de vista ideológico e cultural, mas no qual se verifica a existência de substratos com claras tendências reformistas, os quais de certa forma participaram de um projeto mais amplo da burguesia enquanto classe social – o projeto reformista-conservador. “[...] Já não remetiam a estratos sociais típicos de etapas anteriores do desenvolvimento capitalista: ao contrário, começam a prefigurar grupos e agregados próprios ao novo estágio de desenvolvimento – e que viriam a florescer com o período ‘clássico’ do imperialismo: profissionais ‘liberais’, intelectuais, técnicos especializados etc.” Ou seja, profissionais como os assistentes sociais, muitos integrantes da classe média, participavam da construção deste projeto reformista-conservador. A forma de participação e suas finalidades serão nosso tema de análise no próximo capítulo.

outro, a cooptação de suas lideranças: a era Vargas, neste sentido, foi emblemática.

Vieira destaca:

*Assim, o sindicalismo sul e centro-americano denunciam bem a cara de seus criadores – as ditaduras, de quem herdaram o princípio liberdade na filiação, obrigatoriedade no pagamento. Ou seja, ingressar no sindicato não é obrigatório, mas pagar a contribuição sindical é [...]. (2004, p. 96).*

Quanto à burguesia nacional, anteriormente já apresentamos um pouco de seu perfil político-ideológico, isto é, uma classe incapaz de gestar um projeto autóctone de sociedade, porém afinada com o projeto reformista-burguês internacional, o qual, em contraposição ao projeto societário proletário, objetivou interpretar a “questão social” de forma “apolítica” e, portanto, “a-histórica”, tratando suas seqüelas como “problemas sociais”.

E aqui reside outra característica importante dos países latino-americanos na forma como o poder público enfrenta as expressões da “questão social”: a presença marcante das oligarquias constituídas de grandes e poderosas famílias, que detêm o poder econômico e político. No Brasil, as oligarquias têm comandado historicamente grande parte da vida política nacional, reproduzindo as mesmas relações domésticas e conservadoras que dirigem suas propriedades familiares<sup>60</sup>. Uma prova disso é o fato de que, segundo Vieira:

*[...] essas oligarquias em muitas oportunidades entravaram e entravam o processo de acumulação do capital na América Latina. Elas conflitam com grupos internos mais sensíveis à expansão do capitalismo internacional, cujos projetos não se ajustam de pronto aos interesses oligárquicos [...]. Portanto, as oligarquias latino-americanas não têm sido sempre funcionais à propriedade, ao Estado, e ao capitalismo, apesar de ampararem-se neles. (2004, p. 94).*

---

<sup>60</sup> Conforme Vieira( 2004, p.94: “[...] as oligarquias têm negado, ou ao menos, desconfiado da democracia de qualquer natureza[...].”

Dessa forma, Vieira (2004) atribui a maneira como as políticas sociais se constituem no Brasil e demais países da América Latina à própria trajetória sócio-histórica destes e à relação sempre periférica com o monopólio internacional, sem perder de vista que, embora haja particularidades em cada região, tais países compartilham de vários aspectos em comum.

Um deles refere-se à existência da desigualdade como elemento presente desde sempre nas sociedades latino-americanas recém formadas:

*Fez-se uma sociedade composta dos de cima e dos de baixo, dos senhores e dos escravos, dos livres e dos não-livres, dos brancos e dos não-brancos, dos obrigados a pagar impostos e dos isentos de impostos. Os latifundiários e os proprietários de minas muniam-se de forças repressivas próprias, de prisões e de troncos para surrar escravos, e também de capelães, representando para os dóceis o meio de sobrevivência, a proteção e, enfim, a estabilidade social (VIEIRA, 2004, p. 66).*

Outro elemento importante observado nesse processo de construção sócio-histórica latino-americana é a maneira como os integrantes da “administração colonial” utilizavam as normas e rotinas conforme seu interesse pessoal; assim, realizaram aqui o que seria impensável na Europa, como por exemplo: “[...] utilizaram o direito de conquista para explorar, **em benefício pessoal**, os povos submetidos da América, obtendo desta forma o que não poderiam obter na metrópole[...].” (VIEIRA, 2004, p. 68, grifo nosso).

Embora já sinalizado, cabe lembrar que outro traço bastante presente nos vários países latino-americanos refere-se à incapacidade de os processos formais de independência conseguirem superar a lógica da subalternidade, mas ao contrário, a recriarem em muitos lugares, sob novas bases.

No caso brasileiro, a Independência de 1822 pelas mãos do filho do rei português se deu com um objetivo claro, quer seja, a garantia da dinastia Orleans e

Bragança. Não havia nenhuma intenção de projetar externamente o país, tampouco de favorecer a população aqui residente, mas de manter os interesses políticos da monarquia metropolitana. Os acontecimentos posteriores a 1822, como a dissolução coercitiva da primeira assembléia constituinte, a outorga da constituição de 1824 e a própria conduta do imperador mostravam suas reais intenções quanto ao Brasil, para o qual não havia nenhum projeto político voltado para a ascensão da condição social da maioria.

Vieira (2004) demonstra que em muitos países latino-americanos, como no caso brasileiro, havia uma ausência ou expressiva subestimação da legislação, quando esta era capaz de inibir determinados abusos. Em outros contextos, sua aplicação envolvia algum interesse específico. Assim, mesmo quando a lei existia, sua efetividade dependia diretamente do grau de vantagem que ela poderia conceder em determinada situação, resguardando-se, então, a velha perspectiva de que “aos amigos tudo, aos inimigos, a lei”.

*Isto quer dizer, em outras palavras, que aqui se firmou o princípio do privilégio, e não o princípio da igualdade, ou mesmo da liberdade. Basta passar os olhos nas Constituições e nas legislações para concluir que aqui se firmaram os latifúndios sem investimento, a utilização irracional e injusta da riqueza, a regalia dos militares, o assistencialismo, a caridade dos poderosos e particularmente o favor, uma das chaves da corrupção. [...]. Enfim, a desonestidade bem-sucedida constitui o apanágio das qualidades apreciadas nas várias esferas sociais. (VIEIRA, 2004, p. 77).*

A partir dessas condições, a construção do direito e da política é algo muito distante da população brasileira, que nem sempre tem muito claro seu real papel como ator político,<sup>61</sup> tampouco conhece seus fundamentos na ordem burguesa.

---

<sup>61</sup> Vieira (2004, p.78) nos chama a atenção de como a representação política pela via do voto é algo distante da maioria da população, tornando-se mais uma obrigação burocrática, do que efetivamente

Até o próprio liberalismo<sup>62</sup>, entendido como um dos principais pilares político-ideológicos e sócio-culturais da ordem burguesa, sofreu no Brasil um certo processo de adequação à realidade aqui existente. Schwarz (2005) afirma que, do ponto de vista político e ideológico, o Brasil também possui importantes particularidades, dentre elas: a presença irrefutável da chamada “*ideologia do favor*”, como mediação das relações sociais, e principalmente daquelas existentes entre Estado e sociedade. Soma-se à “ideologia do favor”, o ecletismo teórico-político, no qual se observa a combinação de perspectivas teóricas com posturas políticas completamente diferentes; e uma forma peculiar de democracia e de autoritarismo que concilia cordialidade com violência. Todos estes aspectos mediatizam as relações entre classe trabalhadora, burguesia e Estado; além de atravessarem a operacionalidade dos serviços e políticas sociais desenvolvidas no Brasil, e particularizarem a ação de determinados sujeitos profissionais como o assistente social.

Em primeiro lugar, a análise da trajetória sócio-histórica brasileira salienta que mesmo após a Abolição da Escravidão, o padrão das relações de trabalho no Brasil ainda se manteve por muito tempo pautado pelo servilismo, e foi

---

um direito político. “*A escolha da representação política nos municípios, nas assembleias legislativas, nos congressos nacionais, ou para os chefes do poder executivo etc. significa na maioria das ocasiões um ato burocrático ou de desesperança, uma fatalidade ou um comércio, a oprimir a cabeça da maioria da população, sobretudo da multidão de pobres e desinformados.*” Outro dado bastante presente é o desconhecimento do papel das instâncias político-representativas como o parlamento, expresso por exemplo, na perspectiva de que vereador competente é aquele que asfalta a rua ou desentope os bueiros. Diante da ausência de uma administração pública eficaz e da frágil consciência política da população, mais vale a conservação de alguns pontos da cidade [que revelam votos] do que o trabalho político.

<sup>62</sup> Entende-se por liberalismo uma matriz de pensamento desenvolvida no século XVIII e pautada na afirmação dos direitos civis como direitos naturais [qualificado pelo seu principal expoente – John Locke], os quais consistem, dentre outros, no direito à vida, à liberdade de credo, de expressão e de pensamento, de ir e vir, e à propriedade. Desenvolveu um papel indiscutivelmente importante no colapso do absolutismo e ascensão da burguesia como classe dirigente, transformando-se a partir de então no suporte político-ideológico do capitalismo, tendo em vista que ao defender o direito à propriedade, o legitima também como sendo o direito aos frutos do trabalho, inclusive alheio, a partir da compra da força de trabalho. Cf. CHÂTELET et al, 1990.

este cenário que emoldurou a formação social do Estado burguês brasileiro. Assim, todas as ações deste Estado tomaram como referência aquilo que Schwarz (2005) sublinha como “*ideologia do favor*”.

*Assim, com mil formas e nomes, o favor atravessou e afetou no conjunto a existência nacional, ressalvada sempre a relação produtiva de base, assegurada pela força. Esteve presente por parte, combinando-se às mais variadas atividades, mais e menos afins dele como administração, política, indústria, comércio, vida urbana, Corte, etc. Mesmo profissões liberais, como a medicina, ou qualificações operárias, como tipografia, que, na acepção européia, não deviam nada a ninguém, entre nós eram governadas por ele. E assim como o profissional dependia do favor para o exercício de sua profissão, o pequeno proprietário depende dele para a segurança de sua propriedade, e o funcionário para o seu posto. O favor é nossa mediação quase universal [...]. (SCHWARZ, 2005, p.65)<sup>63</sup>.*

Em segundo lugar, Menezes (1998) nos chama a atenção para o fato de que aqueles que pretendiam legitimar política e ideologicamente a ordem societária que aqui se afirmava – o capitalismo – tomaram como referência o mesmo arcabouço teórico-político desenhado nos países centrais e assentado no liberalismo clássico, porém sem desconsiderar a tradição escravista, autoritária e capitalista subalterna. É assim, que a concepção liberal por aqui se adapta, ou seja, a saída foi a construção de um arranjo teórico-político que pudesse acomodar sob o mesmo teto os princípios liberais com o acervo sócio-cultural e político já existente.

Conforme Fernandes (1987), é visível a incorporação ideológica que a burguesia nacional faz dos valores e concepções pertencentes à classe dominante hegemônica. É importante considerar também que esta apreensão ideológica não se

---

<sup>63</sup> Como “mediação quase universal”, conforme sugere Schwarz (2005), observa-se que a “ideologia do favor” cria um determinado tipo de sociabilidade que atravessa a dinâmica das políticas e serviços sociais, e que certamente incide também sobre a intervenção profissional do assistente social e, por conseguinte, em sua imagem social. A configuração da intervenção profissional e de sua relação com a imagem socialmente consolidada de profissão, tomando como solo as formas como as expressões da “questão social” são tratadas no Brasil, consistirão em objetos de análise do capítulo seguinte.



processa ao largo das condições sócio-históricas e econômicas preexistentes.

Assim:

*A renovação de idéias, valores e orientações de comportamento das várias classes e estratos de classe burgueses aumentou a percepção e a consciência crítica, em sentido 'realista' e 'pragmático', da situação global e de como ela se encadeava com os interesses de classe burgueses [...]. Mas não concorreu, [...] para melhorar ou ampliar a qualidade da identificação dessas classes [...] com os dilemas sociais enfrentados pelas populações pobres ou miseráveis[...]. (FERNANDES, 1987, p. 316).*

Como desdobramentos explícitos, observa-se, em primeiro lugar, a combinação do liberalismo com:

*[...] a manutenção dos maneirismos autoritários das ações políticas governamentais. Assim sendo, até mesmo o nosso autoritarismo seria peculiar, mediado pela conciliação e pela cordialidade, interrompido apenas para dar lugar à violência declarada dos períodos ditatoriais. (MENEZES, 1998, p. 76).<sup>64</sup>*

Em segundo, “a democracia nascente correspondia a um refinamento da dominação de classe dos proprietários de terras no plano das instituições políticas” (SAES apud MENEZES, 1998, p. 77).

Constrói-se, então, um particular caldo sócio-cultural, marcado pela ausência de práticas democráticas, de um lado; e de outro, pela lealdade ao patrão; pela bondade àqueles que têm menos; pelo critério baseado no favor e na indulgência; pelo clientelismo como estratégia estrutural da política<sup>65</sup>.

---

<sup>64</sup> Ressalta-se que a particularidade de nosso autoritarismo, muito bem assinalado por Menezes (1998), se expressa muito claramente na forma de intervenção desenvolvida pelo assistente social em seu dia-a-dia institucional, que cordialmente atua [e é contratado para atuar] na contenção das tensões e no ajuste dos comportamentos individuais.

<sup>65</sup> Fernandes (1987, p.268) observa uma importante dissociação entre desenvolvimento econômico e político no cenário capitalista brasileiro e que elucida significativamente esse caldo sócio-cultural, a que nos referimos: “[...]de um lado, um padrão capitalista altamente racional e modernizador de desenvolvimento econômico; e, concomitantemente [de outro - FGO], [...] medidas políticas, militares

Assim, foi integrando esse caldo sociopolítico e cultural com que se construíram as políticas sociais brasileiras, as quais, ao mesmo tempo em que assumem determinadas funções no capitalismo tanto quanto no resto do mundo burguês; possuem características particulares, que as fazem também diferentes. Vejamos as convergências e particularidades da política social no Brasil:

Em primeiro lugar, também no Brasil, “*a funcionalidade essencial da política social [...] se expressa nos processos referentes à preservação e ao controle da força de trabalho*” (NETTO, 1996, p. 27), esteja ela ativa ou não. Além da inquestionável função na reprodução material do trabalhador, garantindo sua sobrevivência e consumo, é absolutamente importante o peso ideológico e político que a política social representa, tendo em vista que “*oferece um mínimo de respaldo efetivo à imagem do Estado como ‘social’, como mediador de interesses conflitantes.*” (NETTO, 1996, p. 28).

Tal como em todos os países capitalistas, a ampliação das políticas e dos serviços sociais vincula-se à *dinâmica da luta de classes*. Ainda que funcionais, do ponto de vista político e econômico, à lógica monopólica, é a intensidade da luta política dos trabalhadores que delineia determinados traços às políticas sociais. E no Brasil, apesar de todas as dificuldades e limitações, impostas à classe trabalhadora em especial, o protagonismo das classes sociais foi inegável na construção de um conjunto básico de direitos sociais, pois se é verdade que o desenvolvimento capitalista central, bem como suas crises cíclicas, direcionou historicamente a condição econômica e política de países como o Brasil, como a história tem demonstrado, também o é o fato de que o aprofundamento da luta entre as classes e entre seus segmentos incide organicamente sobre tal posição:

---

*e policiais, contra-revolucionárias, que atrelaram o Estado nacional não à clássica democracia burguesa, mas a uma versão tecnocrática da democracia restrita”.*

*As reações econômicas manifestadas nos países latino-americanos não se esgotam em processos e relações exclusivamente econômicas. Os diferentes desdobramentos das economias da região estavam direta e profundamente relacionados com as mudanças das relações políticas entre os vários grupos e classes sociais.[...]. As greves operárias [...] são um sintoma importante dessas lutas. A formação e o desenvolvimento de movimentos sociais organizados por grupos pertencentes à classe média são outros sintomas de lutas políticas importantes. Além disso, os grupos empresariais mais interessados no mercado interno nacional também estarão pressionando o poder político. (IANNI, 1989, p. 57).*

É tomando a luta de classes como referência, que podemos afirmar que ela se relaciona diretamente com o desenvolvimento da perspectiva de cidadania.<sup>66</sup>

*Com a generalização da economia mercantil e a necessária afirmação da liberdade individual como condição de funcionamento da nova organização da sociedade, vai adquirindo forma a noção de igualdade de todos os homens perante a lei, com direitos e obrigações derivados de sua condição de participantes integrais da sociedade, ou seja, de cidadãos. (IAMAMOTO, 1986, p. 90).*

Também é importante ressaltar que mundialmente a ordem burguesa conseguiu operar uma inversão – instituir a cidadania, numa sociedade de homens política e economicamente desiguais, fundamentada na exploração do trabalho pelo capital. Isto significa dizer que a efetivação plena da cidadania é incompatível em uma ordem assentada sob tais fundamentos, tendo em vista que à medida que a burguesia se apropria da riqueza socialmente produzida, não pode gerar a igualdade no acesso aos bens produzidos coletivamente, mas a desigualdade. Apesar do caráter restritivo da cidadania na ordem burguesa, não se pode deixar de reconhecer contraditoriamente alguns de seus avanços, nos quais é incontestado o

---

<sup>66</sup> Sem o intuito de aprofundar a análise da cidadania neste capítulo, cabe ressaltar que a obra clássica de Marshall (1967) tem, de certa forma, influenciado o debate acerca da temática no Serviço Social. Ainda para a discussão do tema, embora com matizes diferentes, recomenda-se a leitura de Netto (1986) e de Coutinho (1997).

papel das lutas e movimentos sociais, dentre os quais destaca-se o movimento operário<sup>67</sup>.

Sem esquecer a referência da luta de classes, observa-se que a cidadania trouxe historicamente consigo a noção de direito social, que, por conseguinte, exige para sua efetividade a construção de um conjunto de políticas e serviços sociais como modalidades históricas de materialização desse direito. Assim, se por um lado, eles representam uma conquista da classe trabalhadora, que passa a ser reconhecida como ator político pelo Estado e pela esfera privada; por outro, expressam também a redistribuição de parte da riqueza realizada por esta mesma classe a todos que necessitam, principalmente os próprios integrantes da classe trabalhadora, ou seja, é o próprio trabalho que financia as políticas sociais. Entretanto, apesar de se constituir materialmente a partir do fundo construído pelo trabalho, ao se apresentar sob a forma de serviços e políticas sociais, o direito social adquire uma nova feição de caráter ideológico, quer seja, a de benefício ou de salário indireto. A reprodução material, bem como a manipulação ideológica, encontra no conjunto de políticas e serviços sociais seu espaço de excelência.

A partir daí, considerando a trajetória sócio-histórica brasileira baseada na “ideologia do favor” e no clientelismo das oligarquias, por um lado; e na indisposição política da burguesia nacional e na interpretação e cumprimento da lei, segundo interesses particulares, por outro; torna-se claro o restrito nível de abrangência e universalidade das políticas sociais no Brasil.

---

<sup>67</sup> Ianni (1989, p.68) afirma que nas primeiras quatro décadas do século XX, criaram-se no Brasil, e em outros países da América Latina, partidos políticos de corte socialista e organizações operárias com variadas tendências: socialistas, anarquistas, comunistas, democráticos, cristãos e etc. Contudo, *“é inegável que as reivindicações de caráter econômico geralmente predominavam sobre as reivindicações estritamente políticas. Mas isto não eliminava nem reduzia a importância política desse sindicalismo,”* ao contrário, consistiam na contrapartida aos interesses imperialistas que em solo brasileiro se manifestavam, bem como aqueles tradicionalmente vinculados ao perfil da burguesia nacional.

Em consonância com esse perfil incorporado pelas políticas e serviços sociais, Ianni (1996) sinaliza que geralmente o pensamento social conservador brasileiro apresentou aqueles, que compõem o povo, como uma turba amorfa, incapaz de tomar decisões e de compreender a vida social, portanto, a tutela se faz absolutamente necessária para conduzir esse grupo social. Quer dizer: “[...] *ainda ressoa no pensamento social brasileiro que a vítima é culpada*” (IANNI 1996, p.97) por ser incapaz, inferior, “ignorante”, pobre, analfabeto, acomodado, – daí a moralização da questão social e a necessidade de uma mudança comportamental.<sup>68</sup>

Ianni enfatiza a criminalização como uma forma de enfrentamento da “questão social” no Brasil:

*Quando se criminaliza o ‘outro’, isto é, um amplo segmento da sociedade civil, defende-se, mais uma vez, a ordem estabelecida. Assim, as desigualdades sociais podem ser apresentadas como manifestações inequívocas de ‘fatalidades’, ‘carências’, ‘heranças’, quando não ‘responsabilidades’ daqueles que dependem de medidas de assistência, previdência, segurança ou repressão. (1996, p. 101).*

Ainda com relação a criminalização da “questão social”, Ianni (1996) afirma que o próprio desenvolvimento do modo de produção capitalista exige a formalização e institucionalização das relações de trabalho. Tais processos no Brasil iniciaram-se a partir de um forte processo de “redefinição ideológica” do trabalho,

---

<sup>68</sup> Inclusive tal concepção acerca da “questão social” e suas manifestações era visível também entre os primeiros assistentes sociais no Brasil, cujos fundamentos repousavam nos princípios do humanismo cristão e na Doutrina Social da Igreja, como pretendemos examinar no próximo capítulo. Assim, para os pioneiros, a “questão social” fundamentava-se na imperfeição do homem, e por conseguinte, possuía caráter ao mesmo tempo natural e moral, pois apesar de buscar Deus e a salvação, o homem consiste ainda em um ser de natureza imperfeita, e por isso, preso às paixões e aos objetivos terrenos. Assim, a incompreensão dos trabalhadores quanto à legitimidade da propriedade daqueles que a detém, de um lado; e a avareza dos patrões, impedindo os trabalhadores de alcançarem o mínimo a que têm direito, por outro, constituem-se em clara expressão do egoísmo, fonte da imperfeição humana. Com efeito, os assistentes sociais entendem que “o capitalismo selvagem, as falhas e deficiências que apontam não são percebidas como uma deficiência do sistema, mas das pessoas. A causa está nos capitalistas [e nos trabalhadores – FGO] e não no capitalismo.” (CARLOS, 1993, p.92).

tendo em vista que séculos de escravidão produziram um acervo sócio-cultural no qual o trabalho era malvisto, tratado como coisa inferior. Essa desvalorização do trabalho é combatida fortemente ao longo da trajetória republicana brasileira e em seu lugar cria-se uma espécie de louvação do trabalho assalariado<sup>69</sup>, e obviamente, não em seu sentido ontológico, mas como o único que dignifica o homem. Essa “beatificação” do trabalho implicou necessariamente uma cruzada contra o ócio e a preguiça, e para tanto, inclusa na agenda das ações voltadas ao tratamento moralizante da “questão social” e suas expressões.

Do mesmo modo, para enfrentar as seqüelas da “questão social”, no âmbito das políticas sociais, foi preciso que estas fossem fragmentadas e parciais, caso contrário, correriam o risco de serem desveladas em sua natureza, desnudando o caráter contraditório da relação capital/trabalho. Há de se criar uma estrutura político-institucional que oculte a essência dessas seqüelas, transformando-as em necessidades individuais e pessoais, fruto da incapacidade, da fragilidade e do despreparo para enfrentar os desafios da “vida em sociedade”. As políticas sociais cumprem este papel, uma vez que encaminham institucionalmente tais expressões sem vinculá-las a totalidade da ordem burguesa, contribuindo assim efetivamente para a sua mistificação<sup>70</sup>.

---

<sup>69</sup> É interessante observar como a “louvação” do trabalho aplica-se em certa medida à legitimação do capital e, por conseguinte, da ordem burguesa - *“O trabalho não é castigo: é a santificação das criaturas. Tudo o que nasce do trabalho é bom. Tudo o que se amontoa pelo trabalho é justo. Tudo o que se assenta no trabalho é útil. Por isso, a riqueza, por isso o capital, que emanam do trabalho, são, como ele, providenciais.”* (RUI BARBOSA, apud IANNI, 1996, p.106).

<sup>70</sup> Sendo o assistente social um profissional que por excelência atua no campo das políticas sociais, vale ressaltar que na sua intervenção, observa-se *“a constatação de um sistema de nexos causais, quando se impõe aos intervenientes, alcança no máximo o estatuto de um quadro de referência centrado na noção de integração social: selecionam-se variáveis cuja instrumentação é priorizada segundo os efeitos multiplicadores que podem ter na perspectiva de promover a redução de disfuncionalidades.”* (NETTO, 1996, p.28). Logo, quando se consegue sair do campo meramente burocrático, o entendimento e a resposta do assistente social para a questão trazida pelo “cliente”, também não supera a perspectiva conservadora de tratar a demanda como um problema individual/pessoal, abstrato, apolítico, a-histórico e de caráter moral. Sem conectar criticamente a demanda ao mundo real e à condição de classe do sujeito, resta ao assistente social encontrar o

Netto (1996) afirma que o “giro” na forma de enfrentamento das seqüelas da “questão social” na fase monopolista, que tem no redimensionamento do Estado seu núcleo central, foi condicionado por processos de pelo menos três naturezas distintas, porém auto-implicadas: o protagonismo político da classe trabalhadora [que, no Brasil, possui particularidades em face de toda a trajetória sócio-histórica, já salientado<sup>71</sup>]; a necessidade de criação de medidas anticíclicas para a contenção das crises; e o novo “dinamismo político e cultural” existente na ordem burguesa, face às novas configurações das classes em presença.

Quanto a este último processo, Netto (1996) observa que é inegável que o tratamento das seqüelas da “questão social” pela via das políticas sociais públicas, associado a um leque de direitos sociais [pelo menos nos países centrais], atingiu o caldo político-cultural liberal, no qual se inscreve, dentre outros elementos, o individualismo. No entanto, Netto afirma que este processo, que atinge a raiz do ethos liberal burguês, não se faz sem um misto de rupturas e continuidades. Se, por um lado, o enfrentamento das expressões da “questão social” passa a ser realizado formalmente, na era monopólica, no âmbito da esfera pública-estatal, isto não impede que o tratamento destas por seus técnicos institucionais se dê de forma

---

nexo causal no próprio indivíduo e/ou na sua relação com o meio, e assim, destacar e operar sobre a variável que ele julga com maior peso na solução do problema.

<sup>71</sup> Usualmente, identifica-se o movimento operário brasileiro às tendências anarquistas, sobretudo durante a chamada República Velha e naqueles setores conhecidos como mais combativos. Contudo, Frederico (1994, p.64), apoiado em Carone, afirma que o movimento operário brasileiro recebeu não apenas influência do anarquismo, mas também do socialismo reformista, o que, inclusive, explica, segundo ele, a tensão vivida pelo movimento dos trabalhadores durante o governo Vargas e a iniciativa deste em atrelar formalmente as entidades sindicais ao então Ministério do Trabalho. Segundo Frederico, a posição do movimento operário em face do Estado varguista é bastante ambígua, tendo em vista que *“de um lado, há os que criticam a ingerência estatal acentuando o inegável prejuízo acarretado à vanguarda da classe operária [...]; de outro, há os que assinalam o nascimento de uma verdadeira organização sindical, atingindo, enfim o conjunto da classe operária, em contraste com a fragilidade dos antigos sindicatos autônomos restritos a algumas poucas regiões e categorias profissionais.”* Se a existência do movimento dos trabalhadores consistiu em uma das condições centrais para o redimensionamento do Estado brasileiro e suas iniciativas em face das expressões da “questão social”, faz-se necessário observar que tal movimento não se efetivou sem tensões e contradições internas.

individual, parcial, fragmentada e principalmente responsabilizando o próprio trabalhador. No dizer de Netto:

*Eis por que o redimensionamento do Estado burguês no capitalismo monopolista em face da 'questão social' simultaneamente corta e recupera o ideário liberal – corta-o, intervindo através das políticas sociais; recupera-o, debitando a continuidade das suas seqüelas aos indivíduos por elas afetados. (1996, p. 32).*

O enfrentamento das seqüelas da “questão social”, pautado na combinação entre as esferas pública e privada, repousa, segundo Netto (1996) em três eixos formuladores presentes e exacerbados na fase do capitalismo monopolista:

O primeiro deles consiste na forma como a vida social é amplamente capturada pela lógica burguesa monopólica, que induz comportamentos e padrões de conduta sociais. Esferas que até então gozavam de privacidade individual, tais como o relacionamento familiar e afetivo, a organização doméstica, o sentido de beleza, a imaginação e etc., passam a ser alvos de atenção potencial da ordem monopólica, que precisa expandir seus domínios para além do espaço da produção, mas também dos serviços<sup>72</sup>, os quais pretendem dar conta dessas esferas.

O segundo elemento que legitima a complementaridade entre os campos público e privado, consiste, conforme Netto (1996, p.36), na “*tendência a*

---

<sup>72</sup> Netto (1996, p.35) nos chama atenção para o fato de que “*não se trata, [...], tão-somente do processo de liquidação dos espaços de autonomia do indivíduo; trata-se, nomeadamente, da expansão [...] das modalidades de investimento e de valorização próprias do capital monopolista: elas invadem e metamorfoseiam o 'privado'.* [...] Resulta, pois, que a expansão das modalidades de investimento do monopólio, que converte em ‘serviço’ praticamente tudo, combina-se à perfeição com os projetos de preservação de ‘individualidades’ que, elas mesmas, são produzidas e reproduzidas conforme as necessidades daquela expansão.” A emergência da profissão, bem como a ação cotidiana do assistente social, não ficará fora desta perspectiva, quer seja o avanço dos domínios da lógica do capital sobre a vida pessoal do indivíduo e o trato despolitizador, natural e psicologizante das expressões da “questão social”.



*psicologizar a vida social*”, lógica esta que se torna absolutamente compatível com as necessidades da ordem burguesa em sua fase madura.

*À proporção que a ordem monopólica invade e devassa, com a sua própria lógica de valorização, o universo – inclusive o simbólico e afetivo – antes tido e havido como reserva psíquica do indivíduo, mais as dimensões do ‘psicológico’, abstratas porque autonomizadas das mediações entre indivíduo e sociedade, ganham peso. (NETTO, 1996, p. 37).*

A chamada psicologização da vida social torna-se bastante funcional à lógica monopólica, uma vez que esvazia o significado sócio-histórico das demandas sociais, confinando-as à subjetividade daquele que demanda os bens ou os serviços institucionais. Além disso, o enfrentamento das refrações da “questão social” toma, assim, novo encaminhamento: a mudança comportamental, enquanto prerrogativa para solucionar os problemas que das políticas e programas sociais solicitam respostas eficientes.

Outro efeito importante dessa tendência de psicologização diz respeito ao sentimento de atenção, cuidado e “conforto” que tal prática “personalizada” gera junto aos sujeitos institucionalmente atendidos. A psicologização, quando tomada como estratégia institucional de enfrentamento das demandas cria uma nova relação técnico/cliente, que possibilita a indução comportamental pela via da confiança que o segundo deposita frente aos aconselhamentos do primeiro quanto aos problemas e formas de enfrentá-los. É, inclusive, a partir deste entendimento que alguns autores qualificam o assistente social como um dos profissionais do “cuidado”, perspectiva esta que, se não elimina, pelo menos reduz em muito a dimensão ético-política da ação profissional.

O terceiro e último eixo importante para a legitimação da relação público/privado no trato das refrações da “questão social”, repousa no acervo

teórico-cultural conservador, mais precisamente no “[...] *estilo de pensar o social que tem por limite o marco da sociedade burguesa, o positivismo, que, antes de ser uma ‘escola’ sociológica, é a auto-expressão ideal do ser social burguês.*” (NETTO, 1996, p. 39)<sup>73</sup>.

Essa maneira de se pensar enforma o ethos burguês, na medida em que naturaliza a vida social, e o faz também com o trato das expressões da “questão social”. Na verdade, conforme Löwy (2000), o positivismo<sup>74</sup> assenta-se em alguns pilares principais: em primeiro lugar, fundamenta-se a partir da transferência da

---

<sup>73</sup> A historiografia brasileira, conforme Bosi (1996), indica que o Brasil sofreu influências do Positivismo na sua condução política, sobretudo nas primeiras décadas do século XX. No entanto, além da influência positivista, é também bastante claro o significativo peso dos pressupostos oriundos do humanismo cristão, bem como da própria Doutrina Social da Igreja. Assim, em que medida certos ideais positivistas e cristãos incidiram na construção sociopolítica nacional, mais especificamente na constituição do projeto reformista-conservador, consiste em uma das principais preocupações do capítulo seguinte.

<sup>74</sup> Conforme Löwy (2000, p.18): “[...] *Jo positivismo surge, em fins do século XVIII – princípio do século XIX, como uma utopia crítico-revolucionária da burguesia antiabsolutista, para tornar-se, no decorrer do século XIX, até os nossos dias, uma ideologia conservadora identificada com a ordem (industrial/burguesa) estabelecida.*” Löwy ressalta, ainda, que a explicação dos fenômenos e situações sociais sempre foram historicamente realizados, considerando os interesses dos setores dominantes, a partir de explicações pautadas no campo sobrenatural, ou simplesmente relevado ao acaso. A tentativa de explicar os fenômenos sociais a partir da transferência das legalidades naturais para a esfera da sociedade foi atribuída como um passo necessário para retirar destes a tradicional maneira arcaica de compreendê-los, tomando por base toda a sorte de imprecisões e interesses. Assim, “*o combate à ciência social livre de ‘paixões’ é, portanto, inseparável da luta revolucionária dos Enciclopedistas e de toda a filosofia do Iluminismo contra os preconceitos, isto é, contra a ideologia tradicionalista [principalmente clerical] do Antigo Regime.*” (Id., *ibid.*, p.20). No entanto, Löwy atenta para o fato de que os precursores do positivismo – Condorcet e Saint-Simon – não conferiam ao pensamento positivista uma tendência conservadora; ao contrário, para eles, o positivismo devia cumprir a função de contestação e crítica da ordem vigente, na época, o Antigo Regime. Tal postura dos precursores é bastante diferente daquela observada nos pensadores contemporâneos a eles, como Comte, que faz a apologia da ordem social estabelecida, na medida em que faz do Positivismo a justificativa e a legitimação teórica e cultural do modo de ser burguês. Assim, Löwy adverte que o caráter de novidade do pensamento de Comte reside exatamente na sua intenção sociopolítica, radicalmente contrária aos seus antecessores. Além disso, Comte vive em uma sociedade bastante diferente daquela que fundamentava o pensamento de Condorcet e Saint-Simon. Na época de Comte, a burguesia tinha assumido sua condição de classe conservadora e não mais revolucionária, e a atividade industrial começava a florescer como bastião do progresso. Para Comte, o método positivo afastaria quaisquer ameaças ao capitalismo nascente a partir da transladação das leis da natureza para a sociedade, pois apenas estas poderiam conferir confiabilidade a explicação dos fenômenos sociais. Assim, nas palavras de Comte – “*entendo por física social e ciência que têm por objeto o estudo dos fenômenos sociais considerados dentro do mesmo espírito que os fenômenos astronômicos, físicos, químicos e fisiológicos, quer dizer, como sujeitos a leis naturais invariáveis, cuja descoberta é o objetivo específico de suas pesquisas.*” (COMTE *apud* LÖWY, 2000, p.23).

legalidade presente na natureza para a sociedade; por conseguinte, para estudá-la, é perfeitamente possível a utilização dos mesmos métodos e experimentos existentes na investigação dos fenômenos naturais. E por último, devem as ciências – tanto aquelas voltadas para os fenômenos da sociedade, quanto os da natureza, eximirem-se do uso de juízos de valor e ideologias, mantendo, desta forma, a postura neutra e objetiva<sup>75</sup>.

No dizer de Löwy (2000), a transladação das legalidades naturais para a sociedade, reside no sólido entendimento comteano que os fenômenos sociais são regidos pela invariabilidade das leis. Sendo, portanto, invariáveis, as leis naturais quando aplicadas à sociedade, tendem a gerar a resignação nos homens, tendo em vista que diante da imutabilidade das mesmas nada há o que se fazer<sup>76</sup>. No entanto, Löwy (2000) observa que embora seja Comte o “pai do positivismo”, caberá a Durkheim o papel de “fundador da Sociologia”<sup>77</sup>. Embora, as contribuições de

---

<sup>75</sup> Ao criticar o positivismo, Kosik (2002,p.31) afirma que *“o mundo físico como modo tematizado de conhecer a realidade física é apenas uma das possíveis imagens do mundo que exprimem determinadas propriedades essenciais e aspectos da realidade objetiva. Além do mundo físico existe ainda um outro mundo, igualmente legítimo – por exemplo o mundo artístico, o mundo biológico, e assim por diante – o que significa que a realidade não se exaure na imagem física do mundo. O fiscalismo positivista é o responsável pelo equívoco de ter considerado uma certa imagem da realidade como a realidade mesma, e um determinado modo de apropriação da realidade como o único autêntico.”* O positivismo ao sustentar a visão de mundo tipicamente burguesa, contribuiu para a criação de uma realidade falaciosa, cujas representações espriam-se em vários aspectos da vida social. Assim, como não poderia deixar de ser o Serviço Social não está alheio a esta realidade.

<sup>76</sup> Por exemplo, diante da existência da pobreza nada se pode fazer, pois uns nasceram destinados a serem pobres e outros a serem ricos. Ninguém pode escolher previamente sua família ou condição social e em face de algum infortúnio, caberá ao sujeito se conformar com sua situação, tentando fazer de sua vida a mais feliz possível apesar dos seus limites.

<sup>77</sup> A análise lukacsiana (LUKÁCS apud NETTO,1992) nos mostra que a economia política, bem como a filosofia hegeliana, entram em crise no contexto das revoluções de 1830 e 1848, cujos desfechos elucidaram a perda do caráter revolucionário da burguesia. No dizer de Netto (1996): *“[...]a economia política clássica é uma apaixonada defesa da ordem capitalista em comparação com as formas sociais anteriores; mas se trata de uma defesa que nada tem de apologia: os clássicos não ocultam o ‘cinismo da realidade’ [...] apegam-se ao dinamismo social real e não recuam diante das contradições que, freqüentemente sem poder explicar, constataam. Quando a realidade econômico-social subverte a função histórico-universal da burguesia, que deixa de representar os ‘interesses gerais da humanidade’, erode-se o patamar sobre que se erguia a teoria social dos economistas clássicos.”* (NETTO, 1996, p.135). Processo semelhante ocorre com o hegelianismo, compreendendo o período de florescimento da chamada razão miserável, que expressa a decadência ideológica da burguesia. O nascimento da sociologia e da economia vulgar expressa a decadência. No dizer de Lukács (apud

Durkheim avancem em relação a Comte, não se pode negar a existência da continuidade metodológica entre os dois pensadores<sup>78</sup> – ambos partilham da perspectiva da invariabilidade das legalidades, cuja conseqüência é a transferência das leis da natureza para o entendimento da vida social:

*[...] os fenômenos físicos e sociais são fatos como os outros, submetidos a leis que a vontade humana não pode interromper à sua vontade, e que, por conseqüência, as revoluções no sentido próprio do termo são coisas tão impossíveis como os milagres. (DURKHEIM apud LÖWY, 2000, p. 27).*

Conforme a análise lucaksiana, observa-se tanto no positivismo quanto na Sociologia, a explicação dos fenômenos tendo por base a mesma lógica presente na natureza. Assim, segundo Lukács (apud NETTO, 1992, p. 133), tal naturalismo “[...] tem precisamente a função de eliminar, juntamente com a economia, a contraditoriedade do ser social, ou, em outras palavras, a crítica de fundo do sistema capitalista”.

Entretanto, cabe destacar que em Durkheim observa-se uma significativa preocupação com a consolidação da coesão social pela via do controle

---

NETTO, 1992, p.120) “que a decadência ideológica não coloque nenhum problema substancialmente novo, eis um fato que decorre de uma necessidade social. Suas questões fundamentais são, tanto como aquelas do período clássico da ideologia burguesa, respostas aos problemas colocados pelo desenvolvimento social do capitalismo. A diferença reside ‘apenas’ em que os ideólogos anteriores forneceram uma resposta sincera e científica, mesmo se incompleta e contraditória, ao passo que a decadência foge covardemente da expressão da realidade e mascara a fuga mediante o recurso ao ‘espírito científico objetivo’ ou a ornamentos românticos”. Assim, enquanto na economia observa-se “[...]uma fuga da análise do processo geral de produção e reprodução e uma fixação na análise dos fenômenos superficiais da circulação tomados isoladamente[...],” a Sociologia “[...]surge como ciência autônoma porque os ideólogos burgueses pretendem estudar as leis e a história do desenvolvimento social, separando-as da economia”. Conclui-se, portanto, que “enquanto na época clássica havia um esforço no sentido de compreender a conexão dos problemas sociais com os econômicos, a decadência coloca entre eles uma muralha divisória artificial, pseudocientífica e pseudometodológica, criando compartimentos estanques que não existem senão na imaginação”. (Id.,Ibid., p.123).

<sup>78</sup> Entretanto, Netto (1996,p.45) indica diferenças entre o pensamento de Comte e de Durkheim : “Comparado ao positivismo de Comte, o pensamento durkheimiano é uma inflexão laica [...]. No primeiro, colada a um evidente misticismo, orienta-se para a modelagem de um universo onde os conflitos se resolvem com a pura assunção, por parte dos protagonistas, da sua condição – donde a qualificação positiva da resignação. No segundo, a elaboração teórica soluciona a objetividade dos conflitos pela via da construção de mecanismos de controle social [...]”.

e da aplicação de normas, daí a necessidade da utilização de mecanismos capazes de proporcionar a reforma moral dos indivíduos. Assim, “[...] *a coesão social no mundo contemporâneo [na sociedade burguesa] garantir-se-ia com as relações indivíduos/Estado mediadas por grupos profissionais; mas esta mediação, diretamente política, aparece derivada da relevância coesiva da moral.*” (NETTO, 1996, p. 45).

Conclui-se, dessa forma, que o tratamento das refrações da “questão social” pelo Estado na fase monopolista do capitalismo é atravessado pelos três vetores acima e brevemente elucidados. A despeito do acervo teórico-cultural que entende a sociedade como naturalmente equilibrada e perfeita, devendo os indivíduos a ela se ajustar, os interesses burgueses expressos no monopólio utilizarão de dois expedientes para o trato dos “problemas sociais”: a mudança de comportamento – de certa forma sustentada teórica e ideologicamente conforme explicitado; e as reformas que para o monopólio se fazem em determinadas conjunturas absolutamente necessárias para a contenção de suas crises cíclicas ou do avanço da consciência de classe. Assim:

*Entre o ‘público’ e o ‘privado’, os problemas sociais recebem a intervenção estatal: de uma parte, a direção estratégica do processo econômico-social e político; de outra, a rede institucional de ‘serviços’ que incide sobre as ‘personalidades’ que se revelam colidentes, porque vítimas, com aquela. [...]. O ‘tratamento’ dos afetados pelas refrações da ‘questão social’ como individualidades sociopáticas funda instituições específicas – o que ocorre é a conversão dos problemas sociais em patologias sociais. (NETTO, 1996, p. 47).*

Além do tratamento ambíguo das expressões da “questão social”, permeado a todo o momento pela esfera pública e privada, conforme indicado nos parágrafos anteriores, a ordem burguesa atribui às políticas sociais destacadas funcionalidades, as quais de certa forma resgata-se aqui:

1. Possibilitam a socialização dos custos de reprodução da classe trabalhadora com todos os contribuintes, incluindo os próprios trabalhadores;
2. Tendem a se constituir em campo de investimentos do capital com novas possibilidades de ganhos [hoje este cenário nos parece absolutamente claro, vide o ramo dos serviços];
3. Geram relativo clima de harmonia e equilíbrio nas relações de classe, de modo que o trabalhador por muitas vezes se sente recompensado pelo conjunto de políticas e serviços sociais oferecidos pela empresa e pelo Estado, e capaz de garantir por meio destas, seus patamares de consumo;
4. Mantém em níveis seguros a chamada superpopulação relativa<sup>79</sup>, cuja existência cumpre expressiva funcionalidade para o processo de acumulação do capital;
5. Contribuem para manter a pauperização em níveis relativos, garantidos pelo subconsumo.

De acordo com Faleiros:

*As políticas sociais conduzidas, [...], pelo Estado, representam um resultado da relação e do complexo desenvolvimento das forças produtivas e das forças sociais. Elas são o resultado da luta de classes e ao mesmo tempo contribuem para a reprodução das classes sociais. Esta contradição é dissimulada pelas ideologias humanistas, progressistas ou liberais, que*

---

<sup>79</sup> Conforme Marx (2001, p.734), a lógica da acumulação capitalista gera necessariamente um conjunto de trabalhadores e seus herdeiros que estarão sempre formalmente fora do mercado de trabalho, pois “[...] a população trabalhadora, ao produzir a acumulação do capital, produz, em proporções crescentes, os meios que fazem dela, relativamente, uma população supérflua. Esta é uma lei da população peculiar ao modo capitalista de produção.” Embora seja resultado direto da lógica da acumulação capitalista, também consiste na sua condição, pois a favorece pelo menos em três aspectos: garante sempre a permanência de indivíduos ávidos e disponíveis para o trabalho; tende a incidir negativamente sobre os níveis salariais; contribui com a desmobilização política dos trabalhadores.

*apresentam estas medidas como instrumentos de igualdade social, de melhoramento do bem-estar, de igualdade de oportunidades. (1991, p. 41).*

É exatamente com esse caldo político-ideológico e cultural que o assistente social trabalha, reproduzindo determinados valores próprios da ordem burguesa [ou por ela assimilados e fortalecidos], os quais legitimam e justificam as ações institucionais no trato das seqüelas da “questão social”.

Uma das perspectivas ídeo-culturais tradicionalmente subjacentes às políticas sociais, e que tendeu historicamente a permear a intervenção do assistente social, é a de que o Estado é uma instância neutra que existe para favorecer e compensar aqueles que são, por natureza ou condição, incapazes de usufruir as “vantagens” que o mercado proporciona.

Trata-se, na verdade, de um Estado, que não prima pela consolidação efetiva de direitos, mas pela “proteção”, devendo garantir o mínimo aos que mais precisam<sup>80</sup>. Neste caso, caberá às instituições definir determinados critérios de elegibilidade que garantam que apenas os mais vulneráveis terão acesso aos bens e serviços concedidos.

Outro elemento que compõe esse caldo ideológico é a prioridade do tratamento do que se considera “problema social” sempre em nível individual [e no máximo, familiar], sem considerar a inserção de classe daquele que solicita o

---

<sup>80</sup> Os assistentes sociais pioneiros, compartilhando dos mesmos preceitos e valores oriundos do pensamento conservador pela via dos princípios da Doutrina Social da Igreja e do humanismo cristão de Maritain e seus intérpretes brasileiros, entendem que as desigualdades são naturais entre os homens, devendo os assistentes sociais intervir no sentido do ajustamento de tais indivíduos, recompondo desta forma suas tendências ao bem e à perfeição. No dizer de Guedes (2000, p.109): *“cabe, portanto, ao assistente social desenvolver um trabalho com vistas à preservação da natureza humana e não visando à promoção da cidadania.”* Conforme Mancini, também um dos pioneiros do Serviço Social brasileiro, *“mais que cidadãos, precisamos de homens.”* (MANCINI apud GUEDES, 2000, p.109).

serviço<sup>81</sup>, moralizando e/ou “psicologizando” suas demandas, transmitindo, desta forma, o ethos burguês. Ou seja:

*[...] é, principalmente, em função de certas categorias de população que as políticas sociais são apresentadas: os grupos-alvo, classificados ora por idade (crianças, jovens, velhos), ora por critérios de normalidade/anormalidade (doentes, excepcionais, inválidos, psicóticos, mães solteiras, desadaptados sociais, delinqüentes e etc.). Esse tipo de classificação das populações-alvo das políticas sociais, ao mesmo tempo em que as divide, fragmenta, tem por objetivo controlá-las e realizar uma etiquetagem que as isola e as caracteriza como tal. (FALEIROS, 1991, p. 57).*

Os assistentes sociais foram e continuam sendo contratados para operar este padrão de políticas sociais, e a partir deste conjunto de prerrogativas políticas e ideológicas. Foi exatamente a forma particular de tratamento das expressões da “questão social” na era dos monopólios, que gerou a possibilidade da construção de um determinado espaço sócio-ocupacional, e por assim dizer, institucional, capaz de incorporar um tipo específico de profissional – o assistente social.

Além disso, considerando todos os aspectos que circunscreveram a consolidação do capitalismo no Brasil, e a maneira também particular de enfrentamento das expressões da “questão social” [que simultaneamente exhibe características tradicionais do *modus operandi* burguês, mas também confirma traços afeitos à historicidade brasileira], é possível se perceber determinados traços que conformam a singularidade do Serviço Social brasileiro, com um conjunto de

---

<sup>81</sup> No entanto, isso não significa dizer que a abordagem individual fechava-se em si mesma. Ao contrário, os assistentes sociais pioneiros conheciam o potencial de sua intervenção profissional, na medida em que “a atuação do assistente social deveria sempre abranger duas instâncias: o indivíduo e a sociedade. Esta precisaria ser restaurada em seus ideais comunitários, tais como o antigo sistema de corporações, derruído pelo ideário liberal e pela Revolução Francesa. Com relação ao indivíduo, os assistentes sociais entendiam que se fazia necessário elevá-lo à condição de pessoa humana; para tanto, seria necessário conhecer ‘sua constituição física, psicológica, suas deficiências’ (GUEDES, 2000, p.111).



representações particulares, as quais constituir-se-ão nas principais preocupações do próximo capítulo.

## CAPÍTULO II

### **As Particularidades do Serviço Social no Brasil: Fundamentos para a Construção da Imagem Social da Profissão**

*Assistente Social: O que houve com o senhor ?*

*Usuário: Ah, se a senhora não puder me ajudar, ninguém mais pode.*

A emergência do Serviço Social no Brasil situa-se historicamente nos anos 30 do século XX, quando se observa a afirmação e o fortalecimento do projeto reformista-conservador, absolutamente afinado com o processo de consolidação do capitalismo no Brasil. Este, conforme tratado no capítulo anterior, caracterizou-se, em última análise, tardiamente, a partir da substituição gradual do modelo agro-exportador – pautado na monocultura cafeeira - pelo industrial.

Além disso, percebe-se que o desenvolvimento industrial, apesar de ter consolidado a inclusão e a participação brasileira no circuito capitalista internacional, não objetivava elevar o Brasil à condição de país plenamente desenvolvido [à semelhança dos chamados “países centrais”]. Ao contrário, tal processo de industrialização significou, na verdade, nossa resposta a uma necessidade do capital monopolista mundial, que exigia, para sua manutenção e valorização, o

desenvolvimento dos demais países ainda que em determinada medida – desigual e combinado<sup>82</sup>, conforme a historiografia mais crítica denuncia.

Também o desenvolvimento do capitalismo no Brasil e seus desdobramentos junto à classe trabalhadora, tal como em outras partes do globo, impôs necessariamente a implementação de um conjunto de medidas de caráter político-ideológico para além da substituição do modelo econômico, como aludido anteriormente. A produção industrial e seus desdobramentos objetivos e subjetivos sobre a classe trabalhadora, bem como a sua correlata necessidade de consumo, exigiram, dessa forma, uma nova postura política e ideológica por parte do Estado brasileiro e suas elites.

A constituição do conjunto de serviços e políticas sociais e de um aparato institucional sócio-assistencial para operacioná-los, sobretudo na década de 40, se inscreveu nesse empreendimento do Estado brasileiro, que aliando à tradição conservadora nacional oriunda do período colonial e imperial, passou a enfrentar as expressões da “questão social” a partir das referências de um projeto de cunho reformista-conservador.

Assim, o Serviço Social consistiu em mais uma das profissões cuja inserção na divisão social e técnica do trabalho deu-se a partir de sua vinculação orgânica com as prerrogativas e princípios desse projeto. Na verdade, foram as formas de tratamento das expressões da “questão social” empreendidas a partir dos pilares desse projeto, que geraram as condições objetivas para a emergência e institucionalização da profissão, que por sua vez estabeleceu e apresentou suas respostas sócio-profissionais também balizadas por ele.

---

<sup>82</sup> Quanto à existência de um processo de desenvolvimento capitalista de forma desigual e simultaneamente combinado entre os diversos países, buscou-se tratar no capítulo anterior.

Com efeito, a análise da bibliografia crítica do Serviço Social nos permite pressupor que a vinculação da profissão ao projeto reformista-conservador, respondendo a determinadas requisições estabelecidas a partir de sua inscrição na divisão social e técnica do trabalho, engendrou as bases necessárias para a constituição de uma definida imagem social, na medida em que tal processo exigiu a formatação de um determinado perfil e ethos profissional capaz de responder às requisições sócio-históricas desse projeto.

Expor os fundamentos da constituição de uma específica imagem social para o Serviço Social consiste no principal objetivo deste capítulo, e para tanto, desenvolverei minha análise a partir de três eixos principais:

1. A natureza e as características assumidas pelo projeto reformista-conservador no cenário brasileiro da primeira metade do século XX;
2. O processo de emergência do Serviço Social brasileiro e sua relação particular com o projeto em questão;
3. Os desdobramentos deste para a construção de uma determinada imagem social da profissão.

### 2.1. O Pensamento Conservador e o Projeto Reformista Brasileiro

Em primeiro lugar, entende-se que a análise crítica do projeto reformista-conservador implica, necessariamente, a apreensão das bases e características do pensamento conservador do ponto de vista macrossocietário, e particularmente no Brasil. Para tanto, apoiamo-nos na produção teórica do Serviço

Social, que trata o tema direta ou indiretamente, tal como Vieira (1981, 1998); Löwy (1988); Iamamoto (1992); Bosi (1996); Machado (1997); e Barroco (2001); e em outros autores da bibliografia corrente.

Segundo Machado (1997), há muita dificuldade em precisar o significado conceitual do termo conservadorismo<sup>83</sup>, embora praticamente todos os analistas [com raríssimas exceções], que o tomam como objeto de preocupação, relacionam seu surgimento aos desdobramentos da Revolução Francesa<sup>84</sup> e de ascensão da burguesia. Para Machado:

*O pensamento conservador [...] não é um 'estilo de pensamento' intemporal, a-histórico, encontrável em qualquer tempo e em qualquer sociedade. Nem se confunde com quaisquer formas intelectuais e comportamentais que valorizam, sancionam e defendem o existente - formas a que cabe a denominação de tradicionalismo. Antes, o pensamento conservador é uma expressão cultural [...] particular de um tempo e um espaço sócio-históricos muito precisos: o tempo e o espaço da configuração e da consolidação da sociedade burguesa - configuração que deve ser tomada como 'uma rica totalidade de determinações e relações diversas' [...] e em que operaram movimentos e tensões em todas as esferas e instâncias sociais. (1997, p. 42)<sup>85</sup>*

---

<sup>83</sup> Conforme Vieira (1998, p.35): “genericamente a valorização da mudança e a preservação das tradições constituem os dois principais traços distintivos entre o progressismo e o conservadorismo. Mas existe mais complexidade nisto. Nota Mannheim que há dois tipos de conservadorismo: o ‘conservadorismo natural’, mais universalista, aquele que Max Weber denominou de ‘tradicionalismo’; e o ‘conservadorismo moderno’, resultante das condições históricas e sociais, sendo mais particularista. No entendimento de Karl Mannheim, o tradicionalismo admite velhas maneiras de viver, nascidas do hábito, em processo que se pode chamar de inconsciente. [...]. O conservadorismo consiste no conservadorismo moderno, de acordo com a acepção de Mannheim: é considerado como a conscientização do tradicionalismo. Traduz-se em intenção relacionada com circunstâncias, que mudam de uma época para outra.”

<sup>84</sup> “O conservadorismo moderno, que supõe uma forma peculiar de pensamento e experiência prática, é fruto de uma situação histórico-social específica: a sociedade de classes em que a burguesia emerge como protagonista do mundo capitalista. [...] Reage ao racionalismo, ao pensamento com base no cálculo, necessário à universalização das relações de troca que se impõem quando a mercadoria passa a ser a mediadora por excelência das relações sociais e o lucro, o centro motor da sociedade capitalista.” (IAMAMOTO, 1992, p.22).

<sup>85</sup> Conforme a análise marxiana, é exatamente a multiplicidade de determinações que faz da ordem burguesa a mais desenvolvida dentre todas as demais existentes ao longo da trajetória histórica da humanidade. Contudo, essa diversidade de determinações e relações gerou também uma infinidade de tensões, tal como apontadas por Machado (1999), inclusive no âmbito do próprio pensamento conservador, possibilitando a existência não apenas de uma heterogeneidade de posições políticas e filosóficas, mas também a sua capacidade de auto-renovação.

Na verdade, a consolidação do processo de revolução burguesa se viabilizou a partir da conquista da hegemonia da burguesia, na contramão do colapso do chamado Antigo Regime. O caráter revolucionário da burguesia, em face do declínio da ordem feudal, possibilitou a ascensão desta enquanto classe dirigente, em todos os níveis: econômico, social, cultural e político, permitindo, dessa forma, a construção de um espaço estatal burguês. Foi nesse contexto que se sedimentou o pensamento conservador, que teve em Burke seu primeiro expoente<sup>86</sup>.

No entanto, o século XIX e principalmente os confrontos proletários de 1830 e 1848 fizeram com que a burguesia, para se manter como dirigente, abandonasse seu papel revolucionário, tornando-se classe conservadora. Diante deste novo posicionamento dela em face do cenário político existente no século XIX, estão dados os passos para uma nova relação da burguesia com o pensamento conservador. Machado também identifica com clareza essa nova vinculação, tendo em vista que:

*Nos primeiros conservadores, a recusa da revolução expressava um repúdio à revolução burguesa [...]; nos conservadores que trabalham nas condições pós-48, com a evidência da inviabilidade da restauração – ou seja, o pensamento conservador passa a se definir explicitamente como contra-revolucionário. É assim que ele tem substantivamente mudada a sua função social: de instrumento ideal de luta antiburguesa, converte-se em subsidiário da defesa burguesa contra o novo protagonista revolucionário, o proletariado. (1997, p. 58).*

Conforme Barroco (2001, p. 81), o conservadorismo surge inicialmente como “[...] um projeto político de oposição histórica ao Iluminismo, ao liberalismo e às idéias socialistas.” Contudo, seu alvo de ataque redireciona-se, quando em

---

<sup>86</sup> Conforme Machado (1997, p.49): “[...]o que Burke repudia vigorosamente não é o desenvolvimento capitalista como tal, mas: 1<sup>o</sup>.) a forma da ação política; e 2<sup>o</sup>.) a destruição de instituições consagradas pela tradição. A forma de ação política repudiada por Burke é a da **revolução burguesa que mobiliza massas**.” Enfim, “[...]Burke deseja o capitalismo sem a modernidade.” (Id.,Ibid., p.50).

meados do século XIX, a classe trabalhadora transforma-se em sujeito político com vistas à construção de uma nova ordem societária. Se antes o combate era com os liberais e socialistas, agora os conservadores voltam-se com toda força contra os trabalhadores e suas reivindicações, as quais são por eles [os conservadores] entendidas como problemas de natureza moral<sup>87</sup>.

Os acontecimentos pós-48 [as insurreições proletárias de 1830 e 1848] redirecionaram, portanto, os alvos e objetivos do pensamento conservador e seus protagonistas, os quais passaram a se sustentar a partir de determinado conhecimento científico-social, conforme Machado (1997), expresso em vários matizes que incluem o anticapitalismo romântico, o humanismo cristão cujos princípios atravessam a Doutrina Social da Igreja Católica<sup>88</sup> e o positivismo, bem como mais tarde, irão se expressar também através do pensamento durkheimiano<sup>89</sup>.

---

<sup>87</sup> A moralização dos chamados “problemas sociais”, na verdade expressões da “questão social”, faz parte de uma estratégia conservadora que se inscreve no caldo dos acontecimentos pós-48. Ou no dizer de Barroco(2001, p.83): “*estamos afirmando que o tratamento moral da ‘questão social’ é uma resposta política de várias forças sociais ao potencial emancipador das lutas proletárias; uma reação de caráter conservador que perpassa pelas estratégias do Estado capitalista, pelo projeto social da Igreja Católica[....].*”

<sup>88</sup> Vale ressaltar que em fins do século XIX, a posição da Igreja em face à “questão social” exposta na *Encíclica Rerum Novarum* do Papa Leão XIII em 1891, é bastante clara. Tal documento possui como objeto de preocupação a existência das desigualdades, e procura estabelecer respostas com o intuito de revertê-las, sem com isso questionar o capitalismo, enquanto modo de produção gerador deste processo. No máximo, identifica-se a existência da pobreza e da indignidade aos excessos praticados pelos capitalistas, expondo um número infindável de sujeitos a condições degradantes de existência. Tal exposição levaria necessariamente o homem ao perecimento não somente físico, mas principalmente moral, gerando em última análise os conflitos tratados como “questão social”. Com efeito, a “questão social”, conforme os preceitos da *Encíclica Rerum Novarum*, é uma questão de caráter moral, sem validade histórica ou motivação política. Contudo, já na década de 30 do século XX, uma nova encíclica é formulada pela Igreja, agora sob o papado de Pio XI. Trata-se da *Encíclica Quadragesimo Anno*, que ao retomar os aspectos centrais da encíclica anterior, debruça-se sobre as perspectivas do socialismo pós-1917. Neste sentido, era absolutamente necessário que a Igreja conduzisse um processo capaz de renovar a humanidade, tendo em vista seus principais problemas: os chamados “excessos” do capitalismo e o avanço geopolítico do socialismo, gerando entre os homens a discórdia e as desigualdades. Ambos os documentos afirmam a posição da Igreja em face da “questão social”, bem como formulam o projeto social da Igreja para seu enfrentamento. No entanto, de um modo mais amplo, expressa o peso e o papel da Igreja no projeto reformista-conservador.

<sup>89</sup> Conforme Machado (1997, p.61): “*[...]desaparecem do pensamento conservador as demandas restauradoras e o próprio componente anticapitalista se converte numa conceptualização de caráter científico. A atenção dos conservadores se voltará para a construção de um corpo de conhecimentos*

Foi nesse âmbito, inclusive, que se inscreveu a chamada “decadência ideológica da burguesia” (LUKÁCS apud NETTO, 1992), caracterizada pela erosão da economia política e da filosofia hegeliana e pela emergência da sociologia e da economia vulgar.

O pensamento conservador passa a defender, portanto, em última análise,

*[...] a autoridade fundada na tradição, o poder legitimado pela religião institucional [Igreja], a desigualdade jurídica dos homens, a administração personalizada da justiça, a lei assentada na moralidade e a subordinação do indivíduo à sociedade. (MACHADO, 1997, p. 74).*

Além disso, outros princípios do pensamento conservador (conforme Machado, 1997, p. 75) e com estes relacionados, merecem destaque: a liberdade deve ser sempre restrita; a democracia é perigosa e destrutiva; a razão é incapaz de organizar a vida; a desigualdade além de natural, é também necessária.

Já Yamamoto (1992, p. 24) caracteriza o pensamento conservador como aquele que possui uma ampla “vocação para o passado”, para o qual a tradição e os costumes devem balizar a vida em sociedade. A autora também afirma que o conservadorismo carrega elementos irracionais e que para o conservador: “O pensamento tende a aderir aos contornos imediatos da situação com que se defronta, valorizando os detalhes, os dados qualitativos, os casos particulares, em detrimento da estrutura da sociedade.”

Yamamoto (1992, p. 26) observa, ainda, a importância que as noções de comunidade e família possuem no pensamento conservador. Segundo a autora,

---

*que, favorecendo a gestão da ordem burguesa [...], permita controlar e regular suas crises e, assim, superar a ameaça revolucionária. Estes dois fenômenos – crise social e revolução – polarizarão todo o pensamento conservador pós-48: estão na raiz da ciência social que é filha direta do conservadorismo pós-48, a sociologia. Nenhum autor expressa melhor e mais congruentemente o pensamento conservador neste momento que Durkheim. “*



Nisbet aponta a reiterada presença da comunidade na sociologia, como por exemplo:

*Em Comte, a sociedade é considerada a comunidade in extenso, ser supremo do culto positivista [...]. Le Play introduz o estudo empírico substantivo da comunidade, através do estudo da família da classe trabalhadora [...]. Em Tönnies, a comunidade aparece como tipologia [...]: à noção de comunidade [...] ele opõe a sociedade como um tipo de relação humana caracterizada por alto grau de individualismo, impessoalidade, contratualismo, procedente da volição e do puro interesse. (IAMAMOTO, 1992, p. 26).*

O mesmo destaque é dado à família no pensamento humanista cristão e nos princípios presentes na Doutrina Social da Igreja, nos quais é considerada a “célula mater”, o berço de onde saem os homens para cumprirem suas trajetórias terrenas com vistas à salvação eterna. A família, portanto, consiste em uma das estruturas mais importantes para a realização da salvação do homem, conforme os preceitos cristãos, pois, sem ela, tenderá o homem a não cumprir sua missão terrestre.

Conforme Helena Iracy Junqueira, – importante referência, sobretudo para uma determinada vertente do Serviço Social – é na família “[...] onde se desenvolvem as qualidades individuais, o gosto pelo trabalho, o senso de solidariedade social, o devotamento mútuo, o espírito de iniciativa.” (JUNQUEIRA apud CARLOS, 1993, p. 72).

Tomando como referência a família católica e burguesa<sup>90</sup>, cabe à família zelar pela educação e pela sedimentação do caráter de seus entes; uma vez

---

<sup>90</sup> Carlos (1993, p. 75) nos chama a atenção que “quando [os assistentes sociais pioneiros – FGO] tomam o modelo da Sagrada Família, não estão se referindo à família hebraica. A referência é a sua família, são as características da família da sociedade burguesa. E consideram que a família deles é

não conseguindo cumprir tais funções, considera-se a família como “desestruturada” e diretamente responsável pela existência dos “problemas sociais”. Assim, se de um lado, os assistentes sociais tendiam a considerar uma família “desestruturada” – esta entendida como objeto da intervenção profissional – quando esta se configurava diferentemente do conhecido núcleo familiar burguês [composto por pai, mãe e filhos], como por exemplo: famílias em que os pais eram separados; ou as mães eram solteiras ou trabalhadoras; ou os pais eram desconhecidos; ou supostamente irresponsáveis quanto à educação moral de seus descendentes.

De outro, apesar de os assistentes sociais reconhecerem que a carência material tendia ao desajustamento, a existência de famílias “desestruturadas” consistia também em um dado natural, tendo em vista que tal processo decorria da ainda presente imperfeição do homem. Portanto, famílias “desestruturadas” sempre existiram e existirão, gerando, em última análise, os problemas sociais advindos de sua inoperância, enquanto provedora e exemplo de boa conduta moral diante de seus filhos.

Outro traço expressivo do pensamento conservador [e que vale destaque também em função da sua recorrência na forma de os assistentes sociais pioneiros conceberem a vida social] é a presença do anticapitalismo romântico. Conforme a análise lukacsiana, o chamado anticapitalismo romântico configura-se como um dos expoentes da decadência ideológica da burguesia pós-1848 e:

*[...] não dispõe de nenhum potencial crítico-positivo em face da sociedade burguesa; sua crítica à ordem burguesa não é radical no sentido marxiano: seu aparente radicalismo ético, que reduz a crítica social à crítica cultural, dissolve as concretas determinações econômico-políticas próprias da ordem burguesa; e esta dissolução impede qualquer movimento*

---

*a reprodução da Sagrada Família. Daí, tendo o modelo de família, buscam julgar a família do trabalhador à luz deste modelo para, identificando os desvios, procurar adaptá-la.”*

*progressista na direção de uma outra forma de sociabilidade. (MACHADO, 2004, p. 54).*

Alguns pensadores considerados anticapitalistas românticos, na verdade, não defendem, portanto, a extinção do capitalismo, até porque o entendem como uma tendência inevitável do desenvolvimento da sociedade; porém, almejam que a ordem burguesa mantenha alguns elementos, como a comunidade e a família, tal como no feudalismo.

No entanto, Löwy (1988) afirma que o romantismo é também um conceito de difícil delineamento e bastante amplo. Neste sentido, Löwy busca em alguns autores marxistas a sua devida compreensão, sublinhando que ainda assim há divergências<sup>91</sup>.

Para Lukács:

*[...] o romantismo é uma reação ao capitalismo [...]. E continua afirmando que não é por acaso que o romantismo vai aparecer precisamente no fim do século XVIII, quando começa a revolução industrial.* <sup>92</sup> (apud LOWY, 1988, p. 129).

Löwy afirma que:

---

<sup>91</sup> Sem desconhecer a polêmica apontada por Machado (1997, 2004), [sobre a qual a referida autora diverge de Löwy] ou pretender entrar nela, cabe ressaltar que Löwy identifica duas variantes do romantismo: o reacionário e o revolucionário. No dizer do próprio autor: “Ao contrário do romantismo reacionário que recusa a sociedade burguesa e quer restaurar o passado [...], existe o romantismo revolucionário, no qual a nostalgia, a saudade do passado comunitário serve do ponto de partida para uma aspiração utópica de transformação social. Não é uma volta ao passado, mas é uma volta pelo passado, em direção ao futuro.” (LÖWY, 1988, p.134).

<sup>92</sup> O romantismo “representa uma crítica da modernidade, isto é, da civilização capitalista moderna, em nome de valores e ideais do passado [pré-capitalista, pré-moderno]” (MACHADO, 1997, p.50). Já Mannheim, (apud IAMAMOTO,1992, p.23), afirma que: “o romantismo tratou de resgatar as forças irracionais reprimidas, lutou por elas, porém não advertiu que o mero fato de prestar-lhes uma atenção deliberada significa uma racionalização inevitável [...]. Quando o clima geral é racionalista até os elementos irracionais têm que ser submetidos à reflexão racional para serem entendidos. Assim, o romantismo pode ser interpretado como uma recompilação ou um resgate de todas as atitudes e modos de vida definitivamente religiosos, reprimidos pela marcha do racionalismo capitalista, porém uma recompilação e uma conservação no plano da reflexão.”

*O romantismo é uma forma cultural que se manifesta em vários terrenos e em vários níveis da atividade cultural; que critica [reage contra] a civilização industrial capitalista, burguesa, em nome de certos valores, culturais, sociais, religiosos, morais, estéticos, do passado pré-capitalista ou pré-industrial, ou pré-moderno[...]. (1988, p. 130).*

Observa-se também que esse caráter anticapitalista romântico comparece na tendência conservadora católica<sup>93</sup>, considerando suas devidas particularidades. Neste sentido, Löwy nos chama a atenção que:

*[...] o elemento dominante da tradição católica é mesmo conservador. Por outro lado, a partir já do fim do século XIX, de certa maneira, a Igreja procura se reconciliar com a sociedade burguesa, com o capitalismo, mas é uma reconciliação a meias: a Igreja aceita essa sociedade, mas continua mantendo um relacionamento com uma certa distância crítica. Não há realmente uma identidade total. Sempre persiste uma espécie de desconfiança e uma crítica, é verdade que sempre muito limitada. (1988, p. 148).*

Na verdade, esta “reconciliação a meias” a que se refere Löwy (1988), repousa no fato de que a Igreja ressentida de seu poderio sócio-político e cultural pela hegemonia moderna, busca em fins do século XIX resgatar os pressupostos filosóficos assentados no pensamento de São Tomás de Aquino, os quais são também visíveis em suas Encíclicas. Tal movimento empreendido pela Igreja e conhecido por neotomismo, a despeito da heterogeneidade presente em suas

---

<sup>93</sup> Conforme já apontado, é recorrente a postura anticapitalista romântica entre os primeiros assistentes sociais brasileiros. Esta, derivada principalmente da vinculação de tais sujeitos com os princípios cristãos e católicos, defendia que o progresso material induzido pela ordem burguesa afasta o homem de Deus, seu criador. À medida que o homem é naturalmente voltado para a perfeição e para a busca da salvação, a sociedade criada pelo capitalismo tende a obstaculizar e retardar sua jornada terrena, afastando-o de Deus. A saída, proposta pelos assistentes sociais, também à luz da Doutrina Social da Igreja, não podia ser outra: “reformatar o homem por dentro” (CARLOS, 1993, p.68). Sem confronto com os interesses da burguesia, a reforma tem de ser comportamental, de caráter moral. Todavia, tal reforma moral e íntima necessitava, conforme os pioneiros, de um mínimo de bem-estar, o que significa que tanto a Igreja quanto os assistentes sociais reconheciam a necessidade de o homem possuir condições mínimas para a sua sobrevivência, quer seja: “[...]uma família organizada, uma profissão determinada, um trabalho certo, um salário suficiente, uma saúde equilibrada e uma habitação conveniente.” (FERREIRA apud CARLOS, 1993, p.70).

variantes filosóficas<sup>94</sup>, questiona a prioridade do uso da razão moderna para a explicação e condução da vida social e entende o ser como aquele que é, ao mesmo tempo, criatura finita e imagem e semelhança de Deus, daí sua tendência à perfectibilidade e à bondade.

O pensamento neotomista reconhece que o homem é um ser dotado de razão<sup>95</sup>, o que lhe permite refletir sobre seus atos e superar suas limitações. Assim, deverá o homem dominar seus instintos e paixões para viver em sociedade com os outros homens, colaborando para a construção do bem comum; caso contrário, deverá este homem se submeter a um tratamento capaz de devolvê-lo a serenidade e a tendência de progresso<sup>96</sup> e perfectibilidade. A reforma moral, portanto comportamental, faz parte desse processo de adequação e ajustamento do homem à sua verdadeira naturalidade e destino<sup>97</sup>.

---

<sup>94</sup> Guedes (2000) ressalta a heterogeneidade das correntes filosóficas que circunscrevem o neotomismo, e enfatiza Jacques Maritain – um dos principais expoentes do neotomismo no Brasil e defensor do chamado humanismo cristão e Alceu Amoroso Lima – importante intérprete do pensamento de Maritain no Brasil.

<sup>95</sup> Por ser o homem um ser inclinado à perfeição, é dotado de razão e livre arbítrio, que lhe confere plena consciência e responsabilidade por suas opções e atos. Assim, deve ser o homem responsabilizado pessoalmente por seus atos sejam eles bons ou maus. Sem considerar a história como solo, e, com isso, o entendimento que o homem, embora racional, é um ser social e, portanto, nasce em condições pré-existentes às suas e engendradas pelas gerações anteriores [o que lhe faz partícipe do gênero humano], a visão de homem postulada pela Igreja Católica Romana tende não só a responsabilizá-lo unilateralmente por sua condição, como o culpabiliza por seus fracassos. No entanto, se de um lado, é o homem o único responsável por seus atos; de outro, concebe-se que este possui qualidades inatas, as quais por sua vez o encaminharão para uma direção ou outra. A moralização das expressões da “questão social”, possui também na Doutrina Social da Igreja e no humanismo cristão – ambos partícipes do pensamento conservador – ampla fonte de sustentação sócio-cultural e filosófica.

<sup>96</sup> Segundo os princípios neotomistas, o homem em sua trajetória rumo à perfeição e à felicidade [que não se dá neste plano, mas na eternidade], possui em sua natureza a necessidade de progredir. O progresso, portanto, consiste em um dos traços da natureza humana. O homem acomodado, preso a sua condição de pobreza ou indigência deve ser reajustado, pois, acima de tudo, tal comportamento é contrário à sua própria natureza.

<sup>97</sup> Neste sentido, ressalta Guedes (2000, p.20) que: “[...]a realização da pessoa humana e o bem comum representam, na perspectiva do neotomismo, a integridade da vida em suas instâncias material e espiritual.[...]. Na filosofia neotomista, a existência do homem não se esgota na esfera material, mas obedece a uma finalidade espiritual. A existência material inscreve-se, assim, no horizonte do aperfeiçoamento para o infinito, o que é possível porque cada ser tem em si uma tendência à bondade.”

O pensamento neotomista também reconhece o homem como um ser de carne e osso, por isso, necessita de proteção, sempre que exposto a condições que desfavoreçam à condução de seu processo de perfeição, como a indigência, a doença, o abandono e etc. Sem esta proteção<sup>98</sup>, que deve ser feita por outros homens a quem necessita, o sujeito não pode se realizar em seu último propósito – a felicidade eterna. A filantropia e caridade se inscrevem nessa perspectiva, mas não só. Deverá a sociedade como um todo possuir, enquanto finalidade, a afirmação do bem comum<sup>99</sup>, que *“[...] não é um construto humano como um pacto social, mas algo que deriva da própria natureza humana.”* (GUEDES, 2000, p. 19).

No entanto, tal sociedade, para cumprir a função de providência contra os infortúnios e o alcance do bem comum, necessita da autoridade. A autoridade consiste, desta forma, em principal pilar social, tendo em vista que:

*“[...] tem sua fonte em Deus e não no homem, para que nenhum homem ou grupo especial de homens tenham por si o direito de dirigir os outros. Os chefes do povo recebem esse direito do princípio criador [...]. É na qualidade de vigários ou representantes da multidão, que os detentores da autoridade dirigem a multidão e é para o bem comum da multidão que são obrigados a dirigi-la.”* (MARITAIN apud GUEDES, 2000, p. 49).

---

<sup>98</sup> Observa-se que o neotomismo ao afirmar a necessidade de proteção do homem, também legitima o direito à propriedade privada de bens, uma vez que o homem, *“[...]vivendo em meio à matéria e sem qualquer proteção natural de sua existência e liberdade [...], tem necessidade do poder de adquirir [...] essa proteção que a natureza não lhe oferece.”* (MARITAIN apud GUEDES, 2000, p.53). A propriedade consiste, portanto, em medida de proteção do homem contra o infortúnio.

<sup>99</sup> Vale ressaltar que o exame sobre a concepção do humanismo cristão e da Doutrina Social da Igreja acerca do bem comum parece contradizer a defesa feita acerca do direito à propriedade; pois, se de um lado, aponta a necessidade do bem comum e a da caridade como veículo que torna o homem mais próximo de Deus; por outro, defende a propriedade privada como direito natural, não devendo inclusive ser alvo de tributação por parte do Estado [este responsável em última instância em prover o bem comum]. A ambigüidade se dissipa na medida em que os fundamentos do mesmo pensamento concebem que *“a obrigação de dar o supérfluo para os pobres está embasada na lei da mútua caridade que obriga a dar a cada um o que é seu. Esta mesma lei obriga a inviolabilidade do direito alheio e da propriedade particular.”* (CARLOS, 1993, p.126). A mesma lei *“da mútua caridade”* impõe que *“o operário não pode exigir um justo salário se o mesmo for prejudicar o patrão”*. (Id.,Ibid., p.144). Da mesma forma, também se *“considera uma aberração da ordem social que o operário não tenha um salário que venha permitir-lhe o seu sustento e o de sua família”, sendo preciso que a mulher trabalhe fora do lar, deixando os filhos à caridade pública ou à proteção do Estado.”* ( p.145).

Assim, caberá à sociedade, pelas mãos de seus governantes, assegurar condições dignas de vida ao trabalhador, o qual não deverá refutar a ajuda, nem tão pouco desejar aquilo que é do outro, seja de seu semelhante – trabalhador, ou patrão. É necessário garantir, acima de tudo, ao trabalhador o trabalho; ou no dizer de Maritain: “[...]uma evolução democrática de trabalho, não calcada sobre os métodos do conflito dialético e de irresponsabilidades paralisantes [...], mas inspiradas nas diretrizes de uma nova democracia orgânica e pluralista.” (MARITAIN apud GUEDES, 2000, p. 54.) Os antagonismos entre as classes, portanto, não são reconhecidos no pensamento neotomista, ao contrário, diante das desigualdades entre as classes, deve-se buscar a harmonia.<sup>100</sup>

Assim, a sociedade capitalista não é essencialmente “má”, conforme os princípios neotomistas; porém tende a se afastar da perspectiva cristã, quando não considera as necessidades da pessoa humana – seja ela trabalhador ou não.<sup>101</sup>

Em síntese, embora frontalmente em contraposição ao socialismo<sup>102</sup>, a Igreja Católica não se opõe ao capitalismo em si, mas aos seus excessos expressos

---

<sup>100</sup> Para os postulados cristãos, a luta de classes consiste em um contra-senso, na medida em que tanto o trabalhador quanto o patrão devem estar munidos dos mesmos interesses – o bem estar e a paz social, elementos imprescindíveis à felicidade e à justiça. Nas palavras do pontífice Leão XIII: “o erro capital na questão presente é crer que as duas classes são inimigas inatas uma da outra, como se a natureza tivesse armado ricos e pobres para se combaterem mutuamente num duelo obstinado.” (LEÃO XIII apud BARROCO, 2001, p.84).

<sup>101</sup> Então, visando limitar o egoísmo inerente à natureza humana e evitar que o capitalismo se afaste da visão cristã de homem e mundo, deveria o sujeito católico se empenhar em ações capazes de unir o homem a Deus. O Serviço Social e seus agentes, atrelados em seus primórdios aos princípios neotomistas e militantes católicos, não poderiam agir e se auto-representarem de outra forma, mas como “agentes da conscientização” voltados à recristianização do homem. Nas palavras de Guedes (2000, p.78): “os operários, como pessoas humanas, têm um fim atemporal a ser atingido e, assim, devem ter condições materiais de vida que lhes permitam reeducar-se com relação aos valores morais e viver em conformidade com as leis divinas. É com esta perspectiva que se justificam os primeiros trabalhos dos assistentes sociais brasileiros junto aos operários e seus familiares.”

<sup>102</sup> O pensamento católico é absolutamente contrário à perspectiva socialista porque considera que, além de esta pôr os homens uns contra os outros, como se fossem adversários natos, defende a extinção da propriedade privada, o que sob a ótica da Igreja, consiste em um direito natural da

na perspectiva liberal<sup>103</sup>. Para ela, o humanismo cristão consistia em uma “terceira via”, que desmobilizava a barbárie comunista e, ao mesmo tempo, humanizava o capitalismo.

O projeto reformista-conservador, sob a ótica da Igreja, possui, portanto, um fundamento central – todos são iguais perante Deus, independentemente de sua condição terrena [social]; logo, a luta entre as diferentes classes é absurda e deve ser contida através do controle dos excessos por parte dos capitalistas e da educação moral para os trabalhadores. Desta forma:

*A moral se apresenta como um dos elementos viabilizadores da reforma cristã, pois entende-se que, através da reatualização dos valores tradicionais, de modos de vida reprodutores das funções básicas da família e da mulher, seja possível manter a ordem social necessária ao 'bem comum'. (BARROCO, 2001, p. 84).*

Com efeito, a reforma moral daqueles que se afastaram de Deus mediante seus atos deve consistir na tarefa básica da Igreja e de seus sujeitos

---

pessoa humana. Para a Igreja, necessita o homem possuir sua própria propriedade e, assim, se proteger das eventuais ameaças que a vida terrena impõe. Sem o direito à propriedade, o homem tende a se fragilizar, tornando-se vulnerável frente àqueles que a possuem. De outro modo, o homem proprietário em um possível cenário em que sua condição seja minoritária tende a explorar os demais, aguçando seus mais baixos instintos. Ou seja, o fim da propriedade seria, tanto para burgueses quanto para trabalhadores, um desastre.

<sup>103</sup> No entanto, Löwy (1988, p.148) observa que “o que acontece na América Latina é que, a partir dos fins dos anos 50, o desenvolvimento do capitalismo atingiu um grau tal que há uma espécie de intensificação de todos os conflitos sociais, que vão se tornando muito mais agudos. Então, esses conflitos sociais começam a se traduzir também no seio da Igreja: há uma parte da Igreja que toma posições claramente conservadoras e há uma outra que começa a ser atraída pelos movimentos sociais. Em primeiro lugar, os setores leigos da Igreja – como o JEC, a JUC, a JOC – que fazem parte da Igreja, mas que estão fora do corpo institucional. É nesses setores que começa haver maior sensibilidade aos movimentos sociais e maior permeabilidade às idéias mais avançadas, às idéias socialistas, às idéias marxistas.” A aproximação dos assistentes sociais à tradição marxista se circunscreveu, inclusive, e em muitos casos, através dessas organizações. Conforme Netto (1991, p.268).: “todas as indicações disponíveis convergem no sentido de sugerir que a interação entre os profissionais originalmente envolvidos no projeto de ruptura e a tradição marxista opera-se pela via política [freqüentemente político-partidária: mormente via os grupamentos de esquerda influenciados pela Igreja, situados fora do leito histórico do PCB].”



[dónde a participação dos quadros pioneiros do Serviço Social no movimento de recristianização da humanidade, conforme já apontado]. Apenas a educação voltada para a moralidade cristã seria capaz, a partir da repetição das boas ações e comportamentos – visto que apenas dessa forma se cria no homem o hábito de ser bom e justo, conduzir o homem à perfectibilidade. Esta, sim, capaz de aproximar o homem de Deus<sup>104</sup> – seu criador.

Assim, e relacionada a esta perspectiva de homem, o pensamento conservador defende, conforme Machado (1997, p. 149), que a sociedade é um corpo orgânico, cujo desenvolvimento é regido por leis internas e está acima do indivíduo. Qualquer reforma ou modificação feita nesta a colocará sob profundo risco, tendo em vista que pode alterar a teia de sutis relações pré-existentes que lhe conferem estabilidade. O enfrentamento das expressões da “questão social”, sob esta ótica, deve se dar, como já explicitado, por uma mudança de comportamento.

Conforme Marx (2003), percebe-se a existência de duas grandes referências, assentadas sob os pilares do pensamento conservador, para o trato burguês da “questão social”: a Escola Humanitária e a Filantrópica. Embora ambas fossem pautadas pelo pensamento conservador, há entre elas sutis diferenças: a Escola Humanitária:

---

<sup>104</sup> Vale a pena verificar o quanto o humanismo cristão e a Igreja a partir dos preceitos de sua Doutrina Social diminuem o homem em face de Deus, apesar de ser ele imagem e semelhança daquele. Na verdade, tal perspectiva inferiorizante de homem acolhe-se, dada às respectivas particularidades, no bojo do próprio pensamento conservador. Conforme Marcuse (apud MACHADO, 1997, p.84) sinaliza, há na perspectiva conservadora *“um quadro de homem pintado com ódio e desprezo [...]: o homem caído em relação a Deus, como um animal perverso, covarde, grosseiro, semicego, que entregue a si mesmo, só produz sujeira e desordem, que, no fundo, só quer ser dominado e conduzido.”* Ressalta-se, ainda, como esta perspectiva de homem vincula-se ao ideário católico [no qual a expulsão humana do paraíso é o aspecto mais emblemático], e também coincide com aquela praticada no Brasil e indicada no primeiro capítulo, na qual, ao ser incapaz de pensar por si mesmo, deve ser o indivíduo tutelado, e para tanto, *“seu berço deve ser rodeado de dogmas; e, quando sua razão desperta, é preciso que ele encontre todas as suas opiniões prontas[...].”* (MAISTRE apud MACHADO, 1997, p.84).

*[...] procura, por descargo de consciência, atenuar ainda que pouco os contrastes reais; lamenta sinceramente a desgraça do proletariado, a concorrência desenfreada dos burgueses uns com os outros; aconselha os operários a serem sóbrios, a trabalharem conscienciosamente e a fazerem poucos filhos; recomenda aos burgueses que se entreguem à produção com um entusiasmo refletido. Toda a teoria dessa escola assenta em distinções intermináveis entre a teoria e a prática, entre os princípios e os resultados, entre a idéia e a aplicação, entre o conteúdo e a forma, entre a essência e a realidade, entre o direito e o fato, entre o lado bom e o lado mau. (MARX, 2003, p. 110).*

Com uma postura anticapitalista romântica, tal Escola preocupa-se, na verdade, com a contenção dos excessos da ordem burguesa e na possibilidade do estabelecimento da harmonia entre burgueses e trabalhadores.

Embora com as mesmas referências de fundo:

*A Escola Filantrópica é a Escola Humanitária aperfeiçoada. Nega a necessidade de antagonismo; quer transformar todos os homens em burgueses; quer realizar a teoria na medida em que esta se distingue da prática, e não encerra antagonismo.[...] Os filantropos querem, portanto, conservar as categorias que exprimem as relações burguesas, sem o antagonismo que as constitui e que não pode ser separado delas. Pensam que combatem seriamente a prática burguesa e são mais burgueses que os outros. (MARX, 2003, p. 110).*

Assim, incorporando mais diretamente os preceitos da chamada Escola Filantrópica, estão dadas as bases para o redimensionamento das práticas assistenciais, que têm na articulação entre burguesia, Estado e Igreja seus principais empreendedores, ao lado da figura dos filantropos, os quais:

*[...] pretendiam desenvolver formas de atendimento aos problemas sociais que incidiam sobre a numerosa classe trabalhadora e que repercutiam na totalidade do processo social. O grande objetivo da classe dominante – e a razão de seu irrestrito apoio aos reformistas - era que, através de sua ação, estes pudessem afastar as ameaças que pairavam sobre o horizonte burguês e que se expressavam pela incontida expansão da pobreza e pelas persistentes investidas da classe trabalhadora. A esperança burguesa era que a ação dos reformistas viesse a constituir um significativo*

*instrumento auxiliar do processo de consolidação do modo de produção capitalista. (MARTINELLI, 1991, p. 64).*

Com efeito, Martinelli (1991) identifica o final do século XIX e início do XX como um período na história, no qual é cada vez mais claro que o capitalismo é constantemente golpeado por pelo menos três elementos centrais: suas crises cíclicas, como já apontado no capítulo anterior, cada vez de maior duração e profundidade; o avanço político-organizativo da classe trabalhadora, que portadora de consciência de classe já vislumbrava, não apenas melhores condições de vida e de trabalho, mas a superação da ordem burguesa em si; e o crescimento desenfreado da miséria, ainda que a pobreza fosse vista pela burguesia e seus aliados como necessária [e natural] para o desenvolvimento da ordem burguesa.

Em resumo, deveriam a burguesia e seus aliados – Estado e Igreja, ampliar e criar novas formas de conduzir o enfrentamento das expressões da “questão social”, para além das iniciativas existentes,<sup>105</sup> mas ao mesmo tempo, sem delas prescindir. Ou seja, o tratamento das seqüelas sociais deveria, neste novo momento histórico do capitalismo, pôr em marcha um eficiente projeto de cunho reformista-conservador, que aliasse a constituição e o cumprimento de uma legislação social e trabalhista aos princípios até aqui postulados, pautados no conservadorismo sob suas variantes principais: a laica – o positivismo – e a confessional – a Doutrina Social da Igreja e o humanismo cristão.

Diante deste contexto, pode-se observar que a vinculação do pensamento positivista comteano, e, mais tarde, a sociologia de Durkheim, com o

---

<sup>105</sup> Martinelli (1991, p.84) chama a atenção para a existência das Sociedades de Organização da Caridade criadas na Inglaterra e modelo para os demais países ainda em meados do século XIX. No entanto, tais entidades “*apoiados [apoiadas - FGO] em uma legislação das mais brutais de que se tem notícia, [...] visualizavam a assistência como uma forma de controlar a pobreza e ratificar a sujeição e a submissão dos trabalhadores. Apoiavam-se essencialmente em três grandes estratégias: a intimidação, a repressão e a punição.*”

projeto reformista, é clara, tendo em vista que o modo positivista de conceber o mundo e os homens fez desta matriz de pensamento, o principal sustentáculo político e ideológico da ordem burguesa; na verdade, o positivismo representa socialmente o modo de ser burguês [conforme já apontado no capítulo anterior]. E é nesse sentido, que podemos identificar a forte influência que o conservadorismo em sua versão laica e positivista, bem como em sua vertente confessional e católica, exerceu no Brasil, encontrando aqui as condições históricas, as quais seriam também férteis, para seu florescimento, e conferindo ao projeto reformista-conservador brasileiro importantes particularidades.

## 2.2. O projeto reformista-conservador no Brasil: influências e particularidades

O exame da historiografia brasileira, a exemplo do que se tentou empreender no capítulo anterior, demonstra que é a partir do século XX, mais especificamente a partir de sua terceira década, que a participação brasileira na ordem capitalista mundial passa por uma mudança qualitativa. Refiro-me à entrada do Brasil no cenário monopolista e a centralidade do modelo industrial, processos os quais impeliram nestas latitudes a necessidade de compatibilizar os efeitos deste novo quadro, que até então se despontava com a trajetória sócio-histórica brasileira. Queremos afirmar que, no Brasil, o projeto de sociedade, de caráter reformista-conservador, assumiu feições bastante articuladas com nossas particularidades históricas, calcadas no colonialismo, no escravismo, na dependência em face às

potências capitalistas centrais, no caráter antidemocrático, onde imperam as mudanças “pelo alto” e a “ideologia do favor” a despeito da garantia do direito.

Para tanto, o projeto reformista-conservador brasileiro recebeu influências de fontes diferenciadas, porém fortemente sedimentadas sob o mesmo amálgama, cujos eixos principais são, ao meu ver: Deus, ordem e propriedade. Tanto a vertente laica conservadora – o positivismo –, quanto sua versão confessional – o humanismo cristão, expressas respectivamente em autores como Oliveira Vianna, Jackson de Figueiredo e Alceu Amoroso Lima, por exemplo, entendem o Brasil [cada um a sua maneira, evidentemente] como um país onde a classe trabalhadora é absolutamente incapaz, a ordem deve ser pautada sob o binômio autoridade/obediência; e o Estado, ao lado da Igreja, deve ser suficientemente forte para conduzir o país e os brasileiros ao progresso. Foi neste sentido, que se optou em examinar com mais profundidade a tendência conservadora no Brasil pela via da influência positivista e humanista cristã [esta claramente afinada com os postulados presentes na Doutrina Social da Igreja, cujas diretrizes já foram tratadas neste capítulo a partir da recuperação dos princípios neotomistas].

A análise da trajetória sócio-histórica brasileira, principalmente nas décadas de 30 e 40, nos indica que a influência positivista é marcante. E mais ainda, conforme Frederico:

*A ‘importação’ do ideário positivista e sua adaptação ao solo brasileiro inspirou toda a remodelagem do Estado nacional. [...] Toda a história social brasileira, de fins do século XIX aos dias de hoje, é devedora desse caldo de cultura. (1994, p. 60).*

Com efeito, no Brasil dos anos 30 e 40, observa-se exatamente esta tendência em curso – a refuncionalização do Estado e, por conseguinte, o enfrentamento da “questão social” mediante a criação de um conjunto de leis sociais (vide a criação da CLT em 1942) e de instituições sócio-assistenciais capazes de ocultar as contradições do capitalismo, com o máximo de adesão e o mínimo de coerção. Para tanto, era necessária a criação de um Estado forte, capaz de conduzir o desenvolvimento e consolidação do capitalismo no Brasil, bem como de afastar qualquer ameaça política e ideológica de caráter socialista.

Bosi ressalta que, para Comte:

*A absolutização do desejo do lucro, aceso egoisticamente em cada agente da vida social, tende a gerar um estado de anomia ou de violência desenfreada que tão-só uma prudente e enérgica administração pública conseguiria evitar (1996, p. 282).*

Assim, caberia ao Estado eliminar ou coibir os excessos do capitalismo de um lado; e de outro, criar programas voltados para a integração e a harmonia das classes. Observa-se, como já apontado linhas atrás, que tal tendência se efetivou no Brasil a partir do desenvolvimento de um inusitado projeto de nação de caráter reformista-conservador.

Assim, a influência dos ideais e das perspectivas positivistas deve ser levada em consideração como solo teórico, político e cultural para a análise dos rumos nacionais nas primeiras décadas do século XX – o redimensionamento do Estado, principalmente em face das expressões da “questão social”, bem como a entrada do país no circuito capitalista internacional, pautou-se e inspirou-se nas formulações positivistas: seu modo de entender e agir sobre a vida social.

Nunca é demais destacar que, a despeito do caldo cultural brasileiro configurar-se notadamente conservador, ele não foi imune ao dinamismo político e cultural observado na ordem burguesa do século XX, este promovido pela luta de classes e pelo *inegável protagonismo dos trabalhadores na cena política*. Mesmo em um país como o Brasil, com forte e histórica tradição conservadora, é possível se observar que o movimento dos trabalhadores [apesar de seus limites e ambigüidades], incidiu na própria construção da legislação trabalhista da década de 40, ainda que muito do que se observa no tocante à relação capital/trabalho durante tais décadas tenha recebido a influência do positivismo<sup>106</sup>.

Embora o Estado pós-30, utilize de inúmeros expedientes para incorporação das massas trabalhadoras no projeto reformista-conservador, tal como já foi indicado no capítulo anterior por ocasião da análise quanto à “questão social”, o fato é que ainda assim, o Estado varguista:

*[...]é obrigado a pôr em prática ou estabelecer as condições institucionais mínimas ao exercício da cidadania, por parte dessas massas. A sindicalização, as férias remuneradas, a assistência médica, a proteção à operária gestante e à maternidade, a escola primária gratuita [...] são alguns direitos mínimos aos quais as massas passam a ter acesso, ainda que de modo desigual e incompleto. [...] É óbvio que esses direitos e deveres são também **as condições e os limites da participação política** dos assalariados urbanos em campanhas e lutas relativas tanto aos problemas de classe como aos assuntos nacionais. (IANNI, 1989, p. 89, grifo nosso).*

Ou seja, ainda que a participação política no âmbito da ordem burguesa tenha limitações, a existência de um conjunto, ainda que mínimo, de direitos sociais apenas se efetiva mediante a explícita pressão “dos de baixo”. Ademais, as classes sociais explicitam nos anos 30, a despeito da subalternidade e

---

<sup>106</sup> Conforme Bosi (1996, p.296), “entre nós, quase tudo o que houve de sistemático em termos de Direito do Trabalho, portanto no plano do Estado ou visando à sua intervenção, recebeu o selo positivista.”

heteronomia assumida pelo Brasil em face às exigências imperialistas, uma gama de interesses diversos que de certa forma precisavam ser contemplados no arco de alianças pós-Revolução. E nesse sentido, Ianni é claro:

*A burguesia industrial está empenhada em que o poder público adote medidas para proteger o mercado interno para a industrialização substitutiva de importações. Os militares preconizam a nacionalização dos recursos naturais e a criação de empresas estatais nos setores estratégicos da economia. Os intelectuais e os estudantes universitários, atuando principalmente na esfera das estratégias e modelos políticos de desenvolvimento econômico, procuram extrair as conseqüências nacionalistas ou explicitamente antiimperialistas da situação. A classe média está interessada – nessa época – na vigência da democracia representativa, na expansão do seu consumo e no desenvolvimento econômico. As outras classes assalariadas, os operários de categorias várias, estão interessadas principalmente em aumentar a sua participação no produto do trabalho, para sair do baixíssimo nível de subsistência em que se encontram. (1989, p. 61).*

E assim, o governo Vargas procura conciliar os diversos interesses das classes sociais, convergindo-os aos objetivos do projeto reformista-conservador, que assume no Brasil, e nesta conjuntura política em particular, forte influência positivista.

Para tanto, Bosi recolhe do governo gaúcho de Borges de Medeiros dois princípios que, segundo ele, recriaram os fundamentos positivistas e influenciaram o encaminhamento das ações, em âmbito federal, nos anos 30 e 40.

Em primeiro lugar: *“acolher e sancionar com a autoridade do Executivo certas reivindicações típicas dos trabalhadores urbanos, que já demandavam redução da jornada, melhores condições de vida na fábrica e salários menos vis [...]”* (Bosi, 1996, p. 294).

Já em segundo lugar, atribuir *“[...] ao Estado a função de mediar e, nos casos extremos, arbitrar os conflitos entre operários e patrões.”* (Bosi, 1996, p. 294). Observa-se, desta forma, que a influência positivista sobre o tratamento das



questões que envolvem capital e trabalho, tomaram com o governo Vargas um papel particular, cuja expressão máxima foi viabilizada na criação do Ministério do Trabalho e na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Assim:

*Os títulos da lei que contemplam os direitos dos trabalhadores, enquanto tais, ajustam-se à linha reformista e humanitária que veio de Saint-Simon e integrou-se na moral positivista. Pressupõem que se deva reconhecer o trabalho, dignificar a pobreza, protegê-la dos interesses egoístas de que é useiro o empirismo industrialista: expressões todas forjadas por Augusto Comte. (BOSI, 1996, p. 295).*

Quanto ao direito do trabalho apregoado no Brasil pós-30, Bosi afirma:

*Se analisarmos a estrutura da Consolidação das Leis do Trabalho, a nossa familiar CLT [...], constatamos a vigência desse duplo registro, progressista e autoritário, que punge como uma contradição mal resolvida.” ( p. 295).*

A combinação entre progressismo por um lado, e autoritarismo por outro, presente na CLT, na verdade, constituiu toda a gestão varguista, na qual segundo Bosi (1996, p.295): “a lei, aberta aos direitos do operário, enquanto trabalhador, fechou-se aos seus direitos, enquanto cidadão.”

Ainda na mesma obra, Bosi ressalta que o século XIX legou ao Brasil algumas influências ideológicas, as quais “enraizadas no cotidiano mental das nossas classes políticas” (p. 304), enformaram a maneira de se tratar as seqüelas da “questão social” – o liberalismo e o conservadorismo em seus vários matizes, e dentre eles principalmente, o positivismo e a Doutrina Social da Igreja. O caldo sócio-cultural extraído a partir dessas influências conformou o chamado projeto reformista-conservador, que ora com traços mais enfaticamente liberais, ora mais conservadores, cristãos e positivistas, deu luz à forma particular de tratar as expressões da “questão social” em nosso país.

Assim, a constituição e a legitimação deste projeto nacional de caráter reformista-conservador, que teve no redimensionamento e fortalecimento do Estado seu principal ideal no enfrentamento das expressões da “questão social” e na consolidação da ordem burguesa no país, contou com a produção teórico-política de alguns pensadores da época, dentre eles Oliveira Vianna<sup>107</sup>. O resgate da obra e pensamento deste autor, considerado o grande ideólogo do período varguista, é de significativa importância para o entendimento da maneira como o Estado brasileiro institucionalizou as expressões da “questão social”, criando para isso um amplo conjunto de políticas e serviços sociais.<sup>108</sup>

De acordo com o que se pode observar em Vieira (1981), os escritos de Oliveira Vianna consistem numa espécie de resposta à revolução de 30; mais precisamente tal pensador pretendeu, conforme a interpretação de Vieira, traçar os princípios de uma transformação social dentro da ordem, ou seja, contribuir com a constituição ideológica de um projeto de caráter reformista-conservador.

Segundo Vieira (1981), Oliveira Vianna pode ser entendido como o “ideólogo do nacionalismo autoritário”, ao lado de outros nomes também importantes nesta linha como Alberto Torres, Azevedo Amaral e Cândido Motta Filho, e com os quais Oliveira Vianna estabeleceu franco diálogo e de certa forma, recebeu

---

<sup>107</sup> Conforme Ianni (1996, p.41): “a interpretação de Oliveira Vianna vem diretamente do pensamento conservador europeu e brasileiro. Privilegia a organização e a atividade do Estado, conferindo-lhe um papel preeminente, ‘civilizador’. Baseia-se no suposto de que a sociedade civil é débil, incapaz; e que o povo não está cultural e politicamente preparado para exercer um papel ativo nos negócios públicos. Precisa ser tutelado, administrado por um poder estatal cada vez mais corporativo, dinâmico, modernizador. “

<sup>108</sup> Além disso, observa-se em alguns de seus escritos a relevância que Oliveira Vianna atribui ao Serviço Social e aos seus sujeitos profissionais enquanto um dos partícipes do processo de enfrentamento das expressões da “questão social” que então se organizava. Sendo ele, portanto, um importante representante do caldo cultural da época, possui, ao nosso ver, relevância mostrar sua concepção de Serviço Social, e a presença de uma determinada imagem social da profissão subjacente em seu discurso.

influências diretas, principalmente no caso do primeiro autor; e indiretas, tendo em vista que tais autores expressavam as tendências da época.

Tal caldo sócio-cultural possui, segundo Vieira (1981), no pensamento de Azevedo Amaral, por exemplo, as tendências políticas e ideológicas da década de 30. Azevedo Amaral, além de defender a Revolução de 30, enaltecendo seus aspectos positivos como o “diálogo com os trabalhadores”, promovido pelo então governo provisório, e a centralização do poder político na figura de Vargas, defende: “[...]a necessidade de personalismo na atuação política, [...] admite também a ditadura como instrumento eficiente para a superação das distorções institucionais.” (AZEVEDO AMARAL, apud VIEIRA, 1981, p. 81). Para Azevedo Amaral:

*O Estado só poderá desenvolver sua ação moderadora e conciliadora, se os interesses ligados à produção intervierem na direção política do país. Tal colaboração será realizada unicamente através da representação das classes e, promovendo-a, Vargas realizou no Brasil uma profunda revolução [...]. (AZEVEDO AMARAL apud VIEIRA, 1981, p. 81).*

Já para outro autor que gravitava na mesma época no cenário político e ideológico nacional, Cândido Motta Filho:

*O poder executivo é um dos principais problemas da República, sendo por isto mesmo, um meio de avaliação das condições do Estado. O predomínio do Legislativo veio a ocasionar o enfraquecimento do Poder Executivo, levando-o a reagir em sentido inverso. (CÂNDIDO MOTTA FILHO apud VIEIRA, 1981, p. 87).*

Para Cândido Motta Filho, deveria o legislativo reduzir-se em suas atribuições para permitir que o trabalho do Executivo fluísse.

Conforme Vieira (1981), Oliveira Vianna, baseado nas idéias de Alberto Torres, defende a reforma do Estado, tendo em vista que o povo brasileiro é incapaz

de tomar a direção política nacional. Caberá ao Estado a tarefa de modernizar e fortalecer o Brasil diante das potências centrais; e para tanto, deverá o Estado ser forte o suficiente para superar quaisquer impedimentos ou obstáculos. Neste sentido, *“incapacitada a nação de sustentar sua autonomia, cabe ao Estado representar a vontade geral, traduzindo os anseios e os interesses nacionais e submetendo todos à força da sua autoridade.”* (OLIVEIRA VIANNA, apud VIEIRA, 1981, p. 103).

Assim, Oliveira Vianna recomenda ao Estado brasileiro uma série de medidas, dentre elas, a contenção da democracia, tendo em vista que *“[...] atribui aos chefes do governo e às forças dirigentes concentradas no poder uma autonomia de ação que não seria compreensível num regime puramente democrático[...]”*. (apud VIEIRA, 1981, p. 74).

Com efeito, Oliveira Vianna possui, como todo pensador conservador, uma profunda descrença na capacidade do povo brasileiro em fazer suas próprias escolhas, daí ser contrário ao sufrágio universal, diferenciando-o até mesmo daqueles que o influenciaram teórica e ideologicamente como Alberto Torres;<sup>109</sup> e defensor de um Estado que assuma o papel de tutor dos homens incapazes de viver por si só sua própria vida.

Segundo Vieira (1981), dentre as diversas particularidades dos vários autores influentes na década de 30, como Martins de Almeida, Virgínio Santa Rosa, Alcindo Sodré, Plínio Salgado e Afonso Arinos, [além dos já citados], um ponto em comum cabe registrar:

---

<sup>109</sup> Nas palavras do próprio Oliveira Vianna (apud VIEIRA, 1981, p.76): *“Torres, no fundo, era um filho espiritual da Revolu o Francesa e mantinha a crença dos Enciclopedistas na ‘bondade natural’ do homem; ao passo que eu sempre considerei esta bondade como um dom excepcional e raro na espécie humana – tão raro e excepcional como o talento e a beleza física”*.

*O nacionalismo manifesta-se vivo, gerando indagações sobre as possíveis alternativas para a crise político-social do Brasil. Das conclusões apontadas, ressurgiu sempre a idéia de um Estado forte, vinculando o real e o legal através das corporações, como meio de superação da liberal-democracia. (VIEIRA, 198, p. 94).*

O Estado, portanto, a partir da concepção de tais autores, incluindo o próprio Oliveira Vianna, deverá se situar acima da nação e falar em seu nome; deve buscar:

*A modernização da economia capitalista brasileira e a conciliação entre capital e trabalho. Essa concepção de Estado, sem projetar rigorosamente o Estado Novo, é uma das mais elaboradas tentativas de legitimá-lo: significa a articulação da nação, de cima para baixo, por meio do funcionamento das corporações. (VIEIRA, 1981, p. 101).<sup>110</sup>*

Assim, o Estado forte se explica e se justifica no entendimento daqueles autores, dentre eles Oliveira Vianna, uma vez que concebem o Brasil como um país onde impera a desorganização e a incapacidade de auto-ordenação, geradas a partir de um determinado perfil étnico e comportamental da população

---

<sup>110</sup> É importante afirmar que a perspectiva das “corporações”, presente em tais autores e que sedimenta as iniciativas do Estado varguista na época, e mais especificamente quanto ao atrelamento dos sindicatos ao Ministério do Trabalho, está consolidada no pensamento durkheimiano. Para Durkheim (1983,p.306): a sociedade possui anomias geradas em grande medida pelo desenvolvimento econômico, que é desprovido de qualquer moralidade. Assim, sem regras claras, tende o “mundo econômico” exacerbar as paixões humanas, as quais “[...] não cessam senão diante de uma potência moral que respeitem.” Neste sentido, “para que a anomia tenha fim, é preciso, portanto que exista ou que se forme um grupo onde se possa constituir o sistema de regras que faz falta atualmente. Nem a sociedade política em seu conjunto nem o Estado podem evidentemente desempenhar estas funções [...]. A atividade de uma profissão não pode ser regulamentada eficazmente senão por um grupo muito próximo desta mesma profissão [...]. O único que responde a estas condições é aquele que formaria todos os agentes de uma mesma indústria, reunidos e organizados em um mesmo corpo. É o que se chama a corporação ou o grupo profissional.” Durkheim chama a atenção para a necessidade que esta mesma corporação assuma caráter público com vistas a assegurar seu pleno funcionamento. A vinculação da corporação com o Estado se justifica, conforme Durkheim: “para que uma moral e um direito profissionais possam estabelecer-se nas diferentes profissões econômicas é preciso, pois, que a corporação, em lugar de permanecer um agregado confuso e sem unidade, se torne, ou antes, retorne a ser um grupo definido, organizado, em uma palavra, uma instituição pública.” (DURKHEIM, 1983, p. 308).

brasileira – este último tema, inclusive, recebeu expressiva atenção na trajetória do pensamento de Oliveira Vianna. No dizer do próprio autor quanto ao povo brasileiro:

*É proverbial a sua incapacidade para apaixonarem-se por uma qualquer questão política de uma maneira duradoura e pertinaz. [...] Sente-se que a massa popular não pode conservar por muito tempo esse estado emocional superagudo, base da ação cívica e sem o qual as revoluções estão condenadas a fracassar por deserção ou pelo desânimo. (VIANNA apud VIEIRA, 1981, p. 105).*

Assim, como desdobramento dessa visão conservadora acerca do brasileiro, Oliveira Vianna o afirma como um ser inapto para a política e incapaz de um caráter cívico.<sup>111</sup> Tal inferioridade reside para Oliveira Vianna na condição étnica, na qual “[...] o negro nunca chegará a ser inteiramente ariano, enquanto o índio estará ainda abaixo do negro. Nossa civilização é ‘obra exclusiva do homem branco’, e o índio e o negro só se civilizam quando se cruzam com o branco.” (apud VIEIRA, 1981, p. 106).

A maneira pejorativa de apreender a população brasileira, permite a Oliveira Vianna indicar que sendo esta incapaz de ingerir e influenciar a direção política brasileira deve caber às elites fazê-lo. Conforme Vieira (1981, p.108), “as elites recebem de Oliveira Vianna atenção especial, pois representam para ele uma possibilidade de fazer funcionar a democracia[...].” Oliveira Vianna pressupõe que o governo deve ser função das elites, que devem assumi-lo, impedindo desta forma a inserção de algum aventureiro ou incapaz. Contraditoriamente, a análise de Oliveira Vianna quanto às elites brasileiras também as desqualifica para o papel de governante, tendo em vista que, segundo sua interpretação, tais elites são

---

<sup>111</sup> Conforme as palavras do próprio Oliveira Vianna (apud VIEIRA, 1981, p.106), a população brasileira consiste em “uma vasta congérie humana, acumulada nas cidades ou dispersa pelos campos e sertões; congérie de desplantados, de infixos, de seminômades, de servilizados, sem pão, sem terra, sem vontade, sem consciência cívica, agrupados em clãs, sob a proteção dos grandes proprietários rurais.”

profundamente idealistas e seus governos igualmente incompetentes para a modernização necessária para o país:

*Dominados pelos idealismos de origem francesa, inglesa e norte-americana, nossos estadistas caíram no utopismo, desconhecendo que a 'verdadeira causa do mal' estava 'no próprio povo, na sua estrutura e na sua mentalidade, tal como o haviam modelado quatro séculos de evolução original, particular, sua. (OLIVEIRA VIANNA apud VIEIRA, 1981, p. 112).*

Quanto aos partidos, Oliveira Vianna também não crê, conforme as análises de Vieira (1981), na sua condição de aglutinar forças e vontade políticas para a condução do Brasil de modo a modernizá-lo. Para ele, a educação para a política e para o civismo deveria ocorrer em outros espaços como as forças armadas, as organizações escoteiras e as entidades corporativas e sindicais. Os partidos não possuem, na perspectiva de Oliveira Vianna, qualquer utilidade na formação política do povo brasileiro, até porque os brasileiros são, de acordo com seu ponto de vista, inaptos para a política formal e partidária. Vieira assim interpreta o pensamento de Oliveira Vianna:

*[...] não existem partidos políticos no Brasil, unicamente clãs eleitorais, que lhes retiram a feição de agremiação destinada a defender um programa. A desorganização do povo implica a desorganização dos partidos [...]. [Assim – FGO] retira-se, qualquer função representativa dos partidos e promove-se a sua exclusão da vida política. (VIEIRA, 1981, p. 116).*

Mais precisamente depois do golpe de 1937, quando se instaura o Estado Novo,<sup>112</sup> Oliveira Vianna propõe um modelo de Estado ditatorial, que se autointitula acima das classes, representante do bem comum e da harmonia social. No

---

<sup>112</sup> Conforme Vieira (1981.p.120), “pode-se fazer, sem dúvida, muitas aproximações entre suas posições [as de Oliveira Vianna – FGO] e os preceitos da Constituição de 1937. O Estado Novo deprecia o Parlamento, concede poder excepcional ao Presidente da República e transforma o Poder Executivo em órgão legislador. “

sentido de assegurar a ordem social vigente, Oliveira Vianna aponta como fator preponderante a solução dos conflitos entre capital e trabalho. Além disso, defende o uso da repressão,<sup>113</sup> tendo em vista que sendo o povo incapaz de compreender o novo modelo de Estado [sobretudo aquele imposto pós-1937] e as imperiosas necessidades requeridas pelo Brasil face aos rumos do capitalismo monopolista as quais o impelia a modernizar-se, o uso de medidas coercitivas era preciso.

Quanto à necessidade de harmonizar capital e trabalho, o corporativismo<sup>114</sup> assume, na concepção de Oliveira Vianna, papel fundamental, pois:

*A organização corporativa transforma a mentalidade operária, desintegrando-lhe o 'espírito antipatronal' e o 'sentimento de inferioridade', porque coloca 'no mesmo pé de igualdade o patrão e o empregado'. (apud VIEIRA, 1981, p. 124).*

O corporativismo cumpre, desta forma, para Oliveira Vianna, um papel expressivo na contenção dos conflitos e esvaziamento do potencial organizativo e político da classe trabalhadora; e o sindicato, deve assumir um outro papel – não mais responsável pela organização dos trabalhadores em prol de melhores condições de trabalho e de vida, mas pelo desenvolvimento de sua função

---

<sup>113</sup> No dizer de Oliveira Vianna: “quando a mudança, que a nova lei exprime, ainda não se manifestou nos costumes, mas significa uma atitude nova a ser tomada sob a ação dos ditames legais ou Cartas Constitucionais, o meio de se conseguir do povo esta mudança seria fazê-la acompanhada de sanções penais; quer dizer: seria torná-la efetiva pela coação.” (VIANNA apud VIEIRA, 1981, p.120).

<sup>114</sup> Conforme Oliveira Vianna (apud VIEIRA, 1981, p.140), “o Estado Corporativo é uma das mais expressivas manifestações da ideologia da revolução conservadora. Oliveira Vianna parte do princípio de que as revoluções populares são completamente inviáveis no Brasil, seja pela desorganização do povo, seja em face do idealismo utópico das nossas elites. [...] A proposta de Oliveira Vianna apóia-se em reformas modernizantes realizadas por via autoritária, isto é, através do Estado Corporativo. O seu conservadorismo, portanto, não se refere à simples manutenção do 'status quo', objetivando defender a imutabilidade da ordem social. [...] Oliveira Vianna visa revolucionar a vida social e política brasileira, guardando aqueles elementos mais importantes da tradição nacionalista autoritária. Ou seja: o seu projeto de mudança não pretende qualquer ruptura na sociedade. O Estado Corporativo representa um tipo de revolução realizada a partir de dentro do poder e, por isto mesmo, é restrita às próprias instituições estatais.”



pedagógica com o intuito de educar os trabalhadores para a prática da solidariedade entre as classes. Até porque, conforme o pensamento de Oliveira Vianna, todos – patrões e empregados – devem estar do mesmo lado, unidos para o progresso do país. O conflito, portanto, não colabora com o avanço técnico, político e econômico do Brasil; ao contrário, atrasa-o ainda mais.

O afinamento do Brasil ao cenário capitalista internacional consiste, na verdade, em principal objetivo de todo esse processo de reorganização social e política da sociedade e do Estado brasileiro, conforme o entendimento de Oliveira Vianna. E postula que, para que o Brasil pudesse se desenvolver à luz das nações centrais, deveria haver um amplo processo de reorganização do Estado, no qual fosse ele o responsável pela paz social e pela mediação dos conflitos. Neste sentido, para manter a paz e o progresso, deveria o Estado, além de encampar a responsabilidade pelo tratamento das seqüelas sociais,<sup>115</sup> aliar-se à Igreja Católica, tendo nesta suas referências filosóficas e sociais. Assim, segundo Oliveira Vianna:

*Na doutrina social da Igreja Católica, encontramos a solução justa, equilibrada, moral, humana e fecunda para este grande problema dos nossos dias [a “questão social” – FGO]. Ela repele os expedientes da violência e da luta e propõe em sua substituição, o entendimento e a justiça social. [...] Esta é a doutrina social da Igreja. Esta deve ser a doutrina brasileira, a doutrina social do nosso povo. (1951, p. 170).*

A aliança entre o Estado varguista e a Igreja Católica no trato das expressões da “questão social” é inconteste, conforme demonstra a historiografia que aborda esse período brasileiro.

---

<sup>115</sup> Conforme Oliveira Vianna (1951, p.47), “[...] se observa em todos os povos civilizados a oficialização da assistência social, elevando-a à condição de um serviço público.” Ou ainda: “[...]o Estado procura sair do regime do serviço privado e voluntário para um regime de serviço público e obrigatório; da assistência por meio da esmola, obra humilhante de compaixão, para a assistência por meio do Serviço Social oficializado, obra pública de proteção racional, fundada em motivos superiores de justiça social.” (*idem*, p. 49).

Conforme Carlos, observa-se que nos anos imediatamente posteriores à Proclamação da República, a Igreja não ocupava uma posição política de destaque no cenário nacional. Tal fragilidade compelia a Igreja de tal modo a empreender *“uma cruzada de militantes católicos a fim de reeducar a nação através de seus ensinamentos, e fundamentalmente, assegurar para a Igreja o reconhecimento jurídico de sua legítima posição.”* (CAVA apud CARLOS, 1993, p. 43).

Ainda de acordo com Carlos, somente a partir dos anos 20, contando com a presença de D. Sebastião Leme no Rio de Janeiro, a Igreja começou a se mobilizar de fato no sentido de reconquistar sua liderança nos rumos políticos brasileiros<sup>116</sup>. Tal fase na trajetória da Igreja é nominada por alguns autores como Restauração Católica. *“A luta pela ordem e pela autoridade na sociedade, é o enfoque da Restauração Católica.”* (1993, p. 45). Tal iniciativa da Igreja não foi vista negativamente pelo Estado brasileiro, já sob a gestão de Vargas, ao contrário:

*O poder político via na Igreja um valioso apoio para a manutenção da ordem pública, conturbada pelos movimentos revolucionários que caracterizavam esse período. A Igreja, por sua vez, se considerava como elemento importante no país para a manutenção da ordem constituída através da pregação de valores morais e religiosos.* (AZZI apud CARLOS, 1993, p. 45).

É clara a percepção de que a Igreja Católica, conforme as diretrizes de sua Doutrina Social, estava inserida nos princípios do neotomismo e no humanismo cristão expressa em suas Encíclicas papais; também possuía, a partir de seus

---

<sup>116</sup> Cabe ressaltar que a movimentação da Igreja brasileira quanto à reconquista de posição de destaque no cenário político nacional não se desvincula de orientação do Vaticano; ao contrário, segue seus objetivos. Na verdade, *“todo o movimento de reação católica, no Brasil, já é estruturado a partir da chamada romanização da Igreja Católica que é o processo de restauração da Igreja de cada país, segundo o modelo da Igreja de Roma”.* (CARLOS, 1993, p.49)

postulados, um determinado projeto de sociedade, que no caso brasileiro fundamentava-se na concepção de “democracia cristã”.<sup>117</sup>

Assim, entendia que o país caminharia para a democracia cristã, na medida em que conseguisse gerar um ambiente propício para o bem comum, e mais especificamente, voltado para os segmentos mais pauperizados. Para isso, esse projeto deveria contar com a cooperação de todas as estruturas presentes na sociedade, de modo a favorecer o bem comum, sem que com isso se restringisse os interesses de todas as classes, incluindo a burguesia.

Favorecer o trabalhador, nos limites estruturais do capital: essa é a concepção de democracia cristã defendida pela Doutrina Social de Igreja e compartilhada [bem como, posteriormente adensada] também, pelos primeiros assistentes sociais brasileiros.

O acolhimento das necessidades do trabalhador, conforme os preceitos da Igreja, devia ser efetuado por uma instância acima dos interesses particulares das classes, tendo em vista que:

*Nenhum homem, por si mesmo, tem o direito de submeter a si a vontade de seu semelhante, assim também como as diferenças acidentais de onde promanam as desigualdades de condições não autorizam, de forma alguma, o direito de mandar ou o dever de obedecer. (MANCINI apud CARLOS, 1993, p. 69).*

---

<sup>117</sup> Observa-se que o conceito de “democracia cristã” presente nas indicações da *Encíclica Rerum Novarum* escrita em 1891 pelo Papa Leão XIII, prescinde da perspectiva da política. Tal conceito era entendido por seus pensadores como uma forma de “organização civil, pela qual todas as forças sociais, jurídicas e econômicas cooperam proporcionalmente ao bem-comum, redundando, em último resultado, o proveito da ação de todas elas em benefício das classes inferiores sem prejudicar a liberdade de ação de todas as classes.” (GUILHERME apud CARLOS, 1993, p.60).

Caberá, portanto, a um Estado forte o papel de provedor das necessidades e demandas, sobretudo aquelas advindas das “famílias mais pobres da sociedade.”<sup>118</sup> Conforme Carlos:

*Como a família é tida como sagrada, cabe ao Estado protegê-la. Aí ele passa a ser chamado a assumir um papel de protetor-repressor, isto é, reprimir os comportamentos da sociedade que dificultem que a família se desenvolva dentro do modelo da Sagrada Família. Tudo isto como se o Estado fosse acima da moral e suas ações sejam quais forem, necessariamente estivessem dirigidas para o bem comum. (1993, p. 113).*

O traço repressor do Estado, necessário, segundo a Igreja, para conter os excessos da sociedade capitalista - materializados pela avareza e egoísmo da burguesia -, por um lado; e, por outro, eliminar a incompreensão da classe trabalhadora, expressa na luta de classes, deve ser acompanhado da ordem e da autoridade. Deve o Estado primar pela ordem, usando sua autoridade, inclusive em atitudes nas quais a força se faça necessária.

Jackson de Figueiredo – importante militante e pensador católico brasileiro, fundador do Centro Dom Vital – defende que ordem e autoridade estão organicamente vinculadas e caberia à Igreja Católica e sua elite a tarefa da reconstrução nacional e da recondução do país à paz social. Segundo Carlos (1993, p.48), o traço conservador presente no pensamento de Jackson de Figueiredo consiste, na verdade, na “[...] tradução laica do Movimento de Reação Católica, liderado no Brasil por D. Sebastião Leme [...]”

---

<sup>118</sup> No entanto, se cabe ao Estado prover, e, por conseguinte, intervir na vida social, esta deve estar circunscrita a determinados limites, pois, segundo a Igreja: “[...]dever-se-á orientar por uma observância rigorosa das liberdades humanas e sociais, sem o que descambará fatalmente para o absolutismo opressor que, uma vez invadidas as justas fronteiras, nenhuma persuasão será capaz de conter.” (FERREIRA apud CARLOS, 1993, p.131).

Assim, como um ardoroso defensor dos preceitos católicos expressos em sua Doutrina Social:

*Para Jackson de Figueiredo, a ruptura do mundo do catolicismo inicia-se com a reforma protestante. De acordo com seu pensamento, surge desta reforma o fantasma de uma liberdade sem nenhuma realidade concreta, a não ser suas criminosas conseqüências, como no Ocidente o desaparecimento da monarquia cristã e sua transformação na abominável monarquia liberal ou na 'tirania da incompetência', que tem sido a dos governos democráticos, a dos republicanos, criadores da ordem revolucionária, anticristã, impossível de manter-se por muito tempo. (VIEIRA, 1998, p. 45).*

Da mesma forma, afinado com os preceitos da Doutrina Social da Igreja, Alceu Amoroso Lima<sup>119</sup> destaca os excessos da ordem burguesa como um dos obstáculos para que os homens possam seguir ao seu fim último e transcendental; assim como identifica o socialismo como incompatível com a ordem cristã. Com efeito, Amoroso Lima:

*Acredita que o liberalismo e o comunismo restringem-se, respectivamente, a duas alternativas para a sociedade: o pluralismo de classes pautado na concorrência desenfreada como forma de convivência social e a crença de que a classe proletária é a única capaz de corrigir os erros do capitalismo.[...] [e assim, – FGO] propõe uma terceira via para a sociedade. Esta via orienta-se pela 'cooperação' entre as classes, como 'norma de convivência'. Assim, **a divisão entre as classes não deve ser negada porque corresponde à própria natureza**, mas também, não deve degenerar na 'exploração dos mais fracos pelos mais fortes' (GUEDES, 2000, p. 84, grifo nosso).*

---

<sup>119</sup> Alceu Amoroso Lima foi sucessor de Jackson de Figueiredo na direção do Centro Dom Vital. Compartilhando dos mesmos princípios, foi um importante intérprete do pensamento de Jacques Maritain e seguidor dos postulados da Doutrina Social da Igreja. Configurou-se ainda em um dos principais referenciais teóricos dos assistentes sociais pioneiros e dessa forma atribuía ao Serviço Social a co-responsabilidade de "reformatar as estruturas sociais políticas e econômicas particularmente, para trazer todos os membros da sociedade a uma concepção mais ativa na vida da coletividade [...]. Criar na sociedade um ideal de antiparasitismo, suscitando em cada cidadão a certeza de que a justiça distributiva só se admite, quando completada pela justiça social, isto é, que cada qual só pode exigir respeito aos seus direitos sociais quando cumpre fielmente os seus deveres [...] Este ideal é o próprio ideal social da Igreja Católica" (AMOROSO LIMA apud GUEDES, 2000, p.86).

Dessa forma, é claro que os postulados da Igreja, aprofundados pelos princípios humanistas cristãos, sobre os quais Alceu Amoroso Lima foi, sem dúvida, um expressivo representante, buscava fortalecer uma mentalidade católica, congruente com seus interesses e sua posição na realidade, e ao fazê-la, integrava ativamente os propósitos do projeto reformista-conservador brasileiro.

Em síntese, observa-se que, embora com argumentos de feições diferentes, mas com objetivos muito semelhantes, também os preceitos postulados pela Igreja Católica brasileira [estes fundamentados na sua própria Doutrina Social, bem como no pensamento humanista cristão] corroboraram, ao lado da tendência positivista, a qual Oliveira Vianna é, de certa forma, legatário e representante, na constituição e aprofundamento da versão brasileira do projeto reformista-conservador – necessário à acomodação do Brasil no circuito monopolista internacional.

Foi a própria realidade marcada pelas exigências e necessidades do capitalismo, agora em sua fase monopolista, que ao mesmo tempo impõe o desenvolvimento do capital de forma desigual, porém combinada entre os países, que requereu também a constituição de um projeto integrador [de caráter reformista e conservador], o qual a partir da apreensão de fundamentos teóricos, metodológicos, filosóficos e políticos oriundos das mais diferentes matizes, forjou uma determinada postura do Estado brasileiro em especial, no trato das expressões da “questão social”. Este, conforme analisado anteriormente, intentou enfrentar tais expressões a partir de algumas modalidades para este fim, dentre as quais os serviços e as políticas sociais.

A inserção do Serviço Social brasileiro na divisão social e técnica do trabalho se inscreveu a partir desse contexto, e paralelamente às formas históricas e particularmente tradicionais de enfrentamento das expressões da “questão social”, como a ajuda, a benevolência, o amparo e etc. A continuidade e a ruptura com tais formas presentes no trato das seqüelas sociais espraia-se pelo Serviço Social, incidindo, inclusive, na constituição de um determinado ethos profissional e uma imagem social.

### 2.3. O processo de consolidação do Serviço Social no Brasil e a constituição do ethos profissional

Compartilho com Netto (1996), o entendimento de que está solidamente construída no Serviço Social brasileiro, a perspectiva de que a profissão emerge, tanto em nível nacional, quanto internacional, num determinado momento da história,<sup>120</sup> mais precisamente com a complexificação da dinâmica capitalista e seus desdobramentos – no caso, quanto ao enfrentamento das expressões da “questão social”. Contudo, não se pode vincular diretamente a emergência do

---

<sup>120</sup> Cabe ressaltar aqui que muitos autores entendem a institucionalização do Serviço Social como um processo de evolução e amadurecimento, que segue das protoformas [primeiras iniciativas de racionalização da assistência que repousam ainda no século XIX e que possuem a Igreja como principal aliado] até a constituição do Serviço Social. Para tais autores, o que transforma as protoformas em profissão é a acumulação contínua e organizada de um determinado sistema de saber. Ou seja, “a legitimação profissional é localizada no embasamento teórico” [NETTO, 1996, p.66]. Esta concepção de profissão que fundamenta sua legitimidade a partir da existência e da apropriação de um aporte teórico, não produz, no dizer de Netto, algo que julgamos prioritário: a constituição de um espaço sócio-ocupacional específico para a inserção desse agente. Para Netto muitos desses autores não se utilizam desse argumento endogenista para justificar o surgimento da profissão casualmente. Há nesse raciocínio um processo verdadeiro, que é – a continuidade entre o Serviço Social e suas protoformas, sobretudo no tocante à forma com que esses agentes entendem a vida social e agem sobre ela. A respeito dessa relação entre a continuidade e a ruptura do Serviço Social com suas protoformas, trataremos adiante.

Serviço Social à “questão social”, sem que estejam claras as mediações existentes entre o surgimento da profissão e as formas típicas de enfrentamento da “questão social” no século XX. Ou seja, *“as conexões genéticas do Serviço Social profissional não se entretecem com a ‘questão social’, mas com suas peculiaridades no âmbito da sociedade burguesa fundada na organização monopólica”*. (NETTO, 1996, p.14).

Da mesma forma, entender o surgimento do Serviço Social brasileiro, tomando como referência o chamado capitalismo monopolista, nos exige a análise efetiva das condições objetivas e subjetivas do contexto capitalista nacional, tal como se tentou empreender no primeiro capítulo.

Assim, os expoentes da produção mais crítica da profissão [refiro-me a Netto, et al.] apontam a emergência do Serviço Social em solo brasileiro a partir de dois processos que, quando auto-implicados, geraram as condições necessárias para a constituição de uma profissão particular como o Serviço Social. O primeiro deles situado no movimento do capital, em sua fase monopólica, e o conseqüente processo de redimensionamento do Estado; e o segundo, com o fortalecimento no Brasil da chamada Ação Católica.<sup>121</sup> Neste sentido, Iamamoto afirma que:

*[...] o Serviço Social surge como parte de um movimento social mais amplo, de bases confessionais, articulado à necessidade de formação doutrinária e social do laicato, para uma presença mais ativa da Igreja Católica no ‘mundo temporal’, nos inícios da década de 30. (1992, p.18).<sup>122</sup>*

---

<sup>121</sup> “A Ação Católica representa a reação contra a apostasia de amplas massas, impotentes, isto é, contra a superação de massa da concepção religiosa do mundo. Não é mais a Igreja que determina o terreno e os meios de luta; ao contrário, ela deve aceitar o terreno que lhe impõem os adversários ou a indiferença e servir-se de armas tomadas de empréstimo de seus adversários [a organização política de massa]. A Igreja, portanto, está na defensiva, perdeu a autonomia de movimentos e de iniciativas, não é mais uma força ideológica mundial, mas uma força subalterna. [...] a Ação Católica é uma inovação, e não, como dizem as encíclicas papais, uma atividade que sempre existiu desde o tempo dos apóstolos. Ela é uma atividade estritamente ligada, como reação, ao Iluminismo francês, ao liberalismo etc. e à atividade dos Estados modernos pela separação da Igreja[...]” (GRAMSCI apud IAMAMOTO, 1992, p.20).

<sup>122</sup> Iamamoto indica os objetivos da Igreja Católica nas primeiras décadas do século XX no Brasil – “Na tentativa de recuperar áreas de influência e privilégios perdidos, em face da crescente secularização da sociedade e das tensões presentes nas relações entre Igreja e Estado, a Igreja



Assim, foi a conformação dos dois processos acima identificados em torno da necessidade de enfrentamento das expressões da “questão social”, que permitiu que setores dominantes da sociedade, Estado e Igreja<sup>123</sup>, se juntassem em prol de um projeto comum – o projeto reformista-conservador, cujos objetivos eram, em última análise: modernizar o Brasil, capacitando-o para ingressar definitivamente no circuito capitalista internacional; e, conter e/ou esvaziar a mobilização e a organização política da classe trabalhadora.

A Igreja Católica, a partir de sua participação no projeto acima referenciado, desenvolveu um papel importante na constituição dos primeiros quadros e iniciativas de organização de cursos de formação, conforme nos indica Carvalho (1986). O exame da historiografia do Serviço Social [Martinelli, 1991; Carvalho, 1986] indica que em 1932, foi criado, por iniciativa de setores da burguesia e da Igreja Católica, no Estado de São Paulo, o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo – CEAS, cujo objetivo era:

*‘promover a formação de seus membros pelo estudo da doutrina social da Igreja e fundamentar sua ação nessa formação doutrinária e no conhecimento aprofundado dos problemas sociais’, visando ‘tornar mais eficiente a atuação das trabalhadoras sociais’ e ‘adotar uma orientação definida em relação aos problemas a resolver, favorecendo a coordenação de esforços dispersos nas diferentes atividades e obras de caráter social’.*  
(CARVALHO, 1986, p. 173)

Esta entidade sediou o primeiro curso voltado para a prática da ação social, nomeado “Curso Intensivo de Formação Social para Moças”, cujo público foi composto de jovens paulistas e de algumas militantes da própria Igreja.

---

*procura superar a postura contemplativa. Fortalece-se defensivamente, e, diretamente orientada pela hierarquia, procura organizar e qualificar seus quadros intelectuais laicos para uma ação missionária e evangelizadora na sociedade. Contrapõe-se aos princípios do liberalismo e ao comunismo, que aparecem como um perigo ameaçador à sua posição na sociedade” (Id.,Ibid.,p.18).*

<sup>123</sup> “A Igreja deve compartilhar com este [Estado - FGO] a atuação diante da ‘questão social’, na tarefa de recristianização da sociedade através de grupos sociais básicos, especialmente a família.” (p.19).

Martinelli nos chama a atenção sobre a conjuntura paulista da época, que certamente alimentou a realização do curso em questão:

*Em São Paulo, o quadro se agravava, pois além das disputas entre os tenentistas e os setores mais tradicionais, havia o medo da infiltração das idéias comunistas e ainda, para aumentar-lhes a preocupação, um distanciamento do governo central, que vinha marginalizando a burguesia paulista. Assim, para esta o curso chegava em um momento crucial, razão pela qual houve grande incentivo das famílias para que suas filhas jovens, solteiras, ou mesmo esposas, em minoria, dele participassem. De certa forma, através desse curso, abria-se a possibilidade de a mulher paulista marcar sua presença no processo político que se desenrolava em seu próprio Estado. (1991, p. 123).*

Martinelli ressalta:

*[...] não obstante, para muitos de seus agentes a ação social atendesse a motivações pessoais e religiosas e buscasse atingir objetivos filantrópicos altruístas, **para a classe dominante o que importava eram os resultados materiais e concretos...** [obtidos pela forma de resposta profissional, voltada para o ajuste e a mudança de comportamento – FGO] (1991, p. 126, grifo nosso).*

No entanto, tal constatação não isenta a profissão e seus agentes da responsabilidade, quanto ao enfrentamento das seqüelas sociais; ao contrário, este tipo de intervenção apenas pôde ser incorporado pelo aparato institucional porque era fundamentado pelo pensamento reformista-conservador.

A profissão não recebeu da burguesia os elementos conservadores que compõem seu ethos profissional; isto é, não se trata de um movimento de mão única, pois exatamente por possuí-los em suas protoformas e estar sobre eles fundada, tornou-se área passível de investimento institucional e político burguês, com o apoio da Igreja Católica. Além disso, embora nem todos os seus primeiros agentes fossem oriundos das elites da sociedade, alguns eram e muitos aspiravam

esta condição, trazendo de suas trajetórias pessoais e de classe, muitos dos elementos constituintes deste ethos profissional.

Essa vinculação dos primórdios da profissão, ou melhor, das protoformas do Serviço Social, com os vários matizes do pensamento conservador, que tinha na Igreja um de seus principais protagonistas,<sup>124</sup> fez com que o Serviço Social se nutrisse de uma espécie de “arranjo teórico-doutrinário,” permitindo que se por um lado, a profissão conquistasse determinado espaço na divisão social e técnica do trabalho; por outro, mantivesse “[...]o caráter de uma profissão ‘especial’, voltada para os elevados ideais de ‘serviço ao homem’.” Segundo Iamamoto:<sup>125</sup>

*Esse arranjo teórico-doutrinário-operativo permite que a profissão mantenha o seu caráter missionário, atualizando as marcas de origem e atendendo, concomitantemente, às exigências de tecnificação que lhe impõe a modernização da sociedade e do Estado. (1992, p. 21)*

---

<sup>124</sup> A relação da profissão com a Igreja Católica é mais do que uma vinculação ética ou teórica. Neste momento, a Igreja Católica e seus princípios fundamentados em sua Doutrina Social, além de conferir ao Serviço Social uma determinada direção social, constituem organicamente o ethos profissional, o modo de ser desta profissão. Nas palavras de Luis Carlos Mancini, segundo Carlos: “sua catolicidade [do Serviço Social – FGO] é que lhe garante a integridade e a confiança e confere ao assistente, autoridade para, sem exorbitância, sem constrangimento, trabalhar, com respeito, a personalidade humana, desenvolvendo-lhe as profundezas e as riquezas de tons de que se reveste seu conteúdo misterioso.” (CARLOS, 1993, p. 181).

<sup>125</sup> Cabe ressaltar que este “arranjo” a que se refere Iamamoto (1992) alimentou o Serviço Social por muitos anos. Ou seja, ainda na década de 60, em meio a todas “turbulências” de caráter sócio-cultural e político que sacudiam o mundo, é possível observar que os princípios do Humanismo Cristão continuavam claramente referenciados no conjunto de postulados previstos para o exercício da profissão e registrados no conhecido Documento de Araxá [este considerado um marco no processo de Renovação Profissional no Brasil], de onde se lê: “[a] postulado da dignidade da pessoa humana, que se entende como uma concepção do ser humano numa posição de eminência ontológica na ordem universal e ao qual todas as coisas devem estar referidas; b) postulado da sociabilidade essencial da pessoa humana: que é o reconhecimento da dimensão social intrínseca à natureza humana, e em decorrência do que se afirma o direito da pessoa humana encontrar, na sociedade, as condições para a sua auto-realização; c) postulado da perfectibilidade humana: compreende-se como o reconhecimento de que o homem é, na ordem ontológica, um ser que se auto-realiza no plano da historicidade humana, em decorrência do que se admite a capacidade e potencialidades naturais dos indivíduos, grupos, comunidades e populações para progredirem e se autopromoverem”. (CBCISS, 1967, p.09) Observa-se que tais postulados, cujos traços confessionais são inegáveis, materializam a orgânica relação dos assistentes sociais com um determinado projeto de profissão, que vinculado à tendência reformista-conservadora, expressa à época uma determinada auto-imagem profissional.

Com efeito, essa ambigüidade entre ser uma profissão inscrita na divisão do trabalho e ao mesmo tempo, se configurar como uma expressão do laicato<sup>126</sup>, incidiu direta e fortemente na configuração de um ethos profissional particular, marcado por alguns elementos, os quais deverão ser examinados a seguir.

Em primeiro lugar, observa-se que, originalmente, a profissão expressa aos seus postulantes uma opção capaz de conferir um status profissional às atividades apostolares já desenvolvidas. Ou seja, segundo Iamamoto (1992), o que moveu os pioneiros a buscarem o Serviço Social não foi a necessidade de

---

<sup>126</sup> Martinelli (1991, p.108) enfatiza que há uma tensão muito clara no processo de constituição da profissão, pois ao mesmo tempo, em que há uma preocupação em distinguir a intervenção profissional das práticas pré-existentes pautadas na caridade, observa-se também que “a organização profissional não tinha por objetivo imediato a inserção nos quadros da divisão social do trabalho.” Assim, impõe-se o paradoxo – como ser profissional sem partilhar com os demais trabalhadores as prerrogativas previstas pela divisão do trabalho, quer seja, a determinação de competências, atribuições, habilidades, níveis salariais e etc.? Por exemplo, o próprio uso dos termos “Social Service” e “Social Work” foi motivo de polêmica neste sentido. Conforme Martinelli (p.111), “entre o social service, como era freqüentemente referido na Inglaterra e nos países europeus, e o social work americano, [Richmond - FGO] defendeu enfaticamente esta última vertente [...]. Consideravam os membros desta corrente da Sociedade que o termo trabalho (work) caracterizava com mais precisão a dimensão profissional da atividade dos agentes sociais, evidenciando a diferença dos procedimentos caritativos voluntários dos membros da comunidade, a partir de motivações pessoais e religiosas. Muito presos ainda à noção de caridade, historicamente associada à prática da assistência, os termos utilizados pelas sociedades européias, Serviço Social e Assistente Social, acentuavam o caráter de uma prática servil, de doação, de ajuda, de prestação de serviço.” Ainda que desejassem diferenciar a ação profissional daquela considerada caritativa, os postulantes da vertente – “Social Work”, ainda permaneciam presos ao perfil de uma intervenção voluntária, sem remuneração ou reconhecimento trabalhista, tendo em vista que diferentemente do termo “labour” [esse sim, diretamente vinculado à venda da força de trabalho], optaram pela palavra “work”, que semanticamente não expressa uma atividade remunerada, mas de criação e realização pessoal. O voluntarismo e messianismo se repõem a despeito dos objetivos defendidos pelos assistentes sociais norte-americanos. No Brasil, essa tensão também se repõe, embora fundamentada na forte e particular relação do Serviço Social brasileiro com a Igreja Católica. Assim, embora os pioneiros acreditassem na necessidade de que a intervenção profissional fosse remunerada, não defendiam que esse fosse o principal aspecto a ser discutido pelos assistentes sociais, pois ainda que se constituísse como uma profissão assalariada, o Serviço Social “[...] era considerado mais um compromisso de vida, como uma oportunidade para o exercício da militância.” (CARLOS, 1993, p.206). Contudo, ao mesmo tempo em que concebiam a profissão e a representavam como militância, pretendiam que “[...] a caridade exercida no âmbito da profissão se diferencie [diferenciasse - FGO] daquela exercida pelas obras sociais de caráter meramente filantrópico” (GUEDES, 2000, p.128). A tensão entre militância e profissionalidade é, ao nosso ver, flagrante entre os pioneiros do Serviço Social brasileiro.

incorporação imediata ao mercado de trabalho, mas a vocação e o interesse pessoal em aperfeiçoar o apostolado.<sup>127</sup>

Vérdes-Leroux (1986) observa na França [embora possamos apreender os mesmos aspectos a que ela se refere também no Brasil, conforme literatura do Serviço Social e pesquisas mais recentes] a preponderância do militantismo católico nas bases de recrutamento dos primeiros assistentes sociais.<sup>128</sup> Tal tendência, que combina voluntarismo e messianismo, clarifica quem são os assistentes sociais pioneiros e os desdobramentos advindos desse perfil profissional sobre a constituição de uma determinada imagem social da profissão:

*As assistentes são recrutadas, por fim, dentro de meios particulares: não são simplesmente católicas [90% dentre elas foram criadas nesta religião] – o militantismo em movimentos confessionais assume, entre elas, uma importância excepcional. [...] Esse índice excepcional de militantismo confessional constitui não somente uma característica muito marcante dessa população: ela é, também, **no plano subjetivo**, um elemento determinante cuja importância, no surgimento de uma vocação, é apreendida pelas assistentes sociais (VÉRDES-LEROUX, 1986, p. 48, grifo nosso).*

A prioridade da vocação como requisito para ingresso na profissão, indica uma outra característica que contribui na constituição do ethos profissional, e que acolhe conseqüências presentes até hoje, como por exemplo, a dificuldade de o assistente social apreender o lugar que ocupa a teoria no exercício profissional; e o

---

<sup>127</sup> Veremos no capítulo seguinte que a motivação dos candidatos pelo curso de Serviço Social ainda reside em larga medida sobre o caráter da vocação e das “aspirações pessoais”, em detrimento de outros aspectos, como por exemplo, o mercado.

<sup>128</sup> Tal como Vérdes-Leroux (1986), Carlos aponta que os primeiros assistentes sociais brasileiros não eram simplesmente crentes quanto aos dogmas e princípios cristãos, mais que isso, eram militantes católicos. E tal fonte de recrutamento – quadros da base da militância católica integrava uma estratégia da própria Igreja. Conforme este autor, “era a Igreja Católica buscando a formação de quadros para intervenção no social. Constituía-se, portanto, em uma militância real, explícita. O aluno entrava no curso para a realização de um projeto de vida, para a realização de um projeto de sociedade, para um apostolado com bases científicas. Essa formação de quadros estava ligada ao projeto que a Igreja tinha para o laicato: a formação de uma elite católica capaz de influenciar nos destinos do país.” (CARLOS, 1993, p. 214).

tratamento dado ao conhecimento teórico, ou a capacitação continuada na sua profissão. Logo, uma profissão, cujo critério de ingresso se baseava nos valores morais e pessoais, não podia priorizar a produção ou a necessidade do conhecimento.<sup>129</sup> Trata-se, dessa forma, do primado das qualidades morais do agente sobre seu saber, ou seja, a apreensão do conhecimento teórico como algo secundário para uma profissão cujo mote de adesão de seus postulantes, bem como as requisições feitas pela divisão do trabalho aos agentes profissionais, baseava-se na vocação e na boa vontade. Vérdes-Leroux (1986, p. 13), neste sentido, é clara quanto ao objetivo da formação profissional em seus primórdios, quer seja, não visar primordialmente à transmissão de conhecimentos, mas a cristalização de determinadas posturas:<sup>130</sup>

*Formar agentes não consiste apenas em fornecer-lhes conhecimentos técnicos, como bem o demonstram a disparidade e a pobreza de conteúdo dos ensinamentos, e, sim, em constituir para eles um habitus, isto é, um código de apreensão e de resposta capaz de preservar a legitimidade de sua intervenção, na previsão das dificuldades funcionais e pessoais que não podem deixar de surgir no decorrer do conflito de classes. (VÉRDES-LEROUX, 1986, p.13).*

Netto (1996) alerta, todavia, que a incidência do arcabouço ideológico-cultural, advindo do pensamento conservador, sobre o modo de pensar e agir do profissional, tendeu a ratificar neste uma determinada imagem, que embora não

---

<sup>129</sup> Um dos pioneiros do Serviço Social no Brasil, Luis Carlos Mancini, afirma que: “ uma pessoa que não possua a técnica, mas tenha uma formação moral pode coadjuvar o assistente social; ao passo que aquele preparado tecnicamente mas sem uma formação moral ‘deve ser repellido mesmo como acessório da tarefa principal’.” (MANCINI apud CARLOS, 1993 p.164) .

<sup>130</sup> Conforme VÉRDES-LEROUX (1986, p.49), “[...]a profissão assegura que os aspirantes sejam reais portadores das ‘aptidões naturais’ indispensáveis ao exercício de uma profissão quase totalmente desprovida de cobertura técnica. [...] Se, antes da guerra, para entrar numa escola de serviço social, as candidatas deviam fornecer garantias, sob a forma de duas cartas de ‘referências morais’, emitidas por personalidades cujos atributos eram às vezes determinados; atualmente, mesmo quando são ainda mantidas provas clássicas [como uma explicação de texto], o essencial é constituído pela seleção psicológica – que pode ir de uma simples entrevista até a aplicação de uma combinação mais ou menos complexa de exames. ”

condizente com a sua então condição de profissional assalariado, é compatível com a maneira como, as refrações da “questão social” são tratadas no capitalismo monopolista, quer seja, pela via do voluntarismo, da benevolência, do cuidado, da concessão, do favor e da ajuda. Tais traços, que permeiam o enfrentamento das expressões da “questão social” na ordem burguesa, especialmente no Brasil, comparecem como elementos flagrantes e constituintes de uma determinada imagem social desta profissão face aos seus empregadores, usuários e a si mesma.

Embora não fosse fundamental, conforme examinado linhas atrás, isso não significa que a formação técnica não existisse, ao contrário, respondia a uma certa exigência posta pela profissão, até porque:

*A preparação técnica ensinaria como combater os males sociais e a imprimir ao trabalho do assistente social um caráter inteiramente diverso do desenvolvido pelas demais formas de assistência. Na ausência de uma sistematização satisfatória, a prática seria o elemento essencial dessa formação técnica e onde se formaria a mentalidade profissional. A formação moral seria o coroamento do trabalho de preparação do assistente social [...] (IAMAMOTO & CARVALHO, 1986, p. 230).*

Assim, por muito tempo a falaciosa perspectiva, de que não era necessária a apreensão teórica para atuar como assistente social, atravessou o Serviço Social, a visão de seus empregadores acerca da profissão e da opinião pública em geral [o que ainda se faz presente], ampliando e ratificando a máxima: “só se aprende na prática”; “na prática, a teoria é outra”; “não precisa estudar muito para ser assistente social”. Dessa forma, qualquer um que disponha do perfil moral exigido pode desenvolver as atividades de assistente social [como por exemplo, as inúmeras pessoas que se autodenominam assistentes sociais ou “quase”, no caso brasileiro, as “primeiras-damas”]. Com efeito:

*Se a consciência mais ou menos explícita desses problemas pode incomodar e inquietar as pioneiras no ensino do Serviço Social, não se constituirá em entrave para a prática do mesmo. Não será em grandes embates acadêmicos que o Serviço Social mostrará sua utilidade e eficiência. Estas aparecerão no embate cotidiano e individualizado.[...]. Para esse embate, o essencial será a formação moral e doutrinária dos futuros assistentes sociais. (IAMAMOTO & CARVALHO, 1986, p. 230).*

Vérdes-Leroux também nos chama a atenção sobre o quanto os processos de seleção para o ingresso no curso ratificavam o caráter vocacional e missionário da profissão:

*O método de seleção escolhido pelas escolas [...] – diferentemente do que ocorre na maioria das outras profissões sociais – consolida a idéia de vocação ou, pelo menos, de profissão à parte; ele valoriza, assim, certos dons, uma competência 'natural', um carisma – que fazem passar para segundo plano o nível intelectual e cultural. [...] Mais modestas – porque se ajustaram ao que era possível para elas -, as assistentes situam-se num terreno profissional que não se define por sua relação com a cultura. (1986, p. 50).*

É interessante observar que, se por um lado, os pioneiros não dispusessem de muitos anos de educação formal; de outro, possuíam um considerável capital cultural, herdado da própria família,<sup>131</sup> até porque:

*Se as gerações antigas, mais ricas de capital cultural herdado, sentiam admiração em relação a intelectuais famosos, elas, ao mesmo tempo, eram possuídas de um sentimento de familiaridade, reconhecendo nesse discurso uma cultura que elas tinham adquirido apenas por osmose, no seio do ambiente familiar. (VÉRDES-LEROUX, 1986, p. 51).<sup>132</sup>*

---

<sup>131</sup> Quanto à herança cultural familiar, observa-se que atualmente ela é muito restrita entre os estudantes do curso de Serviço Social, tendo sido verificado em recente pesquisa realizada junto aos alunos da graduação da Escola de Serviço Social da UFRJ, cujos traços de seu perfil serão apresentados no capítulo seguinte.

<sup>132</sup> “[...]as entrevistas efetuadas junto a algumas profissionais dessa categoria estão recheadas de referências quase familiares a grandes advogados, grandes médicos, personalidades ligadas ao governo – o que não é mais o caso das gerações mais recentes. No passado, tratava-se bem de um capital cultural, mas não escolar [...]. Todas elas, porém, podiam, seguras de si mesmas,



Outro aspecto que delinea e contribui para a gestação de um determinado ethos profissional repousa, ao meu ver, no perfil pessoal dos candidatos a esta profissão. Trata-se de uma profissão majoritariamente escolhida e desenvolvida por mulheres<sup>133</sup>. Mas por que a mulher seria o sujeito mais adequado para exercer a profissão? Tomando como prerrogativa que o Serviço Social surge para atender determinadas requisições sócio-profissionais, cujas respostas repousam na forma conservadora de enfrentamento das seqüelas da “questão social”, quer seja, conforme exposto anteriormente, pela via da naturalização, moralização e psicologização dos problemas sociais, entende-se que a mulher teria as qualidades natas para o trato das situações conforme a prescrição acima. Trata-se da “*vocação natural da mulher para as tarefas educativas e caridosas.*” (IAMAMOTO & CARVALHO, 1986, p. 175). Ademais, conforme o pensamento conservador:

*Intelectualmente o homem é empreendedor, combativo, tende para a dominação. Seu temperamento prepara-o para a vida exterior, para a organização e para a concorrência. A mulher é feita para compreender e ajudar. Dotada de grande paciência, ocupa-se eficazmente de seres fracos, das crianças, dos doentes. A sensibilidade torna-a amável e compassiva. É por isso particularmente indicada a servir de intermediária, a estabelecer e manter relações. (KHIEL, Marta. apud IAMAMOTO & CARVALHO, 1986, p. 175).*

---

*desempenhar seu papel 'educativo', já que **possuíam de nascença**, os valores éticos, etc. , legítimos.” (VÉRDES-LEROUX, 1986, p.52, grifo nosso).*

<sup>133</sup> Conforme Vérdes-Leroux (1996, p.48), “a profissão é, em 99% dos casos, feminina. Quaisquer que sejam as exigências da seleção, essa constituição de um monopólio de fato define, para as mulheres, um setor preservado, à margem da concorrência que rege o mercado de trabalho dos quadros médios. A especificidade dos valores e das práticas das assistentes sociais decorre, de uma parte, desta característica: o ‘prazer’ de servir, a seriedade, a ‘modéstia’ são inculcados às mulheres como se fossem atributos da feminilidade. E a dominação a que são submetidas [...] as conduz a reproduzirem naturalmente essa relação e a transmitirem os valores éticos mais tradicionalistas.”

Além disso, portadoras do capital cultural tratado linhas atrás, tais sujeitos profissionais se consideravam representantes do bem, da moral e dos bons costumes, capazes, portanto, de levar às famílias trabalhadoras as informações e aconselhamentos necessários para uma vida digna e feliz.<sup>134</sup> Segundo Carvalho (1986):

*O Assistente Social deveria, assim: ser uma pessoa da mais íntegra formação moral, que a um sólido preparo técnico alie o desinteresse pessoal, uma grande capacidade de devotamento e sentimento de amor ao próximo; deve ser realmente solicitado pela situação penosa de seus irmãos, pelas injustiças sociais, pela ignorância, pela miséria, e a esta solicitação devem corresponder as qualidades pessoais de inteligência e vontade. Deve ser dotado de outras tantas qualidades inatas, cuja enumeração é bastante longa: devotamento, critério, senso prático, desprendimento, modéstia, simplicidade, comunicatividade, bom humor, calma, sociabilidade, trato fácil e espontâneo, saber conquistar a simpatia, saber influenciar e convencer. (CARVALHO apud IAMAMOTO & CARVALHO, 1986, p. 227).*

Ainda conforme Carvalho, para o ingresso no curso de Serviço Social<sup>135</sup> era necessário que o candidato tivesse mais de 18 anos e menos de 40, ter concluído o ensino fundamental, apresentar três cartas de referência e se submeter ao exame médico. Vale ressaltar que o porte de alguma necessidade especial, ou de um contexto familiar considerado na época como desabonador, eram motivos para a não-aceitação do candidato ao curso. Além disso, não era permitido o ingresso de candidatas que trabalhassem ou que fizessem outros cursos, com exceção de

---

<sup>134</sup> Vérdes-Leroux (1986, p.12) chama a atenção para o fato de que o enfrentamento das expressões da “questão social” sempre foi entendido como “[...]um assunto de mulheres, quer se trate de esposas de aristocratas que dominam os comitês de patrocínio [...], quer se trata de delegadas junto ao povo – solteiras na sua maior parte, oriundas da burguesia abastada, culta, dentro dos limites julgados convenientes para elas – e em busca, a todo custo, de uma alternativa para a sua vida [...]. Em suas origens, essas novas ações [voltadas para a assistência- FGO] constituem, para elas, mais do que um trabalho, uma forma de intervenção política – considerada inferior, mas, apesar de tudo, reconhecida.”

<sup>135</sup> IAMAMOTO & CARVALHO, op. cit.,p.228. Tais critérios podiam ser observados no curso de Serviço Social da atual PUC-SP.

datilografia e idiomas. O relacionamento com personalidades da sociedade era um atributo importante, pois poderia contribuir no melhor encaminhamento das ações diárias.

Assim, observa-se a tentativa de se construir em torno da profissão uma “elite virtuosa”, capaz de viabilizar as ações de reprodução material e ideológica do trabalhador e sua família, através do consentimento, da adesão, com o menor uso possível de coerção. (CARVALHO apud IAMAMOTO & CARVALHO, 1986, p. 228).

Entretanto, cabe ressaltar que, ao lado do Serviço Social, gestaram-se, sobretudo na Europa, uma série de profissões com características muito semelhantes, e que de certa forma contribuíram e alimentaram a constituição de um determinado ethos profissional para o Serviço Social. Todas dispunham, em última análise, da mesma finalidade, conforme Vérdes-Leroux (1986): conter política e ideologicamente os trabalhadores, atuando de forma educativa e disciplinadora, tais como, as superintendentes de fábrica; as visitadoras domiciliares; a trabalhadora familiar; a puericultora; a conselheira para economia social e familiar; dentre outras. Todas compartilhavam do mesmo projeto reformista-conservador e objetivavam a amenização dos conflitos e “problemas sociais” e de certa forma, contribuíram para a construção do caldo sócio-cultural que envolveu os próprios assistentes sociais, permitindo a construção de uma determinada imagem social.

Quanto às “superintendentes de fábrica”, por exemplo, a qual podemos conceber como uma versão pioneira do Serviço Social em empresas privadas, Vérdes-Leroux afirma que tal atividade remunerada surgiu na França, por volta de 1917 e tinha como atribuições:

*[...] participação na contratação das operárias, 'conselho e assistência' às mesmas, transmissão das reclamações do pessoal em relação à higiene e à sua situação 'física e moral', controle da higiene nas oficinas, supervisão das obras anexas, dos acantonamentos e das moradias operárias. (1986, p. 23.).*

A autora salienta o excessivo rigor e intromissão na vida pessoal, principalmente no tocante à questão da sexualidade das operárias por parte das superintendentes, e como tal postura relacionava-se com a rígida educação moral que elas próprias [profissionais] tinham recebido de suas famílias, isto é:

*[...] uma educação baseada na infantilização, numa repressão sexual aberta e constante, e na inculcação obstinada e metódica da negação de si mesma, em sua condição de mulher. 'A mulher deve constranger-se, esquecer-se de si mesma, sofrer, dar-se, dedicar-se, sacrificar-se. 'Refletir é, para a mulher, chegar ao conhecimento de seus direitos, que se resumem em um só: o cumprimento do dever'. [...] Reprimidas, vigiadas, castigadas, criadas no receio do pecado, na exaltação do sofrimento e do sacrifício, na condenação dos prazeres, as jovens burguesas nada mais podem fazer, senão reprimir, vigiar. (VÉRDES-LEROUX, 1986, p. 25).*

Outro exemplo refere-se à visitadora domiciliar, cuja função era adentrar as intimidades dos lares operários com o objetivo de elucidar o “diagnóstico social”<sup>136</sup>. Com este fim, poderia a profissional interrogar a família, vizinhos e parentes, abrir armários, gavetas, vasculhar documentos, verificar os cuidados com a casa, com o orçamento da família. Ao penetrar nas residências, caberia à visitadora colher informações capazes de mensurar as necessidades da família,

---

<sup>136</sup> Quanto à visita domiciliar, Martinelli (1991, p.104) afirma que “[...]jera a prática mais usual, situando-se como um instrumento que permitia atingir um duplo objetivo: conhecer in loco as condições de moradia e de saúde da classe trabalhadora e de socializar o ‘modo capitalista de pensar’. O uso regular dessa prática remontava a vários séculos, na verdade, pois foi regularmente utilizada pelos inspetores e comissários da Lei dos Pobres para fiscalizar as condições de vida das pessoas por ela atendidas. [...] A visita domiciliar e o inquérito com muita frequência eram utilizados, então, como instrumento de intimidação do trabalhador ou de fiscalização de sua vida pessoal e familiar.”

inserindo-as ou não nos critérios de elegibilidade exigidos para a obtenção de algum bem ou serviço social, gerando um perfil da população visitada.

Com efeito, tanto o Serviço Social quanto às demais profissões citadas, ainda que considerando suas especificidades, inscreveram-se na divisão social e técnica do trabalho em um determinado momento da história do capitalismo para responder às requisições relativas à reprodução da sociedade capitalista face às expressões da “questão social”.

No Brasil, apesar de os primeiros quadros profissionais formarem-se a partir da segunda metade dos anos 30, apenas na década de 40 se engendram as primeiras grandes instituições sócio-assistenciais, as quais conformar-se-ão, enquanto legítimos espaços de intervenção profissional.

No entanto, ainda que tais quadros profissionais estivessem inseridos formalmente no mercado de trabalho, a partir da entrada nas grandes instituições sócio-assistenciais, observa-se a permanência de vários aspectos presentes tanto no decorrer da intervenção profissional quanto nas práticas filantrópicas anteriores. A continuidade existente entre tais práticas e as atividades desenvolvidas pelo Serviço Social é visível em função da adequação da profissão ao chamado projeto reformista-conservador cujos traços conservadores mesclam princípios positivistas e cristãos (estes expressos a partir da Doutrina Social da Igreja e do Humanismo Cristão).

Com efeito, *“a relação de continuidade adquire uma visibilidade muito grande porque há uma instituição que desempenha papel crucial nos dois âmbitos [protoformas e profissão - FGO] – a Igreja Católica.”* (NETTO, 1996, p. 67). A presença da Igreja como a tradicional mantenedora de obras de caridade, e depois como organizadora dos primeiros cursos de Serviço Social, sem dúvida, lançou

fortes argumentos para a identificação do Serviço Social como uma mera evolução da caridade, conforme apontávamos em nota anterior. Conforme Odila Cintra Ferreira – uma das pioneiras do Serviço Social – caberia aos assistentes sociais naquele período:

*[...] subordinar todo o seu trabalho à Doutrina Social Católica como católicos e como brasileiros. Como católicos porque sabem que os princípios católicos são os 'únicos que correspondem às verdadeiras necessidades da vida humana e ao seu verdadeiro fim'. Como brasileiros, porque 'qualquer trabalho que fuja a esse ideal não passa, na realidade, de obra de desintegração da nacionalidade. (CARLOS, 1993, p. 161).*

Se a existência do veio da continuidade é inegável, também o é o fato de que neste mesmo processo de constituição da profissão, há uma clara ruptura com tais protoformas. É exatamente este outro aspecto que envolve o mesmo processo que os autores comumente não percebem, o que de certa maneira é compreensível, tendo em vista que somente a partir de uma perspectiva dialética é possível se apanhar a intrínseca relação entre os elementos contrários presentes na unidade – a continuidade e a ruptura. É a relação orgânica entre ambos que fundamenta o processo histórico de constituição e desenvolvimento do Serviço Social, enquanto uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho.

E onde reside a ruptura do Serviço Social com as suas protoformas? A ruptura está no fato de que tais agentes serão requisitados por um conjunto de instituições, que por sua vez estão premidas por uma estrutura social que necessita tornar a reprodução daqueles que não dispõem de meios próprios de produção [que até então se constituíam os alvos tradicionais da caridade e da filantropia] em objeto de medidas anticrise. Essa é a grande diferença entre a forma como a ajuda, a caridade e a filantropia se processavam e como a assistência aos trabalhadores

passa a ser feita no bojo do capitalismo em sua fase madura. Ou seja, os objetivos dessas ações são radicalmente diferentes, e a maneira de implementá-las também deve seguir formalmente outros parâmetros.

Esse aspecto da “assistência aos desvalidos” institucionalmente organizada, e própria da era monopólica, mantém-se encoberto diante dos agentes profissionais, *causando-lhes a impressão de que continuam fazendo a mesma coisa*, porém agora de forma mais eficiente e organizada porque acumularam ao longo de sua experiência com o trato da pobreza e do infortúnio conhecimento suficiente a respeito. Neste sentido, Netto afirma que:

*Não se trata de um deslocamento simples: as agências em que se desenvolvem as protoformas do Serviço Social pensam-nas e realizam-nas como [...] atividades exteriores à lógica do mercado [...]. Apenas quando saltam para fora dessas agências, ou quando elas passam a subordinar-se a uma orientação diversa, é que os agentes podem empreender o caminho da profissionalização [...]. O deslocamento em tela não é simples porque pode dar-se [e, efetivamente, deu-se] não só com a manutenção do referencial ideal anterior como, principalmente, com a conservação de práticas a ele conectadas[...]. (1996, p. 68).*

Embora continuem com a mesma visão de homem e de mundo e agindo cotidianamente com as mesmas ferramentas, o sujeito profissional passou a se inscrever em uma condição objetiva radicalmente nova: tornou-se assalariado e submetido às normas e regras institucionais, que exigem dele, não uma mudança na sua forma de pensar e agir [até porque são absolutamente compatíveis com os propósitos da ordem burguesa], mas que esta esteja adaptada às metas e resultados que a instituição pretende alcançar, os quais estão, por conseguinte, conectados a uma determinada programática, que depende da inserção do país no conjunto das relações capitalistas internacionais na fase monopolista.

Dessa forma, o que permite que a emergência do Serviço Social rompa com suas protoformas é o estabelecimento de um mercado de trabalho, que passa a requisitar uma série de profissões, dentre elas o Serviço Social, para compor o quadro de profissionais que institucionalmente darão as respostas às demandas oriundas das refrações da “questão social”, mediatizadas pelo projeto reformista-conservador em tela. Conclui-se, portanto, que “[...]o Serviço Social é indivorciável da ordem monopólica – ela cria e funda a profissionalidade do Serviço Social.” (NETTO, 1996, p. 70).

Observa-se que a constituição de um determinado espaço sócio-ocupacional para o assistente social vincula-se a uma das estratégias utilizadas pelo capitalismo monopolista para minimizar a tendência de crises cíclicas, as quais tiveram no Estado, principal aliado. É, portanto, no interior das políticas sociais públicas – uma das modalidades privilegiadas de enfrentamento das seqüelas da “questão social” – que se requisita tecnicamente esse tipo de profissional.

Cabe ressaltar que esse profissional responderá no âmbito das políticas sociais a uma determinada particularidade daquelas – a necessidade do *atendimento imediato* aos usuários. Assim, não será requisitado em princípio para formular ou gerir as políticas, mas, sobretudo, para executá-las. Ou seja, a profissão assume um lugar muito particular na divisão social e técnica do trabalho – a “execução terminal da política social” (NETTO, 1996). É exatamente este lugar, ou melhor dizendo, este tipo de requisição feita ao sujeito profissional, que irá forjar um determinado perfil profissional, capaz de responder aos propósitos do projeto reformista-conservador brasileiro.

Outro aspecto decorrente de sua particularidade em face da divisão social e técnica do trabalho é a tendência à subalternidade – trata-se de uma



profissão que tende a assumir na divisão social e técnica do trabalho uma posição subalterna, se comparada às demais. Netto (1996) observa que uma análise mais apurada da profissão, que objetive entender a presença da subalternidade, não pode restringir-se a si própria ou aos seus agentes, mas deve tomar como fundamento o dinamismo sócio-histórico gerador das condições necessárias para sua emergência – este foi o percurso que tentamos atribuir no capítulo anterior. Além disso:

*[...] a afirmação e o desenvolvimento de um estatuto profissional [e dos papéis a ele vinculados] se opera mediante a intercorrência de um duplo dinamismo: de uma parte, aquele que é deflagrado pelas demandas que lhe são socialmente colocadas; de outra, aquele que é viabilizado pelas suas reservas próprias de forças [teóricas e prático-sociais], aptas ou não para responder às requisições extrínsecas – e este é, enfim, o campo em que incide o seu sistema de saber. (NETTO, 1996, p. 85).*

É exatamente a relação entre estes dois elementos: as demandas postas ao profissional e sua capacidade de resposta qualificada, que tem lhe garantido uma posição efetiva na divisão social e técnica do trabalho. Ou seja, não é a presença ou a ausência de uma teoria própria ou seu caráter não científico que confere a esta profissão afirmação ou subalternidade<sup>137</sup>, mas sua capacidade de oferecer respostas sócio-profissionais.

---

<sup>137</sup> A dificuldade de superar a sua pretensa subalternidade consiste numa realidade quase tão antiga quanto à própria emergência da profissão. A análise das fontes bibliográficas que cercam o Serviço Social demonstram que um dos supostos para tal dificuldade de afirmação e, por conseguinte subalternidade, reside no fato de o Serviço Social não possuir uma teoria própria para tais pensadores e, portanto, não se configurar enquanto ciência (NETTO, 1996). A legitimidade da profissão estaria, não na sua capacidade de oferecer respostas concretas ao seu cotidiano profissional, mas de produzir conhecimento científico. Nas palavras de Netto (1996, p.82): “o estatuto profissional é posto basicamente como dependente do seu fundamento ‘científico’ “ Ou seja, não se conecta a dificuldade de auto-afirmação da profissão à sua particularidade em face da divisão social e técnica do trabalho, tampouco a vê como um produto da história do capitalismo em sua fase madura; “predominam, ao contrário, as concepções que hipotecam a configuração profissional institucional a uma espécie de ‘maturidade científica’ do Serviço Social em comparação às suas chamadas protoformas” (Id.,Ibid.,p.83). Inclusive, Netto nos chama a atenção para o fato de que tem sido essa pretensa “cientificidade” do Serviço Social, o fundamento que o separa de suas protoformas e o qualifica, para grande parte da categoria, como profissão. Por um lado, é como se a evolução progressiva de seu sistema de saber tivesse lhe conferido profissionalidade [e rompido com suas

E neste sentido, a capacidade que os assistentes sociais possuem de dar respostas às demandas existentes é atravessada pelo o que Netto qualifica como “sincretismo”<sup>138</sup>, que consiste:

*[...] fio condutor da afirmação e do desenvolvimento do Serviço Social como profissão, seu núcleo organizativo e sua norma de atuação. Expressa-se em todas as manifestações da prática profissional e revela-se em todas as intervenções do agente profissional como tal. O sincretismo foi um princípio constitutivo do Serviço Social. (1996, p. 88)*

---

protoformas] por outro, as lacunas desse sistema, expresso na ausência de uma teoria própria [impedindo-o de se afirmar como ciência], concorresse diretamente [ao lado de se constituir enquanto uma profissão eminentemente feminina] para sua subalternidade se comparada às demais profissões.

<sup>138</sup> Em tese apresentada por lamamoto (2005, p.47), a autora faz uma vigorosa crítica aos argumentos apresentados por Netto (1996) quanto à existência do sincretismo como categoria constituinte da natureza do Serviço Social. Conforme lamamoto, Netto (1996) atribui ao sincretismo a presença de uma “prática indiferenciada”, engendrando para a profissão uma série de especificidades e desdobramentos. Conforme lamamoto, o fato de Netto situar sua análise a partir da “carência do referencial crítico-dialético”, “...condiciona toda a análise da profissão enfeixada na problemática da ‘reificação’, terreno em que os processos sociais se mostram na sua fenomenalidade, o que justifica o sincretismo, enquanto princípio constitutivo da natureza da profissão[...].” Para lamamoto, esta análise é equivocada em função dos seguintes aspectos: em primeiro lugar, ao tratar a profissão no âmbito da reificação, o autor “[...]denuncia a mistificação, mas não elucida a natureza sócio-histórica dessa especialização do trabalho para além do universo alienado, em que se realiza e se mostra encoberta no sincretismo. Em outros termos, o esforço de desvendamento, ainda que essencial, torna-se parcial e inconcluso.”(Id.,Ibid.,p. 49) Em segundo lugar, ao tratar a vida cotidiana, solo sobre o qual se desenvolve a ação profissional, a partir das relações reificadas e reificantes da ordem burguesa, Netto, conforme lamamoto, secundariza a luta de classes, as contradições presentes na vida cotidiana e a possibilidade da presença de contratendências. Segundo lamamoto para Netto: “[...]a ruptura da positividade, ‘como o padrão geral de emergência do ser social na sociedade burguesa constituída’ implicaria a ‘introdução, na sociedade burguesa constituída, de uma outra racionalidade comportamental, que ela não pode tolerar.’ [...] Com isto, o círculo da análise se fecha, alimentando o fatalismo, pois não permite vislumbrar nem a presença dos movimentos revolucionários na história e nem o horizonte de ruptura da positividade, em uma análise aprisionada num ‘pessimismo da razão’, que não dá lugar ao ‘otimismo da vontade política’[...].” (p.52).Em terceiro lugar, conforme lamamoto, Netto ainda que reconheça a ruptura evidenciada entre as protoformas da profissão e o Serviço Social, aponta o veio da continuidade entre a intervenção realizada na emergência da profissão e aquela desenvolvida no campo da profissionalidade aberta a partir do corte com a filantropia, atribuindo, por conseguinte, o caráter indiferenciado da prática profissional a partir da “manipulação das variáveis empíricas”. Assim, segundo lamamoto: “[...]a profissionalização distinguir-se-ia das práticas filantrópicas apenas pelas ‘sanção social e institucional’, sem redundar em qualquer diferenciação na forma de operar, ainda que produzindo efeitos sociais diversos: sua especificidade mostrar-se-ia como inespecificidade operatória [...].” (p. 56). E neste sentido, lamamoto questiona – “qual a especificidade da profissionalização, que se mostra, na fenomenalidade, como inespecificidade operatória? O leitor fica sem resposta. Trata-se, de fato, de uma aparência ou essa é a tese efetivamente sustentada quanto à particularidade profissional [...] já que não consta, no texto, qualquer outra tese para confrontá-la? A especificidade da prática do assistente social é sua inespecificidade operatória?” (p. 56).

Defende o autor que o “sincretismo” constituiu o Serviço Social e é fundamentado em três elementos basilares: a “questão social”, concebida como a matéria-prima que confere conteúdo efetivo às demandas sócio-profissionais; o cotidiano no qual o exercício da profissão se desenvolve e a forma particular de intervenção profissional a partir da “manipulação das variáveis empíricas”.

No que se refere ao primeiro elemento que fundamenta o “sincretismo” no Serviço Social – a “questão social” – cabe ressaltar que a própria natureza da “questão social”, cujas expressões e desdobramentos possuem aparência difusa e polimórfica, traz para o Serviço Social [e para as demais profissões que com suas seqüelas trabalham], segundo o autor, inúmeras dificuldades em reconhecê-las como fazendo parte de uma totalidade. Cada caso parece ser um caso, que exige uma conduta e uma postura diferenciadas, geralmente devendo ser pautadas sobre modelos pré-estabelecidos. São exatamente estes modelos que unidos a critérios, normas e protocolos de procedimentos parecem conferir homogeneidade à ação profissional.

Se a aparente heterogeneidade presente nas diversas manifestações da “questão social” de fato dificulta o desvelamento das reais demandas que chegam ao assistente social, cabe a este decifrá-las à luz da totalidade, o que significa capturar suas diversidades, entendendo que tal aspecto não deve se configurar em um obstáculo ou problema para a intervenção profissional, mas condizente com a natureza mesma da “questão social”. Entendo ser correto afirmar que o caráter aparentemente difuso da ação profissional, identificado a partir das diversas manifestações da “questão social”, contribuiu historicamente para o delineamento de determinadas representações acerca da profissão, como aquela que pode fazer tudo e, ao mesmo tempo, ninguém sabe exatamente o que faz.

O segundo aspecto que circunscreve o Serviço Social, repousa, conforme Netto (1996) exatamente no fato de que sua ação acontece no âmbito da cotidianidade, esta estruturada pela imediaticidade, pelo pragmatismo e utilitarismo, trazendo inúmeros desdobramentos e dilemas para a prática profissional.<sup>139</sup> Assim, diante da real heterogeneidade das situações recebidas – as expressões da “questão social” – e da necessidade imediata e pragmática posta pela cotidianidade, cabe ao profissional “resolver” ainda que temporária e paliativamente o problema [e sem captar em meio à heterogeneidade dos “casos”, seus elementos comuns], não bastando a ele identificá-lo.

O que se espera do profissional, tanto por parte dos usuários, quanto das instituições empregadoras e demais profissionais, é que o assistente social mude a situação do demandante, ou do ponto de vista material ou espiritual. “Resolver” significa alterar as variáveis do ponto de vista imediato: conceder a cesta, informar o serviço, ouvir o desabafo. É como Netto (1996, p. 93) afirma: *“toda operação sua que não coroa com uma alteração de variáveis [...] é tomada como inconclusa, ainda que se valorizem seus passos prévios e preparatórios.”* Ou seja, “resolver” o problema significa manipular as variáveis empíricas do contexto, isto é, sua forma concreta de se expressar, pois superar sua essência seria de fato incompatível com esta ordem societária.

Com efeito, a resolução do problema realizada a partir deste viés – “manipulação das variáveis empíricas” –, integrou a contento o fazer profissional aos interesses do projeto reformista-conservador e para tanto, a hipervalorização da

---

<sup>139</sup> Cabe ressaltar que aqui se considera a cotidianidade como um espaço eminentemente contraditório, que, ao mesmo tempo, em que é atravessado por elementos alienantes, consiste também no lugar da possibilidade de mudança e de desalienação. Sem esta perspectiva dialética, o cotidiano se fecha para as potencialidades profissionais, tendo em vista as demandas advindas da cotidianidade com que trabalha o assistente social. Para uma análise do cotidiano, ver Heller (1989) e Netto & Falcão (1989).

conduta moral e pessoal do assistente social em detrimento da incorporação teórica, era mais que suficiente para responder a tais requisições.

Para tanto, era de fundamental importância que o assistente social dominasse o rol de “recursos comunitários” ou a “rede social,” e soubesse encaminhar as demandas não solucionadas *a priori*. Ser competente, do ponto de vista institucional e de parte da categoria, significava isso: lançar mão de um “portfólio de instrumentos” capazes de contribuir na manipulação qualificada das variáveis. Tanto como a concepção de competência, a própria relação com o conhecimento torna-se instrumental.<sup>140</sup>

Entretanto, Netto (1996) salienta que esta modalidade de intervenção, marcada pelo imediatismo, pelo pragmatismo e pela manipulação das variáveis, recupera na profissão traços de suas protoformas, e dentre os mais visíveis verifica-se a manutenção do caráter emergencial da ação profissional.

Esses traços oriundos das protoformas do Serviço Social revelaram-se historicamente como constante fonte de preocupação por parte dos profissionais. Conforme Netto (1996), foi flagrante o esforço dos profissionais pioneiros em separar a profissão de suas protoformas a partir de pelo menos quatro “providências”: em primeiro lugar, buscar sempre que possível a sustentação teórica das ciências sociais; em segundo, construir e generalizar um determinado perfil para a formação profissional; em terceiro, documentar e registrar o máximo possível acerca da profissão e principalmente sobre sua intervenção; e, por último, vincular suas ações ao *modus operandi* público institucional.

Contudo, se tais iniciativas concorreram para consolidar um agente de novo tipo, não conseguiram alterar substantivamente o conteúdo da ação

---

<sup>140</sup> Daí repousa, dentre outras, as causas do pouco ou inexistente investimento em capacitação continuada, bem como e principalmente a busca por modelos de intervenção.

profissional. Ou seja, a despeito de todas as “providências” – principalmente a de estar a ação profissional balizada por todo um aparato sócio-institucional:

*[...] a forma da prática profissional, nas suas resultantes, não obteve um coeficiente de eficácia capaz de diferenciá-la de outras práticas, profissionais ou não, incidentes sobre a mesma problemática. (NETTO, 1996, p. 96).*

Esta constatação tendeu a gerar historicamente, dentre outras representações, aquela que historicamente muito angustia e deprecia os assistentes sociais, quer seja, a de que qualquer um pode realizar a ação desenvolvida pelo profissional. E daí outros desdobramentos se fazem presentes: não precisa estudar muito para ser assistente social, “trata-se de um curso fácil” ou “não necessita de tanta capacitação continuada como outras profissões, pois os problemas humanos não mudam”; se qualquer um pode realizar, o que faz mesmo o assistente social? [Dificuldades de impor institucionalmente seu papel, geralmente, redundando na polivalência],<sup>141</sup> se se trata de uma profissão sem maior necessidade de qualificação, qualquer um pode determinar ao assistente social o que fazer? [“Ingerência de instância institucional superior no trabalho profissional”]

O entendimento de tais dilemas requer, sob o ponto de vista da totalidade e da contradição, que os mesmos sejam reconhecidos a partir de dois eixos diferenciados, porém auto-implicados: o primeiro – como realidade vivida e representada por seus profissionais, o que abre a possibilidade do *enfrentamento*

---

<sup>141</sup> Netto (1996, p.102) nos chama a atenção para um dos elementos que permeiam a imagem social da profissão – a polivalência e afirma que a mesma “[...] não se configurou com uma opção profissional [...]. Antes, ela plasmou como um padrão prático-empírico de procedimento dos profissionais[...]”. Este se efetivou a partir de dois elementos principais: a variedade de demandas e os inúmeros recursos a serem acionados geraram uma prática genuinamente versátil por um lado; e por outro, a pouca clareza por parte da própria instituição quanto a que requisições exatamente caberia ao profissional responder. Netto também afirma que a polivalência se mostrou como um estratagema positivo para os profissionais, sobretudo quanto à sua possibilidade de mobilidade funcional .

*crítico* dos dilemas, a que se refere Netto (1996), bem como pode incidir na construção de uma determinada e alternativa auto-imagem profissional; e o segundo – a partir do exame do processo de inscrição desta profissão na divisão social e técnica do trabalho, atribuir densidade histórica às requisições sócio-ocupacionais, entendendo que as mesmas expressam a forma do capitalismo tratar as expressões da “questão social”. Com relação a este enfrentamento, vale ressaltar que:

*[...] a imersão do aparato estatal burguês no enfrentamento dessas refrações [da “questão social”- FGO], pela via privilegiada, mas nunca exclusiva, das políticas sociais, não pode ter como objetivo a sua resolução. (NETTO, 1996, p. 98).*

E este é o campo onde atuam os profissionais.

Entretanto, ainda que os limites das políticas sociais sejam conhecidos, sabe-se também que estas são:

*[...] fruto de um longo processo de lutas históricas dos trabalhadores pelo seu reconhecimento político [...]. O campo das políticas públicas e dos direitos sociais é, também, uma arena de acumulação de forças políticas, de lutas em torno de projetos para a sociedade no enfrentamento das desigualdades condensadas na ‘questão social’. (IAMAMOTO, 2005, p. 56).*

#### 2.4. O exercício profissional e os determinantes da imagem social da profissão

Para se examinar os determinantes da imagem socialmente construída da profissão, é preciso se debruçar sobre as particularidades encontradas no

exercício profissional, tendo em vista que tais representações constroem-se também a partir da forma como os agentes profissionais percebem, atuam e desenvolvem as atribuições a eles designadas. Tal atuação, por sua vez, tende a exprimir as requisições sócio-profissionais postas pela inserção da profissão na divisão social e técnica do trabalho, as quais [as requisições sócio-profissionais] possuem caráter sócio-histórico. Neste sentido:

*[...] a atuação do Assistente Social é necessariamente polarizada pelos interesses de tais classes [burguesia e proletariado - FGO], tendendo a ser cooptada por aqueles que têm uma posição dominante. Reproduz também pela mesma atividade, interesses contrapostos que convivem em tensão. Responde tanto a demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro pólo pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história. (IAMAMOTO & CARVALHO, 1986, p. 75).*

Observa-se, ainda, que o assistente social circunscreve sua intervenção técnica ao âmbito institucional, seja ele público ou privado, embora seja o Serviço Social reconhecido como uma profissão liberal<sup>142</sup> desde os anos 40.<sup>143</sup> Consiste, na verdade, em uma das profissões que mais se aproxima dos usuários, e por conta disso, uma das poucas que detém a possibilidade de conhecê-los. Essa característica faz do assistente social o profissional que institucionalmente tende a possuir um acervo de informações sobre os usuários da instituição, por isso, é a todo

---

<sup>142</sup> Quanto à concepção de profissional liberal, Iamamoto & Carvalho (1986, p.80) apóiam-se parcialmente em Mills, que conforme este autor – “[...] a característica básica do profissional liberal tradicional é a independência no exercício de suas atividades. Contrapõe o profissional independente, figura da antiga classe média, ao profissional assalariado, categoria integrante dos white collars ou nova classe média.”

<sup>143</sup> Conforme Portaria 35 de 19 de abril de 1949, emitida pelo então Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.



o momento chamado a dar pareceres que possibilitem o municiamento de dados aos demais profissionais e técnicos em geral.

A imagem socialmente construída acerca desse profissional é a de que, uma vez voltado para a intervenção cotidiana, próximo do usuário e profundo conhecedor de sua situação pessoal, será o assistente social um dos principais agentes profissionais responsáveis pela efetivação da mudança de comportamento do usuário pela via de um processo de ajustamento. Neste sentido, depreende-se que a requisição da instituição empregadora a este profissional reside geralmente na perspectiva de que é o assistente social mais um agente capaz de desistoricizar as expressões da “questão social”, transformando-a em desvios, disfunções, anomalias que carecem de tratamento.

Isso quer dizer que, embora a relação entre o profissional e o usuário seja privada e resguardada por um determinado Código de Ética, que assegura, o sigilo profissional,<sup>144</sup> o que sem dúvida garante certa autonomia, não podemos afirmar que tais aspectos evidenciem alguma independência ao assistente social diante de seu empregador. Ao contrário, a intervenção profissional tende a circunscrever-se à lógica e rotina da instituição, expressas em seus projetos, programas, objetivos e cronogramas. Em muitas situações, observa-se que o próprio

---

<sup>144</sup> Conforme o quinto capítulo do Código de Ética em vigor (CRESS 7ª. Região, 2005, p.25), a manutenção do sigilo consiste em um direito do profissional e visa proteger ao usuário. O Código garante ainda que não caberá ao profissional a quebra do sigilo [o que apenas pode se dar em situações, cuja gravidade atenta contra o próprio usuário ou a terceiros], ainda que esta seja solicitada por outros profissionais ou por empregadores. Diante das metamorfoses do mundo do trabalho atuais, nas quais se verifica a tendência da precarização de vínculos, da ingerência de terceiros provocada pelas políticas de reengenharia em algumas instituições, dentre outras situações sobre as quais o assistente social se vê submetido, o sólido conhecimento acerca dos princípios e garantias do Código de Ética consistem em estratégias de intervenção fundamentais.

profissional identifica as demandas institucionais como suas, fazendo da proposta de seu empregador, seu projeto de trabalho.<sup>145</sup>

Outro aspecto que diz respeito às particularidades do exercício profissional é o fato de que o assistente social não é requisitado por aquele que recebe diretamente sua intervenção. Entretanto:

*O que deve ser ressaltado é que esse profissional, embora trabalhe a partir e com a situação de vida do trabalhador, não é por ele diretamente solicitado; atua junto a ele a partir de uma demanda, que na maioria das vezes, não é dele. (IAMAMOTO & CARVALHO, 1986, p. 84).*

É neste sentido, conforme Iamamoto (1986), que se observa a necessidade desse profissional receber da instituição empregadora um determinado mandato para que sua intervenção seja imposta, na maioria das vezes, ao usuário, que para ter acesso ao benefício ou serviço que originalmente procura, deve passar antes pelo Serviço Social.<sup>146</sup> Neste caso, identifica-se que a própria lógica e a rotina institucional gera e reforça esse aspecto, na qual a intervenção se dá geralmente pela via impositiva, engendrando na relação profissional/usuário uma determinada imagem acerca da profissão em si e de seu alcance.

Esta repousa no fato de que, dentre outros aspectos, a relação dos profissionais com seus usuários – os trabalhadores – é constituída por uma prática

---

<sup>145</sup> Em pesquisa junto aos assistentes sociais da SMS/RJ realizada pela Profa. Ana Vasconcelos em 1998, dentre os 74 assistentes sociais entrevistados na ocasião, “[...]32.5% dos assistentes sociais declararam que não têm projeto por escrito [...]. Os que mencionam projetos escritos [67,5%] fazem referência às indicações realizadas pelos Programas de Saúde da SMS ou a projetos elaborados no passado, nem sempre com sua colaboração.” (2002, p.230).

<sup>146</sup> Contudo, Iamamoto & Carvalho(1986, p.84) ressaltam que apesar disso, “este caráter de cunho impositivo que marca grande parte da atuação do profissional não aparece limpidamente no discurso da instituição Serviço Social. Ao contrário, tende a expressar-se na representação dos profissionais ao reverso, como reforço à ideologia do desinteresse, do altruísmo, do dom de si, do respeito à livre iniciativa do cliente, do princípio da não ingerência, da neutralidade.”

que não foi requisitada e/ou legitimada em princípio por estes. Até porque, conforme Martinelli:

*Não eram os interesses deles [dos assistentes sociais – FGO] como classe que mobilizavam suas ações profissionais. Na verdade, ao contrário, eram os interesses da burguesia que estavam em jogo e que determinavam a direção da prática social. [...] Caminhar em direção ao trabalhador não significava, portanto, assumir as suas lutas ou contribuir para o desenvolvimento da consciência de classe do proletariado e para sua organização. Significava a tentativa de equacionar os conflitos e recuperar o equilíbrio aparente, de forma a garantir a regularidade do processo social.(1991, p. 117).*

Da mesma forma que muitos dos assistentes sociais tinham dos trabalhadores uma imagem calcada na insolência e na brutalidade, no gosto pela vadiagem, na necessidade de tutela externa e superior,<sup>147</sup> os trabalhadores tinham [e ainda é possível perceber tal visão hoje] dos profissionais uma imagem também negativa, pautada na coerção, no intrometimento de suas vidas, ou seja, assentada a partir de experiências pessoais ou conhecidas acerca da ação técnica desenvolvida por aqueles. Assim:

*Realizando a complexa tarefa de tentar conciliar o inconciliável, promovendo o ajustamento entre capital e trabalho, ou criando formas*

---

<sup>147</sup> Uma parcela significativa da profissão historicamente concebia os trabalhadores como seres inferiores, que não sabiam viver ou trabalhar, e que para tanto, necessitavam ser educados. Na concepção dos profissionais, “*não basta dar às famílias a habitação aconselhável. É necessário educar para usá-las. É mais difícil mudar os hábitos do povo do que construir casas para eles. A visão que têm do proletariado, em função de sua própria visão de mundo, é apresentada cruamente: as péssimas condições de habitação se devem ao ‘desapego ao lar’, denotam a ‘falta de formação doméstica da mulher’; quanto ao desejo de morar próximo ao centro, explicam que o proletariado prefere a maior possibilidade de ‘distração, em detrimento do conforto e da higiene’. O povo ‘logo se acostuma ao ambiente decaído’.*”(CARVALHO & IAMAMOTO, 1986, p.213). Assim, para os assistentes sociais, “*a ignorância e falta de preparação da classe operária justifica a tutela que o assistente social deverá exercer sobre sua consciência*” (p.215). É interessante se observar que tal como a classe dominante ao longo da trajetória histórico-cultural brasileira, os assistentes sociais predominantemente reproduziram o mesmo ideário discriminatório e pejorativo acerca da classe trabalhadora brasileira, que justificou e fundamentou todas as iniciativas do projeto reformista-conservador, bem como as ações e os discursos de seus principais protagonistas – o Estado e a Igreja Católica e seus ideólogos: Oliveira Vianna, Jackson de Figueiredo e Alceu Amoroso Lima.

*ideológicas de anular as reivindicações coletivas, esvaziando-as de sua 'realidade política', os assistentes sociais eram muito úteis ao sistema capitalista e muito valorizados pela burguesia. Porém, os mesmos motivos que determinavam essa grande aproximação à burguesia explicavam o distanciamento da classe trabalhadora, para a qual a face do Serviço Social era a face do poder, do capitalista, do opressor [...]. (MARTINELLI, 1991, p. 129).*

No entanto, cabe ressaltar que *“se para a classe trabalhadora essa rejeição era clara e solidamente fundamentada, o mesmo não ocorria com os seus segmentos mais pauperizados [...]”* (p.117), absolutamente necessitados dos serviços sociais e da ação desses profissionais. Pressupõe-se daí que a imagem da profissão presente entre os próprios trabalhadores também não era unívoca, mas passível de contradições.

Ainda que a relação entre profissionais e trabalhadores tenda a se basear na “desconfiança” mútua [entre trabalhadores usuários e profissional], nota-se que mesmo em níveis inferiores do ponto de vista quantitativo, a existência das chamadas “demandas espontâneas”, nas quais o próprio usuário toma a iniciativa de procurar o Serviço Social para obter uma informação e/ou encaminhamento, é um dado importante para se analisar o nível da relação entre o profissional e o usuário.

Cabe-nos indagar se esta postura assumida por parte do usuário reside em uma nova forma deste conceber a profissão, bem como sobre que outras representações atravessam essa situação. O exame e a investigação crítica acerca do perfil das demandas, que chegam ao Serviço Social, podem constituir-se no caminho metodológico para identificar a construção de uma possível imagem social alternativa ou em construção.

Conforme Carvalho & Yamamoto:

*O Serviço Social atuará como instrumento de esclarecimento e conscientização quanto aos direitos, quanto aos serviços e benefícios*

*proporcionados pelas instituições. [...] Essa ação implica, também, o esclarecimento quanto aos mecanismos necessários para sua utilização; face à barreira burocrática que muitas vezes se interpõe entre o indivíduo e o benefício [ou serviço] a que tem direito o Serviço Social deverá atuar no sentido de facilitar e agilizar o acesso a eles, proporcionando maior rapidez e eficiência. (1986, p. 321).*

A partir dessa forma de intervir, segundo Carvalho & Yamamoto, assenta-se uma outra – o aconselhamento. Ainda de acordo com este autor, a prática do aconselhamento tende a acompanhar o discurso do profissional à medida que ele esclarece e orienta o usuário quanto à relação entre sua demanda e a possibilidade de atendimento. O assistente social esclarece o funcionamento da instituição, seus limites e sua capacidade de atendimento, encaminha para outro recurso existente na rede, quando a instituição é incapaz de oferecer o bem ou realizar o serviço procurado pelo usuário. Ou seja, este é ouvido e, além disso, sai sempre com uma resposta, que, independentemente de ser positiva ou negativa, protege a própria instituição de quaisquer reações por parte do mesmo. Logo:

*O Serviço Social aparece aqui como anteparo às instituições, colocando-se não apenas entre estas e as necessidades da população carente, mas agora entre as instituições e a revolta e o inconformismo da população-cliente.<sup>148</sup> O Serviço Social atuará, então, no sentido de aplainar as arestas; individualizar os casos, propiciar alguma solução paliativa como satisfação às demandas; jogar para frente o problema insolúvel, se encarado em seu conjunto, em sua manifestação social, nos limites do modo de produção vigente. ( p.322).*

Carvalho ressalta que além da intervenção de corte burocrático, compunha o rol de atribuições esperadas para os assistentes sociais a “função sócioeducativa,” que possui, em muitos casos como principal objetivo, a integração

---

<sup>148</sup> Observa-se comumente o assistente social ser chamado a intervir inclusive em situações extremas. O diálogo observado por mim ao longo de minha trajetória profissional, neste sentido, era uma constante: - “O pai da criança está querendo quebrar tudo.”; - “Mas por quê?”; - “Porque está há horas na fila com o filho passando mal.”; - “Mas não é mais fácil providenciar o atendimento e chamar o segurança?”; - “Claro que não, é preciso chamar a assistente social.”; - “Mas eu não tenho como conter o pai.”; - “Ah, fala qualquer coisa...”.

do sujeito. Segundo este autor, a integração realizada pelo assistente social tem em vista impedir que o sujeito corra o risco de passar para “níveis sociais”, considerados pela instituição e pelo Serviço Social, como inferiores, o que dificultaria a reintegração. O tratamento será o seguinte:

*Baseando-se na ideologia da ordem, na concepção funcionalista do normal e do patológico, tem por efeito invalidar o modo de vida da população-cliente, detectar em suas atitudes as causas etiológicas das condições carenciais de existência dessa mesma população. Resta, portanto, ao Serviço Social, procurar modificar as representações que a população-cliente faz de sua própria situação e mudar sua atitude em relação à mesma. (p. 324).*

Outro elemento que caracteriza a atuação profissional, geralmente acoplado à chamada “distribuição de auxílios”<sup>149</sup> é o caráter personalizado da intervenção, na qual o assistente social tende a priorizar os aspectos particulares de cada sujeito atendido, desvinculando-o, assim, dos outros sujeitos e de suas particularidades. Cada caso deve ser visto e atendido como um caso diferente, sem uma relação crítica com o mundo onde vive o usuário e sua família.

Iamamoto (1986) atenta para o fato de que esse caráter personalizado do atendimento profissional, embora tenda a fragmentar e isolar o sujeito em mônadas sociais, consiste num dos elementos que legitima a profissão frente aos seus empregadores. Na verdade, a imagem que até hoje muitos empregadores têm do assistente social continua sendo a mesma – quer seja, a “moça boazinha”, a

---

<sup>149</sup> Carvalho (1986) ressalta que cabe ao assistente social esclarecer, diante dos obstáculos e rotinas institucionais, a população usuária dos bens e serviços que pode ter acesso institucionalmente. Contudo, observa-se que o chamado esclarecimento é acompanhado de uma “ação ideológica de aconselhamento”, tendo em vista que ao apresentar ao usuário o direito ou o serviço, o qual pode ter acesso, esta ação carrega consigo uma certa adaptação do usuário à lógica e limites institucionais, pois para receber o benefício terá de se submeter aos critérios de elegibilidade e cumprir seus deveres, enquanto usuário de determinada instituição, como, por exemplo, registra-se na fala da assistente social: “A senhora pode receber uma cesta básica, mas se faltar até três reuniões, perde o benefício”.

“face humana” do hospital, da previdência, da empresa, de fala mansa, que possui uma “escuta qualificada” e que coage sem demonstrar.<sup>150</sup>

A manutenção dessa imagem social tem sido possível porque, embora a origem de classe dos agentes profissionais seja outra [é preciso explicitar que os extratos que compõem a chamada classe média não são significativamente diferentes da classe dominante do ponto de vista político e ideológico] e a fonte de legitimação passe a ser a própria instituição, o Serviço Social possui, tal como o Brasil em si, ainda uma forte herança conservadora, que em muitas situações reproduz o ideário vocacional, missionário, percebido em suas protoformas.

Assim, a despeito da existência de um mercado de trabalho profissional formalmente reconhecido e da ampliação quantitativa da categoria,<sup>151</sup> os profissionais tendem a ser requisitados não pela sua “especialização”, ao contrário, pelo fato de que, do ponto de vista de seus empregadores, sua formação generalista

---

<sup>150</sup> Para o empregador, compete ao assistente social, segundo *Vérdes-Leroux (1986 p.29)*: “[...] manter um clima de ‘confiança’, de ‘estender a mão, em nome do chefe da empresa, que não pode fazer tudo pessoalmente’. Assim, cabe a ela ser a criadora de paz e de harmonia, lutar contra os falsos princípios e os mal-entendidos, trabalhar para a colaboração de classes, assim como lhe foi explicitamente ensinado no curso de formação. Ela tenta mudar as mentalidades: e seu valor mede-se de modo muito simples e exato pela ausência de reivindicações e de greves na fábrica.” São determinantes da imagem social do ponto de vista do empregador. Mota (1987,p.44) também chama a atenção para o fato de que a inserção do assistente social no âmbito empresarial responde a duas demandas: “[...]de uma só vez são obtidos dois resultados com o mesmo investimento: um, a reprodução propriamente dita da força de trabalho; o outro, a transformação de uma prerrogativa da produção em uma ação humanitária.” Em resumo, a atuação do assistente social na empresa tende a contribuir para a “deseconomização” e despolitização da relação entre capital e trabalho, pelo menos essa é a intenção daquele que o emprega.

<sup>151</sup> No final dos anos 80 (1988), nossa categoria contava com 54.626 profissionais inscritos em 20 Conselhos Regionais. Os maiores números situavam-se nos Estados de São Paulo (22.000 assistentes sociais) e Rio de Janeiro (10.200 assistentes sociais). Tais dados foram apresentados pelo então Conselho Federal de Assistentes Sociais [CFAS] à pesquisa da Prof.a. Maria Lucia Martinelli (1991). Hoje nossa categoria profissional ampliou-se tanto em número absoluto de profissionais com registro ativo no conjunto CFESS/CRESS, quanto no montante de regionais deste mesmo conjunto. Somos hoje, conforme dados do CFESS de 2003, 61.151 profissionais distribuídos em 24 conselhos regionais e três seccionais – Roraima, Tocantins e Acre. (CFESS, 2005)

o capacita para ouvir, encaminhar, acalmar as tensões, orientar, aconselhar, ou seja, apaziguar o que é de fato insolúvel nos marcos da ordem burguesa.

Conforme Yamamoto:

*O assistente social é solicitado não tanto pelo caráter propriamente 'técnico-especializado' de suas ações, mas, antes e basicamente, pelas funções de cunho 'educativo', 'moralizador' e 'disciplinador' que, mediante um suporte administrativo-burocrático, exerce sobre as classes trabalhadoras[...]. (1992, p. 42).*

Ou seja, trata-se de uma profissão que, historicamente, tem sido requisitada tanto na esfera privada quanto pública para esvaziar o conteúdo político e econômico das expressões da “questão social” para reenquadrá-las ou minimizá-las. Esse consistiu, a meu ver, em principal traço que vinculou o Serviço Social ao projeto reformista-conservador. O dizer de Oliveira Vianna demonstra muito bem essa vinculação, além de trazer implicitamente a imagem que, num dado momento histórico, o Estado brasileiro e seus intelectuais expressavam acerca do Serviço Social e de seu agente:

*Presentemente, o Serviço Social, apesar de todo o seu tecnicismo e do seu profissionalismo, continua a ser, ainda, como outrora, o lugar social, onde se encontram todos os espíritos generosos, animados **pela vocação do bem público e pelas inspirações da justiça social**. Servidor do Estado, pondo a inteligência e o seu coração a serviço da política de dignificação e elevação das classes necessitadas, o assistente social leva até ao íntimo dos lares mais humildes este **alto pensamento do Estado**. Não se limita apenas a socorrer a miséria, a levar o seu óbolo ou a prestação do Estado aos necessitados; mas, **toma-se também de uma preocupação reformadora**, de elevação social dos seus assistidos e de renovação dos meios sociais. (OLIVEIRA VIANNA, 1951, p. 53, grifo nosso).*

Nota-se que por trás dos motivos que levam à requisição sócio-ocupacional dos profissionais está implícita uma determinada imagem que os empregadores atribuem aos assistentes sociais. Se, aparentemente, a imagem é de



um profissional que apazigua, aconselha e orienta, o que está submerso é o fato de que esse profissional desenvolveu, ao mesmo tempo, historicamente, ações pautadas no uso da coerção simbólica e na construção do consenso de classe, que visam à adesão voluntária dos sujeitos aos encaminhamentos institucionais.

No dizer de lamamoto:

*O assistente social aparece como o profissional da coerção e do consenso, cuja ação recai no campo político. Esta é, pois, uma característica que, não lhe sendo exclusiva, aparece nele com maior intensidade, tanto pelo significado da atividade assistencial,<sup>152</sup> como pelas características mais peculiares da profissão, derivadas de sua trajetória histórica e constantemente atualizadas. (1992, p. 42).*

Além disso, outro aspecto que delinea a prática profissional, e se articula à condição de subalternidade tratada linhas atrás, é o fato de que o assistente social não representa o agente profissional principal no âmbito institucional. Assim:

*Os assistentes sociais serão integrados ao tipo de equipamento já existente, como elementos auxiliares e subsidiários relativamente ao desempenho das práticas materiais principais de cada instituição particular. (CARVALHO & IAMAMOTO, 1986, p. 317).*

Com todas essas características soma-se também o fato de o assistente social trabalhar em instituições das mais variadas áreas [até hoje], de acordo com Carvalho & lamamoto:

*O Serviço Social é incorporado a instituições cujas práticas materiais principais são dos mais diversos tipos: medicina curativa, medicina preventiva, puericultura, recuperação motora, seguros, distribuição de auxílios, conjuntos habitacionais, assessoria jurídica, institutos correccionais*

---

<sup>152</sup> Vale lembrar, conforme o primeiro capítulo, a construção sócio-histórica brasileira e como as desigualdades de classe são geralmente entendidas e tratadas no Brasil.

*para menores e adultos, asilos, etc. – isto é, inúmeras atividades, as quais são utilizadas [...] por faixas relativamente amplas da população. (p. 317).*

Carvalho (1986) ressalta que a despeito disso, cabe ao assistente social atender dentre os usuários, aqueles mais frágeis e vulneráveis.

Verifica-se que esse rol de características, que atravessam historicamente o exercício da profissão, incide na imagem socialmente consolidada do Serviço Social no Brasil. Assim, parte-se do pressuposto de que há em curso, na atualidade, no bojo da chamada imagem da profissão, uma *tensão* que, ao mesmo tempo, em que nega tais aspectos que circunscrevem a profissão e seu exercício [como se tentou indicar até então], tende em muitas situações a reproduzi-los.

Dessa maneira, vários elementos que compõem a imagem socialmente existente do Serviço Social, como o perfil voluntarista; a subalternidade; a exigência de respostas imediatas e geralmente limitadas ao nível da aparência da situação demandada; o primado dos valores morais do agente profissional sobre sua “especialização” técnica e a conseqüente desqualificação da teoria; dentre outros, parecem conviver com outros traços, que apontam para a construção de uma nova auto-imagem profissional – aquela do profissional que defende e luta por direitos sociais e reconhece seu papel e limites na divisão social e técnica do trabalho, presente no projeto profissional hegemônico na atualidade. Há, em nosso entender, um progressivo distanciamento entre os elementos que, tradicionalmente, compõem a imagem social da profissão e aqueles que hoje atravessam o projeto e o perfil profissional a ele subjacente, redundando em um processo de metamorfose da imagem da profissão.

Tal distanciamento [entre a auto-imagem e a imagem social] nem sempre foi percebido na trajetória da profissão. Ou seja, pode-se afirmar que esse

fenômeno não se fazia sentir entre seus pioneiros. É nesse sentido que Carvalho (1986) ressalta que as pioneiras eram, como já apontado, oriundas de segmentos da média e pequena burguesia [bem como de pequenos proprietários rurais], por isso, suas ações eram balizadas e enfrentadas a partir de visão burguesa de homem e de mundo. Ao mesmo tempo em que a formação profissional fortalecia os valores subjacentes a essa visão, sua própria origem social conferia legitimidade a sua intervenção, tendo em vista que se consideravam seres superiores e melhor preparados do que os trabalhadores.

Além disso, “[...]a certeza de estarem investidas de uma missão de apostolado, decorrente não só da adesão aos princípios católicos, como de sua origem de classe” (IAMAMOTO & CARVALHO, 1986, p.223), assegurava a esses assistentes sociais uma legitimidade, na qual não havia espaço para a existência da tensão a que me refiro – a imagem social e a auto-imagem de seus agentes caminhavam juntas.

Se com as pioneiras a legitimidade da profissão se configurava a partir da origem social delas, conferindo-lhes uma postura e perfil diferenciado [considerado por elas como superior] em face de sua clientela; à medida que a profissão se consolida, e as fontes de recrutamento se ampliam com a entrada cada vez mais expressiva de indivíduos oriundos dos segmentos médios da sociedade,<sup>153</sup>

---

<sup>153</sup> Mandel (1985, p.275) irá nos apontar a relação intrínseca entre o ingresso feminino no mercado de trabalho [que se coaduna com a ampliação das fontes de recrutamento dos assistentes sociais oriundos de outras classes sociais] e as necessidades da expansão do capital – fenômeno datado historicamente e articulado à dinâmica estrutural do capitalismo em sua fase madura, na qual “[...]o capital é obrigado a reduzir o valor das mercadorias individuais por causa de sua expansão constante da produção de mercadorias enquanto tal, e de sua mecanização crescente, que exige produção em massa e venda dessas mercadorias. Por essa razão, procura estimular necessidades de consumo sempre novas na população, inclusive na classe operária. Por outro lado, a produção de mais-valia, a realização do lucro e a acumulação de capital continuam sendo os objetivos supremos de todos esses esforços: daí a compulsão permanente de limitar os salários e de mantê-los abaixo do nível necessário à satisfação de todas as novas necessidades de consumo geradas pela própria produção. A disparidade crescente entre as necessidades de consumo da família e os salários do homem trabalhador leva as mulheres casadas a procurarem emprego com frequência cada vez maior e assim garante a expansão geral do trabalho assalariado.”

a legitimidade passa a se construir através do mandato, conferido aos sujeitos profissionais pela instituição, que, embora formalmente reconhecido, é atravessado pelo conjunto de contradições e tensões imanentes às instituições que executam as políticas sociais. Este instrumento garante ao assistente social entrar na casa do “cliente”, perguntar-lhe sobre sua vida, aconselhá-lo, chamar-lhe a atenção, mas certamente não assegura o mesmo teor de legitimidade social que detinham as pioneiras.

A tensão materializada na relação entre a profissão e seu agente, expressa muitas vezes na falta de legitimidade e na subalternidade que permeia o exercício profissional, é fruto de dois processos auto-implicados: o primeiro, como já de certa forma foi evidenciado acima, relaciona-se à própria maneira ambígua, limitada e *aparentemente* apolítica de enfrentamento das expressões da “questão social” cujo tratamento na ordem burguesa é necessariamente inconcluso, pois a extinção de tais expressões é absolutamente incompatível com os limites dessa ordem. Na verdade, na medida em que as políticas sociais trabalham com as expressões da “questão social”, não cabe a elas [políticas sociais] resolver efetivamente tais demandas, mas adequá-las.

O segundo atravessa a condição social e política da categoria profissional. Dizia-se anteriormente que, em determinado momento, mais precisamente a partir do surgimento das grandes instituições sócio-assistenciais, as fontes de recrutamento desses profissionais tenderam a se ampliar, alcançando outros segmentos da sociedade para além da burguesia. Na verdade, a agudização das contradições da ordem capitalista no estágio monopolista, gerando o recrudescimento das expressões da “questão social”, exigiu como uma das medidas

---

resultantes do processo de refuncionalização do Estado brasileiro, o enfrentamento institucional e particular de tais seqüelas. A ampliação das fontes de recrutamento de assistentes sociais reside nessa exigência, ou seja, quanto mais se necessitava fortalecer o projeto reformista-conservador através da criação de um número maior de instituições para o tratamento das expressões da “questão social”, mais profissionais passaram a ser requisitados.

Assim, ressalta-se que à proporção que as agências de formação se estabelecem, premidas por esta nova fase do capitalismo, gerando quadros técnicos especializados, novas demandas institucionais se põem à recente profissão. Ampliam-se as ofertas de emprego desproporcionalmente à capacidade de formação dos cursos. Algumas iniciativas se explicitam nessa direção como a criação do “programa de formação de auxiliares sociais” nas escolas e em Estados sem a constituição de escolas e sem oferecimento de bolsas de estudo.

Carvalho ressalta que:

*Não se pode concluir, daí, uma ‘democratização da profissão’, mas sim um alargamento da base de recrutamento, que deixa de ser um privilégio das classes dominantes e ‘classe média alta’, para abarcar crescentemente parcelas da pequena burguesia. (IAMAMOTO & CARVALHO, 1986, p. 191).*

Logo, à proporção que o mercado de trabalho requisita determinada formação técnica com essas características, o agente se converte em força-de-trabalho, capaz de receber um salário em troca de seu serviço. A ruptura com as protoformas e a consolidação da profissionalidade, remete também a outro dado importante: o progressivo afastamento das estudantes oriundas de classes altas. Na concepção destas, a inserção da profissão na divisão social e técnica do trabalho

gera a sua perda paulatina do caráter altruísta e missionário,<sup>154</sup> e com isso, tende a afastar progressivamente as “moças da sociedade”, cedendo lugar aos setores médios<sup>155</sup> e até às “filhas operárias”.

A ruptura com as protoformas e a institucionalização do Serviço Social põe, além do aspecto acima identificado, outros que incidem na construção de uma determinada imagem social da profissão, bem como de uma auto-representação por parte de seus próprios profissionais. Em primeiro lugar, não é demais ratificar que foi exatamente o estabelecimento de um espaço sócio-ocupacional para o assistente social que permitiu que a profissão rompesse com suas protoformas. Assim, a

---

<sup>154</sup> Carvalho (1986, p.183) nos chama a atenção para uma questão. Diz ele : “*É importante situar, no entanto, que ocorre um processo de ‘mercantilização’ dos portadores daquela formação técnica especializada, que se traduz em sua transformação em força de trabalho que pode ser comprada. [...] O portador dessa qualificação não mais necessariamente será uma moça da sociedade devotada ao apostolado social [...]. Esse mesmo processo não implica, necessariamente a eliminação do conteúdo doutrinário da formação escolar do assistente social. Esse conteúdo não se constitui em entrave à assimilação pelo Estado e empresas. Pelo contrário, essa formação é funcional às suas necessidades*”. Com efeito, os traços deste “conteúdo doutrinário” e conservador tendem a se renovar no interior das agências de formação com a incorporação dos pressupostos das ciências sociais. No dizer de Nadir Kfourri, uma das pioneiras do Serviço Social brasileiro, em depoimento à Mesa Redonda realizada em 1982 em São Paulo: “*Eu fui aluna do Fernando Azevedo, durante cinco ou seis anos; conhecia Durkheim de trás para diante, a tal ponto que marcou minha formação em Sociologia*”.(V.V.A.A., 1984, p.15). Nesta direção, Guedes (2000, p.21) afirma que “*os princípios neotomistas acerca da natureza do homem e da sociedade, bem como as postulações das Encíclicas sociais da Igreja Católica, não se fragilizaram com a institucionalização da profissão no âmbito do Estado e a conseqüente incorporação teórica do Serviço Social norte-americano.*” Tal tendência também é clara nas palavras de outra pioneira – Helena Iracy Junqueira [conforme Guedes, 2000, p.23]: “*Não precisávamos renunciar aqueles princípios gerais e podíamos incorporar [...] e ainda mais conscientes de que estávamos melhor aparelhados para realizar aquilo que queríamos fazer e não sabíamos.*” Ou seja, os pressupostos oriundos das Ciências Sociais e da Psicologia trouxeram, na concepção dos pioneiros, o suporte técnico e científico de que a profissão carecia nesse momento.

<sup>155</sup> Machado (1997, p.122) recupera a análise de Gouldner sobre a existência da classe média. Para este autor: “[...] *a sociedade capitalista é uma sociedade em que a classe média – estrato que não é parte integrante de formas sociais anteriores – ganha existência sólida e autônoma. Ela começa surgindo na desagregação da ordem feudal e se afirma com o capitalismo triunfante, na passagem do século XVIII ao XIX. Entretanto, se aí ela passa a dispor de um status, sua composição heterogênea [envolvendo de pequenos e médios comerciantes a antigos artesãos e intelectuais e ideólogos] implica que ela comporte diferentes estilos de vida – donde derivaria o relativismo da sua vida intelectual. Todos esses estilos, porém, na sociedade comandada pelo dinheiro, estão enlaçados pelo utilitarismo que, supondo o mercado, tem como corolários o universalismo, o individualismo e a impessoalidade no conjunto das interações humanas.*” (grifo do autor) A classe média reproduz e ratifica a cultura utilitária presente na ordem burguesa, cuja razão instrumental é levada ao extremo. Diante desse contexto, a relação que esta classe tem com o conhecimento, possui limites. Dessa maneira, ao trazer este entendimento para o Serviço Social tornam-se claros dois elementos presentes na relação dos sujeitos profissionais com a teoria: por um lado, a desqualificação da teoria como meio de análise e entendimento do mundo e das situações cotidianas; de outro, a busca incessante por modelos de intervenção.

profissão passa a ser inscrita na divisão social e técnica do trabalho na medida em que se estabeleceu um mercado de trabalho, que a requisita, que identifica na atuação de seus agentes uma utilidade social<sup>156</sup> para seu exercício.

Assim, a ruptura com as protoformas conecta-se diretamente com a condição de assalariamento, que pressupõe a constituição da profissão. O conteúdo da atuação desse profissional vincula-se, organicamente, a forma como as refrações da “questão social” são tratadas na ordem burguesa. Considerando-se a tradição conservadora brasileira somada à entrada tardia do Brasil no circuito capitalista internacional [engendrando uma forma bastante peculiar de enfrentamento dos chamados “problemas sociais”, que vai da repressão ao trinômio assistencialismo, paternalismo e clientelismo], a atuação desse profissional e sua auto-representação também sofrerão influxos importantes, como, por exemplo, sua histórica dificuldade de se identificar como partícipe da classe trabalhadora.

Deste modo, uma das recorrências identificadas entre os sujeitos profissionais, a despeito de sua condição de assalariamento, é a recorrente postura messiânica a que lamamoto (1992) já se referira, pois diante do trato particular das seqüelas da “questão social” no Brasil, muitos profissionais tendem ainda a identificar sua prática profissional com traços altruístas e messiânicos.

Nesse sentido, localiza-se um segundo aspecto diante do trato brasileiro e particular acerca das expressões da “questão social” pela via da “ideologia do favor,” que pode ser feito por qualquer um que tenha boa vontade, seja paciente e/ou saiba ouvir. Será o assistente social um trabalhador ou simplesmente

---

<sup>156</sup> O que determina a utilidade à ação profissional consiste na capacidade que esta dispõe de alterar, ainda que parcial e/ou pontualmente, a condição do usuário, seja do ponto de vista da resposta estritamente material, que esta ação pode dar; ou no plano sócioeducativo, geralmente relacionado à socialização de informações ou alívio de tensões. Sua utilidade reside nesse sentido, ou seja, na disposição que esse profissional tem em conduzir as demandas sociais e dramas pessoais dos usuários sem que com isso a lógica da ordem burguesa seja envolvida ou responsabilizada.

aquele que tem, acima de tudo, vocação para atender o público? Se a vocação tende a falar mais alto que a profissionalidade, será possível a esse profissional se perceber na atualidade como participante da mesma classe social que a de seu usuário? Um dos traços que atravessam a imagem social da profissão reside também sobre a perspectiva de que o assistente social deve possuir acima de tudo boa vontade - o que o diferencia de outros profissionais e confere a essa profissão determinada particularidade.

Incorporado no mercado de trabalho, majoritariamente, pela via da esfera pública-estatal, observa-se que esse profissional está indiretamente posto no confronto capital-trabalho, tendendo a distorcer assim sua auto-representação enquanto profissional assalariado.<sup>157</sup>

Tal perspectiva tende a engendrar, conforme Guerra (1995), dois processos que se tocam: o primeiro diz respeito ao fato de que a sua não-percepção, enquanto assalariado, é acompanhada da dificuldade de ver naquele que o emprega – majoritariamente o Estado – o real e formalmente legítimo “proprietário” de sua força-de-trabalho, e, por assim dizer de seu sistema de saber por um determinado período de horas.

Assim, poderá esse empregador incorporar ou não suas iniciativas técnicas, materializadas em projetos e propostas de intervenção, bem como estabelecer determinadas relações e condições de trabalho;<sup>158</sup> subordinar seus

---

<sup>157</sup> Além disso, a permanência do messianismo nas ações e discurso de parte da categoria profissional contribui para a fragilidade na percepção por parte do profissional da sua condição de trabalhador assalariado, gerando uma série de dificuldades. No dizer de Yamamoto (1986, p.85): *“Essa insígnia do despojamento que marca o profissional pode contribuir, ainda, para embaçar na e para a sua consciência as reais implicações de sua condição de trabalhador assalariado, fragilizando a luta sindical, o processo de organização da categoria profissional, pela defesa de seus direitos trabalhistas e reivindicações salariais.”*

<sup>158</sup> Ciente das prerrogativas do empregador, é que o Conselho Federal de Serviço Social, coerente com suas atribuições legais e na defesa dos interesses dos usuários e conquistas do projeto ético-político, dispôs em recente resolução [resolução número 493/2006 de 21 de agosto de 2006] a



empregados - e dentre eles está o assistente social - aos seus regulamentos internos, objetivos, padrões. Quer dizer que a autonomia do profissional é absolutamente relativa, segundo lamamoto (1986, 1992); e a possibilidade de sucesso na intervenção profissional é balizada pela competência profissional e pela correlação de forças que encerra esse conjunto de fatores.

Desta forma, se por um lado, a subestimação da posição e do papel do empregador tende a ratificar no profissional a postura voluntarista e messiânica, na qual se imagina que a concretização das propostas dependerá apenas da sua intencionalidade e vontade; de outro, pode gerar também, em face de uma negativa nessa materialização, a perspectiva fatalista de que nada adianta.

O segundo processo que se desdobra do primeiro é o fato de que as políticas sociais do Estado de corte burguês, tomadas do ponto de vista técnico-burocrático, por um lado; e de outro, como “favor” [expresso inclusive na fala dos próprios usuários, por exemplo: “que bom que consegui chegar até aqui!”] porta a tendência de contribuir para a despolitização da intervenção profissional, fazendo com que esse profissional não identifique a funcionalidade, que as políticas sociais possuem para o processo de acumulação e valorização do capital, tampouco se perceba como integrante da mesma classe social que seu usuário. Ele é alguém que operacionaliza alguns procedimentos capazes de materializar o serviço, para o qual a dimensão política de sua ação, bem como o caráter de classe, pouco importa.

Um outro aspecto que colabora na afirmação de uma determinada imagem social da profissão consiste na tradicional “ausência de especificidade”, na

---

necessidade de determinadas condições físicas para a garantia da qualidade, conforme os princípios ético-políticos em vigência, nas abordagens individuais e grupais. Tal resolução afirma a necessidade de um ambiente adequado ao atendimento que garanta o sigilo das informações em geral, e do material técnico em particular. Além disso, anuncia as medidas judiciais cabíveis em caso de descumprimento por parte do empregador, bem como envolve os próprios assistentes sociais na fiscalização através de eventuais denúncias aos Conselhos Regionais.

qual ninguém sabe exatamente o que faz o assistente social. Sem entender o motivo e seu real significado, esta “ausência de uma especificidade” quanto ao trato das atribuições profissionais, em face principalmente dos demais profissionais, gera no assistente social um significativo mal-estar, que geralmente se expressa de várias formas: por um lado, na submissão do profissional e sua acrítica subserviência aos objetivos institucionais; por outro, na relação “tensa e envergonhada” com os demais profissionais, obrigando-o a repetir a todo o momento o que é ou não sua função.

Assim, o assistente social atribui à suposta ausência de especificidade claramente posta no exercício da profissão como um aspecto subalternizante,<sup>159</sup> que retira do profissional os argumentos técnicos e políticos para conduzir por si suas atividades e ações.<sup>160</sup> Um dos elementos que compõe a imagem social da profissão [e em algumas situações aparece também no discurso dos próprios profissionais], a “ausência de especificidade” é entendida como uma das razões da subalternidade do assistente social no contexto institucional.

No entanto, concordo com Guerra, quando afirma:

---

<sup>159</sup> Soma-se ao imaginário da subalternidade, a dificuldade apontada por muitos profissionais quanto ao reconhecimento. Diante disso, a categoria profissional, historicamente, organizou-se do ponto de vista jurídico-normativo e associativo. No nível jurídico-normativo, o Serviço Social possui desde os anos 40, um conjunto de leis e portarias que regulam o ensino e o exercício profissional; já do outro, destacam-se as Associações, Encontros Nacionais e Congressos Nacionais e Internacionais (IAMAMOTO, 1992, p.51). Ainda na mesma obra (p.52), *“estas lutas, voltadas para o reconhecimento profissional e a preservação de seus privilégios no mercado de trabalho, reforçaram o ‘espírito de casta’ dos assistentes sociais, mas pouco avançaram no processo de organização política da categoria, nas lutas por reivindicações trabalhistas e salariais, tendência esta que só vem se revertendo nos últimos anos”*. Conforme Vasconcelos (2002, p.321), dentre os 74 assistentes sociais entrevistados em sua pesquisa, 47,3% não são sindicalizados. Além disso, embora todos os entrevistados fossem inscritos no Conselho Regional, conforme dados da referida pesquisa, 79,7% alegam não participarem das atividades do referido órgão de classe.

<sup>160</sup> Uma requisição institucional muito presente no dia-a-dia profissional é o chamado “alívio de tensão”. Essa requisição geralmente se impõe face aos problemas insolúveis, para os quais ninguém sabe exatamente o que fazer: consolar a viúva; acalmar o pai nervoso; explicar o inexplicável. Conforme Carvalho (1986, p.323), *“o Serviço Social atuará, então, no sentido de aplainar as arestas; individualizar os casos; propiciar alguma solução paliativa como satisfação das demandas; jogar para a frente o problema insolúvel, se encarado em seu conjunto, em sua manifestação social, nos limites do modo de produção vigente.”*

*Considerando que a matéria-prima da intervenção profissional é composta por múltiplas determinações, heterogêneas, contraditórias, que se movimentam, se alteram e se convertem em outras, a ausência de especificidade, que é tida como causa da versatilidade que as ações profissionais adquirem nos diversos contextos, setores e espaços sociais, constitui-se numa necessidade inerente à razão de ser da profissão. (1995, p. 157).*

Com efeito, a chamada “ausência de especificidade” que tanto angustia os assistentes sociais<sup>161</sup> deve ser entendida pelos profissionais, na verdade, como matéria da profissão e não um obstáculo a ela:

*O que se pretende demonstrar é que essa forma mistificada de compreender a intervenção profissional, essa inversão, encontra-se favorecida pela dinâmica da realidade, já que o que predomina no modo capitalista de apreender os processos sociais é a forma material pela qual as coisas se expressam. [...] o que não se determina à consciência do assistente social é a vinculação entre as condições objetivas sob as quais a intervenção profissional se plasma e a ‘forma’ que adquire. Ou, que **as dificuldades postas à intervenção profissional, [...] obedece à lógica da constituição da sociedade capitalista**, na qual a inversão da aparência fenomênica da essência, a substituição do conteúdo pela forma, a transformação do essencial em acessório, são condições necessárias à sobrevivência dessa ordem social. (GUERRA, 1995, p. 158, grifo nosso).*

Vinculado a essa pretensa “ausência de especificidade”, observa-se uma clara dificuldade de parte da categoria profissional indicar com objetividade no que consiste a profissão. Ou seja, quando questionado sobre o que é o Serviço Social, verifica-se geralmente entre os assistentes sociais a tendência de se indicar

---

<sup>161</sup> Esta “ausência de especificidade” tende a gerar na categoria profissional a errônea necessidade de que deve o profissional não apenas adaptar-se aos objetivos da instituição, mas fazê-los seus. Além disso, o desconhecimento de uma suposta especificidade, possibilita ao profissional sua incorporação nos mais variados setores, podendo estar subordinado técnica e/ou administrativamente a outros cargos ou profissões – a subalternidade em face a outros profissionais tende a ser flagrante, causando muito desconforto entre os assistentes sociais. Diante disso, o profissional “*almeja ter um campo ‘próprio’ de trabalho, enquanto área ‘específica’ que lhe atribua status e facilite o seu reconhecimento profissional. [...] ele se vê ‘perdido’ diante da definição de suas atribuições, diante de outras profissões correlatas cujas frentes de trabalho são mais precisas, seja pelo caráter técnico mais marcado, seja pela herança científica mais solidificada. [...] o assistente social tem a sensação de estar presente em segmentos da realidade particulares e particularizados, ‘apropriados’ pelas várias disciplinas, sem ter reconhecido o ‘seu’ lugar. Sente a profissão diluída, difícil de ser definida e qualificada. (IAMAMOTO, 1992, p.41).*

o que se faz. Trata-se de uma categoria que tem dificuldades de explicitar a própria natureza da profissão, remetendo-lhe sempre ao seu agir. Tal tendência é explicável face ao caráter eminentemente interventivo da profissão e que lhe confere utilidade social.

Assim, sem saber ao certo o que é a profissão, como identificar a necessidade da teoria para condução da prática profissional? A teoria torna-se algo absolutamente supérfluo para um profissional que “aprende fazendo”. Para Guerra, a raiz da dicotomia entre teoria e prática, tão irremediavelmente presente entre os profissionais, reside nos fundamentos da razão formal-abstrata, pois:

*O pensamento racionalista-formal, predominante no capitalismo monopolista, mantém-se irredutível em aceitar a unidade teoria/prática. Esta recusa, de cunho conservador, tem como pano de fundo, as falsas representações produzidas pelas classes ou facções da classe dominante. Ao serem repassados para as teorias os parâmetros das formas de pensar da burguesia, a realidade aparece deformada [...]. A consequência é que entre as formulações teóricas apreendidas sob a lente da ideologia burguesa e a prática social e histórica dos homens reais estabelece-se uma defasagem que põe em risco a unidade entre ambas. (1995, p. 170).*

Considerando o caráter das políticas sociais no cenário capitalista brasileiro, e em função da natureza de sua inserção na divisão social e técnica do trabalho, será o assistente social reconhecido e requisitado para a intervenção direta e imediata nas refrações da “questão social”, isto faz deste profissional alguém que deve executar, e não necessariamente refletir sobre o que está fazendo.<sup>162</sup>

Assim, o caráter imediatista da ação profissional e sua inserção no cotidiano, engendram na auto-imagem do profissional a falsa idéia de que o

---

<sup>162</sup> Conforme Vasconcelos (2001,p.122), “o plantão é a única atividade comum à maioria absoluta dos assistentes sociais da SMS, ainda que, em algumas unidades, esta atividade não seja reconhecida por essa designação, nem como um serviço ou uma atividade pensada, planejada, organizada, reduzindo-se a ações isoladas desenvolvidas pelo assistente social para ‘resolver problemas do usuário.’ “

conhecimento teórico pouco adianta para sua atuação<sup>163</sup>, reproduzindo a perspectiva do empregador que, afinal de contas, não o contratou para pensar, mas agir. Para o empregador, o conhecimento de que o profissional precisa acionar é aquele capaz de conferir respostas imediatas a problemas de aparência também imediatos. Dessa forma, reproduzindo a mesma perspectiva, observa-se freqüentemente a busca do próprio assistente social por modelos de intervenção, testados anteriormente e repetidos até se tornarem prescrições confiáveis de como fazer. Conforme Guerra:

*A teoria, reduzida a um método de intervenção e caucionada pela experiência, ao extrapolar o âmbito do pensamento, converte-se numa prática burocratizada. O método, por sua vez, constitui-se num conjunto de procedimentos a serem adotados nas diferentes etapas tradicionalmente consagradas pela profissão como estudo, diagnóstico, intervenção e avaliação. Agora, a repetição das ações, sancionada pela experiência e ancorada na teoria, permite a instituição de modelos de atuação profissional. (1995, p. 172).*

Logo, o modo de ser, bem como o conjunto de traços e características existentes acerca da profissão, ao mesmo tempo em que possibilitaram e permitiram que o Serviço Social adquirisse instrumentalidade na divisão do trabalho como uma profissão formalmente reconhecida, tem concorrido, principalmente a partir das

---

<sup>163</sup> Vale ressaltar aqui que a relação com a teoria sempre foi polêmica no âmbito do Serviço Social, pois, se de um lado, a dicotomia teoria/prática é identificada para alguns como a raiz das dificuldades sentidas pelos profissionais em seu cotidiano; de outro, a ausência de uma teoria própria foi responsabilizada, por parte dos debates do Serviço Social nas décadas de 70 e 80 do século passado, pela subalternidade da profissão frente a outras inscritas na divisão do trabalho. A esse respeito, a posição de Guerra (1995, p.175) é clara: “[...] a dicotomia entre teoria e prática, ou ‘ausência de teoria’ no Serviço Social, não é causa da limitação ou restrição dos profissionais à execução de atividades técnicas, mas decorrência, tanto da forma peculiar pela qual a sua inserção na divisão social e técnica do trabalho se realiza, quanto da cisão entre trabalho manual e intelectual e da constante necessidade de modernização profissional imposta pelos processos econômicos e políticos.” Ou seja, se o caráter de “executor terminal das políticas” não exige em princípio do assistente social maiores conhecimentos para além da formação básica [como a certificação em cursos de mestrado e doutorado, por exemplo] quando tal exigência é feita geralmente se dá pelo ecletismo das tendências teóricas. A análise crítica da trajetória sócio-histórica dessa profissão demonstra isso, conforme Iamamoto & Carvalho (1986); Iamamoto (1992); Netto (1996).

últimas décadas do século XX, para a constituição de uma série de dilemas e ambigüidades existentes entre a razão de ser da profissão e os verdadeiros interesses e objetivos de seus sujeitos profissionais. A trajetória sócio-histórica dessa profissão demonstra a existência:

*[...] na consciência dos agentes profissionais de uma profunda ambigüidade: a ação – que é desencadeada, subjetivamente como recusa aos 'excessos de diferenciação social', como forma de atenuar ou até mesmo de eliminar as injustiças sociais ou como missão a serviço do 'homem'- transubstancia-se objetivamente numa prática que reforça os fundamentos da ordem alienadora, que produz e reproduz as desigualdades sociais. Em outros termos: **os efeitos da ação profissional aparecem como uma negação dos propósitos humanistas que a orientam. Torna-se palpável a defasagem entre propósitos e resultados da ação [...].** (IAMAMOTO, 1992, p. 28, grifo nosso).*

Tal ambigüidade não se apresenta, conforme o exame da bibliografia crítica da profissão, em uma novidade. Ao contrário, ainda que grande maioria dos agentes profissionais pioneiros não tivesse a percepção crítica acerca da dimensão política de sua intervenção,<sup>164</sup> conseguia perceber no dia-a-dia institucional os limites de sua ação, e como ela estava longe de alcançar as metas de justiça e bem-estar a que se propunham. A sempre presente perspectiva de que “na prática, a teoria deve ser outra”, que se constitui em um dos muitos dilemas do Serviço Social motivadores da existência de uma relação ambígua entre profissão e seus agentes, não é algo da atualidade, mas posto aos assistentes sociais desde longa data, em

---

<sup>164</sup> A análise da bibliografia nos permite vislumbrar que, embora não se constituíssem como um bloco monolítico, os profissionais pioneiros não tinham, a partir da perspectiva crítico-dialética, uma consciência de seu papel político. Ademais, “os efeitos da exploração capitalista do trabalho são reconhecidos e transformados em ‘problemas sociais’, justificadores da ação profissional; mas não se colocam em questão as razões históricas dessa exploração. Este esquema de percepção permite conciliar a concepção humanista-cristã de vida e a exploração burguesa do trabalho. [...] [Cabe ao Serviço Social] fazer com que o burguês e operário sejam solidários, visto sua condição comum, a de pertencerem a uma mesma ‘comunidade produtiva’ e também ‘seres humanos’, supera qualquer diferença social. Como as bases da organização social são tidas como dadas e não são questionadas em suas raízes, a solução entrevista limita-se à reforma do homem dentro da sociedade, para o que deve contribuir o Serviço Social.” (IAMAMOTO, 1992, p.29).

face das demandas cotidianas a que se defrontavam e suas limitadas possibilidades de resolução das mesmas dentro da lógica e prerrogativas institucionais.

Além disso, à medida que a profissão, inscrita na divisão social e técnica do trabalho, necessita ampliar suas bases de recrutamento, observa-se que não apenas sujeitos oriundos dos segmentos médios começam a procurar a profissão, mas as “filhas da classe trabalhadora” passam a fazer o mesmo. Assim, partilhando das mesmas condições objetivas e subjetivas da classe trabalhadora, fragilizados e descontentes com os limites da prática profissional e partícipes de um novo contexto sócio-histórico – os anos 60 –, estão os assistentes sociais diante das condições materiais e espirituais para a construção de uma nova imagem social para a profissão. Assim, no dizer de Vérdes-Leroux:

*Esse alargamento [das fontes de recrutamento – FGO] facilita uma diversificação das posições políticas, das filiações e dos referenciais. Essas modificações influem também na evolução da representação que a profissão tem de si mesma – isto é, da estrutura dos elementos que lhe permitem autojustificar-se e, ao mesmo tempo, manter o indispensável desconhecimento das condições de seu exercício. Esse desconhecimento abalado pelas tentativas reveladoras de maio de 68, reconstrói-se, de forma muito concreta, em torno de uma série de constatações objetivas que passam a persuadir a assistente social de que ela não se acha a serviço nem de uma classe, nem de um poder: é mal paga, seu trabalho é pouco conhecido, há postos a preencher, e os meios são insuficientes. (1986, p. 39).*

O processo de construção de uma nova imagem pautado por continuidades e rupturas com o conjunto tradicional de representações sobre a profissão configura-se no eixo de análise que se pretende enfatizar daqui por diante: suas condições sócio-históricas, tomando como referência o cenário brasileiro; o amadurecimento da categoria profissional e a descoberta da história como solo para a profissão definem-se, enquanto chaves heurísticas para análise da profissão e dos fundamentos de sua imagem, bem como em objetivos para o capítulo seguinte.

## CAPÍTULO III

### Uma Imagem Profissional em Construção:

#### Avanços e Continuidades

*Usuário: Mas eu vou poder ficar com meu filho no hospital?*

*Assistente Social: Claro que vai. Seu filho tem direito ao acompanhamento conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente.*

O exame da bibliografia mais crítica do Serviço Social aponta que é a partir de meados dos anos 60, passando pelas décadas de 70, 80 e 90, ou seja, aproximadamente há 40 anos, que se observa no Serviço Social brasileiro a existência de um amplo, porém progressivo, processo de metamorfose e amadurecimento. Este que se inicia com a chamada Renovação do Serviço Social,<sup>165</sup> sobretudo sob seu veio mais crítico nominado por “Intenção de Ruptura” (NETTO, 1991), tem incidido sobre o exercício e a formação profissional do assistente social, metamorfoseando o modo de ser desta profissão: suas respostas e ações pertinentes às requisições da divisão do trabalho; suas formas de entender a

---

<sup>165</sup> Conforme Netto (1991, p.131), “entendemos por renovação o conjunto de características novas que, no marco das constrictões da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendências do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais.” Como será visto mais adiante, a Renovação enformou um novo perfil profissional, principalmente considerando a expressão de uma de suas vertentes – a chamada “intenção de ruptura”. que por sua vez trouxe novas e importantes inflexões para o redimensionamento da auto-imagem profissional. (Id., Ibid.,).



realidade e as demandas que lhe chegam; suas representações sobre si mesma; ao mesmo tempo em que mantém contraditoriamente alguns de seus elementos tradicionais.

Assim, a análise crítica da trajetória da profissão até aqui nos permite afirmar que está *em curso* [há pelo menos quarenta anos] um processo de construção de uma nova imagem para o Serviço Social brasileiro, o qual iniciado em meados dos anos 60 – no contexto da Reconceituação latino-americana – ainda convive com a existência sedimentada social e historicamente de uma determinada imagem social profissional, cujos traços foram explorados no capítulo anterior.

Nota-se ainda que, essa imagem, ao mesmo tempo em que se fundamentou a partir da inscrição da profissão na divisão social e técnica do trabalho, está conformada, no caso brasileiro, desde as particularidades do capitalismo no Brasil [conforme tratado no capítulo I]. Também foi reproduzida por seus agentes a partir de seu modo de ser, de pensar e de responder às demandas postas pela própria divisão do trabalho.

Vê-se uma determinada e exclusiva maneira de se representar a profissão, a qual foi em certa medida ratificada por seus profissionais, tendo em vista sua vinculação tanto no plano da formação quanto no do exercício profissional, com princípios conservadores e justificadores da ordem social burguesa. Ou seja, a imagem social e a auto-imagem da profissão se conectavam por traços particulares, porém sedimentados sobre o mesmo amálgama: o histórico conservadorismo brasileiro e sua maneira *sui generis* de enfrentamento das expressões da “questão social”.

No entanto, a partir de meados dos anos 60, esta conexão entre a imagem socialmente vigente e a auto-imagem de seus profissionais começa a se

abalar. As décadas posteriores, sobretudo os anos 80 e 90, delineiam um amplo processo de negação das “marcas de origem” da profissão, principalmente entre sua vanguarda e entidades. Ou seja, novos traços passavam a compor a auto-imagem profissional, assentada agora em um determinado perfil profissional – voltado aos interesses majoritários da população brasileira, os quais, segundo nossa trajetória histórica, foram subsumidos pelos “pactos de elites” (SADER, 1999) e pelas “revoluções pelo alto” (FERNANDES, 1987).

Dessa forma, parte-se do pressuposto que a construção da auto-imagem profissional renovada cuja principal característica é a vinculação orgânica aos interesses e demandas dos trabalhadores, origina-se a partir de *dois processos auto-implicados*, os quais pretendemos apresentar neste capítulo: um, que podemos caracterizar para fins de exposição, diz respeito diretamente à própria profissão e é resultado do acúmulo político e teórico advindo da interlocução de segmentos minoritários à época da chamada Reconceituação; e outro, mais afeito à conjuntura de transição democrática brasileira dos anos 80, cujo principal desfecho foi a promulgação da Constituição Federal de 1988. A partir da interlocução desses dois processos [na medida em que o Serviço Social brasileiro recebe os influxos desse processo mais amplo], emerge e se fortalece na categoria profissional, e principalmente entre suas entidades, uma determinada imagem para a profissão, esta atrelada e formalmente comprometida com os interesses majoritários da população brasileira e mais especificamente com a luta pela garantia de seus direitos.

Entretanto, o fato dessa auto-imagem, visível no projeto profissional, que atualmente norteia a profissão, apresentar-se hegemonicamente entre suas entidades, não significa que tenha eliminado os traços daquela imagem socialmente

consolidada. Há, na verdade, uma *tensão* entre os traços tradicionais, que conformaram historicamente a imagem da profissão desde sua emergência na divisão social e técnica do trabalho; e outros, novos, emergentes do salto qualitativo experimentado pelo Serviço Social nas últimas décadas, os quais convivem dialeticamente. Esta tensão, marcada por continuidades e rupturas, atravessa a imagem da profissão configurando-a, enquanto uma totalidade constituída dialeticamente por uma dupla face: a imagem social e a auto-imagem profissional, diversos lados da mesma unidade: a imagem da profissão.

Assim, os objetivos deste capítulo são, em princípio:

1. Expor o processo de acúmulo teórico e político do Serviço Social advindo do Movimento de Reconceituação e, principalmente, o legado deste para a profissão no Brasil;
2. Apresentar o salto qualitativo experimentado pelo Serviço Social nos anos 80 no contexto da transição democrática;
3. Mostrar o fortalecimento e aprofundamento das conquistas dos anos 80 por meio da afirmação do projeto profissional hegemônico, este portador da auto-imagem do Serviço Social na contemporaneidade.

Pretende-se, logo, coroar todo o processo de investigação, afirmando o processo de continuidades e rupturas, que atravessa o Serviço Social, expresso nas representações que forjam para este uma determinada imagem da profissão.

### 3.1. O legado da Reconceituação para o Serviço Social brasileiro

Compartilho com Netto a análise de que nos anos 60, especialmente pós-64, o fenômeno mais importante para o Serviço Social consistiu no que este

autor conceitua como “Renovação do Serviço Social.” Com a Renovação, a profissão não mais seria a mesma, tendo em vista os inúmeros desdobramentos observados, seja do ponto de vista do exercício e da formação profissional, seja quanto à organização política da própria categoria. Netto afirma:

*No âmbito das suas natureza e funcionalidade constitutivas, alteraram-se muitas demandas práticas a ele colocadas e a sua inserção nas estruturas organizacional-institucionais [donde, pois, a alteração das condições do seu exercício profissional]; a reprodução da categoria profissional – a formação dos seus quadros técnicos – viu-se profundamente redimensionada [bem como os padrões da sua organização como categoria]; e seus referenciais teórico-culturais e ideológicos sofreram giros sensíveis [assim como as suas auto-representações]. (1991, p. 115).*

Netto (1991) observa que a ditadura “reforçou e validou” o chamado Serviço Social “tradicional,”<sup>166</sup> na medida em que procurou simultaneamente neutralizar qualquer segmento profissional de caráter mais combativo, ao mesmo tempo que garantiu o exercício daqueles extratos profissionais funcionais ao sistema. Dessa maneira, a ditadura promoveu a profissão em dois sentidos centrais, conforme o autor: de um lado, ampliando o mercado empregador em termos nacionais [processo este absolutamente condizente com a refuncionalização do Estado na fase monopolista - como já foi abordado no primeiro capítulo]; de outro, consolidando sua formação profissional através da incorporação do curso de Serviço Social no nível universitário.

---

<sup>166</sup> Conforme Netto (1981,p.59), “Serviço Social ‘clássico’ denota o exercício profissional tal como foi postulado pelos agentes profissionais que se dedicaram a um mínimo de sistematização, constituindo de fato as fontes do Serviço Social [Mary Richmond é o exemplo mais crítico]. Por Serviço Social ‘tradicional’ deve entender-se a prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada que os agentes realizavam e realizam efetivamente na América Latina. Evidentemente, há um nexos essencial entre ambos: parametra-os uma ética liberal-burguesa e sua teleologia consiste na correção – numa ótica claramente funcionalista – de resultantes psicossociais considerados negativos ou indesejáveis, sobre o substrato de uma concepção[aberta ou velada] idealista e/ou mecanicista da dinâmica social, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida como um dado factual ineliminável.”

Assim, quanto ao aprofundamento e reorganização do espaço sócio-ocupacional, Netto particulariza esse processo no pós-64, na medida em que:

*A criação de um mercado nacional de trabalho para os assistentes sociais tem seus mecanismos originais deflagrados em meados dos anos quarenta [...], no bojo do 'desenvolvimento das grandes instituições sociais' implementadas no ocaso do Estado Novo [...]. Nos anos cinquenta e na entrada dos sessenta, esse mercado se expande, e não pode haver dúvidas acerca da conexão desta expansão com o andamento da já vista industrialização pesada. Trata-se, porém, de um mercado de trabalho emergente e ainda em processo de consolidação [...]. É esse mercado de trabalho que o desenvolvimento capitalista operado sob o comando do grande capital e do Estado autocrático burguês a ele funcional redimensiona e consolida nacionalmente. (NETTO, 1991, p. 120).*

Nota-se que o Estado não apenas ampliou o número de entidades empregadoras nas diversas políticas sociais setoriais, mas alterou a forma de execução das mesmas, gerando uma série de “especializações” em seu interior,<sup>167</sup> o que direta e indiretamente incidiu sobre a forma de intervenção cotidiana do assistente social.

Além disso, a esfera da empresa privada passou a contratar os assistentes sociais com muito mais frequência, tendo em vista a multiplicação das empresas no contexto do “milagre econômico”, bem como a crescente necessidade de controle e vigilância da força-de-trabalho. Quadro semelhante pode ser verificado no campo da filantropia, que diante do quadro de agravamento das expressões da “questão social” no contexto da ditadura, tendeu a requisitar um maior número de assistentes sociais para respondê-las.

Com efeito, à medida que se afirmou e redimensionou o mercado de trabalho para os assistentes sociais, tal processo impôs à profissão e seus sujeitos um “novo padrão de exigência” para o exercício da profissão. Ou seja, o mercado de

---

<sup>167</sup> Como, por exemplo, no interior da previdência, observou-se a existência de uma série de serviços especializados, como a concessão de benefícios, o atendimento aos acidentes de trabalho, a reabilitação profissional.

trabalho passa a exigir um novo perfil profissional, capaz de encaminhar com competência as demandas postas no dia-a-dia. Ser competente significava conhecer os princípios da administração burocrática e sua racionalidade subjacente [como a neutralidade, por exemplo], sem que com isso se alterasse os fundamentos ético-políticos e filosóficos, pautados [como visto no capítulo anterior], em larga medida, no Positivismo, no ideário neotomista e nos valores da Doutrina Social da Igreja. Ao contrário, tratava-se de reatualizar a herança conservadora presente na profissão, tornando-a ainda mais funcional às exigências da fase do capitalismo monopolista.

Assim, para a afirmação desse novo perfil profissional, era necessário se alterar as próprias condições da formação profissional em dois níveis: ampliando o número de escolas e revendo sua formação curricular. Neste sentido, Netto destaca a entrada do curso de Serviço Social no âmbito universitário com a reforma de 1968, gerando inesperadas conseqüências, pois:

*Se de um lado, propiciou institucionalmente a interação das preocupações técnico-profissionais com as disciplinas vinculadas às ciências sociais; é então que a formação recebe de fato o influxo da sociologia, da psicologia social e da antropologia. É absolutamente inegável o aspecto positivo daí decorrente [...]. De outro lado, o recrutamento de novo pessoal docente – tornado compulsório pela expansão dos cursos – **também revelou-se contraditório.** (NETTO, 1991, p. 126, grifo nosso).*

A criação de cursos que pululavam por todo o país, passou a recrutar novos docentes de outras inserções sociais [não esqueçamos que a base de recrutamento dos assistentes sociais também tinha se ampliado para além dos segmentos mais abastados da sociedade], bem como com trajetórias acadêmicas distintas, ou seja, desde profissionais formados há mais tempo até os recém-formados. A convivência deste novo corpo docente com o meio acadêmico, dedicado ao aprimoramento intelectual, permitirá, num lapso de tempo

consideravelmente curto, o acúmulo de determinada massa crítica capaz de dinamizar o debate profissional, bem como sua própria Renovação em direções diferentes – majoritariamente, na manutenção da herança conservadora, travestindo-a de nova roupagem, entretanto para além do confessionalismo; e em princípio, minoritariamente, na intenção de ruptura efetiva com o histórico conservadorismo. E aí reside a contradição, apontada pelo autor em citação anterior, pois, se desde a sua emergência na divisão social e técnica do trabalho não encontrávamos divergências de fundo entre os assistentes sociais, mas um ambiente de relativa homogeneidade do ponto de vista político e doutrinário, no pós-64, esse quadro de convergência e homogeneidade terminantemente se desfaz com a entrada desse novo corpo docente e com a perspectiva pioneira no Serviço Social brasileiro de superação do histórico conservadorismo.

Assim, além de se instaurar o pluralismo no âmbito da profissão [o que mais à frente será claro com a aproximação do Serviço Social com a tradição marxista], a Renovação significou, segundo Netto (1991), um expressivo *avanço*, pois permitiu a identificação do estatuto teórico como reconhecimento do assistente social como intelectual. Tal aspecto consiste em um salto se o compararmos ao constricto teórico e político-ideológico, que legitimava a profissão anteriormente, do ponto de vista do seu exercício, bem como da sua imagem social.

Observa-se, dessa forma, um esforço, mesmo daqueles segmentos profissionais mais conservadores, na direção da validação teórica da profissão. Ou seja, se nas protoformas da profissão, mais do que conhecimento teórico, era necessário um perfil moral adequado à prática profissional, a Renovação prioriza o investimento teórico, daí a importância do diálogo do Serviço Social com os demais campos do saber, não como simples receptor, mas como possível interlocutor.

Algumas outras conseqüências imediatas desse amadurecimento também são apontadas. A primeira delas é que a Renovação abre a possibilidade de o Serviço Social tornar-se alvo das preocupações de sua pesquisa, favorecendo, com isso, o confronto das diversas concepções de profissão, bem como o fortalecimento de vanguardas profissionais voltadas para a investigação.

Além disso, uma nova configuração dos congressos e das instâncias organizativas da categoria são verificadas, tal como no dizer de Netto:

*[...] na renovação do Serviço Social, é que esses eventos [...] deixam de ser espaços de consagração consensuais e se revelam territórios de polêmica. O papel das instâncias organizativas, pois, também se modifica: entidades que tradicionalmente tinham referendadas as suas propostas, neste processo vêem-se em xeque e são obrigadas a estabelecer uma nova sintonia com parcelas importantes da categoria profissional – tanto no que diz respeito a questões corporativas como, e este é o ponto importante, a temáticas de outra natureza [teórica, ideológica e política]. (1991, p. 134).*

Um outro aspecto, que também se redimensiona, diz respeito à participação dos assistentes sociais no chamado Desenvolvimento de Comunidade, e a percepção dos profissionais quanto à sua amplitude. Na verdade, a experiência dos assistentes sociais com as práticas comunitárias remonta os anos 50, conforme a bibliografia (AMANN, 1980; CASTRO, 1987; WANDERLEY, 1998), que trata mais amiúde a inserção dos assistentes sociais no “Desenvolvimento de Comunidade”. Esta demonstra que tal participação profissional trouxe outros componentes para se pensar a prática e o significado social da profissão. Em primeiro lugar, a intervenção junto a comunidades exigia do assistente social o trato e o conhecimento de questões de natureza macrossocial [a despeito da presença do traço acrítico nas práticas de Desenvolvimento de Comunidade, sobretudo o chamado DC



Ortodoxo].<sup>168</sup> Era necessário, portanto, a aproximação com novos aportes teóricos para o trabalho com comunidade.

Em segundo lugar, o assistente social passou a integrar equipes multidisciplinares; e em muitos casos, também a assumir posição de destaque em face da sua experiência pregressa com grupos ou com demandas sociais de um modo geral. Ou no dizer de Castro:

*Contavam com uma diversificada experiência de contato com populações e comunidades, o que, provavelmente, dava-lhes algumas vantagens em face de outros profissionais. [...] Socialmente, experimentou uma etapa de revalorização, que lhe atribuiu novas responsabilidades e lhe conferiu uma posição melhor no interior das administrações públicas que, também elas, viviam um processo de modernização. (1987, p. 147).*

Por último, Castro (1987) destaca que se na década de 50, o trabalho com comunidades trazia certo reconhecimento e valorização profissional, ao mesmo tempo em que acenava com a possibilidade de reformas sociais; já no início dos anos 60, era visível o esgotamento das propostas democrático-liberais, tendo em vista a impossibilidade de construção de uma mudança efetiva no padrão de vida da população dentro dos limites da chamada “democracia liberal burguesa”. Ou seja, as reivindicações populares eram incompatíveis com os limites da ordem burguesa. Assim, Castro afirma:

*Sem dúvida, este quadro político e econômico golpeou a consciência e o comprometimento dos assistentes sociais em relação aos projetos*

---

<sup>168</sup> Amann (1980, p.98) identifica a existência de experiências de corte diferenciado no âmbito do “Desenvolvimento de Comunidade”, conhecidas por “ortodoxas” e “heterodoxas”. Enquanto as práticas consideradas “ortodoxas” “[...]inspiram-se [inspiravam-se – FGO] quase que exclusivamente nos postulados funcionalistas, e abordam [abordavam – FGO] a comunidade como uma unidade constituída de partes interdependentes que devem colaborar para o equilíbrio do todo” (Id., ibid., p. 84); aquelas intituladas “heterodoxas”, pautadas nas ações do chamado Movimento de Educação de Base (MEB), possuíam um caráter claramente progressista, que “[...]extrapola [extrapolavam – FGO] a visão localista do Desenvolvimento de Comunidade e passa [passavam – FGO] a conceber a participação numa perspectiva macrossocietária, capaz de provocar as mudanças estruturais.”

*desenvolvimentistas. Todos os seus cálculos acerca das transformações que adviriam em consequência da implementação das políticas desenvolvimentistas estiveram longe de cumprir-se. Entretanto, a insatisfação mais aguda em face da realidade profissional se dava menos na frente institucional e mais nos meios acadêmicos. Estudantes e docentes de Serviço Social assumiam com empenho e vigor a tarefa de revisar completamente a profissão. (1987, p. 166).*

A efervescência do meio acadêmico sustenta-se em dois processos que, para os assistentes sociais brasileiros assim como seu corpo docente e discente, possuem profundos impactos: a existência de novas relações entre cristãos e a esquerda; e o protagonismo do movimento estudantil.

Quanto ao primeiro processo destacado acima, cabe ressaltar que nos anos 60, verifica-se uma profunda mudança nas pastorais da Igreja Católica. É verdade que a Igreja sempre foi dividida, contudo, nos anos 60, *“a novidade é que o alto clero torna-se sensível às demandas do baixo clero, este articulado aos interesses da classe trabalhadora.”*<sup>169</sup> Logo, nota-se uma nova postura por parte de alguns segmentos da Igreja (LOWY, 1988), que por sua vez incide na categoria profissional. Por último, mas não menos importante, ressalta-se o protagonismo do movimento estudantil. Segundo Netto, a maioria do alunado da época, partícipe do movimento dos estudantes, advinha majoritariamente da esquerda católica. Muitos desses estudantes tornaram-se posteriormente docentes, levando para o interior da academia tal postura e experiência.

Em síntese:

*[...] a renovação do Serviço Social que se processa no marco da autocracia burguesa **mantém uma relação complexa com o quadro anterior** da profissão: erguendo-se sobre o colapso da legitimação das formas profissionais ‘tradicionais’, resgata alguns de seus núcleos tanto quanto*

---

<sup>169</sup> Conforme conferência promovida pelo CRESS 7ª. Região e ministrada pelo Prof. José Paulo Netto intitulada “40 Anos de Reconceituação: Avanços, Limites e Conseqüências para a Atualidade” em 15 de maio de 2006, por ocasião da comemoração do dia do assistente social. A referida conferência contou também com a participação da Profa. Maria Carmelita Yazbek.

*bloqueia alternativas de desenvolvimento que estavam embutidas naquele colapso – ao mesmo tempo em que dinamiza, sobre novo piso, outras tendências emergentes no processo da crise que converteu em dado explícito. (NETTO, 1991, p. 141, grifo nosso).*

É, portanto, a simultaneidade entre a continuidade e a ruptura com o Serviço Social “tradicional”, que permite, de um lado, a ascensão de correntes de modernização e reatualização do Serviço Social, de acordo com Netto (1991), que embora critiquem os princípios do chamado Serviço Social “tradicional”, reposicionam o histórico conservadorismo presente na profissão desde suas protoformas; de outro, o surgimento, pela primeira vez na trajetória sócio-histórica dessa profissão, de uma matriz profissional voltada efetivamente para a ruptura com o tradicionalismo. Trata-se da vertente nominada por Netto (1991) de “intenção de ruptura”, a qual recebendo [embora tardiamente] os influxos do Movimento de Reconceituação, propõe-se construir uma nova programática para a profissão radicalmente contrária aos preceitos tradicionais do Serviço Social e capaz de enfrentá-los e superá-los.

### 3.2 O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina: seu significado para o Brasil

É unânime entre os autores brasileiros mais críticos (NETTO, 1991; IAMAMOTO, 1999; BARROCO, 2001) o entendimento de que o Movimento de Reconceituação fundou-se no caldo sociocultural da crise do Serviço Social “tradicional” e, por conseguinte, na Renovação do Serviço Social. Entretanto,

ressalta-se que enquanto esta pode ser entendida como um fenômeno internacional, a chamada Reconceituação imbuu-se, nestas latitudes, das questões e processos comumente presentes entre todos os países latino-americanos, como a posição periférica assumida por tais nações no cenário do capitalismo monopolista e os desdobramentos daí advindos (NETTO, 1991; FALEIROS, 1987). Além disso, trata-se de um processo datado, historicamente, de 1965 a 1975 (NETTO, 1991; IAMAMOTO, 1999), se exaurindo nos anos 70 em função, em linhas gerais, da ascensão de regimes ditatoriais na América Latina; e, em nível particular, em virtude da sua própria heterogeneidade. *“Vale dizer: o conjunto dos renovadores era um leque extremamente heterogêneo, que necessariamente articulava uma renovação caleidoscópica.”* (NETTO, 1991, p. 148).<sup>170</sup>

No entanto, a despeito da diversidade, é possível notar alguns eixos comuns que perpassaram o debate da Reconceituação nos vários países. Dentre eles, Iamamoto destaca:

*[...] o reconhecimento e a busca de compreensão dos rumos peculiares do desenvolvimento latino-americano em sua relação de dependência com os países ‘cêntricos’ [...] criação de um projeto profissional abrangente e atento às características latino-americanas, em contraposição ao tradicionalismo [...]. uma explícita politização da ação profissional, solidária com a ‘libertação dos oprimidos’ e comprometida com a ‘transformação social’ [...]. a necessidade de se atribuir um ‘estatuto científico’ ao Serviço Social lança-o no campo dos embates epistemológicos, metodológicos e das ideologias. [...] as preocupações anteriores se canalizam para a reestruturação da formação profissional. (1999, p. 209).*

---

<sup>170</sup> Também no dizer de Iamamoto (1999, p.207), “[...]tanto em função de suas gênese sociais diferenciadas – determinadas por contextos sócio-políticos e econômicos distintos – quanto em razão da vinculação intelectual e política por parte de seus protagonistas a matrizes teóricas e societárias também diversas, o movimento de reconceituação se molda como uma unidade repleta de diversidades.” Diversidades estas que podem ser sentidas, inclusive, entre aqueles que se punham no campo da esquerda, as quais podem ser observadas, por exemplo, no debate instaurado em torno do tema da metodologia no Serviço Social (ver ABESS, 1989).

Assim, a Reconceituação questionava o papel dos assistentes sociais no processo de superação da condição de subdesenvolvimento dos países latino-americanos em um cenário no qual os projetos desenvolvimentistas nacionais de corte democrático-liberal davam claros sinais de ineficácia e incompatibilidade com os reais interesses e necessidades da população [como no caso das práticas comunitárias tratadas anteriormente]. Questionavam, portanto, a condição e a posição dos países latino-americanos no contexto de dominação burguesa, esta fundamentada no grande monopólio internacional. Ou seja, pode-se afirmar que a Reconceituação foi, indubitavelmente, um fenômeno organicamente vinculado à conjuntura da sua época marcada mundialmente por uma crise sem precedentes da ordem capitalista em sua fase monopólica.<sup>171</sup> Ressalta-se, ainda, que no contexto da crise, aparecem outros influxos que a ela se conectam, gerando um caldo sócio-cultural e político bastante particular, expresso com toda força no “maio de 1968”, ou “maio francês” no dizer de Aquín (2005).<sup>172</sup> De acordo com Netto:

---

<sup>171</sup> Conforme já explicitado no primeiro capítulo, uma das características do capitalismo na sua fase monopólica, é o desenvolvimento de crises cíclicas. A primeira ocorreu por volta de 1825 e restringiu-se à Inglaterra; já nos anos 30, desse século, começou a se expandir por outras regiões, até que em 1846/1847, ela se espalhou por toda a Europa [o que explica as revoluções de 1848]. A crise, neste sentido, torna-se cíclica quando o capitalismo, em sua fase monopolista, consegue se apropriar de todo circuito produtivo. Contudo, a novidade da era monopólica é que diante das crises cíclicas, defrontam-se seus mecanismos de contenção. Historicamente, tais contratendências revelaram-se de forma mais clara a partir de 1929, quando o Estado assumiu papel de imponderável relevância. “*Em geral, as crises econômicas criam as condições a partir das quais o Estado é levado a desempenhar papéis mais ativos nas economias dos países capitalistas, dominantes ou dependentes. O Brasil não escapa a essa regra geral.*” (IANNI, 1979, p. 302). Conforme atenta Ianni (Ibid.), “[...] as crises econômicas [ou as crises ao mesmo tempo econômicas e políticas] têm sido acontecimentos importantes para a explicação por que o Estado passa a desempenhar funções cada vez mais complexas na economia do Brasil. Note-se, entretanto, que as reações governamentais [isoladas ou planejadas] às situações de crise não significam, necessária e automaticamente, a formulação e execução de políticas econômicas de desenvolvimento. Antes de mais nada, o que entra em jogo é a preservação do regime; isto é, as relações e estruturas de dominação e apropriação vigentes.” (Id., Ibid, p.304).

<sup>172</sup> Aquín (2005, p.24) afirma a efervescência política dos anos 60 e 70 a partir da indicação de alguns dados factuais da época que expressaram claramente tal conjuntura: “*Na década de 60 e primeiros anos de 1970, dezoito nações africanas alcançaram sua independência. O triunfo da guerra de independência na Argélia e o estrondoso fracasso dos Estados Unidos no Vietnã nos colocavam frente a uma perspectiva certa de um mundo novo. Todos falavam de revolução na América Latina. Cuba se converteu em símbolo da marcha ao socialismo. Em muitos países se formaram movimentos*

*Registraram-se então amplos movimentos para direcionar os ônus da desaceleração do crescimento econômico, mediante as lutas de segmentos trabalhadores e as táticas de reordenação dos fundos públicos dos Estados burgueses. Em tais movimentos, o conteúdo das demandas econômicas [...] entrecruza-se e conflui com outras demandas, sociais e culturais [...] Nas suas variadas expressões, aqueles movimentos punham em questão a racionalidade do Estado burguês, suas instituições e, no limite, negavam a ordem burguesa e seu estilo de vida [...]. (2005, p. 73).*

Netto (2005) observa que diante de todo esse contexto, criou-se em torno da crítica ao Serviço Social tradicional uma “grande união” de segmentos os mais díspares da categoria profissional latino-americana. Neste sentido, a Reconceituação foi, acima de tudo, um compósito cuja heterogeneidade é uma de suas características centrais. Netto afirma:

*Esta frente renovadora compunha-se, basicamente, de dois grandes segmentos: um deles apostava numa espécie de atualização do Serviço Social, capaz de modernizá-lo a ponto de torná-lo compatível com as demandas macrosociais, vinculando-o aos projetos desenvolvimentistas de planejamento social; outro, constituído por setores mais jovens e radicalizados, jogava numa inteira ruptura com o passado profissional, de modo a sintonizar a profissão com os projetos de ultrapassagem das estruturas sociais de exploração e dominação. [...]. Em pouco tempo, já por volta de 1971-1972, a grande união se fratura,<sup>173</sup> dividindo-se claramente os seus protagonistas: de um lado, os reformistas-democratas, basicamente desenvolvimentistas; de outro, os radical-democratas, para os quais o desenvolvimento supunha a superação de exploração-dominação nativa e imperialista. (2005, p. 75).*

---

*guerrilheiros que tiveram grande impacto, e no Chile, foi eleito como presidente Salvador Allende, com um programa de transição ao socialismo. Em nosso país [Argentina – FGO] crescia a mobilização social com dois atores privilegiados: o movimento operário e a juventude, e destes últimos, particularmente o movimento estudantil.”*

<sup>173</sup> Em conferência já citada, Netto (2006), afirma que foi no Seminário Regional realizado no Equador em 1971, quando se torna explícita a divergência de posições entre os reconceituadores. Enquanto um grupo defendia a adequação da profissão conforme as demandas sócio-ocupacionais vigentes, numa clara perspectiva reformista; outro propunha a refundação da profissão sob novas bases, quer seja, de caráter anticapitalista, antiimperialista e afinada com o protagonismo e interesses da classe trabalhadora. Para este, a Reconceituação se iniciou nos marcos da Renovação do Serviço Social, mas tendia a ultrapassá-la à medida que colocava como horizonte uma nova profissão, comprometida com outros valores e empenhada na transformação social. Conforme melhor trataremos adiante, residirão aqui seus principais acertos e excessos.

Com efeito, deriva-se dessa flagrante heterogeneidade de seus protagonistas, a presença do ecletismo.<sup>174</sup> Assim, Netto (1991) destaca que ao negar as chamadas “teorias importadas”<sup>175</sup> como forma de impedir o fortalecimento da influência norte-americana<sup>176</sup> sobre o Serviço Social, os reconceituadores optaram pela relativização teórica – donde as teorias são boas e passíveis de autocomplementação - desde que autóctones. Assim, a Reconceituação não poderia ter outra face senão a do ecletismo,<sup>177</sup> traço este que, de certa forma, recria uma tendência presente na profissão desde suas protoformas, quer seja, a de equivaler aportes teóricos das mais variadas fontes, quilates ou propósitos imediatos.

Outro traço fundamental cujos desdobramentos foram da maior importância para o Serviço Social brasileiro – tema que será tratado com maior atenção mais adiante, foi a vinculação da Reconceituação à tradição marxista, a qual não se deu sem problemas.<sup>178</sup>

---

<sup>174</sup> Alayón (2005, p.10), é claro: *“Os principais aportes provinham da teoria da dominação e da dependência, do marxismo, das propostas ‘conscientizadoras’ do pedagogo brasileiro Paulo Freire e também da Teologia da Libertação.*

<sup>175</sup> Por exemplo, negava-se o positivismo e o estruturalismo não pelo seu lastro conservador, mas por serem matrizes de pensamento estrangeiras e, portanto, incapazes de entender as particularidades da América Latina. Nesta linha, o que dizer então do marxismo?

<sup>176</sup> Conforme Alayón (2005, p.11), *“coincidiámos sim em um forte e crescente sentimento anti-norte-americano, que nos gerava um rechaço quase frontal a tudo que vinha dos Estados Unidos da América.”*

<sup>177</sup> Nesta direção, como a tentativa de se convergir cristianismo e marxismo, Barroco (2001,p.147) afirma que a apreensão do pensamento marxista tem no Serviço Social particularidades que decorrem da dupla vinculação entre os pressupostos socialistas e católicos progressistas. Neste sentido, *“a leitura da realidade latino-americana, pelos jovens cristãos, utiliza-se parcialmente de Marx. Suas fontes principais continuam sendo o neotomismo e o pensamento de Mounier, Maritain, Lacroix, Paulo Freire, entre outros.” [...] “pela influência que o Serviço Social recebe dos movimentos católicos progressistas, este debate é travado em termos de uma conciliação entre o humanismo cristão e o humanismo marxista, o que se, por um lado, aponta para uma compreensão do caráter humanista do pensamento marxiano, por outro se subordina aos princípios metafísicos da filosofia cristã, impedindo assim, nesse momento, que se efetue uma crítica ontológica no interior do próprio marxismo.” (Id.,Ibid., p. 156).*

<sup>178</sup> A forte vinculação com o pensamento marxista intensificou a heterogeneidade e a polarização entre os protagonistas da Reconceituação, da qual apontamos anteriormente, pois segundo Netto (1991,p.150), *“[...]quanto mais se intensifica a interlocução com a tradição marxista e a compreensão do caráter abrangente e comum de certas condições do exercício profissional no continente [...], mais*

Cabe ressaltar que a aproximação do Serviço Social com a tradição marxista se deu a partir dos anos 60 e envolveu determinados segmentos da categoria profissional – notadamente os docentes – e em algumas partes do globo, como a América do Norte e Europa Ocidental e a América Latina. Segundo Netto (1989, p.96), tal relação se efetiva a partir da combinação de três processos: *“a crise do Serviço Social tradicional; a pressão exercida pelos movimentos revolucionários e a rebelião estudantil”* cujos eventos conjunturais punham a possibilidade da revolução socialista na ordem do dia. Pode-se constatar também na mesma obra de Netto (p. 88) *“[...] o visível deslocamento de setores da Igreja Católica [...] para posições contestatórias ao conservadorismo e à ditadura.”*

Não se pode negar também que, embora com um peso diferenciado, o ingresso do Serviço Social no rol de cursos de nível superior e, portanto, no meio acadêmico, tenha coincidido com a incorporação do marxismo pelos segmentos mais críticos das ciências sociais, permitindo, desse modo, a aproximação do Serviço Social com a tradição marxista também por esse veio.

Netto (1989) afirma, entretanto, que tal relação foi atravessada por algumas particularidades, que se auto-implicaram, dentre as principais, observa-se que o Serviço Social desenvolveu com a tradição marxista uma relação sensivelmente instrumental, na medida em que extraiu desta apenas os conhecimentos necessários para uma compreensão ídeo-política da sociedade. Neste sentido, o Serviço Social buscava na tradição marxista muito mais um suporte

---

*se explicitam os cortes e as colisões no seu interior, distinguindo com fronteiras muito visíveis os segmentos profissionais modernizantes daqueles que apostavam numa ruptura com as práticas e as representações do Serviço Social ‘tradicional’. Já nos primeiros anos da década de setenta, estas fronteiras não podem ser mais veladas – e boa parte dos modernizantes, quase todos vinculados ao reformismo desenvolvimentista, se demarcava intencionalmente do outro pólo renovador, nalguns casos refluindo mesmo para alianças com setores ‘tradicionalistas’. As diferenças irão crescendo até a exaustão do movimento.”*



para sua prática político-partidária<sup>179</sup> do que um referencial para o desvelamento da realidade na sua totalidade. Assim, para responder a tal demanda, não era necessário o exame e análise das fontes originais,<sup>180</sup> mas de manuais que possuísem a “receita” procurada. Em síntese, para Netto:

*[...] o que ocorreu [...] foi uma aproximação enviesada de setores do Serviço Social à tradição marxista – um viés derivado dos constrangimentos políticos, do ecletismo teórico e do desconhecimento das fontes ‘clássicas’.* (1989, p. 98).

O resultado disso correu em duas direções que se complementam, pois no dizer de lamamoto:

*[...] as formas específicas pelas quais se deu o referido encontro [entre Serviço Social e marxismo – FGO] fizeram com que se estabelecesse uma*

---

<sup>179</sup> Ressalta-se que a aproximação do Serviço Social com o pensamento marxista se deu majoritariamente pela experiência político-partidária de seus agentes (SILVA, 1991), o que conferiu a profissão alguns desdobramentos importantes. O primeiro deles refere-se ao fato de que sendo militantes, os assistentes sociais tenderam a trazer para o campo profissional suas inquietudes e dilemas político-partidários. Segundo lamamoto (1999), observa-se não raramente uma identidade entre militância e prática profissional. Assim, se de um lado, tal via de aproximação desvelou para a profissão a dimensão política subjacente à intervenção profissional [e, portanto, a terminante recusa da neutralidade]; por outro, tal perspectiva gerou entre os agentes profissionais um falacioso entendimento de que para uma ação competente bastava compromisso e vontade política, reconfigurando, ainda que por outros caminhos, antigas práticas e posturas como o messianismo e o voluntarismo. Com efeito, as demais dimensões que atravessam a profissão – como a teórico-metodológica e técnico-operativa – não compareciam nesta perspectiva profissional. lamamoto (1999, p.211) identifica o equívoco desta tendência da seguinte forma: “[...]se a consciência teórica tem suas raízes nas relações econômicas e nas lutas de classes historicamente determinadas, ela não surge espontaneamente de tais relações e lutas. Exige, para a sua construção, uma interlocução crítica com o conhecimento científico acumulado[...]”. Já Barroco (2001, p.141) identifica também que além da militância política, havia entre os sujeitos simpatizantes do marxismo aqueles que se filiavam à militância católica. Ou seja, “na militância católica, [o assistente social – FGO] faz a ‘opção pelos pobres’, projeta-se como ‘agente de mudança’, atuando em atividades de educação popular e formação de quadros políticos junto à população. [...] No engajamento político-partidário, resiste à ditadura, rompe com valores, faz escolhas pautadas em valores emancipatórios, acredita na liberdade, move-se pela intenção de ruptura em seus entraves”.

<sup>180</sup> Conforme lamamoto (1999, p.211), “[...]constata-se que o personagem mais ausente é o próprio Marx. Em outras palavras: foi a aproximação de um marxismo sem Marx.” O exame e a interlocução com as fontes originais apenas passa a acontecer, no caso do Serviço Social brasileiro, nos idos da década de 70 e início dos anos 80, prevalecendo-se do esvaziamento da ditadura e do desenvolvimento e fortalecimento dos cursos de pós-graduação nas universidades.

*tensão entre os propósitos políticos anunciados e os recursos teórico-metodológicos acionados para iluminá-los; entre pretensões político-profissionais progressistas e os resultados efetivamente obtidos. Com isso o discurso que se pretendia marxista passou a conviver com uma bagagem teórica eclética, que não era capaz de operar a efetivação das intenções declaradas, fazendo com que a ruptura anunciada não fosse integralmente realizada. (1999, p. 212).*

Tal aspecto, se de um lado alimentou os críticos da Reconceituação; de outro, tendeu a ratificar na categoria profissional a desqualificação teórica e a ênfase da prática como fonte exclusiva de conhecimento e competência. A máxima de que só se aprende fazendo, justifica-se a partir do equivocado entendimento de que a teoria marxista não fornece as respostas necessárias para o enfrentamento do real.

Por se dar, nas palavras de Netto (1989), de forma “enviesada,”<sup>181</sup> a aproximação do Serviço Social com alguns extratos da tradição marxista tornou-se mais um alvo, dentre as inúmeras críticas feitas à Reconceituação. Netto (1981) aponta, então, críticas de duas naturezas: algumas com caráter claramente conservador; outras, ao contrário, reconheciam os avanços da Reconceituação em face do Serviço Social “tradicional”, e apontavam para a sua própria superação e

---

<sup>181</sup> A aproximação “enviesada” com o marxismo gerou alguns importantes equívocos cujos desdobramentos atingiam inclusive o exercício profissional, como já sinalizado. É neste sentido que Aquín (2005) destaca a concepção instrumentalista de Estado, para a qual o Estado burguês consistia exclusivamente em instância política de legitimação e sustentação dos interesses burgueses, sendo, portanto, vazio de lutas e impermeável à correlação de forças. Em consequência, suas instituições representavam unilateralmente tais interesses, inviabilizando qualquer intervenção, que deveria ser realizada fora de seus espaços formais. A proposta de saída dos assistentes sociais das instituições se inscreve nessa perspectiva e tendeu a identificar a prática profissional com a militância política. Assim, desse engano, Barroco (2001) adverte que à medida que a militância e o voluntarismo são trazidos para o desenvolvimento cotidiano da profissão, para suas atividades técnicas, o profissional tendeu a se distanciar da prática política subjacente à participação nos partidos e movimentos sociais. Assim, mesmo com uma posição ideológica progressista, o assistente social se afasta dos espaços históricos da política – partido, sindicato, organizações políticas de um modo geral – ratificando um traço antigo do perfil profissional, confirmado em pesquisas recentes. Conforme dados de pesquisa do CFESS (2005), 68% dos assistentes sociais pesquisados em todo país alegam que não possuem qualquer atividade política, a despeito de trabalharem com o discurso do controle social e do direito.

amadurecimento, que para tanto deveria ultrapassar algumas de suas imprecisões e equívocos.

Segundo Netto (1981), o primeiro deles refere-se, ao uso de fontes inadequadas da tradição marxista e suas derivações, gerando o ecletismo e o epistemologismo [este traduzido, segundo Netto, na equivocada busca de uma teoria própria do Serviço Social supostamente como meio de impedir a subalternidade na divisão social do trabalho]. Além disso, essa aproximação equivocada com o marxismo provocou, do ponto de vista metodológico, o etapismo e o metologismo, segundo Santos (1993), e em termos políticos, “[...] *cumprir desnudar a ingenuidade política, oriunda tanto da incapacidade de conjugar análise de estrutura/análise de conjuntura quanto do basismo [...].*” (NETTO, 1981, p. 61).

Já a “crítica conservadora”<sup>182</sup> afirmava que “*a reconceptualização conduziu à insegurança, à angústia e à desorientação profissional*”, de acordo com Netto (p. 62). Nesta obra, o autor nos chama a atenção, considerando as particularidades do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho, para a pouca precisão acerca do papel e da natureza da ação profissional que sempre pairou sobre seus sujeitos. A Reconceituação apenas desnudou tais lacunas à luz da crítica à prática reiterativa, burocrática e que se auto-intitulava como neutra.<sup>183</sup>

A Reconceituação foi também acusada pelos conservadores de consistir em mais um modismo da profissão. Se isso tem algum fundo de verdade, Netto esclarece que:

---

<sup>182</sup> É possível verificar muitas das críticas feitas à Reconceituação, nos termos indicados por (NETTO, 1981; JUNQUEIRA, 1980).

<sup>183</sup> Uma das principais críticas da Reconceituação ao chamado Serviço Social “tradicional” era seu discurso da neutralidade, no qual “[...] *o ator profissional é externo à situação, analisando, com isenção, a insatisfação do cliente, a situação e o desejável como se houvesse um desejável sem desejante, um problema sem problematização e uma situação sem contexto.*” (FALEIROS, 1987, p.55).

*[...] a generalização de qualquer novo padrão se opera através de um processo de divulgação que, nos seus estágios iniciais, implica mesmo uma vulgarização, que chega a ser assumida como signo distintivo de vanguardismo. Ou seja: o 'modismo' é uma fase compulsoriamente experimentada por qualquer instauração de novos padrões intelectuais e profissionais. (1981, p. 64).*

Outra crítica muito recorrente a Reconceituação foi a de que era um movimento restrito a um pequeno grupo, o que embora tenha sido verdadeiro inicialmente – dado seu confinamento à universidade por razões conjunturais – não desqualifica sua abrangência e muito menos o conteúdo em si da Reconceituação. Além disso, os críticos da Reconceituação acusavam-na de se construir a partir da negação do passado da profissão, e nesse sentido, de recusa do chamado Serviço Social “tradicional”.

Ademais, a Reconceituação foi falaciosamente acusada de “ideologizar” a profissão e com isso, desprofissionalizá-la, tendo em vista a exacerbação de sua dimensão política. Tal crítica é clara no dizer de Junqueira (1980), pois, para a autora, ainda que trabalhando premido pelos limites objetivos do Estado, caberá ao assistente social pessoalmente encontrar “caminhos” possíveis para o desenvolvimento de sua prática profissional, desvinculando-a da “ideologia estatal”. A autora entende que o chamado Serviço Social “tradicional” não poderia ser criticado por reproduzir a ideologia dominante presente no Estado, porque isso dependeria do próprio profissional, e mais especificamente da sua capacidade de encontrar as tais “brechas”. De acordo com Junqueira:

*Outra crítica [feita ao Serviço Social tradicional – FGO] que padece de maiores fundamentos é a de que o Serviço Social tradicional estaria, simplesmente, atrelado ao aparato ideológico do Estado, como instrumento de dominação. Se se admite como premissa que toda atividade profissional que se desenvolve num Estado capitalista está, ipso facto, jungida a essa ideologia, nada mais haveria a discutir. No entanto, se se admite a possibilidade de discordância e até mesmo de montagem de estratégias e táticas que permitam um certo nível de conscientização da problemática*

*[...] pode-se então discutir até que ponto o Serviço Social pode abrir brechas e caminhos, viáveis e conduzentes com algo mais em profundidade. (1980, p. 16).*

Nesses termos, a Reconceituação também foi acusada de instaurar a dicotomia entre a formação e o exercício da profissão ou como crítica de Junqueira:

*Em análises sobre o movimento [de Reconceituação – FGO], freqüentemente se registra como um ponto negativo sua ligação apenas com a universidade e não com outras instituições. [...] Através de quais estratégias se conseguirá superar o nível das cogitações ideológicas e teóricas, desde que o alimento indispensável para vencer o academismo, que só a prática pode oferecer, está ausente? (1980, p. 24).*

Os críticos da Reconceituação também acusaram-na de não ter produzido uma forma sistemática de ação sobre a realidade, com exceção de poucas propostas como, por exemplo, o Método BH. Tal crítica também, na fala de Junqueira, é evidente em relação ao movimento de Reconceituação:

*[...] a Reconceituação - FGO privilegiou exageradamente e quase sempre sem as devidas fundamentações, a crítica ao chamado Serviço Social tradicional [...]. Era de se esperar que , com o correr do tempo, e lá se vão quase vinte anos, o acervo tivesse sido enriquecido substancialmente com outro tipo de análise – o de experiências vivenciadas segundo as diretrizes e propósitos da reconceituação. Se as idéias não se concretizam, permanece-se no 'idealismo' [...] (1980, p. 32).*

Ainda que diante de inúmeras críticas, algumas fundadas, outras não, é inegável que mais importante que as lacunas, enganos ou críticas observadas na Reconceituação, são as suas contribuições para a trajetória sócio-histórica do Serviço Social. A profissão não seria a mesma sem o seu legado, que se pode indicar no conjunto de seus seguintes desdobramentos: em primeiro lugar, através da Reconceituação, foi possível reconhecer e tomar as providências necessárias

para a criação de uma articulação da profissão em termos latino-americanos, da qual a então ALAETS (Associação Latino-Americana de Escolas de Trabalho Social) e o CELATS (Centro Latino-Americano de Trabalho Social) foram legatários.

Além disso, a Reconceituação favoreceu o surgimento das bases necessárias, sobre as quais o Serviço Social reuniu condições intelectuais e políticas para protagonizar uma nova relação com as Ciências Sociais, superando a posição de mero depositário de conhecimentos.

Por último, reivindicou a existência do pluralismo entre os assistentes sociais, possibilitando com isso o debate acerca das diversas concepções de mundo, de homem e de profissão. A hegemonia entre um projeto de profissão e outro [um alicerçado sob as bases do Serviço Social tradicional e outro fundado na sua ruptura] dar-se-ia na disputa político-ideológica entre ambos, e não mais na defesa de uma ilusória homogeneidade entre seus profissionais. No caso brasileiro, não é possível desmerecer que o projeto profissional hegemônico atualmente no Brasil é também herdeiro desse movimento, mais especificamente de uma das vertentes que configuraram a Reconceituação latino-americana.

Ademais, a Reconceituação põe na ordem do dia uma nova concepção de profissão na medida em que nega a prática meramente executiva, burocrática, subalterna e paliativa tão funcional à ordem burguesa, e desvela a dimensão política da intervenção profissional, a qual, a meu ver, contribuirá mais tarde e decisivamente para a renovação da auto-imagem profissional, assentada na defesa dos direitos. Ou seja, pressuponho que é justamente nessa descoberta que se concentram os embriões de uma determinada prática profissional, que tentando romper com a perspectiva da ajuda e/ou do cuidado, afina-se com a defesa dos

direitos e tende a gerar, por conseguinte, uma auto-imagem profissional caracterizada por elementos radicalmente diferentes.

Essa nova concepção, embora atravessada também por uma série de excessos e enganos teóricos e políticos, possibilita acima de tudo um giro completo nos fundamentos da profissão, o qual irá, anos mais tarde, conferir, dentre outros desdobramentos, uma nova requalificação da auto-imagem do Serviço Social.

Esse legado da Reconceituação atinge o Serviço Social brasileiro tardiamente, embora as primeiras iniciativas da Renovação<sup>184</sup> ocorram no Brasil ainda nos anos 60, como os grandes seminários de teorização de Araxá e Teresópolis [1967 e 1970 respectivamente]. Verifica-se, na verdade, uma tentativa de redimensionar a profissão para garantir sua manutenção na ordem vigente e responder suas demandas.

Nas palavras de Lamamoto:

*[...] no Brasil, diferentemente da tônica predominante nos demais países, o embate com o Serviço Social tradicional se reverteu [se reverteu – FGO] em uma modernização da profissão que atualiza sua herança conservadora. (1999, p. 215).*

Esta é, inclusive, uma das particularidades brasileiras com relação à Reconceituação latino-americana, pois, enquanto nos demais países da América Latina a crítica ao Serviço Social “tradicional” passava necessariamente pela sua

---

<sup>184</sup> Netto (1991) adverte que a Renovação do Serviço Social no Brasil assumiu três direções distintas em termos teóricos e cronológicos, as quais o autor denomina de “perspectiva modernizadora”, “reatualização do conservadorismo” e “intenção de ruptura”. Para os interesses e preocupações desta tese, cabe-nos destacar a última vertente indicada, tendo em vista que será através desta, ao meu ver, que se construirá, a partir de sua relação com o Movimento de Reconceituação, uma massa crítica capaz de dinamizar a profissão, fecundando, por conseguinte, a auto-representação da categoria profissional.

ruptura, no Brasil, a superação do tradicionalismo inscrevia-se no marco da modernização.<sup>185</sup>

Assim, o debate da Reconceituação apenas se difunde no Brasil com o declínio da ditadura – meados dos anos 70 – em um quadro muito particular para a profissão.

Segundo lamamoto, embora o Serviço Social tivesse as condições objetivas necessárias<sup>186</sup> para de fato promover um salto em face das tendências modernizantes e conservadoras, os assistentes sociais brasileiros careciam de acúmulo teórico para empreender um processo de auto-renovação para além do já existente – pautado no funcionalismo, positivismo e fenomenologia. Foi exatamente tal carência que, no dizer de lamamoto (1999, p.217), promoveu “[...] *um reencontro do Serviço Social brasileiro com as inquietudes profissionais e políticas do movimento de Reconceituação.*”

Ainda que a aproximação com o debate reconceituado fosse salutar e necessário para a promoção do salto do Serviço Social brasileiro em face de sua herança conservadora, havia um descompasso temporal. Tanto o país quanto a própria profissão tinham mudado, impedindo uma mera incorporação dos conteúdos da Reconceituação em latitudes nacionais. Sendo assim, lamamoto é categórica:

*[...] não restou outro caminho [...] senão o mergulho na pesquisa histórica, aliada a uma crítica teórica rigorosa do ideário profissional: um esforço de articulação entre a crítica do conhecimento, a história e a profissão, que*

---

<sup>185</sup> No Brasil, com a instauração do golpe militar e a conseqüente imposição do regime autocrático no pós-64, observa-se a implementação da chamada “modernização conservadora”, cujas características foram indicadas em nota no capítulo primeiro. Tal regime impôs um Estado autoritário, forte e centralizador, responsável pela condução econômica e político-administrativa do país e de suas instituições. A vertente “modernizadora” no Serviço Social ajusta-se francamente a esta tendência, conforme Netto (1991).

<sup>186</sup> Como, por exemplo, ser uma profissão formalmente regulamentada desde os anos 50, e cuja formação pertencia aos quadros do nível superior de ensino.



*passa a nortear o debate brasileiro no âmbito da tradição marxista. (1999, p. 218).*

E, neste sentido, para empreender esse “mergulho” a que se refere lamamoto (1999), o desenvolvimento dos programas de pós-graduação nos anos 70 – na PUC SP em 1972 e na UFRJ em 1976 – foi imprescindível. Assim, conforme Mota,

*o processo que permitiu a articulação entre a institucionalização da profissão e o desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação foi originalmente fomentado pelas necessidades prático-operativas da profissão e pelos requerimentos da sistematização da intervenção, seja ela técnica, política e/ou institucional. Todavia, foi a ampliação dos objetos de conhecimento, determinada tanto pelo agravamento da questão social, como por novos processos sociais surgidos no pós-64, aliados à complexificação das relações entre Estado, sociedade e mercado, que obrigaram o Serviço Social a procurar aporte nas ciências humanas e sociais, qualificando-se como um parceiro intelectual e também protagonista da produção e pesquisa social no Brasil.(MOTA, Ana Elisabete apud CARVALHO & SILVA, 2005, p. 12)<sup>187</sup>*

Ressalta-se que o esforço de avançar na pesquisa, de que nos fala lamamoto (1999) linhas atrás, ressent-se também da experiência política acumulada pelas vanguardas da profissão no Brasil, que herdeiras do caldo revolucionário dos anos 60, defendem a necessidade de revisão do projeto profissional a partir da incorporação da crítica radical aos fundamentos tradicionais da profissão.

Dessa maneira, tal interlocução tardia com a Reconceituação trouxe alguns outros desdobramentos para o Serviço Social brasileiro, que, segundo lamamoto (1999), são marcados por continuidades e rupturas com o debate

---

<sup>187</sup> Convém ressaltar, entretanto, que o acúmulo proporcionado pelo desenvolvimento dos programas de pós-graduação gerou progressivamente para a profissão, “...uma massa crítica e um amplo e qualificado debate que vai favorecer a construção de um projeto profissional.” (YAZBEK, Maria Carmelita e SILVA, Maria Ozanira Silva apud CARVALHO e SILVA, 2005, p. 30). Em outras palavras, é inconteste que a produção oriunda dos diversos programas de pós-graduação em Serviço Social existentes no Brasil nos últimos anos tem contribuído decisivamente para as construções teóricas e ético-políticas que enformam o projeto profissional hegemônico, o que sem a qual não teria alcançado a mesma profundidade.

reconceituado. Em termos de continuidade, assinala-se a manutenção do traço crítico em relação à profissão e sua herança conservadora, bem como a referência do pensamento marxista como matriz de análise e de interpretação da própria profissão e da realidade.

Já a ruptura fundamenta-se na crítica marxista [possível pelo resgate do pensamento marxiano] à incorporação “enviesada” do marxismo pelo Serviço Social, bem como à recriação, dentro desta perspectiva, dos traços conservadores da profissão. É neste sentido que o Serviço Social brasileiro – em sua “vertente de ruptura” – supera a própria Reconceituação.

Cabe aqui detalhar mais o que significou tal perspectiva, nominada por Netto (1991) de “intenção de ruptura.” Esta emerge no interior da academia em meados dos anos 70, permanecendo restrita a tal espaço até os anos 80 quando, em meio da conjuntura de colapso da ditadura e de florescimento da democracia, espraia-se pela categoria profissional.<sup>188</sup> Seu marco pode ser percebido na experiência mineira – o conhecido “Método BH.”<sup>189</sup> Dentre as diferentes vertentes

---

<sup>188</sup> Netto (1991, p.153) nos chama a atenção para o fato de que o debate do Serviço Social esteve restrito quase que exclusivamente nos anos 60, sobretudo em sua segunda metade, ao CBCISS – Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais. Já a partir de meados dos anos 70, além do CBCISS, o debate passou a contar com as unidades de ensino vinculadas à ABESS [na época chamada de Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social], mais especificamente em função da existência dos programas de pós-graduação [mestrados basicamente] e nos anos 80, o debate alcança a categoria a partir do protagonismo de suas entidades político-organizativas, como o CENEAS [Comissão Executiva Nacional das Entidades Sindicais de Assistentes Sociais]. Assim, no dizer de Netto (1991), “[...] a renovação se inicia mediante a ação organizadora de uma entidade que aglutina profissionais e docentes, em seguida tem o seu centro de gravitação transferido para o interior das agências de formação, e, enfim, espraia-se desses núcleos para organismos de clara funcionalidade na imediata representação da categoria profissional[...].”

<sup>189</sup> Em estudo anterior, observo que “[...] o ‘Método BH’ consistiu efetivamente no primeiro projeto para a profissão, que pretendia romper com o ‘Serviço Social tradicional’, do ponto de vista teórico-metodológico, formativo e interventivo. Além das imponderáveis críticas que se estabelece a este, a experiência de Belo Horizonte indicava, já naquela ocasião, os parâmetros para a construção de um determinado perfil profissional, cuja competência deveria estar assentada em pelo menos três dimensões: política, teórica e interventiva. Sem dúvida alguma, foi a única proposta que, diante das demais tendências em presença – modernizadora, por um lado; e fenomenológica, por outro; avançou de encontro às prerrogativas até então existentes que enformavam tradicionalmente a profissão[...].” (GRAVE, 2004, p.5) - o que não se deu sem problemas, visto sua vinculação com o chamado “marxismo vulgar”.

presentes no leito da Renovação brasileira, é a única que se apresentava diametralmente oposta aos princípios e fundamentos do chamado Serviço Social “tradicional”. Seu antagonismo é explicitado em Netto:

*[...] colidia com a ordem autocrática no plano teórico-cultural [os referenciais de que se socorria negavam as legitimações da autocracia], no plano profissional [os objetivos que se propunha chocavam-se com o perfil do assistente social requisitado pela ‘modernização conservadora’] e no plano político [suas concepções de participação social e cidadania, bem como suas projeções societárias, batiam contra a institucionalidade da ditadura]. O fato central é que a perspectiva da intenção de ruptura, em qualquer das suas formulações, possuiu sempre um ineliminável caráter de oposição em face da autocracia burguesa [...]. (1991, p. 248).*

Por ser uma vertente cujo nascedouro é a universidade,<sup>190</sup> está é atacada por ser uma perspectiva que não alcança a categoria como um todo por ser uma proposta estritamente acadêmica tal como evidenciado na crítica feita por Junqueira (1980) em linhas atrás. Além disso, tal vertente encontra, em princípio, uma série de dificuldades para alcançar a categoria: a primeira reside no fato de que nem sempre a produção teórica elaborada pelas vanguardas conseguia se fazer entender pelos assistentes sociais em geral, o que demandava destes certo acúmulo teórico e disposição para o exame criterioso de tais produções.

A segunda fundamenta-se na ausência de operatividade imediata das proposições oriundas desta vertente em face dos dilemas cotidianos vivenciados pelos assistentes sociais. Ressalta-se que tais dificuldades encontram até hoje

---

<sup>190</sup> Mas por que nasce na universidade? Por razões óbvias – a universidade ainda se constituía nos anos 60 e 70 em lugar menos inseguro para a construção e a proposição antagônica ao sistema autocrático, se comparado aos espaços sócio-ocupacionais tradicionais dos assistentes sociais. Além disso, a universidade permitia, por sua dinâmica imanente, melhores condições objetivas para a proliferação e circulação de novas idéias. No entanto, Netto (1991, p.253) ressalta que “[...] a opção estratégica pelo espaço acadêmico só se revelou palpavelmente produtiva, quando se tornou possível – para além da vontade subjetiva dos atores – contar também com conjunturas determinadas e particulares que, aproveitadas com inteligência e coragem, operavam no contra-sentido das orientações predominantes na universidade e na sociedade.”

ressonância no âmbito da categoria profissional, servindo para o fortalecimento da máxima de que “na prática, a teoria é outra”.

No entanto, paradoxalmente, a análise da trajetória sócio-histórica brasileira demonstra que, contraditoriamente, o mesmo caldo sócio-político oriundo da autocracia burguesa instalada por essas latitudes nos anos 60, também fertilizou objetiva e subjetivamente o Serviço Social, possibilitando o fortalecimento e o amadurecimento, anos mais tarde, da perspectiva da “intenção de ruptura.”

Assim, do diálogo com a Reconceituação, a perspectiva brasileira da “intenção de ruptura” também tendeu a desenvolver, em seus primórdios, comportamentos voluntaristas e messiânicos, reacendendo velhas posturas. Nas palavras de Netto isso é muito claro:

*Vale chamar a atenção para esta tendência à partidarização por duas razões. Porque, de algum modo, ela fazia incidir sobre a intenção de ruptura um antigo viés da tradição profissional, o do testemunho [cristão], agora reposto sob a lente do militância. Reproduzia-se com novo conteúdo, um procedimento eticista-voluntarista, que renovava no Serviço Social a idéia de vocação, só que recolocada a serviços de impulsão antiburguesas [donde a opção político-profissional comportando um cariz visivelmente messiânico]. E porque, adicionalmente, superados os constrangimentos da ordem autocrática, **a mesma tendência [...] se manifestará com vigor preocupante.** (1991, p. 160, grifo nosso).*

A preocupação a que Netto (1991) se refere, relaciona-se à vinculação direta e imediata da profissão aos interesses da classe trabalhadora, como se esta fosse detentora natural do bem e da virtude. O *compromisso* do assistente social com a classe trabalhadora e seus interesses é a tônica dos anos 80 e *vincará como nunca a auto-representação dos assistentes sociais*, trazendo inclusive equívocos materializados nos princípios do Código de Ética de 1986 e apenas possivelmente revistos na década de 90, conforme Barroco (2001). Tal tendência marcará indelevelmente a auto-imagem da profissão.

Em síntese, Netto (1991) identifica três momentos específicos no evoluir da vertente da “intenção de ruptura” no Brasil: em primeiro lugar, sua emergência a partir da experiência do “Método BH” nos idos de 1972/1975; no segundo momento, observa-se a consolidação de tal vertente no meio acadêmico por meio da produção bibliográfica dos programas de pós-graduação; e por último, mais especificamente no final dos anos 70 e década de 80, verifica-se a incidência dos eixos norteadores dessa vertente nas entidades da categoria – na ocasião, ABESS, CFAS/CRAS e GENEAS e ANAS respectivamente.

Da tardia, porém fértil, interlocução da Reconceitualização latino-americana com a vertente brasileira de “intenção de ruptura”, pode-se indicar alguns resultados novos em comparação com o conservadorismo largamente difundido na trajetória sócio-histórica brasileira do Serviço Social. Em primeiro lugar, no dizer de Netto:

*[...] é com a vertente da intenção de ruptura que repercutem produtivamente no Serviço Social no Brasil as questões referentes à dinâmica contraditória e macroscópica da sociedade, apanhadas numa angulação que põe em causa a produção social [com a ênfase na crítica da economia política], que ressalta a importância da estrutura social [com o privilégio da análise das classes e suas estratégias], que problematiza a natureza do poder político [com a preocupação com o Estado] e que se interroga acerca da especificidade das representações sociais [indagando-se sobre o papel da ideologia]. Esta constelação simbólica só ingressa no mundo mental dos assistentes sociais brasileiros mercê das elaborações conectadas à perspectiva da intenção de ruptura. (1991, p. 303).*

Além disso, outra conseqüência relevante foi a apreensão do profissional como intelectual<sup>191</sup>, alterando efetivamente a concepção da profissão até

---

<sup>191</sup> Do ponto de vista teórico-metodológico, observa-se, segundo Barroco (2001, p.172) a apreensão, explícita na produção dos assistentes sociais do período, dos pressupostos presentes no pensamento gramsciano, de onde reside a perspectiva do profissional como intelectual. Barroco aponta, neste sentido, traços positivos e negativos nesta incorporação. Ou seja, “da aproximação com Gramsci ocorre um duplo movimento: por um lado torna possível a superação de Althusser e a apreensão da dimensão contraditória da profissão, o que abre caminho para novas práticas [como o redimensionamento da prática educativa – FGO] ; por outro, ocorre, em alguns momentos, uma

então vigente, bem como seu papel na divisão do trabalho. Tal perspectiva, conforme Netto:

*[...] colaborou decisivamente para girar a face do profissional, propondo-o, ademais de um agente técnico especializado, como um protagonista voltado para o conhecimento dos seus papéis sóciopolítico e profissional, envolvendo as exigências teóricas mais rigorosas.[Além disso – FGO], o esclarecimento cuidadoso da inserção da profissão na divisão sóciotécnica do trabalho e sua localização na estrutura sócio-ocupacional e a compreensão histórica de sua funcionalidade no espaço de mediações entre classes e Estado, redimensiona amplamente o alcance e os limites da sua intervenção, bem como o estatuto das suas técnicas, objetos e objetivos. (1991, p. 303).*

Estavam postas, então, as condições para a superação da própria Reconceituação latino-americana pelo Serviço Social brasileiro. O salto qualitativo, subscrito no amadurecimento teórico-metodológico, ético e político-organizativo, experimentado pelo Serviço Social nas décadas seguintes [anos 80 e 90], deixou claro que no Brasil a Reconceituação, embora tardiamente, deixou frutos, cujos resultados são sentidos até hoje, fundamentando os avanços e recolocando certas possibilidades. Conforme Iamamoto:

*O debate brasileiro, do ponto de vista teórico-metodológico nos anos 80, em relação ao legado do movimento de reconceituação latino-americano, avança da negação e denúncia do tradicionalismo ao enfrentamento efetivo de seus dilemas e impasses teórico-práticos; do metodologismo à inserção da polêmica teórico-metodológica no Serviço Social nos principais marcos do pensamento social contemporâneo; da apologética no trato do marxismo no Serviço Social ao debate clássico contemporâneo dessa tradição intelectual; do ativismo político-profissional à criação de condições acadêmicas e socioprofissionais que propiciaram maior solidez a práticas renovadoras inscritas no mercado de trabalho dos assistentes sociais; do ecletismo ao pluralismo; de uma abordagem generalista sobre a América Latina a ensaios históricos sobre o Serviço Social em diferentes momentos conjunturais da formação social no país, ampliando as possibilidades de análise da profissão na história brasileira. (1999, p. 236).*

---

*simplificação que reproduz muitos equívocos [...]. O principal deles é a identificação mecanicista do assistente social como intelectual orgânico do proletariado, sem apreender as mediações dadas por Gramsci e pela própria profissão.”*

### 3.3. Os anos 80: a transição democrática, crise econômica e o Serviço Social

No início deste capítulo, afirmou-se que a existência de novos traços da auto-imagem profissional fundamenta-se em dois processos que se implicam dialeticamente – um resulta do acúmulo político e teórico do Serviço Social brasileiro advindo do diálogo estabelecido, já nos anos 70, com a Reconceituação latino-americana;<sup>192</sup> e outro, mais afeito à conjuntura de transição democrática dos anos 80 no Brasil.

É inconteste que a profissão adentra a década de 80 de uma forma radicalmente diferente, se comparada a toda sua trajetória sócio-histórica desde as protoformas. Observa-se que com a crise da ditadura e a conseqüente oxigenação política permitida pelos “ventos democráticos”, o Serviço Social brasileiro [em especial suas vanguardas e entidades], cujo compromisso social vincula-se já nesta ocasião aos interesses da classe trabalhadora, busca também uma nova base de legitimidade, para além daquela tradicional e historicamente conquistadas – Estado

---

<sup>192</sup>Netto (2005, p.82), neste sentido, é emblemático: “[...]nos anos oitenta, o Serviço Social brasileiro assistiu ao desenvolvimento de uma perspectiva crítica, tanto teórica quanto prática, que se constituía a partir do espírito próprio da Reconceituação. Não se tratou de uma simples continuidade das idéias reconceituadoras, uma vez que as condições históricas, políticas e institucionais eram muito diversas das do período anterior; antes, o que se operou foi uma retomada da crítica ao tradicionalismo a partir das conquistas da Reconceituação – por isto, é adequado caracterizar o desenvolvimento deste ‘Serviço Social crítico’ no Brasil como herdeiro do espírito da Reconceituação: comprometido com os interesses da massa da população, preocupado com a qualificação acadêmica e com a interlocução com as ciências sociais e investindo fortemente na investigação. É precisamente este ‘Serviço Social crítico’ que **vem redimensionando radicalmente a imagem social da profissão** e hoje é reconhecido no plano acadêmico como área de produção do conhecimento [...] e intervindo ativamente no plano macroscópico da formulação de políticas públicas.” (grifo nosso). Nas bases de sustentação deste “Serviço Social crítico” verifica-se o forte peso e incidência da produção dos programas de pós-graduação existentes no Brasil, a qual tem se revelado na atualidade como importante agente na consolidação do projeto profissional hegemônico.

e patronato. O Serviço Social almeja em fins dos anos 70 e na década de 80 afirmar sua legitimidade frente aos usuários de sua ação profissional – a classe trabalhadora.<sup>193</sup> Ao buscar essa legitimidade e aliança, é expressiva a participação de segmentos profissionais e suas entidades na luta pela reconstrução da democracia no Brasil ao lado de várias outras organizações de caráter popular e sindical. Assim:

*[...] a própria luta pela conquista e aprofundamento da democratização da vida social – do Estado e da sociedade no país, horizonte da socialização da política e da economia, que gesta o alicerce sóciopolítico o qual vem permitindo tanto o deslocamento das interpretações modernizantes e integradoras, de cunho estrutural funcionalista, da cena principal do debate brasileiro, como a crescente liderança intelectual e política que as análises de inspiração marxista, na sua diferencialidade, passam a adquirir no palco do debate do Serviço Social brasileiro. (IAMAMOTO, 1999, p. 232).*

Ou seja, o debate do Serviço Social no Brasil dos anos 80 é adensado pelo contexto da transição democrática, que então desponta. Vale ressaltar aqui, ainda que em linhas gerais, os principais traços que conformaram a conjuntura dos anos 80, sem a qual, certamente a reconfiguração da auto-imagem do Serviço Social teria se apoiado em outros caminhos. Isto é, partimos do entendimento que o contexto democrático, ao lado do amadurecimento próprio da profissão conquistado nos anos que lhe precederam, incidiram diretamente no redimensionamento da auto-imagem do Serviço Social, conferindo a esta contornos particulares.

Assim, Sader (1999) observa que o processo de transição democrática ocorrido no Brasil com o declínio do regime ditatorial também foi marcado, conforme

---

<sup>193</sup> Iamamoto (1999) observa que a destituição da mesa de abertura do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais em 1979 – também conhecido por “Congresso da Virada” – consiste neste sentido em uma expressão importante do desejo da profissão em fortalecer alianças e sua legitimidade diante dos trabalhadores, conforme trataremos mais adiante.



demanda a larga trajetória brasileira indicada no primeiro capítulo, por um “pacto de elites.”<sup>194</sup> A rememoração dos acontecimentos da época, neste sentido, é clara.

No cenário capitalista mundial, as conjunturas dos anos 70 e 80 são marcadas pelo aprofundamento da crise do capitalismo monopolista, expressa em uma onda longa de estagnação e depressão. Já no Brasil, a crise econômica desponta no início dos anos 80, enquanto a década de 70 é caracterizada pelo chamado “milagre econômico.”<sup>195</sup>

Assim, a crise tardia brasileira, em comparação com os países de centro, dá-se em função da relação orgânica existente entre o centro e a periferia do capitalismo internacional, processo considerado como “desigual e combinado” - este tratado no primeiro capítulo. Segundo Kucinski & Branford:

*[...] no início da onda longa de estagnação, as quedas das taxas de lucro no centro empurram o capital monopolista para a periferia. Para o Brasil, é o período do ‘milagre’, no qual havia as condições políticas – a ditadura militar no seu período mais duro – para a instalação de grandes unidades*

---

<sup>194</sup>Sader (1999, p.9) salienta que no Brasil os processos políticos sempre se deram a partir da constituição de um determinado “pacto de elites”, cuja principal característica é o bloqueio ou esvaziamento da participação política das camadas mais pobres da população. Assim, no dizer de Sader, o “pacto de elites é um acordo por meio do qual os grupos que detêm o poder político e econômico resolvem um problema gerado por eles próprios apenas mudando a forma de exercício de poder. Os responsáveis pelos problemas nunca pagam pelo que fazem. [...] Em cada uma dessas viradas, as elites econômicas conseguiram manter e até mesmo consolidar seus privilégios, sobrevivendo às mudanças de regimes políticos pela adaptação às novas condições.”

<sup>195</sup> Analisando a economia brasileira no pós-64, Singer (1978, p.79) afirma que esta se delineou, dentre outros aspectos, a partir da nova correlação de forças que então se impunha, possibilitando a existência de uma expressiva política de arrocho salarial, bem como a criação do FGTS. Singer ressalta que depois de 1964, a nova legislação atribuiu ao governo federal a competência pelos reajustes salariais, esvaziando, desta forma, as instâncias de negociação da Justiça do Trabalho e mais ainda dos sindicatos. Singer ainda destaca que se a política de arrocho gerou imediatamente uma queda real no nível dos salários, principalmente entre 1965 e 1968 e de 1972 em diante, “num exame de mais longo prazo, importa assinalar que a política salarial, combinada com as demais medidas acima assinaladas [como por exemplo, a implantação do FGTS – FGO], provocou uma mudança qualitativa nas relações de trabalho: maior subordinação do trabalhador à disciplina da empresa, maior dependência face às autoridades patronais, sindicais, previdenciárias, policiais etc. e menor atenção às necessidades, aspirações e direitos do trabalhador.” Ou seja, o “milagre” observado a partir das elevadas taxas de crescimento econômico, não se fez sem o acirramento dos níveis de exploração aos trabalhadores brasileiros [expressos, inclusive, no significativo número de acidentes de trabalho contabilizados na época], confluindo anos depois e decisivamente para a retomada do movimento operário e sindical, tal como será tratado adiante.

*produtivas transnacionais, num momento de forte liquidez do capital e de abundância de crédito. [...] No entanto, nos anos 80 a estagnação chega na periferia, fazendo cair os índices de crescimento, deslegitimando os governos militares [...], tendo como sua maior expressão o endividamento. (apud BHERING, 2003, p. 134).*

O endividamento, portanto, promovido dentre praticamente todos os países capitalistas a partir da década de 70 do século XX, assumiu no Brasil características particulares e ao mesmo tempo dramáticas, visto os desdobramentos deste para as condições objetivas e subjetivas de vida da classe trabalhadora. Dentre as particularidades, Behring destaca a estatização da dívida, a qual:

*[...] ocorreu a partir de 1978-1979, e passou a exercer uma dupla pressão sobre a economia: uma demanda violenta de títulos cambiais para o serviço da dívida, acrescida de novos encargos de juros internacionais e dos juros da dívida pública interna, esta última crescente para fazer frente à compra de cambiais para atender àquele serviço. (2003, p. 133).*

A opção do Estado brasileiro para manter o investimento externo e conter a crise econômica fundou-se sobre a elevação paulatina da taxa de juros, gerando forte processo inflacionário, cujas conseqüências em linhas gerais foram: o empobrecimento generalizado da classe trabalhadora; o desmonte dos serviços sociais existentes na esfera pública; o desemprego; e o crescimento da chamada economia informal; a priorização dos ramos e atividades produtivos voltados para a exportação. Vale ressaltar que em contextos como este, a inflação – recurso estrutural e permanente do capitalismo em sua fase monopolista [já apontada no primeiro capítulo] torna-se, no dizer de Mandel (1990), “generalizada.”<sup>196</sup>

---

<sup>196</sup> Ou seja, “há mais de quarenta anos, todos os governos burgueses aplicaram sistematicamente técnicas de intervenção na vida econômica, cujo resultado global foi o de inflar a massa monetária [...] mais fortemente do que o crescimento do volume da produção material, do que resultou uma depreciação de todas as moedas, isto é, um clima de inflação primeiro ‘rastejante’, depois ‘generalizada’.” (MANDEL, 1990, p. 33).

Diante de grave crise econômica e descrédito político para resolvê-la, o regime ditatorial brasileiro perdeu o fôlego e entrou em progressivo declínio [tal como em outros países da América Latina], fortalecendo com isso os movimentos sociais de uma forma geral, e o sindical em particular, com a emergência do chamado “novo sindicalismo.”<sup>197</sup>

Cabe ressaltar que o declínio da ditadura militar no Brasil, embora se expresse visivelmente a partir do contexto de crise econômica, também foi construído paulatinamente pela resistência política de segmentos da classe trabalhadora, em especial os operários e estudantes.

Abramides & Cabral (1977) destacam que é a partir do chamado “período da distensão”<sup>198</sup>, que se iniciam as primeiras grandes mobilizações dos trabalhadores e a reorganização da UNE. Salienta-se também neste período, o protagonismo de entidades como a OAB [Ordem dos Advogados do Brasil] e a ABI [Associação Brasileira de Imprensa] e de alguns setores progressistas da Igreja Católica na luta pela democratização e conquista dos direitos. Ainda:

---

<sup>197</sup> Abramides & Cabral (1995, p.104) salientam que o chamado “novo sindicalismo” surge em contraposição à estrutura sindical herdada do governo Vargas. Assim, “a chamada ‘velha estrutura sindical’ data do período do Estado Novo. Em 1931, Getúlio Vargas promulga o decreto-lei 19970, que regulamenta sobre o controle do Estado, a organização sindical brasileira, e que permanece praticamente intacta até os dias de hoje, apesar da nova Constituição de 1988. A estrutura sindical oficial tem como princípios que definem sua natureza: o sindicato como instrumento de conciliação dos interesses de classe tendo como base o corporativismo sindical italiano, baseado na Carta Del Lavoro. A colaboração de classes e o corporativismo são pilares da ideologia fascista impressa na estrutura sindical.” No entanto, observa-se que com o declínio da ditadura militar no Brasil e diante da crise do capitalismo monopolista, novos movimentos sociais surgem, entre eles o renascimento de uma tendência sindical, que defende os interesses dos trabalhadores a partir do fortalecimento da consciência de classe. No dizer de Abramides & Cabral (1995, p.78): “o período de 1979-1984 significa, portanto, uma nova fase na organização dos trabalhadores no país. É o momento das grandes mobilizações, das lutas populares e sindicais, da realização da 1ª. CONCLAT e da fundação da CUT como referência da classe trabalhadora. É o surgimento do PT, como partido classista e de massas. Todos esses fatos demonstram a combatividade e luta dos setores excluídos da sociedade, na perspectiva da conquista da democracia pela maioria.”

<sup>198</sup> Conforme Abramides & Cabral (1995), a chamada “transição lenta, gradual e segura” transcorreu a partir de três fases, que se inicia de 1974 a 1978, conhecida pela “política de distensão”, no governo Geisel; passando pela chamada “abertura política” de 1978 a 1984 no governo Figueiredo; e finalmente chegando à transição democrática de 1984 a 1989 – vésperas da primeira eleição direta para presidente pós-ditadura, já no governo Sarney.

*No plano sindical, inicia-se, em 1977, a luta pela reposição salarial,<sup>199</sup> em função da publicação pelo Banco Mundial, no exterior, de dados acerca da falsificação dos índices do aumento do custo de vida feita pelo ministro Antonio Delfim Neto, da ordem de 34%. Em setembro de 1977, em São Bernardo, os metalúrgicos realizam assembléias com mais de 5 mil pessoas para organizar a luta pela conquista dos 34%. É o início do novo sindicalismo no Brasil. (ABRAMIDES & CABRAL, 1995, p. 71).*

Observa-se, entretanto, que as greves abordavam variados temas, que iam desde aqueles mais explicitamente afeitos às necessidades dos trabalhadores [reposição salarial; direito de greve; liberdade e autonomia sindical e melhorias nas condições de trabalho], até os de interesse geral da população brasileira [a remessa de lucros ao exterior; a privatização das estatais], daí sua interlocução com os demais movimentos sociais e populares<sup>200</sup> que também se fortalecem nesse período.

Kowarick, neste sentido, afirma que:

---

<sup>199</sup> Ressalta-se que a chamada política de arrocho salarial – tratada em nota linhas atrás – além de motor do “milagre econômico” dos anos 70, acompanhou todo o período da transição, desde o “período da distensão”, também citado em nota anterior, até o governo Sarney já nos anos 80.

<sup>200</sup> Ribeiro (1989, p.91) ao analisar o escopo dos movimentos sociais desenvolvidos a partir da década de 70 do século XX [em especial no Estado e na cidade do Rio de Janeiro], observa que a ditadura militar passou a se defrontar neste período com “[...]novos críticos que reconhecem [reconheciam – FGO] a subordinação do cidadão comum frente às crescentes funções desempenhadas pelos aparelhos de governo, em simbiose prática com os processos de acumulação do capital”. Ribeiro observa, ainda, que os movimentos sociais que despontaram, no caso do Rio de Janeiro, mas que podem ser tomados para outras regiões do país, não se restringiam exclusivamente às suas demandas locais e internas; mas, expressavam o descontentamento político capitalizado em face da ditadura militar. Em síntese, Ribeiro conclui que: “[...]de meados da década de 70 em diante, são organizados pelos novos movimentos sociais as bases institucionais que darão expressão e apoio à sua presença [presença dos movimentos sociais – FGO] crescente na cena política da cidade, do Estado e do país [...]. Entre esses movimentos pode ser identificado um chão comum de dificuldades calcado na natureza de suas bandeiras de luta [...], que atingem, diretamente, valores, comportamentos e práticas sociais cristalizados na sociedade brasileira. Por outro lado, estes movimentos introduzem novos temas, práticas e questões frente ao processo de transição democrática, ao mesmo tempo em que **significaram, durante o regime militar, espaços de resistência e de participação social e política contra o autoritarismo.**” (Id.,Ibid., p. 117, grifo nosso ).

*A opressão imperante no cotidiano fabril e a temática da reconquista da identidade operária são aspectos cruciais para se entender a força da greve nesta região onde está situado o coração industrial do país. Mas esta força não se explica apenas pela capacidade de mobilização e organização sindical tomada stricto sensu: ela se explica também através da identificação popular com a causa metalúrgica, transformando a cidade numa ampla rede de apoio aos grevistas, onde a luta passa a contar com múltiplos e variados espaços sociais de solidariedade. O auge da conjuntura – neste caso, uma greve – tem por alvo uma plêiade de reivindicações situada no mundo do trabalho fabril, mas a longa trajetória para se chegar a esta desembocadura foi alimentada por inúmeros afluentes que passaram por aglutinações construídas nos cenários dos bairros populares da cidade, apontando para um momento de fusão que se forjou em díspares experiências de resistência e de conflito. (1984, p. 75).*

Em síntese, o surgimento dos “novos movimentos sociais”, em especial pela via do movimento sindical – o “novo sindicalismo”, a mobilização em torno das “Diretas Já”, a criação de Centrais Sindicais e de um Partido organicamente vinculado na época aos interesses da maioria, geraram um novo clima político capaz de fomentar no início dos anos 80, a proposição de uma emenda constitucional pelo voto direto e universal.

No entanto, ainda que deficitária politicamente, a ditadura conseguiu adiar a realização das eleições diretas [o que só foi possível em 1989], tendo em vista que a emenda em questão não conseguiu a aprovação necessária no Congresso. A oposição formal da época, representada pelo PMDB, decidiu participar do Colégio Eleitoral criado para a realização de eleições indiretas. Mais uma vez observou-se, conforme Sader (1999), a afirmação do chamado “pacto de elites” na condução deste processo, na medida em que o único partido de oposição da época capaz de ganhar as eleições - ao invés de indicar seu candidato “natural,” Ulisses Guimarães -, preferiu abrir mão dele para garantir o apoio e os votos daqueles

setores políticos ligados à ditadura.<sup>201</sup> O candidato passa a ser, então, Tancredo Neves que, segundo Sader (1999, p. 12), não passava de “[...] *um político de linha moderada e em aliança com um setor proveniente da ditadura, representado pelo PFL.*”

A indicação e a posterior vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral em 1985 expressou, em primeiro lugar, a derrota parcial dos segmentos populares e trabalhadores (BEHRING, 2003; SADER, 1999). Em segundo, demonstrou com vigor a capacidade das elites brasileiras de se organizarem em torno de um determinado pacto que garanta seus interesses, bem como aqueles do grande capital; e, principalmente, a tentativa de esvaziamento da participação política dos setores de origem democrático-popular presentes na sociedade. O fortalecimento das forças progressistas, materializado no movimento pelas “Diretas Já”, trouxe às elites burguesas brasileiras muita apreensão. No dizer de Sader:

*As elites brasileiras costumam tremer com a aproximação de campanhas eleitorais. Acostumadas a não correr riscos políticos e historicamente beneficiadas por políticas econômicas de concentração de renda e de exclusão social, elas temem pelo seu destino quando se aproximam situações relativamente abertas como as eleições. (1999, p. 17).*

De acordo com Behring:

*O Colégio Eleitoral foi a saída institucional para assegurar o controle conservador da redemocratização, numa espécie de contra-revolução, se é observado o aspecto no qual as elites no Brasil sempre tiveram uma*

---

<sup>201</sup> Coutinho (2005) chama a atenção para o fato de que, embora Florestan Fernandes tivesse escrito “Revolução Burguesa no Brasil” em plena ditadura, já naquela ocasião, tal autor empreendeu certa prospecção acerca de como seria a “abertura” política. Assim, Florestan Fernandes, segundo Coutinho, atribuiu à categoria gramsciana do “transformismo”, o fundamento do processo da “abertura” política no Brasil, afirmando que o regime buscava se manter no poder através da cooptação dos setores mais moderados da oposição. Verificando a história, e, sobretudo os acontecimentos citados acima, que envolveram a posição do PMDB na época, observa-se a lucidez das análises de Florestan Fernandes com relação ao fato.

*profunda unidade política: conter a emancipação dos trabalhadores. (2003, p. 139).*

Contudo, a situação tendeu a se agravar com o falecimento de Tancredo Neves e o ingresso formal de José Sarney<sup>202</sup> à Presidência da República.

Dessa forma, o resgate dos elementos factuais são importantes para elucidar que:

*Quando a ditadura se esgotou, as elites simplesmente amarraram o destino da oposição aos limites que a própria ditadura impunha, por meio do PFL. Assim, o regime que nasceu na década da 1980 tomou a feição de um pacto de elites feito no Colégio Eleitoral e não da campanha popular pelas eleições diretas. (SADER, 1999, p. 12).<sup>203</sup>*

A despeito dessa perda política, era consenso, inclusive entre as elites nacionais, que o crescimento econômico e tecnológico promovido pelos governos militares, a partir de um forte grau de exploração dos trabalhadores, não foi capaz de isentar o país da crise, tampouco torná-lo menos injusto. Na verdade, sabemos que

---

<sup>202</sup> Segundo Sader (1999, p.13), José Sarney era “[...]uma figura central da época da ditadura militar e até poucas semanas antes [do pleito – FGO] presidente do partido do governo, a Arena.”

<sup>203</sup> Ianni (1989, p.126) ao analisar o colapso dos diversos regimes ditatoriais na América Latina, afirma que “uma constatação necessária é a de que os blocos de poder que se formaram com as ditaduras não foram dissolvidos. Estão enfraquecidos. Tiveram que se recompor com alguns outros setores da sociedade. Mudaram de linguagem. [...] Mas não foram desmontados os aparatos estatais organizados pelas ditaduras, ou desenvolvidos por elas a partir das heranças de regimes anteriores. Nesse sentido, é possível dizer que o bloco de poder, em cada país, perdeu uma batalha, mas não perdeu a guerra.[...]Acontece que é grande a capacidade de organização e reação das forças conservadoras, reacionárias ou mesmo fascistas. Conjugam os meios de poder econômico e político, compreendendo o policial e militar. Contam com a aliança tácita ou ostensiva de setores imperialistas, tais como agências governamentais norte-americanas e matrizes e sucursais de empresas multinacionais. Beneficiam-se de setores ponderáveis dos meios de comunicação de massa e da indústria cultural.[...]Quando se tornava impossível manter a ditadura, em face dos movimentos, partidos, sindicatos e correntes de opinião reivindicando a democratização, as mesmas forças que haviam se beneficiado da ditadura entraram em processo de ‘abertura’, ‘distensão’, democratização ‘lenta’, gradual e segura’. Aos poucos, os setores conservadores e liberais das oposições democráticas entram em conciliação com os conservadores e liberais da ditadura. Assim se evita que as reivindicações populares criem exigências políticas que possam afetar o ‘modelo econômico’, o ‘projeto nacional’, o ‘caminho nacional para o desenvolvimento e a democracia’.” Os “pactos de coalizão” não se configuraram, portanto, em uma peculiaridade brasileira.

nenhum dos dois aspectos interessava realmente à ditadura orquestrada pelo grande monopólio internacional.

A minimização do fabuloso déficit social, expresso no lema “Tudo pelo Social”, por um lado; e de outro, o combate à inflação através da implantação de um plano econômico – o Plano Cruzado,<sup>204</sup> ao mesmo tempo, em que representava um discurso consensual no âmbito do Estado brasileiro e entre as elites nacionais, também legitimava as propostas e os protagonistas da “Nova República”, que tinha em José Sarney o papel central.

É evidente que tal cenário foi protagonizado também pelas forças progressistas presentes - cuja existência desde o final dos anos 70, já indicamos linhas atrás – que, efetivamente preocupadas em construir um país mais justo e igualitário, participaram desse contexto, engendrando as condições sóciopolíticas necessárias para o fortalecimento de propostas vinculadas aos interesses majoritários da população.

Assim, era necessário mudar constitucionalmente o país, com vistas a garantir, ainda que no plano jurídico-legal, uma série de direitos e prerrogativas que

---

<sup>204</sup> Com o aprofundamento da crise, observou-se em 1986 a criação do Plano Cruzado – “o plano de estabilização conta [contou – FGO] também com o apoio dos representantes do regime militar, dos banqueiros internacionais e de setores do movimento sindical alinhados hoje na Força Sindical e CGTs[...]” (ABRAMIDES & CABRAL, 1995, p. 85). E mais uma vez, uma nova política de arrocho salarial foi empreendida contra os trabalhadores a partir das seguintes premissas: congelamento de preços no auge, enquanto os salários foram congelados pela média dos últimos seis meses; reajuste de salário previsto para até 60%, sendo os demais 40% devendo ser negociado com o empregador; fixação do salário mínimo em índice abaixo da inflação. Em fins de 1986, um novo pacote econômico começou a se desenhar até o fim do primeiro semestre de 1987, quando se deu o Plano Cruzado II ou “Plano Bresser”, e com ele novas medidas para o controle da inflação a partir, dentre outros, da contenção dos salários: “[...]congelamento parcial e temporário que adota alterações de preços, seguido de um período de flexibilização; política de arrocho salarial que impõe novas perdas salariais, acrescidas às perdas do período anterior até maio; contenção dos gastos públicos.” (Id., Ibid., p.90). Com efeito, “diante dessa política de confisco e arrocho salarial, os trabalhadores respondem ao chamamento de organização e deflagração de duas greves gerais (12/12/1986 e 20/08/1987), sob a centralização da CUT e com a participação da CGT.” (p. 92). Em síntese, a mobilização e luta dos trabalhadores durante a conjuntura dos anos 70 e 80 são impensáveis sem os resultados da política de arrocho salarial.



tradicionalmente nunca existiram [conforme demonstrado no primeiro capítulo - a chamada “ideologia do favor” sempre foi uma constante].

A Constituição Federal promulgada em 1988, conhecida por “Constituição Cidadã”, não recebeu esta indicação por acaso.<sup>205</sup> Na verdade, a Constituição de 1988 assegurava pela primeira vez, e em princípio, um rol de direitos sociais nunca experimentado ao longo de nossa história.<sup>206</sup>

A categoria profissional participou da construção desse processo de transição democrática, principalmente a partir de suas entidades, tais como: o conjunto CFAS/CRAS, a ABESS e a então CENEAS [Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais] e mais tarde a ANAS [Associação

---

<sup>205</sup> Entretanto, Behring (2003 p.143) adverte que “o texto constitucional refletiu a disputa de hegemonia, contemplando avanços em alguns aspectos, a exemplo dos direitos sociais, humanos e políticos [...]. Mas manteve fortes traços conservadores, como a ausência de enfrentamento da militarização do poder no Brasil [...], a manutenção de prerrogativas do Executivo, como as medidas provisórias, e na ordem econômica. Os que apostaram na Constituinte como um espaço de busca de soluções para os problemas essenciais do Brasil depararam-se com uma espécie de híbrido entre o velho e o novo [...]: uma constituição programática e eclética, que em muitas ocasiões foi deixada ao sabor de legislações complementares.” No entanto, a despeito das fragilidades da Constituição em vigor, o Estado e as elites brasileiras sempre tentaram desqualificá-la e propor sua reforma. Sader (1999, p.14) observa que desde o governo Sarney existiram inúmeras tentativas de mudança no texto constitucional, sob o argumento de que este era responsável pela crise. Dessa forma, “[...]Jou se transformava o Estado para atender a direitos julgados justos ou se modificava a constituição para adequá-la a um Estado falido e comprometido com o pagamento da dívida externa[...].” As ações dos governos pós-88 nos mostram que opções têm sido encaminhadas neste sentido.

<sup>206</sup> É pertinente ressaltar que a conquista, ainda que no nível jurídico-legal, de um conjunto de direitos, dentre eles os sociais, a partir da promulgação da Constituição de 1988, processa-se simultaneamente à escalada neoliberal em todo mundo. Os rumos que o neoliberalismo tomou mundialmente são conhecidos em ampla bibliografia disponível e por motivos óbvios não serão retomados para efeito desta tese. Contudo, vale destacar que “a particularidade do neoliberalismo latino-americano foi o combate à inflação, um fenômeno de longa data no continente. As receitas neoliberais propugnadas pelo Fundo Monetário Internacional [FMI] e pelo Banco Mundial consideravam os gastos estatais – fonte do déficit público – como a principal causa da inflação, vista como impedimento à retomada do crescimento e à modernização tecnológica. A meta central dos governos que pretendessem superar a inflação deveria ser, assim, a diminuição dos gastos do Estado. Entre as medidas recomendadas para baixar o gasto estatal estão a privatização de empresas e a contenção nos gastos com funcionalismo e com serviços sociais do Estado [educação, saúde, habitação, saneamento básico]. No Brasil, essa política teve no governo de Fernando Collor sua primeira formulação explícita”. (SADER, 1999, p. 22). Já nos mandatos de Fernando Henrique Cardoso, observou-se o fortalecimento e a operacionalização da programática neoliberal expressa no amplo processo de contra-reforma do Estado (BEHRING, 2003),e seu fiel instrumento de estabilização econômica – o Plano Real - sobre o qual trataremos mais adiante.

Nacional Sindical dos Assistentes] engajando-se nos movimentos sociais existentes e no caso da CENEAS/ANAS, no chamado “novo sindicalismo”.

Abramides & Cabral (1995) afirmam que a organização político-sindical da categoria profissional se fortaleceu em fins dos anos 70, embalada, de um lado, pelo contexto brasileiro do colapso da ditadura militar e da transição democrática; e de outro, pela reconfiguração da estrutura sindical através da fundação da CUT.<sup>207</sup> Entretanto, o afinamento de alguns setores da categoria profissional com os movimentos sociais, e mais especificamente o sindical, constitui-se, a nosso ver, em mais um fator que ratifica o progressivo acúmulo político dessas vanguardas, que têm protagonizado, ao longo do tempo, a construção efetiva de um novo projeto profissional – comumente chamado de projeto ético-político, o qual será melhor tratado adiante.

Em 1978, realizaram-se o I e o II Encontro Nacional das Entidades Sindicais de Assistentes Sociais, e em 1979, o III Encontro que culminou com a criação da CENEAS. Na verdade, a fundação da CENEAS representou o grau de organização da categoria na época, tendo em vista que:

*Não era mais possível dar continuidade aos encontros sem criar um mecanismo de articulação das entidades sindicais e pré-sindicais [associações profissionais], que encaminhasse e unificasse as lutas nacionais deliberadas no Encontro das Entidades. (ABRAMIDES & CABRAL, 1995, p. 128).*

---

<sup>207</sup> O dizer de Abramides & Cabral (1995,p.159) é claro: “A história da organização dos assistentes sociais se mescla de forma viva com o surgimento e construção do novo sindicalismo no Brasil. Sua presença é contínua e comprometida com o projeto sindical, em que sujeitos coletivos vão dando contornos à prática sindical.” Mais que isso, pode-se afirmar que a agudização e a explicitação da luta de classes no final dos anos 70 e início dos 80 é fundamental para o entendimento do salto qualitativo – principalmente do ponto de vista ético-político – do Serviço Social nas décadas de 80 e 90.

Assim, a CENEAS expressou até 1983 [ano em que se cria a ANAS]<sup>208</sup>

o potencial de luta da categoria profissional, revela-se nos acontecimentos do III CBAS em 1979. No dizer de Abramides & Cabral:

*O III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais significou, portanto, um momento de ruptura da categoria, sob a direção das entidades sindicais, com as posições conservadoras que estavam à frente do evento e há muito detinham as direções do conjunto CFAS/CRAS, que tradicionalmente organizavam os congressos brasileiros. (1995, p. 170).*

O protagonismo da CENEAS na destituição da Mesa de Honra prevista para o III CBAS, bem como as deliberações tiradas a partir daí, expressam a *opção política do Serviço Social pelo compromisso com os interesses da classe trabalhadora*. Significa, sobretudo, a *decisão pela construção de um novo projeto para o Serviço Social brasileiro, implicando na consolidação de um perfil profissional diferenciado, cujos traços passam a constituir a auto- imagem profissional*.

A opção por uma determinada posição política resultou, conforme se observa nas deliberações da II Assembléia Nacional Sindical dos Assistentes Sociais [II ANAS] realizada em 1985, na clara oposição da categoria profissional, representada por sua entidade à chamada Nova República por entender que esta consistia, na verdade, em mais uma versão dos tradicionais e históricos “pactos de elites” existentes em toda trajetória brasileira. Defendendo a criação de uma Assembléia Nacional Constituinte ao invés de um Congresso Constituinte, os assistentes sociais marcavam uma nova posição de luta em face da tradicional trajetória política marcada por “revoluções pelo alto” e um novo papel para os

---

<sup>208</sup> Conforme Abramides & Cabral (1995, p.132), “a organização político-sindical dos assistentes sociais dá um salto de qualidade com a criação da ANAS em outubro de 1983, em uma conjuntura importante para a classe trabalhadora, marcada pela fundação da CUT. [...] A sua extinção em setembro de 1994, em sua VI Assembléia Nacional Sindical, avança para um outro patamar político: o de inserção sindical da categoria nos sindicatos majoritários.”

assistentes sociais – nascia politicamente na II ANAS *os princípios de um futuro projeto profissional sustentado medularmente em princípios da modernidade: a liberdade, a democracia e a cidadania, bem como se afirmava, cada vez com maior proeminência uma auto-imagem profissional, afinada com a luta política e com a defesa dos direitos. Assim, para Abramides & Cabral:*

*A II ANAS é um dos eventos mais importantes na trajetória da organização sindical da categoria, na medida em que: fortalece o seu processo de organização; elege uma diretoria em cima de uma proposta política clara, o que significa armar a ANAS na luta política para o enfrentamento com a Nova República no conjunto da classe trabalhadora, por meio da CUT. (1995, p. 137).*

Já no campo da formação e da fiscalização do exercício profissional, observam-se também importantes avanços na afirmação de uma nova postura profissional, o que redundou, por conseguinte, em uma nova concepção e auto-imagem da profissão.

Assim, na esfera da fiscalização do exercício profissional, percebe-se uma trajetória que vem dos anos 60, quando se cria o Conselho Federal de Assistentes Sociais através do decreto 994/62 em 15 de maio de 1962. Em 1963, o Conselho promoveu eleições para suas instâncias regionais, resultando na estruturação de dez Conselhos Regionais na época espalhados pelo país. Vê-se que em sua trajetória, o Conselho Federal (CFAS) permaneceu por um período significativo [1964 a 1972] voltado para a organização interna do conjunto, mediante a estruturação dos Conselhos Regionais e dele mesmo. A aproximação do conjunto com questões de caráter macrossocial que envolviam a política e a economia brasileira, portanto, não constavam das preocupações centrais do CFAS nesse momento, conforme bibliografia consultada (CFAS, 1990). Ou seja, percebe-se no

conjunto uma tendência ainda muito corporativa, voltada para o interior da própria categoria; bastante impermeável, em comparação com outros organismos da categoria, aos processos sociais em presença, e a despeito do acúmulo que o debate latino-americano, conforme já mencionado, fecundara.

Assim, observa-se no Serviço Social brasileiro, e a posição do conjunto CFAS/CRAS na época é expressão disso, a constituição de um processo de renovação marcado sobremaneira por traços que representavam simultaneamente avanços e conservação de aspectos que conformaram o Serviço Social desde uma longa trajetória histórica.

Somente nos anos 80, observa-se um processo de renovação política do conjunto CFAS/CRAS, o qual é incentivado pela militância no campo sindical (CENEAS/ANAS), e se expressa em especial na organização de ações no campo da fiscalização do exercício profissional [como por exemplo, a criação de Comissões de Fiscalização em nível regional e contratação de agentes fiscais], e a atualização do Código de Ética e da lei de regulamentação profissional, tendo em vista que tais instrumentos tinham se tornado incompatíveis com a nova concepção de profissão e perfil profissional que se consolidava na época. Por exemplo, notava-se que a Lei 3.252 de 27 de março de 1957, que regulamentou inicialmente a profissão, não dispunha, em seu texto legal, de um conjunto de atribuições dos assistentes sociais, o que inviabilizava em muitas situações as ações da fiscalização. Observa-se, que a revisão da referida lei era uma necessidade sentida ainda nos anos 60, mas o debate em torno do tema apenas se fortaleceu na década de 80, quando a categoria profissional, em especial suas entidades – no caso, o então conjunto CFAS/CRAS – dispunham de maior amadurecimento intelectual e político para encaminhar as discussões em torno da criação de uma nova lei de regulamentação.

Logo, nos anos 80, era evidente a necessidade de se criar novos aparatos jurídico-formais capazes de garantir esse novo momento da profissão, assim como era imprescindível a existência de uma fiscalização sistemática do exercício profissional, objetivando com isso, a ruptura com a herança conservadora e com as históricas práticas de caráter burocrático, integrador e reiterativo. São claras, nessas iniciativas do conjunto CFAS/CRAS, a constituição e afirmação, por meios formais, inclusive, de um novo perfil profissional, portador de novos traços instituintes e de uma auto-imagem profissional renovada.

Em síntese, tratava-se de consolidar um Conselho de novo tipo voltado para a criação de instrumentos legais capazes de, acima de tudo, orientar a realização do exercício, a partir de uma nova concepção de fiscalização. Com ênfase em sua dimensão política, a fiscalização passa a objetivar a capacitação política da categoria,<sup>209</sup> funcionando como um espaço de organização e de luta. Nestes termos, Borges é clara:

*[...] a concepção que temos do ato de fiscalizar o exercício profissional não é aquela que se destine só em aplicar dispositivos legais. Entendemos que está de fundo uma concepção abrangente, que compreende a fiscalização dentro de uma filosofia que não a reduz a cobrar, sancionar, enquadrar, mas que se volte a conhecer os vários aspectos da prática profissional, contribuindo para qualificá-la. (1990, p. 23).*

A reorganização do conjunto CFAS/CRAS<sup>210</sup> propunha em linhas gerais, segundo Borges, que:

---

<sup>209</sup> É interessante observar que afinado com o momento vivenciado pelo Serviço Social no Brasil a partir de seu diálogo com a Reconceituação latino-americana – conforme já tratado anteriormente, e com a restauração democrática no país, o conjunto defende uma determinada perspectiva de capacitação, a qual “[...] não deve ser vista apenas como uma questão acadêmica, de ampliação e aprofundamento de conhecimentos, mas como uma questão política de inserção do profissional no movimento da sociedade.” (CFAS, 1990).

<sup>210</sup> Cabe ressaltar que possuímos, em minha opinião, pouco investimento em pesquisas sistemáticas voltadas para nossas entidades, em especial, destacamos o conjunto CFESS/CRESS. O seu

*O movimento da categoria não deve estar dissociado do movimento geral da sociedade que impõe mudanças e daí a responsabilidade dos Conselhos de levar junto a seus afiliados uma proposta que articule em diversas instâncias as lutas específicas àquelas mais gerais. (1990, p. 25).*

Todas as ações [sistematização da fiscalização do exercício, alteração da lei de regulamentação e do código de ética] do conjunto CFAS/CRAS se inscreveram a partir de tal prerrogativa e expressaram seu novo papel: trabalhar no sentido de articular a categoria com vistas à participação no campo político mais amplo. Ou no dizer do próprio Conselho Federal: *“os CRAS devem reivindicar a participação na formulação e operacionalização das políticas sociais, voltadas para os interesses da grande maioria da população.”* (CFAS, 1990.)

Quanto ao campo da formação profissional, o exame da trajetória sócio-histórica do Serviço Social indica que a segunda metade dos anos 70 assistiu ao fortalecimento das preocupações da categoria e suas entidades, em especial a então ABESS, em torno da formação profissional, e mais especificamente, sobre a necessidade de revisar o currículo mínimo de Serviço Social. Assim, foi a partir de uma nova perspectiva de profissão e de profissional, esta resultante do acúmulo teórico e político proporcionado pela renovação do Serviço Social, em especial pela sua vertente de “ruptura”, que se tornou possível a construção dos eixos norteadores do currículo aprovado na XXI Convenção Nacional de Ensino de Serviço Social, promovida pela ABESS em 1979, e, posteriormente, formalizado em 1982 pelo Ministério de Educação.

Tal currículo objetivava promover, em linhas gerais, um determinado projeto profissional muito claro: *“preparar um profissional que, apto para responder*

---

protagonismo, inclusive na luta pela defesa e garantia dos direitos sociais em suas diversas expressões, ratifica o perfil profissional alicerçado no projeto de profissão hegemônico no Brasil e deve se constituir, a nosso ver, em importante objeto de investigação com vistas a solidificá-lo permanentemente em face do contexto atual adverso.

*às requisições imediatas do mercado de trabalho, esteja qualificado para identificar [...] as necessidades virtuais emergentes no movimento social.”* (NETTO, 1984, p. 13).

Assim, o currículo de 1982, ainda que referenciado pelo chamado “marxismo vulgar”, enfatizava a dimensão política da intervenção profissional e o papel do assistente social como “educador informal”<sup>211</sup> ou como aquele que, intentando romper com a prática da ajuda ou do cuidado, procurava socializar seu conhecimento com o outro, contribuindo dessa forma para sua autoconscientização diante da vida social. Ou seja, em primeiro lugar, deve ser uma prática de caráter educativo de acordo com Palma:

*[...] construa o povo como ator do processo de transformação social [...]; [e que entenda – FGO] que esta iniciativa não cabe diretamente ao Serviço Social; ela supõe e exige [...] que a classe trabalhadora exercite e adquira responsabilidade, organização e consciência social no enfrentamento e na solução, por vontade própria, de desafios muito mais imediatos. Esta tese implica que o Serviço Social deverá apoiar, mas nunca substituir, a iniciativa das bases organizadas. (1986, p. 124).*

Logo, procura-se trasladar do perfil do militante, do agente de mudança ou da transformação social para aquele profissional que deve apoiar politicamente as massas trabalhadoras, a partir da socialização de conhecimentos necessários para a prática política daquelas e da sua organização. Portanto, o perfil que se espera é o de educador, ou no dizer de Palma (1986 p. 164): “*o assistente social, intrinsecamente, é um educador social; influir e orientar a consciência popular é um componente da identidade profissional do Serviço Social.*”

---

<sup>211</sup> Conforme Abreu (2002,p.36), “[...]o Serviço Social, na sociedade brasileira, institucionaliza-se e desenvolve-se como profissão de cunho educativo, nos marcos sócio-históricos que peculiarizam a organização, difusão e crise da cultura [...], identificando-se perfis pedagógicos diferenciados na mencionada trajetória profissional[...].”



Com efeito, a incorporação do papel de “educador” à prática profissional e à proposta curricular contribuiu na tentativa de renovação da profissão, na medida em que redimensionou uma atividade historicamente tradicional [refiro-me à reprodução ideológica através do aconselhamento, da orientação individual ou grupal feita pelo assistente social] no Serviço Social sob novos patamares, quer seja, pela via do compromisso com os interesses da classe trabalhadora.

O acolhimento do papel de “educador informal” junto aos segmentos populares tendeu a fortalecer a “função pedagógica do assistente social” conforme Abreu (2002), orientando a classe trabalhadora quanto às suas necessidades, aos recursos institucionais disponíveis e, mais tarde, o discurso do usuário como portador do direito. Ou seja, em minha opinião, o acúmulo proporcionado pelo diálogo com a Reconceituação latino-americana, e a partir deste, o redimensionamento do papel de educador informal permitido pela descoberta da dimensão política da ação profissional (cuja sistematização, devemos a Palma, 1986), bem como a participação da categoria profissional e suas entidades no contexto da transição democrática congregam elementos que mais tarde fundamentarão uma nova auto-imagem para a profissão – daquela que defende direitos.

No entanto, com relação ao currículo de 1982, ressalta-se que o mesmo propunha também superar a fragmentação existente no tripé caso, grupo e comunidade e para tanto, criaram-se as disciplinas de Metodologia do Serviço Social, História do Serviço Social e Teoria do Serviço Social. A tentativa de superação acabou por gerar uma nova dicotomia ao se separar teoria, método e história como compartimentos isolados da vida social.

No campo da formação profissional, a lógica curricular subjacente ao tripé teoria/método/história tendeu a reproduzir a mesma fragmentação até então existente na trajetória da profissão. Ou seja, substituímos um tripé (caso/grupo/comunidade) por outro, cujos desdobramentos na formação das novas gerações de assistentes sociais se fizeram sentir, por exemplo, na permanência da máxima que “na prática, a teoria é outra”, do ecletismo, do voluntarismo – traços tradicionais de um perfil profissional que, nos anos 80, desejava-se romper.

Neste sentido, inúmeras críticas foram traçadas ao currículo mínimo de 1982, que se mostrou como uma espécie de “acordo” capaz de acolher diversas tendências da época e concepções diferenciadas de profissão. O resultado não podia ser outro – o ecletismo e a possibilidade de recriação, no âmbito privado das escolas, da mesma lógica do currículo anterior. Conforme as críticas de Netto registradas à época, com relação ao novo tripé teoria/método/história:

*[...] à História do Serviço Social reservar-se-ia a análise da evolução profissional, da sua institucionalização [...], dos condicionalismos históricos e teóricos do Caso, Grupo e Comunidade etc.: à Teoria do Serviço Social atribuir-se-ia o estudo de categorias epistemológicas, o desvendamento das questões referentes a objeto e objetivo, da relação teoria e prática, a problematização das especificidades profissionais etc.; enfim, à Metodologia do Serviço Social estaria conferido o papel de fornecer ao discente o [s] modelo [s] de intervenção. (1984, p. 10).*

Netto (1984) atenta para o fato de que o currículo de 1982 recriou claramente alguns equívocos da Reconceitualização latino-americana na medida em que confere ao Serviço Social a existência de uma teoria e uma metodologia próprias como requisitos de cientificidade para a profissão. Promover o Serviço Social à condição de ciência seria supostamente a saída para superar a fragmentação, a subalternidade e a ausência de reconhecimento social.

Desse modo, o currículo de 1982 expressou, ainda que revisitasse alguns equívocos, a tentativa de construção e de afirmação de uma nova tendência profissional; quer seja, a do assistente social comprometido com a classe trabalhadora. Os esforços das entidades – CENEAS/ANAS, CFAS/CRAS e ABESS, embora com suas especificidades, e dos quais o currículo de 1982 é legatário, bem como o Código de Ética de 1986, inscreveram-se na tentativa de ruptura com o histórico conservadorismo presente no Serviço Social desde suas protoformas e com a construção de um novo perfil e imagem da profissão.

Em síntese, observa-se que o processo brasileiro de transição democrática dos anos 80 oxigenou o Serviço Social, favorecendo, de um lado, a superação dos equívocos e controvérsias da Reconceituação; de outro, consolidando uma nova concepção de profissão [na qual as ações das entidades são evidentes], vinculada à ruptura com o Serviço Social tradicional. Sendo assim, nos anos 80:

*A militância político-profissional alcança a sua maturidade, evidenciada na organização sindical nacional dos assistentes sociais, na articulação com as lutas gerais dos trabalhadores e na inserção junto às demais entidades representativas da profissão; os eventos nacionais, gradativamente, revelam um contorno crítico e politizado. A produção marxista supera os equívocos das primeiras aproximações, **o ethos profissional é auto-representado pela inserção do assistente social na divisão sócio-técnica do trabalho, como trabalhador assalariado e cidadão.** A formação profissional recebe novos direcionamentos, passando a contar com um currículo explicitamente orientado para uma formação crítica e competente com as classes subalternas. Em 1986, o Código de Ética, praticamente igual desde 1948, é reelaborado, buscando-se garantir uma ética profissional objetivadora da nova moralidade profissional. (BARROCO, 2001, p. 168, grifo nosso).*

Com efeito, o chamado salto qualitativo experimentado pela profissão nos anos 80 permitiu, portanto, a construção de uma auto-imagem profissional cujos traços centrais se contrapõem à imagem social e tradicionalmente veiculada do

profissional, conforme tratamos no capítulo anterior. Trata-se agora de se conceber a profissão como uma especialização do trabalho coletivo, inscrita na divisão social e técnica do trabalho, e seus sujeitos profissionais como assalariados e, deste modo, submetidos formalmente à lógica do mercado, o que lhes impõe determinadas condições de trabalho [remuneração; jornada de trabalho; forma de vínculo empregatício] objetivas e subjetivas.

O auto-reconhecimento como força-de-trabalho assalariada reconfigura a auto-imagem profissional e desvela, ao mesmo tempo, os limites da profissão. No entanto, a condição de assalariamento não se apresenta ao assistente social como um entrave, mas como matéria, tendo em vista que será no enfrentamento dos limites existentes no mundo do trabalho [atravessado atualmente por severas metamorfoses], que o assistente social desenvolve seu modo de ser, afirmando um perfil profissional marcado por traços radicalmente opostos daqueles presentes ao longo da trajetória sócio-histórica da profissão. Ou seja, *a condição de assalariado tende a forjar entre os assistentes sociais os traços pertinentes a uma renovada auto-imagem profissional.*

Com isso, muitos dos assistentes sociais tendem a se ver como cidadãos e neste sentido, portadores de direitos. A defesa dos direitos como mote do discurso e da ação profissional torna-se prioridade para esses profissionais – resultado do acúmulo teórico e político nos marcos da profissão e adensado pela conjuntura brasileira marcada pela transição democrática – e, desdobra-se em uma nova concepção de profissão e de perfil profissional, que passa a fundamentar a intervenção dos assistentes sociais neste momento.

Se tal processo, que caracteriza um inegável avanço para o Serviço Social brasileiro no campo do exercício e da formação profissional, engendra-se na

conjuntura dos anos 80, seu amadurecimento e concretização efetiva apenas se realiza na década de 90, a despeito do aprofundamento das contradições do capitalismo em sua fase monopolista, conforme a seguir.

#### 3.4. O projeto profissional hegemônico e a consolidação de uma auto-imagem renovada para o Serviço Social brasileiro

Pode-se afirmar que a última década do século XX foi marcada mundialmente pelo aprofundamento da crise [visível nos países centrais desde os anos 70] do capitalismo em sua fase monopólica, ratificando para este a urgente necessidade de uma auto-reorganização, principalmente do ponto de vista da produção e da circulação de mercadorias, bem como no âmbito político e cultural.

Neste sentido, é ampla a bibliografia que trata acerca das metamorfoses do mundo do trabalho neste fim de século, como também dos processos de globalização e financeirização do capital. Merece destaque, dentre os processos citados, a premente necessidade de reorganização do aparato público-estatal em face ao colapso do chamado Estado de Bem-Estar Social, em virtude de sua crise fiscal e política.

A programática neoliberal surge nos idos dos anos 80 nos países centrais e logo se espalha para os demais países do globo, reformulando o tamanho e as funções dos Estados Nacionais em um processo chamado por alguns de “contra-reforma,” conforme Behring (2003), o que em função da expressiva quantidade de títulos a respeito, não cabe aqui prolongar. Entretanto, nos países da

América Latina, o chamado neoliberalismo assumiu uma particularidade central, conforme já afirmado – o combate à inflação. Sob esta perspectiva, o Estado brasileiro ocupou-se durante grande parte dos anos 90 com a criação e o fortalecimento de uma política de estabilização econômica, que garantisse a queda progressiva dos níveis inflacionários.

Com efeito, surge no Brasil em 1994, o chamado Plano Real, que consistiu em uma política de estabilização econômica, cuja promessa era “derrubar a inflação”. Para tanto, o Plano Real valorizou em 20% a moeda brasileira – o real – em relação ao dólar norte-americano através de um arranjo na superfície da economia, ou como afirma Sader (1999), forçando a valorização do real a partir da entrada maciça de dólares no mercado brasileiro, a qual também apenas foi possível mediante o estabelecimento de altíssimas taxas de juros. Dessa forma, segundo Sader:

*A estabilização monetária obtida dessa forma permitiu por algum tempo a estabilidade do valor da moeda brasileira, mas produziu, por outro lado, vários fenômenos negativos, que certo tempo depois apareceram na superfície. Esses fenômenos negativos podem ser assim descritos: ao fixar uma taxa de juros altíssima para atrair capitais externos, o governo estabeleceu, ao mesmo tempo, a taxa de juros que incidiria no pagamento de suas dívidas. [...] Com o valor da moeda brasileira artificialmente alto em relação ao das moedas estrangeiras, a economia do país teve grande dificuldade para exportar seus produtos, cujos preços se tornaram muito elevados no exterior [gerando déficits na balança comercial – FGO]. [...] Ao estabelecer taxas de juros muito altas, o governo tanto prejudicou a expansão da economia, uma vez que elas dificultam o financiamento do consumo e dos investimentos, como contribuiu para aumentar a inadimplência e as falências das empresas nacionais. [...] Ao tornar a estabilidade monetária dependente de um grande excedente de capitais externos, o governo passou precisar de um grande volume de reservas [...]. Essas reservas constituem recursos imobilizados, que não podem ser investidos em políticas sociais [...]. (1999, p. 45).*

Assim, o controle artificial da inflação através da alta dos juros gerou ao fim do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995/1998), a estagnação da economia, com baixo crescimento, por um lado; e desemprego, por

outro; e uma forte restrição orçamentária no campo das políticas públicas, segundo Lesbaupin (1999).

No entanto, Sader (1999) destaca que em curto prazo, os efeitos do Plano Real foram tomados positivamente, porque derrubou a inflação muito rapidamente, possibilitando o acesso de parte significativa da população a variados bens de consumo. Tais ganhos capitalizaram-se politicamente, garantindo, inclusive, as vitórias de Fernando Henrique Cardoso em 1994 e 1998.<sup>212</sup>

Sader, contudo, afirma que a opção pela estabilização econômica a partir da manutenção de uma elevadíssima taxa de juros, resultou no crescente endividamento do Estado, ampliando sem precedentes, sua crise fiscal. O autor afirma:

*O Estado brasileiro, por sua vez, depois de ter sido a alavanca essencial da transformação que fizera o Brasil passar de país agrícola a país industrial, aumentou extraordinariamente seu grau de endividamento ainda durante a ditadura militar. Não bastando o aumento da dívida provocada pela crise mundial [...], o governo assumiu a dívida do setor privado para garantir aos credores que o país não estava falido. A partir daquele momento, o Estado brasileiro passou a ter suas finanças comprometidas não pelos seus gastos normais [...], mas pela dívida assumida pelo pagamento de altos juros com que se comprometeu. (1999, p. 43).*

No entanto, Sader (1999) também destaca que o desenvolvimento de medidas neoliberais, tais como indicadas na íntegra do programa de governo de

---

<sup>212</sup> Quanto à vitória de FHC nas eleições presidenciais, Sader (1999, p.48) também a atribui ao fato de que o programa à época do PT – principal antagonista de FHC nas eleições – não abordava com o mesmo peso duas questões centrais: a crise do Estado e o combate à inflação. Ainda conforme o autor, “essa foi a brecha por onde se estruturou a alternativa apresentada pelas elites. [...] O foco dos problemas era, assim, definitivamente deslocado para o Estado. A inflação era mostrada como o principal problema, não só por desorganizar a economia e bloquear a chegada de capitais do exterior, como também por prejudicar os mais pobres. Como não atacava o grande capital – ao contrário, o absolvía -, o Plano Real pôde ser assimilado pelas elites dominantes.” Assim, “a oposição, incapaz de se posicionar de modo próprio quanto a um tema para o qual não estava preparada, viu-se perante o dilema de ou negar os efeitos do plano de estabilização – chocando-se com as evidências imediatas e os sentimentos da grande maioria da população – ou aceitá-lo e, na prática, render-se aos méritos de quem o havia formulado.” (Id., Ibid., p. 50).

Fernando Henrique Cardoso, deu-se tardiamente no Brasil, em virtude das diversas crises financeiras ao redor do mundo, como a mexicana e a dos chamados “tigres asiáticos” em 1997, e da tentativa do governo brasileiro em resguardar o Plano Real das avalanches mundiais presentes na época.

Apenas no segundo mandato (1998/2001), a contra-reforma do Estado se estabeleceu com mais força, embora em 1999, uma expressiva crise econômica tenha atravessado as intenções brasileiras e mais especificamente o Plano Real, que entrou a partir de então em declínio. Com uma austera política fiscal, a virada dos anos 90 para o século XXI se caracterizou pelo forte corte orçamentário no campo das políticas públicas – principal foco do exercício da profissão – contrariando e inviabilizando as conquistas de 1988.

Assim, o Serviço Social, especialmente suas entidades e vanguardas, defrontaram-se com o dramático cenário dos anos 90 – marcado pelos altos índices de desemprego e precarização do trabalho, pela minimização do Estado e do campo das políticas públicas, e pelo adensamento das expressões da “questão social” – de forma madura e consciente de suas possibilidades e limites profissionais e políticos, pois se os anos 90 expressaram o aprofundamento da crise do capital e de todos os desdobramentos daí advindos, o Serviço Social conseguiu, diante dessa adversa conjuntura, aprimorar suas conquistas no campo da ética, da fiscalização do exercício e da formação profissional.

Em síntese, nos anos 90, pôde o Serviço Social aprimorar a tendência de ruptura com o chamado Serviço Social tradicional, posta desde algumas décadas atrás [conforme já assinalado], configurando-a em um projeto profissional<sup>213</sup>

---

<sup>213</sup> Barroco (2001, p.206) destaca que o amadurecimento intelectual e político do Serviço Social brasileiro, acumulado desde os anos 60 com o processo de Renovação profissional, alcançam seu ápice com a aprovação do Código de 1993: *“É nesse contexto que o projeto profissional de ruptura começa a ser definido como projeto ético-político referendado nas conquistas dos dois Códigos [1986*



claramente vinculado a um determinado projeto societário<sup>214</sup> – contrário à exploração e discriminação de qualquer natureza e com vistas à construção de uma nova sociedade. Assim, se os anos 80 puseram a tona diversos avanços para a profissão no campo da ética, da fiscalização do exercício e da formação profissional, os anos 90, concretizam de fato esses avanços.

Assim, o tensionamento das expressões da “questão social” e, de modo inverso, o esvaziamento das políticas públicas sob o contexto da crise do capital, por um lado; e por outro, o redimensionamento do mundo do trabalho com importantes conseqüências para os trabalhadores em geral, impôs ao Serviço Social, nos anos 90, o fortalecimento de um projeto profissional com clara direção social e política, significando não apenas o amadurecimento interno da profissão, mas principalmente sua posição de resistência em face ao contexto de crise do capital e do neoliberalismo. Com efeito, tratou-se da formalização de um projeto ético-político para o Serviço Social cujos princípios éticos de acordo com Netto:

*[...] não se limitam [limitaram - FGO] a normatizações morais e/ou prescrição de direitos e deveres, mas envolvem [envolveram – FGO] ainda as escolhas teóricas, ideológicas e políticas das categorias e dos profissionais – por isto mesmo, a contemporânea designação dos projetos profissionais como projetos ético-políticos revela toda a sua razão de ser: uma indicação ética só adquire efetividade histórico-concreta quando se combina com uma direção político-profissional. (1999, p. 99.)*

Além de uma direção social e estratégica, o projeto profissional em vigor é materializado a partir da conjugação de diversas dimensões, as quais

---

*e 1993]; nas revisões curriculares de 1982 e 1996; e no conjunto de seus avanços teórico-práticos construídos no processo de renovação profissional, a partir da década de 60”.*

<sup>214</sup> Até porque os projetos profissionais, entendidos como a expressão dos interesses históricos e particulares de determinada categoria profissional, não podem existir sem a vinculação [explícita ou não] com os interesses mais gerais da sociedade. No caso do projeto ético-político do Serviço Social em vigência, sua principal particularidade consiste em seu claro antagonismo com os princípios e valores que legitimam a ordem burguesa.

envolvem desde o efetivo reconhecimento da teoria social crítica, como substrato teórico e político-cultural capaz de sustentá-lo, até a organização política da categoria<sup>215</sup> e o conjunto de documentos que norteiam política e juridicamente a profissão no Brasil (Refiro-me aqui à lei que atualmente regulamenta a profissão: Lei 8.662/93; o Código de Ética de 1993; e as diretrizes curriculares).

Quanto às reflexões e debates, que envolveram a revisão e posterior aprovação da lei de regulamentação do exercício profissional número 8.662 em 1993, pode-se afirmar que, conforme já mencionado antes, sua prevalência na agenda profissional inscreve-se ainda na década de 80, concluindo-se já nos anos 90 com sua formalização jurídica. Assim:

*A Lei, como instrumento, pôde articular princípios ético-políticos, e procedimentos técnico-operacionais. O texto legal expressa, pois, um conjunto de conhecimentos particulares e especializados, a partir dos quais são elaboradas respostas concretas às demandas sociais, embora saibamos que a predefinição das atribuições privativas e competências, como uma exigência jurídica/legal, não as garante na prática, posto estarem também condicionadas à lógica do mercado capitalista. (CFESS, 2002, p. 5).*

Ou seja, nos anos 90, são claras na lei que passa a regular o exercício do Serviço Social no Brasil, uma nova concepção e auto-representação da profissão, sobretudo a partir do conjunto de competências e atribuições privativas. Além disso, a aprovação da nova lei de regulamentação insere na agenda do debate contemporâneo do Serviço Social a necessidade de se apreender as

---

<sup>215</sup> Quanto à dimensão da organização política da categoria presente no projeto profissional hegemônico, cabe ressaltar que nos anos 90, observou-se a mudança formal das nomenclaturas do conjunto CFAS/CRAS para CFESS/CRESS. A alteração dos nomes das entidades significou, além da formalidade que lhe foi intrínseca, uma mudança significativa quanto à concepção de profissão. A mudança da nomenclatura apenas sinalizou um processo muito maior cujo cerne é a ruptura com o corporativismo. Não se tratava mais da estrita defesa de profissionais, mas do direito do usuário em receber um atendimento de qualidade, realizado com competência. Concebe-se a profissão como um bem público e os Conselhos – Federal e Regionais – como instâncias de orientação e fiscalização do exercício profissional.

particularidades do mercado de trabalho, e reconhece que o profissional, embora formalmente submetido à lógica do mercado capitalista [que lhe exigirá sempre novas ou reatualizadas competências profissionais], deve ter clareza de seu papel na divisão social e técnica do trabalho, e, por conseguinte, dos compromissos éticos e políticos [conquistados na década anterior] que deve, nesse contexto, ratificar.

Tão necessário quanto a aprovação da lei de regulamentação 8.662, observa-se, alguns meses antes, porém, no mesmo ano [1993], a revisão e a conseqüente criação de um novo Código de Ética Profissional,<sup>216</sup> que afirmou a manutenção e o fortalecimento das conquistas inexoráveis do Código de 1986, os quais romperam efetivamente com a ética tradicional a partir do giro de sua base filosófica. Assim, no dizer de Barroco:

*A revisão do Código de 1986 teve como pressuposto a consolidação do projeto profissional nele evidenciado, numa perspectiva superadora, ou seja, de garantir suas conquistas e ao mesmo tempo superar suas debilidades. Entendeu-se, sobretudo, a necessidade de **estabelecer uma codificação ética que desse concretude ao compromisso profissional**, de modo a explicitar a dimensão ética da prática profissional, afirmar seus valores e princípios e operacionalizá-los objetivamente em direitos e deveres éticos. Neste sentido, o recurso à ontologia social permitiu decodificar eticamente o compromisso com as classes trabalhadoras, apontando para a sua especificidade no espaço de um Código de Ética: o compromisso com valores ético-políticos emancipadores referidos à conquista da liberdade. (2001, p. 200, grifo nosso).*

---

<sup>216</sup> Barroco (2004, p.33) destaca que um investimento maior no campo da capacitação ética se faz presente no âmbito das entidades da categoria profissional a partir da década de 90, a despeito do contexto ser muito adverso, marcado pela entronização do neoliberalismo no mundo e no Brasil e suas políticas de estabilização econômica, das quais o Plano Real é exemplo, conforme já abordado. Além disso, verifica-se também no plano internacional, com desdobramentos sentidos principalmente do ponto de vista político e ideológico, o colapso do chamado “socialismo real”. Barroco também sinaliza que o cenário que envolve a revisão do Código, nos anos 90, também é marcado pelo “[...]movimento ‘pela ética na política’ e na vida pública, que culmina com o impeachment do Presidente da República, [que – FGO] evidencia o surgimento da ética como uma questão teórico-prática: um tema de debates intelectuais e publicações teóricas, mas que também invade a mídia e pertence ao espaço da vida cotidiana.”

Assim, o grande salto que o Código de 1993 sustentou foi a afirmação do compromisso ético-profissional com valores emancipadores universais, não mais restritos aos interesses particulares de uma determinada classe. Portanto, fundamentado na ontologia social de Marx, o Código de 1993 concebe a liberdade<sup>217</sup> como um dos resultados da práxis humana, e, por conseguinte, não consistindo em um fenômeno natural, mas um produto histórico gerado a partir do trabalho. Além disso, entende-se a democracia como “padrão de organização política” e a cidadania como um conjunto de princípios capazes de engendrar as condições objetivas e subjetivas para o aprofundamento da liberdade. Neste sentido, segundo Barroco:

*Com essa fundamentação, o Código se opõe não apenas ao liberalismo, mas também ao humanismo cristão tradicional e ao marxismo anti-humanista. Ao humanismo cristão porque não concebe uma ética essencialista, dada por uma essência transcendental e predeterminada à história; ao liberalismo porque não naturaliza os valores universais nem os concebe como possibilidade objetiva universal na ordem burguesa. Supera o marxismo anti-humanista porque repõe a ética no interior da práxis. Ao mesmo tempo, ao supor as categorias do método crítico dialético, como totalidade, por exemplo, propicia uma base de fundamentação necessária ao debate ‘pós-moderno’, que tende a negar tais categorias. (2001, p. 204).*

Entretanto, a defesa de valores emancipatórios e universais não se faz sem um conjunto de princípios capazes de operá-los - ao contrário do Código de 1986, que tinha na frágil operacionalização, sua principal lacuna e crítica -, os quais se afirmam com a necessidade da defesa da cidadania e dos direitos sociais a ela

---

<sup>217</sup>Vale destacar que a concepção de liberdade proferida no Código de Ética de 1993 é radicalmente diferente daquela preconizada pelo liberalismo, pois neste “o homem é tratado como portador de direitos naturais anteriores à sua sociabilidade, entre eles o direito à propriedade e à liberdade.” (BARROCO, 2001, p.202). Neste sentido, por conceberem os homens como seres naturalmente iguais, todos possuem o direito de serem livres e de se desenvolverem, cabendo apenas ao Estado, e demais entidades civis e políticas, a constituição das condições para tal. No entanto, a consolidação da liberdade e do desenvolvimento depende da capacidade e do esforço pessoal de cada homem; e assim, considerando que as faculdades, talentos e aspirações humanas podem variar, o liberalismo preconiza também como um dado natural, a existência da desigualdade, pois nem todos têm a mesma força de vontade e competência intelectual para se desenvolverem e assim, conquistarem a liberdade.

articulados, bem como da democracia. Ou seja, é a luta pela efetiva emancipação política – principalmente em um país como o Brasil – a condição para a construção dos valores e objetivos para os quais esse Código se dedica.

O mesmo se aplica à defesa da qualidade dos serviços prestados à população, que passa a ser entendida como mais uma das condições necessárias para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, sem preconceitos e discriminação.

Contudo, para que possa o sujeito profissional contribuir na viabilidade de tais valores em seu dia-a-dia profissional, é imprescindível que este seja competente do ponto de vista ético-político, teórico-metodológico, técnico-operativo e investigativo. A competência profissional está, dessa forma, absolutamente vinculada a uma nova perspectiva de profissão e de formação. O Serviço Social passa a ser concebido como uma totalidade em si, na qual se congregam diversas dimensões auto-implicadas em uma relação na qual uma não se faz sem a outra.

Era, portanto, claro no debate profissional dos anos 90 que o conjunto de transformações societárias, observadas nesse cenário, imprimiam ao Serviço Social uma série de novas demandas e exigências, por um lado; e, por outro, o amadurecimento próprio da profissão - expresso no projeto profissional que então se formalizava; a necessidade de construção de uma nova proposta de formação profissional - que garantisse os avanços experimentados pela profissão; bem como respondesse os desafios e exigências contemporâneas. Conforme Koike:

*O desemprego em massa, a perda crescente dos direitos sociais historicamente conquistados pelos trabalhadores, o trabalho precarizado, autonomizado, desassalariado; a desqualificação profissional; a diminuição das funções sociais do Estado; a crescente apropriação do fundo público a favor da reprodução do capital e o conseqüente desinvestimento nas políticas sociais públicas; a flexibilização do sistema de proteção social; a desregulamentação do mercado de trabalho; o incremento do papel*

*intervencionista estatal em todos os níveis da vida social; e o arrefecimento dos movimentos sociais, são aspectos complexos de grande repercussão nas condições atuais de trabalho e de formação do assistente social. Para dar conta dessa complexidade, a formação profissional precisa garantir o desenvolvimento de um conjunto de **novas competências teórico-instrumentais e ético-políticas** que, somadas ao acúmulo proporcionado pela maturidade acadêmico-profissional e político-organizativa da profissão, **assegura, tanto inteligibilidade às transformações sociais que moldam a sociedade contemporânea quanto vinculação da ação profissional às necessidades e processos sociais** que afirmam o ideário consubstanciado no Código de Ética Profissional. (1999, p. 106, grifo nosso).*

Assim, dados os limites do currículo de 1982 [conforme já tratado], e as transformações, que atravessavam a divisão social e técnica do trabalho nos anos 90, tornou-se premente a necessidade de uma revisão curricular. Assim, a assembléia geral das unidades de ensino realizada em 1993 deliberou pela construção de um novo projeto de formação profissional, o que, por conseguinte, significava criar oportunamente uma nova grade curricular mínima para os cursos de Serviço Social no Brasil.

Em 1993, era claro que deveria caber à então ABESS [Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social] a direção do processo de revisão curricular, que para efetivar-se deveria dialogar criticamente com o currículo de 1982 [tal como ocorreu com a construção do Código de Ética de 1993 em relação ao de 1986], quer seja, manter e fortalecer seus avanços, de um lado; e de outro, superar suas lacunas e debilidades.

Assim, tomando o currículo de 1982 como ponto de partida, discutiu-se a necessidade de manter e aprofundar a direção social estratégica presente na profissão – tanto em sua formação quanto no seu exercício e fiscalização – a partir da incorporação dos pressupostos da Teoria Social Crítica como matriz formativa dos assistentes sociais brasileiros, e de resignificação da profissão com um produto da história e não como “evolução da caridade”, da “racionalização da assistência”,

dentre outras concepções da profissão que historicamente pautaram a trajetória do Serviço Social no Brasil.

Além disso, o debate de constituição das novas diretrizes curriculares apontou com maior profundidade e amadurecimento teórico temas já indicados preliminarmente em 1982, como “a centralidade da categoria trabalho” e a “questão social”, assim como suas lacunas e equívocos, dentre os quais podemos destacar: “a identificação entre militância política e exercício da profissão” e “o papel dos instrumentos operativos.”<sup>218</sup>

Uma característica desse processo de revisão curricular que merece ser destacada e que expressa muito bem o amadurecimento intelectual e político do Serviço Social no Brasil nos anos 90, em especial de suas entidades, refere-se ao fato de que, embora capitaneado pela ABESS, o processo de revisão curricular deveria contar com a participação de uma equipe de consultores e, principalmente, gerar uma ampla rede de discussão a partir do desenvolvimento de uma série de oficinas locais [realizada em cada unidade de ensino], regionais e nacional. Segundo ABESS/CEDEPSS (1997), “entre 1994 e 1996 foram realizadas aproximadamente 200 [duzentas] oficinas locais, nas 67 unidades acadêmicas filiadas à ABESS; 25 [vinte e cinco] oficinas regionais e duas nacionais.” (ABESS/CEDEPSS, 1997, p. 58), as quais contaram com a participação de docentes, alunos e supervisores de estágio.

---

<sup>218</sup> Quanto a este aspecto – a identificação entre militância política e exercício da profissão – presente no currículo de 1982, postulava o “*engajamento político nos movimentos da sociedade civil e nas instâncias organizativas da categoria, supondo que dessa forma estaria sendo realizada uma prática profissional vinculada às necessidades das classes subalternas[...]*” (KOIKE, 1999, p.110). Já o debate acerca dos instrumentos e técnicas era tido como algo lateral dentro da formação, tendo em vista sua não-vinculação com as demais dimensões da profissão: teórico-metodológica e ético-política. A técnica, nem sempre tratada formalmente nos currículos, era confundida com modelo de intervenção a ser aplicado pragmaticamente à situação ou demanda apresentada institucionalmente. Para uma instigante discussão acerca do papel dos instrumentos e técnicas na formação profissional do assistente social brasileiro, ver Santos (2006).

Conforme Koike (1999, p.108), esse processo deveria “[...] garantir o pluralismo do debate e sua socialização entre as escolas [...], além de é claro, objetivar a transparência e legitimidade do processo em si. Como resultado das oficinas, esperava-se “[...] propiciar atualização e aprendizagem aos que dela participassem, preparando, desse modo, o processo de implantação das referidas diretrizes, devendo permanecer como capacitação continuada.”

Com efeito, as diretrizes curriculares de 1996 objetivavam romper com uma perspectiva curricular formalista, que reduz a apreensão do conhecimento a um conjunto de matérias e disciplinas. Logo:

*Propõe-se uma lógica curricular inovadora, que supere a fragmentação do processo de ensino e aprendizagem e permita uma intensa convivência acadêmica entre professores, alunos e sociedade. Este é, ao mesmo tempo, um desafio político e uma exigência ética: construir um espaço por excelência do pensar crítico, da dúvida, da investigação e da busca de soluções. (ABESS/CEDEPSS, 1997, p. 64).*

Em síntese, as diretrizes curriculares de 1996 afirmavam acima de tudo uma nova maneira de se formar os profissionais de Serviço Social no Brasil, calcada obviamente em um conjunto de conteúdos, mas principalmente sobre uma determinada lógica curricular que primasse, não pela hierarquização dos saberes, ao contrário, pela sua configuração a partir da perspectiva de totalidade.

Essas diretrizes estão absolutamente afinadas com a concepção contemporânea da profissão [subjacente ao projeto profissional hegemônico], que as entende como síntese de múltiplas determinações, capaz de responder às suas demandas sócio-ocupacionais a partir do entrecruzamento de diversas dimensões que lhes atravessam medularmente - tal como já indicado anteriormente – ético-



política, teórico-metodológica, técnico-operativa e investigativa. Neste sentido, devem as diretrizes curriculares capacitar o aluno de Serviço Social para:

*1. apreensão crítica do processo histórico como totalidade; 2. investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país; 3. apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; 4. apreensão das demandas – consolidadas e emergentes – postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando a formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado; 5. exercício profissional cumprindo as competências e as atribuições previstas na legislação profissional em vigor. (ABESS/CEDEPSS, 1997, p. 62).*

A despeito de todo o processo de constituição das diretrizes curriculares nos anos 90 expressar o indiscutível amadurecimento e fôlego do projeto profissional do Serviço Social brasileiro, ele não foi imune à ofensiva neoliberal. Conforme Iamamoto (2002), as diretrizes curriculares aprovadas em Assembléia da ABESS em 1996, e fruto da discussão coletiva da categoria e entidades profissionais<sup>219</sup>, padeceram diante da aprovação do Ministério da Educação (MEC) de:

*[...] uma forte descaracterização tanto na sua direção social, quanto na base dos conhecimentos e habilidades considerados essenciais ao desempenho profissional do assistente social [...]. Assim, por exemplo, no perfil do bacharel em Serviço Social constava 'profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social', o que foi retirado e substituído por 'utilização dos recursos de informática'. Na definição das competências e habilidades, a definição dos direcionamento teórico-metodológico e histórico para a análise dos processos sociais da sociedade brasileira foram suprimidos. Assim, consta no projeto original, encaminhado ao CNE, que a formação profissional deve viabilizar uma capacitação teórico-metodológica e ético-política, como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas com vistas à: apreensão crítica dos processos sociais na sua totalidade;*

---

<sup>219</sup> Ressalta-se que o desenho final das diretrizes curriculares tal como aprovado formalmente em assembléia da entidade em 1996, além de ter consistido em fruto do debate coletivo, não excluiu a existência da polêmica em torno de seus pilares fundamentais. Ver neste sentido o artigo de Faleiros (2000).

*análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo a particularidade do desenvolvimento do capitalismo no país. Tais objetivos supra destacados foram simplesmente eliminados do texto legal. E os tópicos de estudos foram totalmente banidos do texto oficial para todas as especialidades. [...] Esse corte significa, na prática, a impossibilidade de se garantir um conteúdo básico comum à formação profissional no país [...]. O conteúdo da formação passa a ser submetido à livre iniciativa das unidades de ensino públicas e privadas, desde que preservados os referidos núcleos. Esta total flexibilização da formação acadêmico-profissional, que se expressa no estatuto legal, é condizente com os princípios liberais que vêm presidindo a orientação para o ensino superior, estimulando a sua privatização e submetendo-o aos ditames da lógica do mercado. Esse é um forte desafio à construção do projeto ético-político do Serviço Social. (2002, p. 22).*

Assim, integrante do projeto profissional, a proposta de formação, materializada nas diretrizes curriculares, também compartilha de seus principais desafios como a necessidade de se efetivar e fortalecer mediante um contexto maior marcado pela crise do capital e seus principais desdobramentos – a contra-reforma do Estado; a flexibilização do mundo do trabalho; a tendência ídeo-político expressa no chamado campo pós-moderno.

Apesar dos desafios que se põem diante do projeto profissional em vigor, *é inconteste que ele coroa o processo de constituição de uma nova auto-imagem profissional*<sup>220</sup> - a que defende e luta por direitos sociais.

Ou seja, o exame crítico da trajetória sócio-histórica do Serviço Social brasileiro expressa nas ações e discursos de seus agentes e de suas entidades profissionais, permite-nos afirmar que está em curso a construção de uma nova imagem para esta profissão. E de que se constitui essa imagem? Constituída da imagem historicamente consolidada e da auto-imagem profissional, observa-se que

---

<sup>220</sup> Conforme Netto (1999, p.95), “**os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas (entre estas, também e destacadamente com o Estado, ao qual coube, historicamente, o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais).**” (grifo nosso)

hoje está presente no cotidiano das iniciativas e ações das entidades da categoria, encarnadas a partir do projeto profissional atual, a vinculação direta da imagem profissional àquele que defende direitos. Não mais aquele que ajuda, que integra, que conscientiza, mas aquele que defende e luta pela garantia dos direitos sociais. Entre os usuários e o público em geral, a mesma tensão tende a aparecer, pois, se por um lado, esta profissão também é reconhecida como aquela que defende direitos<sup>221</sup>; por outro, ainda se conserva, entre muitos, a perspectiva de que o profissional e a profissão são vistos como “coisa de mulher”, com um perfil voltado para a ajuda, e cuja subalternidade em face das demais profissões, lhe impede de intervir efetivamente sobre as demandas que lhe chegam.

Quanto ao público em geral,<sup>222</sup> alguns depoimentos são emblemáticos no sentido de mostrar a convivência de traços da imagem socialmente construída e consolidada da profissão, que a remete em muitos momentos a suas protoformas, com aquela que a profissão e seus profissionais – individuais e coletivos – têm procurado construir:

*[...] é uma profissão de muita utilidade e responsabilidade, pois realiza um trabalho de **orientação e defesa dos direitos**. (Depoimento de usuário).  
Os profissionais de Serviço Social estão sempre **prontos a ajudar** os pacientes e seus familiares . (Depoimento de usuário).*

---

<sup>221</sup> O reconhecimento da relação do Serviço Social e de seus profissionais com o universo dos direitos é visível na fala de Oliveira (IN: BEHRING, 2003), o que coincide com a “atual” auto-imagem que os assistentes sociais e principalmente suas entidades pretendem consolidar: “*O Serviço Social há muito foi retirado do registro assistencialista **pelos seus estudiosos e militantes**, que o colocaram, acertadamente, no terreno da política. Aliás, esse foi um movimento teórico-prático da maior importância: os que ainda são chamados de assistentes sociais constituem-se numa das categorias mais combativas e, por isso criativas, na política brasileira do último quartel de século. A categoria está em todos os conselhos de defesa e promoção de direitos sociais, numa incessante atividade. Deve-se dizer que **sem os assistentes sociais a criação e a invenção de direitos no Brasil não teria conhecido os avanços que registra.***” (IN: BEHRING, 2003, p.15. grifos meus)

<sup>222</sup> Os depoimentos apresentados são oriundos de reportagens realizadas junto a usuários, militantes de movimentos sociais, e outros profissionais, pelo Conselho Regional de Serviço Social – 7ª. Região no ano de 2003 e publicadas nas edições do Jornal Práxis nos. 19, 22 e 23, conforme bibliografia, e certamente ratificam tendências quanto às representações que historicamente configuram a imagem social do Serviço Social no Brasil.

*O assistente social é o profissional responsável por **fazer a ponte** entre os anseios da população e a implementação de práticas e políticas que venham a atender a essas demandas. (Depoimento de militante).*

*O Serviço Social não é assistencialismo e sim uma ciência, mas não descarta a **possibilidade da caridade ser uma das atribuições** desse profissional, que [...] está sempre **comprometido** a interpretar a sociedade e **promover a igualdade** social. (Depoimento de militante).*

*Vejo o assistente social como um **apoio para ajudar** as pessoas. (Depoimento de profissional de outra área).*

Nos depoimentos acima, independente da condição – seja usuário direto do Serviço Social, seja profissional de outra área, seja militante de movimento social organizado – é clara a existência de uma tensão entre os traços que vinculam a imagem da profissão à perspectiva da ajuda e da caridade; elementos que relacionam o profissional à promoção do homem e à intermediação entre interesses antagônicos; ao mesmo tempo, a conexão entre a ação profissional e a defesa de direitos.

Vê-se que essa mesma relação paradoxal que constrói na atualidade a imagem da profissão, também comparece nos discursos de parte dos discentes de Serviço Social por mim pesquisados em 2005.

A pesquisa intitulada: “Educação e Empregabilidade: O Exemplo do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro”, objetivou conhecer o perfil socioeconômico de tais estudantes, bem como suas representações sobre a profissão. O trabalho se desenvolveu em dois momentos: o levantamento das respostas dos candidatos ao preenchimento de vagas para o curso de Serviço Social da referida universidade; e posteriormente, a realização de entrevistas com 57 estudantes da Escola de Serviço Social de vários períodos de um universo de 575 discentes.<sup>223</sup>

---

<sup>223</sup> É evidente que as conclusões obtidas a partir da pesquisa realizada junto aos alunos de Serviço Social não pretendem esgotar as reflexões acerca das representações que constituem a imagem social da profissão, mas indicam determinadas tendências dentro de um contexto específico – no caso a Escola de Serviço Social da UFRJ. Não se pode esquecer de que as respostas de tais

Dessa forma, o primeiro dado que consideramos relevante apresentar e que indica algumas pistas para a problematização acerca da imagem da profissão, refere-se ao levantamento realizado junto aos candidatos ao curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro nos anos de 2004 e 2005. Tais dados relativos à opção dos vestibulandos pelo curso deixam claro que, muito mais que a eventual importância que a profissão possa ter no mercado de trabalho, é o entendimento de que a escolha do Serviço Social passa necessariamente por “aptidões pessoais”.

Tal aspecto fragiliza, em princípio, a perspectiva de que os estudantes buscam o Serviço Social por necessidade exclusiva de um curso de nível superior para ingresso no mercado, ou por “ser um curso mais fácil para passar”. Embora não se possa desfazer de tais motivações, pois estas também compõem o universo de situações que envolvem a escolha pelo curso, o levantamento em tela tende a mostrar que essa razão não é a única, ou tampouco a mais relevante.

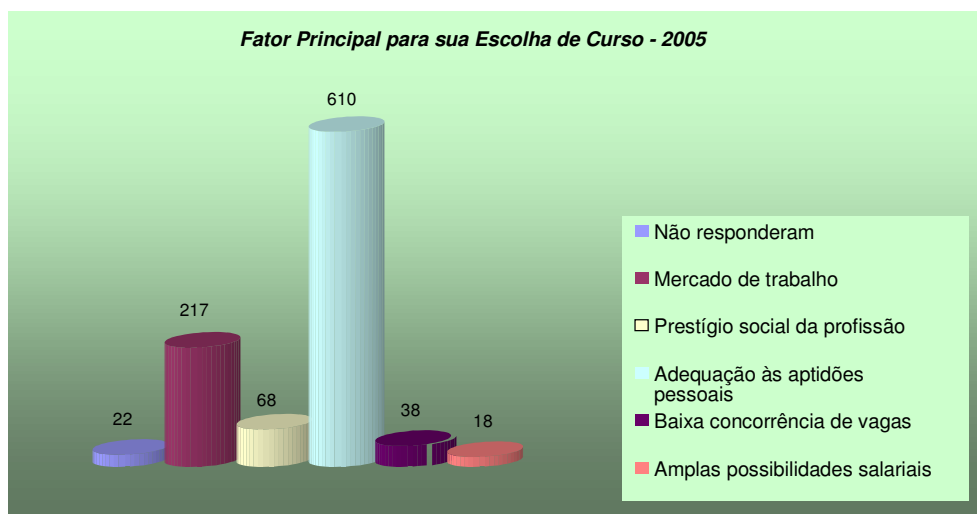
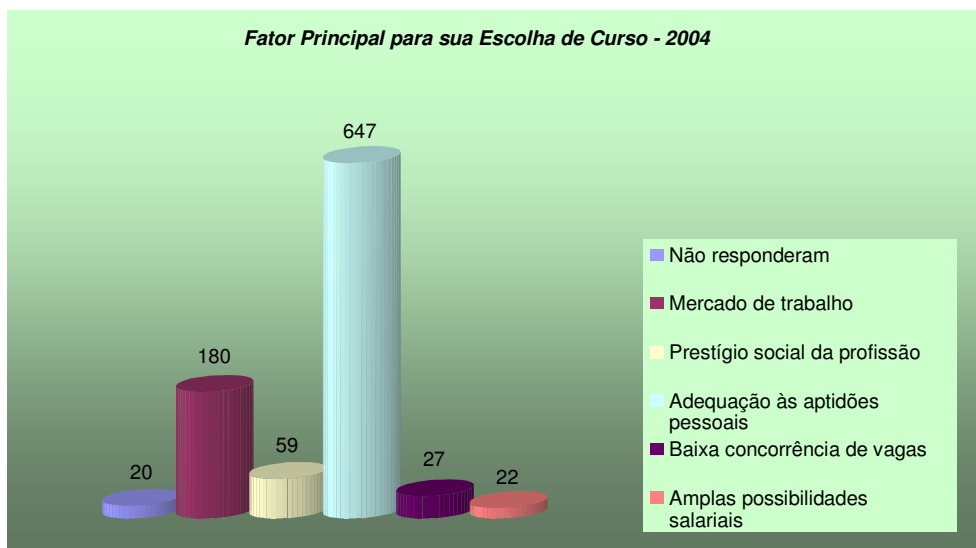
Constatou-se também que o perfil desses estudantes indica que são, na maioria, jovens, oriundos de famílias de baixa renda e não trabalham e/ou participam da renda da família.<sup>224</sup> Isso minimiza a possibilidade de relação da escolha pelo curso como meio de progressão funcional dentro de algum cargo ocupado no mercado, por exemplo. Ao contrário, os postulantes à vaga, antes de esperarem por um lugar no mercado ou pelas recompensas salariais que esta

---

discentes estão prenhes do universo particular da referida unidade de ensino, bem como sua posição histórica e política em face à trajetória do Serviço Social no Brasil. Consideramos que as respostas quanto ao motivo da escolha pelo curso dos atuais alunos, bem como e principalmente daqueles ainda candidatos, expressam as representações, que ainda atravessam a imagem da profissão de um modo geral e convivem com traços renovados, que compõem a auto-imagem profissional.

<sup>224</sup> Em 2004, em um universo de 955 candidatos, 573 afirmaram não trabalhar, enquanto 56 trabalham, mas recebem ajuda financeira da família, totalizando 629 candidatos contra 303 que afirmaram trabalhar, sustentar ou participar da manutenção da família. Números semelhantes são verificados em 2005 em um universo de 973 candidatos.

entrada ou promoção eventualmente possam conferir, priorizam a relação entre a profissão e sua vocação pessoal, conforme demonstram os gráficos abaixo:



Números absolutos oriundos de levantamento realizado pela Divisão de Assistência ao Estudante/UFRJ

Quanto aos alunos do curso de Serviço Social, quando indagados acerca da opção profissional, percebe-se, mediante a análise qualitativa de suas

respostas, que um número significativo de alunos com dificuldade de escolha de uma profissão dentre um leque de várias, acabam por optar pelo Serviço Social a partir da influência ou indicação de terceiros.<sup>225</sup> Outros, entretanto, o fizeram mediante pesquisa prévia sobre a profissão – o que, dependendo da qualidade e antiguidade do material pesquisado, pode influenciar o aluno dentro de uma ou outra imagem social da profissão: “profissional da ajuda”, “da transformação”, “da defesa dos direitos.”

Contudo, cabe destacar que mesmo alegando que o motivo da escolha pelo curso de Serviço Social tenha se dado por influência ou indicação de terceiros, bem como através de pesquisa prévia, o fato é que, cruzando tais respostas com o levantamento realizado junto aos vestibulandos, depreende-se que os alunos relacionaram a opção pelo curso em função de seu *perfil pessoal*, o qual, na opinião deles, se assemelha àquele veiculado por tais indicações, seja o “profissional da ajuda”, o da “luta por direitos”, o da “transformação da sociedade”, como veremos mais adiante.

A afirmação do perfil pessoal como elemento fundamental para a escolha pelo curso de Serviço Social, tende a reafirmar, embora em outras direções, a mesma necessidade sentida historicamente (conforme já apontado no segundo capítulo) para ingresso no curso de Serviço Social, a qual atravessa esta profissão desde suas protoformas, quer seja – o caráter vocacional, a perspectiva de que para ser assistente social tem que ter, acima de tudo, vocação.

Neste sentido, apenas em sete respostas a vinculação da escolha do curso com o mercado de trabalho e com a garantia da empregabilidade é mais explícita. Tal perspectiva confirma os dados apresentados anteriormente sobre o

---

<sup>225</sup> Um número pequeno de alunos, dentre os entrevistados, alegam que a escolha foi aleatória.

motivo dos vestibulandos escolherem o curso. Ou seja, o mercado atravessa a motivação dos alunos de Serviço Social direta ou indiretamente, porém *não se configura como aspecto exclusivo ou prioritário da escolha*. Essa constatação vai ao encontro da reflexão de Iamamoto:

*Se nos seus primórdios, os pioneiros tinham uma origem de classe definida, os setores abastados da sociedade, com o evoluir da instituição as fontes de recrutamento se ampliam [...]. Os assistentes sociais passam a ser provenientes, em grande medida, dos setores médios urbanos, que através da profissão universitária, almejam ascender socialmente e obter meios de sobrevivência por meio de uma atividade remunerada. Mas esse fator não é suficiente para explicar a procura do curso de Serviço Social, principalmente se se considera o precário status da profissão e o baixo nível salarial em relação a outras alternativas vigentes no mercado de trabalho, que propiciam melhores possibilidades [...]. Intervém, aí, outro fator importante: **busca-se também uma profissão que veicule vantagens simbólicas, no campo da 'solidariedade humana', da 'realização pessoal', da oportunidade de realizar uma 'vocação', inspirada em motivações religiosas ou claramente políticas**. Trata-se de uma profissão que incorpora a mística do 'servir', da ajuda, guiada por valores 'nobres' e altruístas, de caráter não utilitário. (1992, p. 48, grifo nosso).*

Na verdade, inúmeras respostas vinculam a opção do aluno a determinada imagem social e histórica acerca da profissão. Refiro-me aqui às respostas que vinculam o assistente social e sua prática à “profissão da ajuda;” do “trabalho religioso;” da “transformação;” da “militância;” da “defesa dos direitos”. Neste sentido, as falas selecionadas são emblemáticas em face da pergunta pelo motivo de escolha do curso:

*Porque é um curso em que esses profissionais devidamente organizados **podem mudar** ou esboçar uma mudança na atual conjuntura da sociedade.*  
*Porque acho que este curso **contribui para a transformação social**.*  
*Por ser **empenhado na luta pela justiça social**.*  
*Para auxiliar as pessoas a **garantirem seus direitos**.*  
*Buscava algo que fosse além do papel profissional em si, ou seja, queria uma **profissão que tivesse compromisso com militância**... E achei!*  
*Por influências de tias que são assistentes sociais e **trabalhos sociais na igreja**.*



Quando comparamos o conjunto de respostas que indicam o motivo inicial da escolha pelo curso com seu significado atual para a vida do aluno, identificamos que, da mesma forma, a preocupação com o mercado não é o principal resultado do curso esperado pelo aluno, e neste caso, independente de seu nível de aprendizado. Tanto os alunos iniciantes quanto os concluintes afirmaram que o principal desdobramento proporcionado pela graduação em Serviço Social não consiste no fato desta conferir em si uma profissão aos seus graduandos, mas em virtude do capital intelectual adquirido, bem como, pela realização pessoal que o curso lhes tem garantido, conforme os depoimentos a seguir:

*Realização de um sonho e um **lugar onde aprimorar minha consciência social.***

*Uma realização pessoal na medida em **que me faz entender melhor o real** na sua totalidade, de forma crítica e consciente.*

*O curso **tem ampliado meu olhar em relação à sociedade.***

*A **transformação da minha visão de mundo** por defender uma outra ordem societária. O curso está possibilitando ampliar minhas perspectivas em relação à profissão e até pessoais, já que venho me dedicando para ser uma assistente social compromissada e capacitada. Não trocaria o curso por nenhuma outra carreira.*

*O curso tem sido **muito importante para mim tanto no âmbito profissional quanto pessoal**, visto que possibilita compreender a dinâmica em que estamos inseridos [o contraditório sistema capitalista].*

*O Serviço Social tem se mostrado uma profissão **que é mais que um salário no fim do mês, e sim um espaço de realização.***

*Tem **ampliado minha visão de mundo.** Meu lugar no espaço e o papel de cada profissão.*

*Tem sido uma experiência muito boa e **tem me feito repensar** os conceitos dos problemas sociais decorrentes, além de estar me dando uma formação ampla.*

*O curso **tem ampliado meu olhar em relação à sociedade.***

*Acesso a um **aprendizado no campo intelectual que me proporcionou uma melhoria no campo pessoal.***

***Conhecimento da realidade social** e do que posso fazer para tentar melhorá-la.*

*Este curso tem significado a possibilidade de ampliar não só meus conhecimentos acadêmicos, mas de poder **desenvolver um pensamento crítico** em diversos assuntos que antes não me eram atraentes.*

*Tem **mudado a minha maneira de perceber o mundo** que nos cerca, passei a ver a política, a sociedade, a economia, tudo de forma mais clara e crítica.*

*O curso **me oferece uma nova forma de ver a realidade social** que é possível transformá-la.*

*Posso dizer que **modificou a minha vida**, meus conceitos, minhas atitudes.*

Uma outra questão considerada importante para a análise da imagem da profissão presente refere-se à pergunta sobre o entendimento do aluno quanto ao Serviço Social<sup>226</sup>. Com essa questão, pretendia-se identificar que concepção de profissão está presente entre o alunado, e, por conseguinte, que imagem lhe é subjacente. Para tanto, analisaram-se as respostas, considerando o grau de amadurecimento intelectual do aluno obtido pelo progressivo acúmulo de conhecimento em cada período letivo.

De um modo geral, independentemente do período e do turno, a concepção predominante entre os alunos da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro [UFRJ] é aquela que vincula o Serviço Social aos direitos, à defesa destes e principalmente à sua garantia. Sendo assim, as falas abaixo são claras:

**Garantia dos direitos dos cidadãos.**

*Proporcionar aos cidadãos meios de garantir seus direitos.*

*É a profissão que tem por finalidade melhorar e garantir os direitos básicos dos cidadãos de sua sociedade.*

**O serviço social garante os direitos à população.**

*É um curso, ou melhor, uma profissão que visa a garantia dos direitos.*

**Uma profissão que busca socializar os direitos.**

*Luta pelos direitos, trabalhar para amenizar as desigualdades sociais.*

**Luta pela conquista dos direitos, cidadania, democracia plena para os cidadãos.**

*Um curso que desenvolve e conscientiza sobre os direitos e as políticas sociais.*

**É a viabilização dos direitos dos cidadãos.**

*Uma profissão que atua na garantia de direitos.*

*Profissão que tem como objetivo viabilizar os direitos, direcionando os usuários a benefícios.*

*Profissão técnico-interventiva que visa garantir direitos, atuando nas refrações da questão social.*

**É uma profissão que tem por primazia a luta pela garantia dos direitos universais dos cidadãos.**

---

<sup>226</sup> Dentre as 57 respostas, apenas 06 (03 no diurno nos períodos 1<sup>a</sup>, 5<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup> e 03 no noturno nos períodos 2<sup>a</sup>, 3<sup>a</sup> e 6<sup>a</sup>) não souberam responder.

Vale ressaltar que a vinculação da profissão aos direitos, e mais precisamente à sua garantia, pode gerar uma interpretação falaciosa dos reais limites da profissão, tendo em vista que a efetiva garantia de direitos sociais não se circunscreve a uma categoria profissional, mas a alteração do padrão político-econômico de determinada ordem societária. Lutar pela defesa, e até pela garantia dos direitos é bastante diferente de garanti-los imediata ou mediamente. A vinculação direta e indireta à garantia de direitos, sem o reconhecimento e a incorporação das devidas mediações, tende a gerar uma compreensão messiânica e voluntarista da profissão, processo este historicamente, e em especial, rechaçado por suas vanguardas.

Logo, destaca-se que as respostas dos discentes expressam majoritariamente a relação entre Serviço Social e direitos, as quais estão afinadas às direções que a formação profissional tem tomado nos últimos anos, tendo em vista seu atrelamento orgânico aos pilares do projeto profissional hegemônico na atualidade, conforme apontado anteriormente.

Ou seja, a formação, expressa nas diretrizes curriculares em vigor, e o exercício da profissão, balizado por determinado conjunto de atribuições e competências, estão absolutamente conectados por princípios ético-políticos que defendem valores, dentre os quais destaca-se: a *“ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras.”* (CRESS, 2005). Assim, a vinculação imediata da profissão à perspectiva da defesa dos direitos presente nas respostas dos alunos da referida unidade de ensino, não se estabelece sem fundamento. Ao contrário, expressa a constituição de um determinado perfil profissional, processado ao longo de algumas décadas no âmbito do Serviço Social

brasileiro, e sobre o qual a unidade de ensino em referência assumiu importante papel. Ao mesmo tempo, aponta também, a meu ver, a necessidade do aprofundamento das investigações sobre a formação profissional e do alcance das atuais diretrizes curriculares nas diversas unidades de ensino, principalmente considerando o crescimento do número de cursos privados de Serviço Social em todo o Brasil - cuja maioria não é filiada a ABEPSS - e a implantação da educação a distância no nível superior.

Com efeito, se, de um lado, as respostas dos candidatos e discentes de Serviço Social quanto ao motivo da opção pelo curso expressam alguns dos traços que acompanham historicamente o Serviço Social no Brasil, e, portanto, indicam a continuidade com as chamadas “marcas de origem” da profissão; de outro, a concepção de profissão que é revelada nas falas dos alunos, afina-se com a perspectiva de avanço prescrita pelo projeto profissional em face aos elementos tradicionais, que constituíram historicamente a imagem social da profissão. Quer dizer, é clara a tensão que perpassa o conjunto de representações que configura o que denomino aqui de imagem da profissão: enquanto os candidatos ao curso exprimem as representações que historicamente gravitam em torno do Serviço Social e as aproximam das chamadas “marcas de origem”; observa-se entre os alunos a reprodução dos traços que representam hoje a profissão e expressam a auto-imagem veiculada pelo projeto profissional atual.

Se o projeto ético-político ou projeto profissional detém a auto-imagem naquilo que ela representa hoje - profissão que luta pela defesa e garantia dos direitos – esse processo não se dá sem intercorrências e tensões internas. O exame crítico da realidade pressupõe entender que tal imagem é construída a todo tempo pelo conjunto de causalidades e teleologias, que se confrontam, combinam-se,

mesclam-se, antagonizam-se. Tal percepção do real permite entender porque ainda que a profissão e alguns de seus sujeitos profissionais – individuais e coletivos – defendam uma determinada concepção de profissão e perfil profissional, essa hegemonia convive com outras perspectivas profissionais.

Netto (1991) inclusive ressalta que a perspectiva da “intenção de ruptura” tornou-se hegemônica no Brasil entre suas vanguardas e entidades profissionais em função de alguns processos bastante particulares no contexto da abertura dos anos 80. O primeiro deles refere-se às próprias condições de trabalho dos assistentes sociais, que com a crise dos anos 80, tenderam à fragilização objetiva em face da crise fiscal do Estado, que já despontava por essa época, e a retração do mercado de trabalho de um modo geral. Tal condição aproximou, segundo Netto (1991), as condições do exercício profissional dos dramas e das dificuldades vivenciadas pelo conjunto da classe trabalhadora. O segundo refere-se ao novo perfil de assistentes sociais oriundos, não apenas dos segmentos médios, mas da própria classe trabalhadora. Tal público, embora não imune à ideologia dominante, possui e advém de outro caldo sócio-cultural, capaz, pelo menos em tese, de incorporar as bandeiras progressistas e de defesa dos interesses da classe trabalhadora. O terceiro aspecto fundamenta-se na própria euforia conjuntural de colapso da ditadura militar amplamente verificável no meio acadêmico. Contudo, ressalta-se que esta vertente – “intenção de ruptura” – sempre conviveu com outras perspectivas de profissão, que embora não ocupem no momento posição hegemônica [de modo implícito ou explícito], sempre participaram do debate profissional.

Do mesmo modo, a convivência de diversos projetos de profissão é compreensível, sobretudo considerando que o sujeito coletivo [no caso, a categoria

profissional, que compreende os profissionais individualmente e as entidades profissionais] não é homogêneo, ao contrário, porta interesses e compromissos diferentes e até mesmo antagônicos.

Além disso, o projeto profissional do Serviço Social brasileiro está diametralmente em posição contrária ao projeto societário em vigência - o que obstaculiza o fortalecimento do projeto profissional em questão, e favorece, estimula a configuração de tantos outros. Daí o reconhecimento que não há um único projeto profissional, e que estes estão sempre em disputa, embora em determinado momento histórico um deles se configure hegemônico, isto é, capaz de conferir a categoria profissional uma determinada direção social e política.

Em síntese, tomar o Serviço Social como um resultado da história significa entendê-lo como um processo em constante construção e tensionamento. A renovação da ação profissional foi um desdobramento de sua condição histórica, e não simplesmente fruto de necessidades abstratas dos assistentes sociais - até porque estas também se inscrevem historicamente e refletem certo grau de amadurecimento da vida social.

No entanto, constata-se que a categoria profissional não se posicionou monoliticamente diante desse processo, desdobrando-se em atitudes variadas frente à profissão. Para alguns, devia-se mudar estritamente para responder às demandas do mercado; assim, a renovação equivalia a uma resignificação técnica: dominar outros aportes teóricos que “melhor” respondessem às situações postas no cotidiano institucional, por exemplo - ainda que se corresse o risco de cair no ecletismo.

Para outros, a dimensão histórica punha a necessidade de se reorientar a profissão do ponto de vista ético-político e teórico-metodológico. Devia-

se, nesta linha, criar um novo projeto profissional vinculado às necessidades e demandas da classe trabalhadora.

E por fim, diante das tendências históricas, outros apenas enxergavam e continuam a enxergar a crise – “crise de identidade”, “crise profissional”, “o Serviço Social está em crise”. E diante da crise, alguns optam por ignorá-la, desistindo definitivamente da profissão - tais como os profissionais entrevistados cujos depoimentos foram apresentados ainda na introdução desta tese - prova de que em muitas situações as saídas individuais acabam prevalecendo como a falaciosa forma de enfrentamento de processos cuja causa é mais ampla e o tratamento lúcido deve ser necessariamente coletivo e político.

Em face desses três “grupos” de profissionais, esta “nova” auto-imagem profissional – calcada na defesa dos direitos – não se constrói sem dificuldades, elas se fundamentam simultaneamente no processo mesmo da trajetória da profissão e no contexto atual marcado por profundas mudanças societárias na atual fase do capitalismo maduro. Conforme Barroco:

*As condições socioeconômicas e ídeo-políticas atingem diretamente a população trabalhadora, rebatendo duplamente no Serviço Social; seus agentes são atingidos como cidadãos e trabalhadores assalariados e **como profissionais viabilizadores de direitos sociais**. A vertente profissional que, nos anos 1980, ganhou legitimidade na direção das entidades de profissionais e estudantes, na organização sindical, no debate crítico, na produção inserida na tradição marxista, na revisão curricular de 1982 e na reelaboração do Código de 1986, **defronta-se com o desafio de responder a essa conjuntura**, sem perder suas conquistas. (2001, p. 180, grifo nosso).*

Ou seja, este é o grande desafio: tomar as condições objetivas e subjetivas atuais, indelevelmente marcadas pelas mudanças no mundo do trabalho e pelo redimensionamento do espaço público e privado [de onde se observa uma clara

reconfiguração do Estado pela via neoliberal], como matérias que perpassam e adensam o exercício e a formação profissional.

Tal desafio, que indubitavelmente acompanhará a profissão ao longo do século em vigência no Brasil, implica importantes investimentos, principalmente nos campos da formação e da organização política da categoria, na medida em que a manutenção do perfil profissional hegemônico, hoje, exige, na esfera da formação, esforços em duas direções, em princípio: de um lado, consiste em condição estratégica - o franco investimento em capacitação permanente daqueles já graduados, como forma de garantir a qualidade do exercício profissional à luz dos princípios ético-políticos que defendemos.

De outro lado, considerando o perfil sócioeconômico das atuais gerações de estudantes, notadamente oriundas dos segmentos populares, portadoras de frágil capital cultural e empobrecidas financeiramente, e a reconfiguração do padrão de acumulação vigente cujo desdobramento, entre outros, nos países latino-americanos, consiste no esvaziamento financeiro da universidade pública e no avanço da lógica do mercado sobre a educação superior, é inconteste a atenção e a fiscalização permanente das entidades da categoria quanto à implantação das diretrizes curriculares em vigor. O aprofundamento dos pressupostos para a formação profissional é condição para o enfrentamento da conjuntura atual com a manutenção das conquistas históricas do Serviço Social brasileiro, como afirmava Barroco (2001) anteriormente.

Já no campo da organização política da categoria, os desafios também são inúmeros, dentre os quais se destaca a necessidade de afirmação do perfil profissional dominante para o enfrentamento das condições objetivas e subjetivas que perpassam o exercício da profissão.



Do ponto de vista objetivo, defender as condições de trabalho, capazes de garantir a qualidade dos serviços prestados à população usuária e a competência profissional, é prerrogativa que as entidades da categoria profissional, donde destacam-se as iniciativas do conjunto CFESS/CRESS através da publicação de resoluções e ações de fiscalização, têm aprofundado nos últimos anos. A luta pela garantia de espaços de trabalho condizentes com as particularidades do exercício da profissão [como por exemplo, o sigilo profissional], bem como a apreciação imediata das denúncias de exercício ilegal da profissão, são atividades e atitudes cotidianamente presentes nas entidades federal e regionais.

Já, do ponto de vista subjetivo, afirma-se com muita força a necessidade de diante das adversidades que o mundo do trabalho, como nunca, impõe a classe trabalhadora, esvaziar politicamente a tendência corporativista e intensificar o debate na categoria profissional em torno do projeto hegemônico de profissão, cujo perfil profissional é marcado pela condição de assalariamento, e como tal exige o reconhecimento por parte da categoria profissional de uma identidade e consciência de classe, o que sem a qual será muito difícil avançar sem perder espaços e princípios árdua e historicamente conquistados.

## CONCLUSÃO

Com o fim do processo de investigação, cujo produto resultou na tese que ora se apresenta, chega-se a uma conclusão central, de onde outras se derivam – a de que a particularidade da imagem do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade consiste exatamente no fato desta se constituir como um processo inacabado, ainda em construção e por isso, tensionado por traços oriundos de diversos projetos de profissão e perfis profissionais em disputa.

Contudo, a tensão que atravessa a imagem desta profissão se expressa através do convívio, nem sempre muito explícito, de elementos claramente oriundos das protoformas do Serviço Social, e outros mais recentemente incorporados ao rol de representações que circunscrevem a profissão, os quais possuem na defesa dos direitos, seu principal aspecto.

Ressalta-se também que esta tensão é historicamente determinada e resultante do acúmulo teórico e político do Serviço Social brasileiro nas últimas décadas do século XX, expresso mais especificamente na tentativa de seus sujeitos profissionais e entidades da categoria em construir uma nova base de legitimação, pautada na aliança com os usuários. A construção desta nova base de legitimação exigia a ruptura com o conjunto de princípios que instituíram historicamente o chamado Serviço Social tradicional, e punha na ordem do dia a necessidade da renovação da profissão, a partir de fontes radicalmente diferentes daquelas que acompanharam o Serviço Social desde então e que legitimaram sua inserção na divisão do trabalho. Trata-se aqui da incorporação da tradição marxista e depois do pensamento original de Marx como fonte de pesquisa e inspiração ídeo-política.

Todo esse processo possibilitou que a aliança, portanto, do Serviço Social com a defesa dos interesses majoritários da população brasileira alcançasse no contexto sócio-político dos anos 80 sua máxima envergadura, tendo em vista a participação ativa e orgânica de setores profissionais e de suas entidades no cenário da transição democrática, através da clara oposição à chamada Nova República e a tudo que ela representava. Os anos 90 e a recente promulgação da atual constituição federal aprofundaram a referida aliança, que agora se pauta na defesa intransigente dos direitos humanos e sociais.

Assim, todo esse processo consiste, a meu ver, na prova cabal de que o Serviço Social brasileiro vem passando há algumas décadas por profundas transformações, que revelam inequívocos avanços, os quais estão hoje formalmente postos no projeto de profissão hegemônico e no perfil profissional a ele subjacente. Tais avanços revelam-se também no redimensionamento, e conseqüente amadurecimento, das entidades da categoria, que reconhecem indubitavelmente o assistente social como assalariado e a profissão como uma especialização do trabalho coletivo. Este é inclusive o principal traço que corporifica o perfil profissional hegemônico e que está presente no aparato jurídico-formal do Serviço Social brasileiro (refiro-me aqui especialmente ao Código de Ética em vigor e a Lei de Regulamentação no. 8662/93), cujos desdobramentos para a constituição da imagem social e da auto-imagem profissional são inegáveis.

No entanto, a interpretação dialética do movimento da história alerta para o fato de que a luta e a interpenetração dos contrários é permanente; e, neste embate “velho” e “novo” se confrontam, se misturam, e se auto-implicam. Em determinados momentos, o “velho”, o “tradicional” subsume o “novo”, o “emergente”; e, em outros, é exatamente o contrário que acontece. A oscilação entre esses dois

pólos depende fundamentalmente da disposição de luta das classes sociais em presença; e neste sentido, o cenário do século XXI é bastante adverso para os interesses dos trabalhadores, e o principal resultado observado ao longo desse processo tem sido o refluxo das lutas sociais em meio à crise contemporânea do capital.

Com efeito, conclui-se que o cenário econômico e sócio-político que marca a contemporaneidade tende a reafirmar para o Serviço Social determinados traços da profissão, que nunca foram completamente eliminados do âmbito profissional, mas que em contextos como o atual, tendem a reaparecer com força e sob novos formatos. Assim, observa-se a permanência do messianismo expresso no trabalho voluntário como meio de “inserção” de profissionais no mercado de trabalho; a reatualização do ecletismo sob a bandeira do relativismo epistemológico, como garantia para o fim das barreiras institucionais e disciplinares e o tão sonhado reconhecimento profissional; o corporativismo como instrumento de contenção das metamorfoses do mundo do trabalho em detrimento da afirmação e aprofundamento da identidade e da consciência de classe; e o moralismo travestido na defesa de direitos sociais.

Quanto a este aspecto cabe ressaltar que a luta e a defesa de direitos sociais e humanos em um país historicamente antidemocrático, marcado pelas práticas clientelistas e assistencialistas, e submetido perifericamente ao monopólio internacional, é imprescindível, e expressa, acima de tudo, a resistência a atual ofensiva neoliberal e neoconservadora. Contudo, “fenômenos” como a naturalização, a psicologização e a moralização do enfrentamento das expressões da “questão social” nunca saíram do horizonte brasileiro e atravessam em grande medida os espaços sócio-ocupacionais do assistente social e sua intervenção profissional. A

possibilidade destas prerrogativas históricas no trato da “questão social” no Brasil camuflarem-se sob a bandeira da garantia dos direitos é grande, tendo em vista o fato de que esta defesa tem sido feita nos limites da ordem burguesa, ainda que os princípios ético-políticos vigentes sejam claros no entendimento que a constituição da liberdade, da democracia e da cidadania não se faz plenamente nos moldes da sociedade capitalista, daí ser fundamental a *“opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero”*. (CRESS, 2005, p. 17)

Em síntese, a tensão existente entre os traços que tradicionalmente enformaram a imagem social da profissão vinculando-a a ajuda, à transformação, à militância ou ao cuidado; e aqueles que identificam a profissão com a luta pelos direitos e seu profissional como um assalariado e cidadão, tende a se ampliar em meio ao caldo sócio-cultural e político-econômico atual. As ambigüidades que historicamente atravessam, portanto, a imagem social da profissão, bem como a auto-representação de seus agentes, tendem, neste sentido, a se cruzar mutuamente, cabendo a categoria profissional e suas entidades, reconhecerem tais particularidades e investirem maciçamente na defesa e fortalecimento do projeto profissional hegemônico. Esta defesa se põe hoje como uma estratégia crucial, ao meu ver, em dois níveis que se auto-implicam: no âmbito estrito do Serviço Social a defesa do projeto profissional e dos princípios a ele subjacente, representa uma forma competente e lúcida de enfrentamento à herança conservadora que nunca se extinguiu do horizonte profissional, e que hoje aparece reatualizada, sob o viés terapêutico, corporativista e reformista, tal como no dizer de Vinagre,

*Refiro-me a tendências atuais de práticas na chamada perspectiva clínica ou terapêutica, assim como a demandas por atribuição de título de especialista, fora do âmbito da formação pós-graduada lato sensu*

*promovida pelas agências de formação, somente pelo exercício profissional rotineiro. Essas manifestações situam-se na contramão de uma tendência à intervenção na direção da totalidade e da formação crítica generalista, como apontam os pressupostos do projeto ético-político que se hegemonizou ao longo dos últimos anos na profissão. (2004, p. 202)*

Já no campo dos interesses majoritários da população brasileira, a defesa do projeto profissional expressa a resistência a um claro contexto de regressão de direitos<sup>227</sup>, em um país com uma tradição histórica e cultural marcada pelo “não-direito” e pela “ideologia do favor”, tal como abordado ainda no primeiro capítulo desta tese.

A defesa dos direitos inscreve-se como meio para garantia da emancipação política em um país com particular trajetória sócio-histórica, na qual este grau de emancipação sempre foi expressivamente débil; e em um contexto mundial, marcado pela crise do capital, no qual, por um lado, é cada vez mais difícil haver reformas e, por outro, a regressão das conquistas civilizatórias tem se tornado fato. A defesa dos direitos como um dos princípios que atravessa o projeto profissional hegemônico, e emoldura a auto-imagem profissional, não pode ser hoje mais necessária e urgente, uma vez que consiste no passo preliminar para o que, em última análise, o projeto ético-político profissional garante centralidade – a liberdade e suas exigências correlatas: “*autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais*” (CRESS, 2005, p.16)

---

<sup>227</sup> Conforme Barroco (2004b), “*profissional e eticamente falando, temos a responsabilidade de realizar, em todas as suas dimensões, os direitos dos trabalhadores que são atendidos por nós cotidianamente. Fazê-lo da melhor forma possível, na direção da materialização dos valores e princípios afirmados no Código de Ética é o que a ética profissional exige de cada um de nós, enquanto coletivo organizado em torno de um projeto, desde que se entenda que este ‘melhor’ é sempre datado conjunturalmente e tratado como **política estratégica** que pode se alargar ou não, dependendo das forças sociais em confronto, mas que não se esgota nesta sociedade...*” (BARROCO, 2004b, p. 193 grifos da autora)

## BIBLIOGRAFIA

ABRAMIDES, Maria Beatriz C.; CABRAL, Maria do Socorro Reis. **O Novo Sindicalismo e o Serviço Social: Trajetória e Processos de Luta de uma Categoria: 1978 – 1988.** São Paulo: Cortez, 1995.

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a Organização da Cultura: perfis pedagógicos da prática profissional.** São Paulo: Cortez, 2002.

ACOSTA, Luis Eduardo. **O Processo de Renovação no Uruguai.** 2006. 397f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social/UFRJ, Rio de Janeiro, 1993.

AGUIAR, Antonio Geraldo. **Serviço Social e Filosofia: Das Origens a Araxá.** 5. ed. São Paulo: Cortez /Ed. da UNIMEP, 1995.

ALAYÓN, Norberto. El Movimiento de Reconceptualización. Una Mirada Crítica. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Trabajo Social Latinoamericano – A 40 años de la Reconceptualización.** Buenos Aires: Espacio Editorial, 2005.

AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil.** São Paulo: Cortez, 1980.

AQUÍN, Nora. Reconceptualización: ¿un Trabajo Social alternativo o una alternativa al Trabajo Social? In: ALAYÓN, Norberto (Org.). **Trabajo Social Latinoamericano – A 40 años de la Reconceptualización.** Buenos Aires: Espacio Editorial, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL/CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA EM POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL (ABESS/CEDEPSS). Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (Com base no currículo mínimo aprovado em Assembléia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996). In: V.V.A.A. **Cadernos Abess,** São Paulo, n. 7, 1997.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. A inscrição da ética e dos direitos humanos no projeto ético-político do Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade,** São Paulo, n. 79, 2004(a).

\_\_\_\_\_. Serviço Social, Ética e Direitos Humanos. **Revista Praia Vermelha – Estudos de Política e Teoria Social: Ética e Direitos Humanos**: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/UFRJ, Rio de Janeiro, n.11, 2004(b).

\_\_\_\_\_. **Ética e Serviço Social** – Fundamentos Ontológicos. São Paulo: Cortez, 2001.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em Contra-Reforma**: Desestruturação do Estado e Perda de Direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. **Política Social no Capitalismo Tardio**. São Paulo: Cortez, 1998.

BORGES, Maria Elizabeth Santana. A Concepção Atual da Fiscalização – Enfoque Político e Social e as Contradições das Práticas. In: CONSELHO FEDERAL DE ASSISTENTES SOCIAIS. **A Fiscalização do Exercício Profissional do Assistente Social**. Brasília, 1990.

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BUARQUE DE HOLLANDA, Aurélio Ferreira. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

CARLOS, Sérgio Antônio. **A Gênese e a Estrutura do Serviço Social Brasileiro no Período Doutrinário Católico**. 1993. 206 f. Tese. (Doutorado) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, PUC, São Paulo, 1993.

CARVALHO, Denise Bontempo Birche; SILVA, Maria Ozanira da Silva. (orgs.) **Serviço Social, Pós-Graduação e Produção do Conhecimento no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina**. 2. ed. São Paulo: Cortez /CELATS, 1987.

CHATELET, François et al. **História das Idéias Políticas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.



COMITÊ BRASILEIRO DE CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL (CBCISS). **Especial Documento de Araxá**. Debates Sociais, Rio de Janeiro, n. 04, 1967.

CONSELHO FEDERAL DE ASSISTENTES SOCIAIS (CFAS). **Fiscalização do Exercício Profissional do Assistente Social**, Relatório do I Encontro Nacional sobre a Fiscalização do Exercício Profissional. Brasília, 1990.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL- CFESS (Org.). **Assistentes Sociais no Brasil** – Elementos para o Estudo do Perfil Profissional. Brasília, 2005.

\_\_\_\_\_. Reflexões sobre atribuições privativas do(a) assistente social. In: **Em Questão: Atribuições Privativas do (a) Assistente Social**. Brasília, 2002.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL (CRESS 7ª. Região). 4. ed. **Assistente Social: Ética e Direitos: Coletânea de Leis e Resoluções**, Rio de Janeiro, 2005.

\_\_\_\_\_. Oficina de Comunicação produz debate de qualidade. **Práxis**, Rio de Janeiro, dez. 2003. Visibilidade, p. 8.

\_\_\_\_\_. Os usuários de Serviço Social. **Práxis**, Rio de Janeiro, out. 2003. Visibilidade, p. 08.

\_\_\_\_\_. O Movimento Social organizado e o Serviço Social. **Práxis**, Rio de Janeiro, ago. 2003. Visibilidade, p. 08.

\_\_\_\_\_. Mídia e Serviço Social: profissionais de imprensa revelam que a imagem do assistente social ainda está ligada ao assistencialismo. **Práxis**, Rio de Janeiro, 05 fev. 2003. Comunicação, p. 04.

COSTA, Emilia Viotti. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e Sociedade no Brasil: Ensaio sobre idéias e formas**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

\_\_\_\_\_. Notas sobre Cidadania e Modernidade. **Revista Praia Vermelha** – Estudos de Política e Teoria Social, Rio de Janeiro: UFRJ, v. 1, 1997.

\_\_\_\_\_. **O Estruturalismo e a Miséria da Razão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

DURKHEIM, Émile. **Da Divisão do Trabalho Social**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Pensadores).

FALEIROS, Vicente de Paula. Reconceptualización del Trabajo Social em Brasil: ¿una cuestión em movimiento? In: ALAYÓN, Norberto (Org.). **Trabajo Social Latinoamericano** – A 40 años de la Reconceptualización. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2005.

\_\_\_\_\_. Aonde nos levam as Diretrizes Curriculares? **Revista Temporalis**. Brasília: ABEPSS/Valci, n. 2, 2000.

\_\_\_\_\_. **Metodologia e Ideologia do Trabalho Social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

\_\_\_\_\_. **A Política Social do Estado Capitalista** – As Funções da Previdência e da Assistência Sociais. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

\_\_\_\_\_. Confrontos Teóricos do Movimento de Reconceptuação do Serviço Social na América Latina. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 24, 1987.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil** – Ensaio de Interpretação Sociológica. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FREDERICO, Celso. **Crise do Socialismo e Movimento Operário**. São Paulo: Cortez, 1994.

GRAVE, Fátima. **Serviço Social e Método** – A Contribuição do Pensamento Marxiano. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social do Rio de Janeiro: UFRJ, 2004. Mimeografado.

\_\_\_\_\_. Trabalho, Desemprego e Serviço Social. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 69, 2002.

\_\_\_\_\_. Trabalho e Desemprego: Alguns Comentários Iniciais. **Revista Em Pauta**: Revista da Faculdade de Serviço Social da UERJ, Rio de Janeiro, n.16, 2000.

GUEDES, Olegna de Souza. **Implicações da Concepção Neotomista de Homem na Gênese do Serviço Social Brasileiro – 1930/1940.** 2000. 144 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, PUC, São Paulo, 2000.

GUERRA, Yolanda. **A Instrumentalidade do Serviço Social.** São Paulo: Cortez 1995.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História.** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

HOLLOWAY, Thomas. **Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo (1886-1934).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social no Tempo do Capital Fetiche.** 2005. 232f. Tese (Doutorado) – Departamento de Fundamentos Teórico-Práticos do Serviço Social FSS/UERJ, Rio de Janeiro, 2005.

\_\_\_\_\_. Projeto Profissional, Espaços Ocupacionais e Trabalho do Assistente Social na Atualidade. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS), **Em Questão: Atribuições Privativas do (a) Assistente Social.** Brasília:CFESS, 2002.

\_\_\_\_\_. Questão Social no Capitalismo. **Temporalis – Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social,** Rio de Janeiro, n. 3, 2001.

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional,** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

\_\_\_\_\_. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social – Ensaio Crítico.** São Paulo: Cortez, 1992.

\_\_\_\_\_. CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 1986.

IANNI, Octavio. **A Formação do Estado Populista na América Latina.** 2. ed. São Paulo: Ática, 1989.

\_\_\_\_\_. **A Construção da Categoria.** São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1986. Mimeografado.

\_\_\_\_\_. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930 – 1970).** 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

\_\_\_\_\_. **O Ciclo da Revolução Burguesa no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1984.

\_\_\_\_\_. **Raças e Classes Sociais no Brasil.** 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

\_\_\_\_\_. **Imperialismo na América Latina.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

\_\_\_\_\_. **A Idéia de Brasil Moderno.** 2. reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 1996.

JODELET, Denise. Représentation sociale: phénomènes, concept et théorie. In: MOSCOVICI, S. **Psychologie Sociale.** Paris: Presses Universitaires de France, 1984.

JUNQUEIRA, Helena Iracy. Quase duas décadas de Reconceituação do Serviço Social: Uma Abordagem Crítica. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 4, 1980.

KERAMIDAS, Sílvia Maria Tagé. **Serviço Social: Comunicação e (In) visibilidade.** 2005. 196 f. Tese (Doutorado) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, PUC, São Paulo, 2005.

KOIKE, Marieta. As novas exigências teóricas, metodológicas e operacionais da formação profissional na contemporaneidade. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social: reprodução social, trabalho e Serviço Social,** Brasília:CFESS/ABEPSS/UNB/CEAD, 1999. Módulo 2.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto.** 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

KOWARICK, Lucio. Os Caminhos do Encontro: As lutas sociais em São Paulo na década de 70. In: **Revista Presença**, São Paulo, 1984.

LAZARONI, Lia Brun; COSTA, Suely Gomes. A Trajetória da Fiscalização do Exercício Profissional do Assistente Social. In: CONSELHO FEDERAL DE ASSISTENTES SOCIAIS, **A Fiscalização do Exercício Profissional do Assistente Social**, Brasília, 1990.

LEFEBVRE, Henri. **La Presencia y La Ausencia**: Contribucion a la Teoria de las Representaciones. 2. ed. Mexico: Fondo de Cultura Econômica, 1983.

LESBAUPIN, Ivo (org.) **O Desmonte da Nação**: Balanço do Governo FHC. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

LÖWY, Michael. A Crítica Romântica da Civilização Capitalista e sua Relação com a Cultura Católica. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 28, 1988.

\_\_\_\_\_. **As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen** – Marxismo e Positivismo na Sociologia do Conhecimento. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

LUKÁCS, G. **Ontologia do Ser Social** – Os Princípios Ontológicos Fundamentais de Marx. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979.

MACHADO, Leila Escorsim. J.C. **Mariátegui: Marxismo, Cultura e Revolução**. 2004. 478 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social/UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.

\_\_\_\_\_. **O Conservadorismo Clássico** – elementos de caracterização e crítica. 1997. 247f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social/UFRJ, Rio de Janeiro, 1997.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

\_\_\_\_\_. **A Crise do Capital** – Os Fatos e sua Interpretação Marxista. São Paulo: Ensaio; Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990.

\_\_\_\_\_. **Iniciação à Teoria Econômica Marxista**. 4. ed. Lisboa: Edições Antódoto, 1978.

MARSHALL, T.H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINELLI, Maria Lucia. **Serviço Social: Identidade e Alienação**. 2. ed. Paulo: Cortez, 1991.

MARX, Karl. **Miséria da Filosofia**. São Paulo: Centauro, 2003.

\_\_\_\_\_. **O Capital**. 18. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Livro I. Vol. I.

\_\_\_\_\_. **A Burguesia e a Contra-Revolução**. 3. ed. São Paulo: Ensaio, 1993. (Cadernos Ensaio).

\_\_\_\_\_. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

\_\_\_\_\_. **O Capital**. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1978. Livro I. Cap. VI. Inédito.

\_\_\_\_\_. Para a Crítica da Economia Política. In: **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1974. V. 35.

\_\_\_\_\_. ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

\_\_\_\_\_. **A Ideologia Alemã** (Feuerbach). 9. ed. São Paulo: HUCITEC, 1993.

MENEZES, Maria Thereza C. G. **Em Busca da Teoria: Políticas de Assistência Pública**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

MÉSZAROS, Istvan. **O Poder da Ideologia**. São Paulo: Ensaio, 1996.

MOTA, Ana Elizabete da. **Cultura da Crise e Seguridade Social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90**. São Paulo: Cortez, 1995.

\_\_\_\_\_. **O Feitiço da Ajuda** – As Determinações do Serviço Social na Empresa. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1987.

NETO, José Meneleu. Desemprego e luta de classes: as novas determinações do conceito marxista de exército industrial de reserva. In: TEIXEIRA, F.J.S.; OLIVEIRA, M.A. de. (Org.). **Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva** – As Novas Determinações do Mundo do Trabalho. 2. ed. São Paulo: Cortez; Fortaleza:UECE, 1998.

NETTO, José Paulo. A Reconceituação: ainda viva 40 anos depois. In: ALAYÓN, Norberto (Org.). **Trabajo Social Latinoamericano** – A 40 años de la Reconceptualización. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2005.

\_\_\_\_\_. A conjuntura brasileira: o Serviço Social posto à prova. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 79, 2004.

\_\_\_\_\_. Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”. **Temporalis – Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**, Rio de Janeiro, n. 3, 2001.

\_\_\_\_\_. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social: crise contemporânea, questão social e Serviço Social**, Brasília:CFESS/ABEPSS/UNB/CEAD, 1999. Módulo 1.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Lukács Sociologia**, 2. ed. São Paulo, n. 20, 1992. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

\_\_\_\_\_. **Ditadura e Serviço Social** – Uma Análise do Serviço Social no Brasil Pós-64. São Paulo: Cortez, 1991(a).

\_\_\_\_\_. Notas sobre marxismo e Serviço Social, suas relações no Brasil e questão do seu ensino. **Cadernos Abess**, São Paulo, n. 4, 1991 (b).

\_\_\_\_\_. O Serviço Social e a tradição marxista. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 30, 1989.

\_\_\_\_\_. FALCÃO, Maria do Carmo. **Cotidiano: Conhecimento e Crítica**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

\_\_\_\_\_. A redefinição da democracia. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 20, 1986.

\_\_\_\_\_. A propósito da disciplina de Metodologia. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 14, 1984.

\_\_\_\_\_. A Crítica Conservadora à Reconceptualização. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 5, 1981(a).

\_\_\_\_\_. **Capitalismo e Reificação**. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1981 (b).

PAIVA, Beatriz Augusto de ; SALES, Mione Apolinário. A Nova Ética Profissional: Práxis e Princípios. In: BONETTI, Dilséa Adeodata et al. (Org.). **Serviço Social e Ética: convite a uma nova práxis**. São Paulo: Cortez, 1996.

PALMA, Diego. **A Prática Política dos Profissionais – O Caso do Serviço Social**. São Paulo: Cortez/CELATS, 1986.

PASTORINI, Alejandra. Quem mexe os fios das políticas sociais? Avanços e Limites da categoria 'concessão-conquista'. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 53, 1997.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 17. ed. São Paulo: Brasiliense, 1974.

\_\_\_\_\_. **Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia)**. 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 1971.



QUIROGA, Consuelo. **Invasão Positivista no Marxismo**: manifestações no ensino da metodologia no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1991.

RAICHELLIS, Raquel. A Imagem Social do Serviço Social e os Valores que Veicula. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 22, 1986.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Movimentos Sociais – Velhas e Novas Questões no Espaço do Rio de Janeiro. In: VIOLA, E.J.;SCHERER-WARREN,I.; KRUSCHKE,P. (Orgs.). **Crise Política, Movimentos Sociais e Cidadania**. Florianópolis:UFSC, 1989.

ROSDOLSKY, R. **Gênese e Estrutura de O Capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: Contraponto/UERJ, 2001.

SADER, Emir. **Que Brasil é este?** Dilemas Nacionais no Século XXI. 4. ed. São Paulo: Atual, 1999.

SANTOS, Leila Lima. **Textos de Serviço Social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

SANTOS, Claudia Mônica. **Os Instrumentos e Técnicas**: Mitos e Dilemas na Formação Profissional do Assistente Social Brasileiro. 2006. 245f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social/UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

SCHWARZ, Roberto. **Cultura e Política**. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

SILVA, Lídia Maria Monteiro Rodrigues. **Aproximação do Serviço Social à tradição marxista**: caminhos e descaminhos. 1991. Vol. I e II. Tese (Doutorado) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, PUC, São Paulo, 1991.

SINGER, Paul. **A Crise do “Milagre”** – interpretação crítica da economia brasileira. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. **Pensando com Marx**. São Paulo: Ensaio, 1995.

TEIXEIRA, Sônia Maria Fleury. Assistência na Previdência Social – Uma Política Marginal. In: SPOSATI, Aldaíza et al. **Os Direitos (dos Desassistidos) Sociais**. São Paulo: Cortez,1989.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Representações Sociais da Profissão de Serviço Social**: um estudo de caso junto ao alunado do curso na UFPI. 1998. 178 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, PUC, São Paulo, 1998.

VASCONCELOS, Ana Maria de. **A Prática do Serviço Social – Cotidiano, Formação e Alternativas na Área da Saúde**. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. Serviço Social e Práticas Democráticas. In: BRAVO, Maria Inês Souza; PEREIRA, Potyara A.P. (Org.). **Política Social e Democracia**. São Paulo: Cortez, 2001.

VÉRDES-LEROUX, Jeannine. **Trabalhador Social – Prática, Hábitos, Ethos e Formas de Intervenção**. São Paulo: Cortez, 1986.

VIANNA, Oliveira. **Direito do Trabalho e Democracia Social** (O Problema da Incorporação do Trabalhador no Estado). São Paulo: José Olympio, 1951.

VIEIRA, Evaldo. **Os Direitos e a Política Social**. São Paulo: Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_. **Poder Político e Resistência Cultural**. Campinas: Editora Autores Associados, 1998.

\_\_\_\_\_. **Autoritarismo e Corporativismo no Brasil**: Oliveira Vianna & Companhia. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1981.

VINAGRE, Marlise. Ética, Direitos Humanos e o Projeto Ético-Político do Serviço Social. **Revista Praia Vermelha – Estudos de Política e Teoria Social: Ética e Direitos Humanos**: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/UFRJ, Rio de Janeiro, n.11, 2004.

V.V.A.A. Projeto de Revisão Curricular da Faculdade de Serviço Social – PUC/SP. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 14, 1984.

V.V. A.A. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 12, 1983.

WANDERLEY, Mariângela Belfiore. **Metamorfoses do Desenvolvimento de Comunidade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

WEFFORT, Francisco C. (Org). **Os Clássicos da Política** – Burke, Kant, Hegel, Tocqueville, Stuart Mill e Marx. 4. ed. São Paulo: Ática, 1993. Vol. 21.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes Subalternas e Assistência Social**. São Paulo: Cortez, 1993.

\_\_\_\_\_. Pobreza e Exclusão Social: Expressões da Questão Social no Brasil. **Temporalis – Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**, Rio de Janeiro, n. 3, 2001.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)